

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RAUL PILLA: ASPECTOS DE UMA BIOGRAFIA POLÍTICA

ANTONIO AVELANGE PADILHA BUENO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Porto Alegre, julho de 2006

PONTÍFICIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIOGRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RAUL PILLA: ASPECTOS DE UMA BIOGRAFIA POLÍTICA

Antonio Avelange Padilha Bueno

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História,
na área de concentração em História das Sociedades
Ibéricas e Americanas

Prof. Dr. Braz Augusto Aquino Brancato
Orientador

Data da defesa: 11 /agosto /2006

Instituição Depositária:
Biblioteca Central Irmão José Otão
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, julho de 2006
Rio Grande do Sul – Brasil

DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

BANCA EXAMINADORA

Braz Augusto Aquino Brancato (orientador)

Elizabete Maria K. Pedroso (FFCH – PUCRS)

Margaret Marchiori Bakos (PPGH – PUCRS)

À
Vivian,
que, com sua sensibilidade e
companheirismo, acompanhou cada passo
na elaboração deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Braz Brancato pela orientação qualificada, segura, franca. Acreditou numa possibilidade, que se torna realidade;

Aos meus colegas, professores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da PUC e, em especial aos colegas e amigos José Nascimento e Lisandre Oliveira, pelo incentivo, apoio e presteza;

Pelo atendimento atencioso de Carla e Davi da secretaria da pós-graduação, sempre que solicitados, foram prestadores das informações necessárias para que este trabalho chegasse até aqui;

Aos colegas do Colégio Alcebíades Azeredo dos Santos, por terem compreendido e apoiado à realização deste trabalho;

Ao amigo e irmão de caminhada e esperança, José Nilson, pelo incentivo e planejamento de um futuro que parecia estar tão distante, mas que aqui passa a materializar-se;

Ao NUPERGS do Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas da UFRGS, pelo atendimento e confiança;

Ao Museu de Comunicação Social José Hipólito da Costa cfe. pelo atendimento e importância na guarda de documentos históricos, particularmente os jornais;

A todos os familiares e amigos pela paciência;

Aos colegas da PUC-RS, que estão na batalha pela reorganização da Associação de Pós-graduação em História, dada sua importância no planejamento e divulgação da pesquisa;

Aos companheiros de luta partidária e sindical que foram tolerantes com as ausências;

Aos funcionários da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, que me propiciaram o acesso às fontes da vida parlamentar de Raul Pilla;

Aos sobrinhos de Raul Pilla: Nelson, Sônia e Ruthe Pilla, pela gentil e animada acolhida. As suas informações foram preciosas.

É a política, ao mesmo tempo, a mais bela e a mais feia, a mais nobre e a mais desprezível das atividades humanas. Tanto mais desprezível e feia nas suas deformações, quanto mais nobre e bela na sua pureza originária. Porque, se ela se pode definir a arte do bem comum, converte-se na arte do mal supremo quando se deixa tomar da paixão do poder e esquece os altos objetivos.

Raul Pilla

RESUMO

Raul Pilla foi um dos deputados que representaram no Parlamento Brasileiro, um discurso na defesa do sistema de governo parlamentarista. Não será equivocadamente mencionado como o mais importante defensor deste sistema de governo na história da república brasileira. Nasceu em 1892, em Porto Alegre, filho de imigrantes italianos. Viveu intensamente a política, tendo iniciado cedo sua participação partidária. Participou dos acontecimentos mais importantes do século XX no Rio Grande do Sul e no Brasil. Foi deputado por cinco mandatos, tendo renunciado em 1966, por não aceitar o autoritarismo do regime militar. Faleceu em 1973. Era defensor da democracia liberal. A investigação está inserida na linha de pesquisa do gênero biográfico, desenvolvida, sobretudo, na análise de conteúdo e das fontes documentais, levando em conta a experiência de um indivíduo e o contexto que o levaram a defender determinadas posições.

Palavras-chave: Parlamentarismo; fidelidade partidária; pensamento político; biografia.

SUMÁRIO

RESUMO -----	7
ACERVOS CONSULTADOS-----	10
ABREVIATURAS UTILIZADAS NO TRABALHO -----	11
INTRODUÇÃO -----	13
1 RAUL PILLA: FORJADO NA DISPUTA POLÍTICA DE SUA ÉPOCA -----	22
1.1 Contextualização Geral da Política Internacional Americana -----	26
1.2 Contexto da Política Internacional Brasileira -----	31
1.3 A República e a Revolução Federalista -----	36
1.4 O “governicho” e a Revolução Federalista -----	37
1.5 O Rio Grande e a Revolução Federalista -----	40
1.6 Os Resultados do Conflito -----	45
1.7 O Fruto da República -----	47
1.8 Sobre a Família -----	48
1.9 Os Sonhadores -----	50
1.10 A Unidade Familiar -----	53
1.11 Raul Pilla: Os Primeiros Passos na Política-----	54
1.12 A Formação-----	57
1.13 Raul Pilla: Um Profissional -----	58
1.14 Um Político e a Revolução de 1923-----	61
1.15 O Partido Libertador – PL -----	62
2 RAUL PILLA: A VIDA PÚBLICA A PARTIR DE 1922- -----	72
2.1 A Eleição de 1922-----	78
2.2 Raul Pilla: Sua Escolha-----	83
2.3 Um Amor Frustrado -----	87
2.4 E a Vida Continua-----	90
2.5 Raul Pilla: Justificativa do Afastamento-----	91
2.6 Novos Paradigmas da Política Gaúcha-----	92
2.7 O Tratado de Pedras Altas -----	95
2.8 Considerações sobre a Política Estadual -----	97
2.9 Uma Epopéia Revolucionária -----	103
2.10 Raul Pilla: O Peso do Exílio -----	106
2.11 A Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul -----	122
2.12 A Inversão dos Papéis-----	124
3 O PENSAMENTO POLÍTICO DE RAUL PILLA-----	125
3.1 A Organização da Democracia -----	131

3.2 A Formação Histórica dos Povos Americanos-----	137
3.3 O Desenvolvimento Político no Brasil-----	140
3.3.1 Primeiro Reinado-----	140
3.3.2 A Regência-----	146
3.3.3 Segundo Reinado-----	148
3.3.4 A República-----	157
3.4 A Relação do Brasil no Sistema Político Latino-americano-----	158
3.5 O Entrave da Evolução Democrática na República-----	160
3.6 A Lacuna e a Contradição-----	162
3.7 O Combate das Idéias do Relator Quanto ao Parlamentarismo no Império -	164
3.8 O Presidencialismo dos “Patriarcas” da Filadélfia-----	168
3.9 A Suposta Incompatibilidade Federativa-----	173
3.10 O Conceito de Federação-----	175
3.11 Um Exemplo de Federação: Canadá-----	179
3.12 A Relação entre Presidencialismo, Parlamentarismo e Centralização-----	181
3.13 O Parlamentarismo e o Judiciário-----	184
3.14 A Influência do Regime nos Militares-----	187
3.15 A Transformação de Rui Barbosa-----	189
3.16 A Oportunidade da Reforma Parlamentarista-----	191
3.17 Presidencialismo: Símbolo do Atraso-----	193
3.18 Perfis Parlamentares-----	194
3.19 A Questão do Socialismo-----	197
3.20 Um Fino Elogio, Uma Meia Vitória-----	199
4 NO AVANÇAR DO TEMPO: O REINICIAR DA VIDA-----	201
4.1 O Grande Reencontro-----	205
4.2 Da Tribuna da Câmara Federal do Brasil-----	215
4.3 O Parecer de Afonso Arinos-----	224
4.4 Falando da Tribuna: Temas Diversos-----	226
4.5 A Implantação do Regime Parlamentarista no Brasil-----	230
4.6 Um Duro Golpe-----	236
4.7 O Último Pronunciamento-----	238
4.8 Retirada Definitiva-----	240
4.9 O Sistema Parlamentar não Morreu-----	241
CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	245
ANEXOS-----	252
FONTES-----	266
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA-----	268

ACERVOS CONSULTADOS

AHRS -	Arquivo Público de Porto Alegre (Porto Alegre/RS)
BPE -	Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS)
BPUCRS -	Biblioteca da Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
BUFRGS -	Biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
CDHPRGS-SC-	Centro de Documentação da História Política do Rio Grande do Sul - Solar dos Câmara (Porto Alegre/RS)
NUPERGS -	Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Riograndense Universidade Federal do Rio Grande do Sul- PPG- Ciência política
MCSHJC –	Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (Porto Alegre/RS)

ABREVIATURAS UTILIZADAS NO TRABALHO

PL –	Partido Libertador
FUG –	Frente Única Gaúcha
NUPERGS –	Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGCiência Política
RS –	Rio Grande do Sul
PF –	Partido Federalista
EUA-	Estados Unidos da América
AL-	Aliança Libertadora
AL-	Aliança Liberal
PRR-	Partido Republicano Riograndense
PRL-	Partido Republicano Liberal
PDN-	Partido Democrático Nacional
PRM -	Partido Republicano Mineiro
UDN –	União Democrática Nacional
ARENA -	Aliança Renovadora Nacional
MDB –	Movimento Democrático Brasileiro
AI.5 –	Ato Institucional n.º 5
CNBB -	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CUT –	Centra Única dos Trabalhadores
FIESP –	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
PT –	Partido dos Trabalhadores
PCB –	Partido Comunista Brasileiro
PC do B –	Partido Comunista do Brasil
PDT –	Partido Democrático Trabalhista
PMDB –	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
MPB -	Movimento Parlamentarista Brasileiro

STF -

Supremo Tribunal Federal

INTRODUÇÃO

A luta política é uma característica da organização dos povos. A intelectualidade, ao longo da história, participa na formulação de políticas públicas que construam condições de estruturação do poder. Neste contexto, Raul Pilla foi um político dedicado e polêmico, um intelectual¹ que buscou concretizar, através do parlamento brasileiro, um modelo de Estado que fosse em direção à democracia liberal. Projetou-se politicamente no Rio Grande do Sul, inicialmente através do Partido Federalista, no início do século XX e, posteriormente na fundação do Partido Libertador. Neste último, ocupou por longos anos, uma cadeira na Câmara dos Deputados e espaços nos quais buscou fazer o debate da reforma do sistema político. Apontaremos, em diferentes momentos, a sua defesa diante de quadros adversos da conjuntura política de seu contexto.

Raul Pilla nasceu em 1892 e faleceu em 1973. Ocupou posição destacada no cenário político entre as décadas de 1920 a 1960, no Estado e no país². Tanto o Partido Federalista quanto o Partido Libertador tinham um caráter regional, pois suas origens também se restringiam ao RS. Nesta trajetória, que desempenhou no Estado gaúcho, destacou-se, sobretudo nos aspectos relacionados aos princípios partidários. Através do PL elegeu-se, em 1933, Deputado Estadual no Rio Grande do Sul e, a partir de 1946, foi eleito sucessivamente Deputado Federal até 1966, quando renunciou ao parlamento brasileiro. Teve como modelo político um sistema parlamentar³,

¹ BOBBIO, Norberto. **Os Intelectuais e o Poder: Dúvidas e Opções dos Homens de Cultura na Sociedade Contemporânea**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 1ª Reimpressão. São Paulo: Editora Unesp, 2000. p. 109 e p.136. “[...] com particular referência a um sujeito específico ou mais precisamente a um conjunto de sujeitos específicos, considerados como criadores e transmissores de idéias, que desde há um século são normalmente chamados de ‘intelectuais’[...]” “O intelectual político e o intelectual puro representam dois modelos positivos, ainda que freqüentemente um seja negativo para o outro. Mas o termo ‘intelectual’, como já disse, é axiologicamente ambivalente”.

² BELACH, Israel. ABREU, Alzira et al. **Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro (1920 - 1983)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária: FGV/CPDOC, 2001.

³ A propósito de uma possível discussão quanto à definição de Regime ou Sistema de Governo, será usado sistema parlamentar, que está previsto na Emenda Constitucional nº 4, que institui o sistema parlamentar de governo no país. Cabe esclarecer que esta distinção não foi feita por Raul Pilla, ao que se sabe, nos escritos que produziu durante sua trajetória política. Usou indiscriminadamente tanto sistema parlamentarista quanto regime parlamentarista. Num dos trabalhos mais recentes sobre os discursos políticos de Raul Pilla, realizado por Mauro Gaglietti, o mesmo também não faz esta distinção, usando tanto sistema parlamentar, quanto regime parlamentar, colocando-os como termos análogos.

por se considerar partícipe de uma tradição dos federalistas, a partir de Gaspar da Silveira Martins, como o mais adequado modelo para o desenvolvimento democrático no Brasil.

Raul Pilla tem características muito particulares na convivência com seus correligionários, e uma personalidade que lhe dava destaque como grande líder de um partido político. Era considerado por seus partidários como um pensador político, o que está expresso nos seus documentos; mantinha constantemente debate teórico sobre questões públicas nos espaços públicos em que ocupou.

Homens, princípios, conceitos de sociedade se misturam nesta trajetória que é marcada por profundas disputas políticas, econômicas e sociais. Por isto, pesquisar a trajetória política de uma liderança do século XX, como Raul Pilla, tem dupla importância: primeiro, como destaque das disputas políticas locais, do RS, e depois, se estendendo para o cenário político nacional, portanto, mais abrangente. Num segundo momento, pelo fato de que Pilla era um intelectual, professor universitário, médico, jornalista e político, ao mesmo tempo em que ocupou, por longo período, os holofotes das disputas para a reestruturação do poder no Brasil.

Neste sentido, pesquisar e construir uma biografia política não é simplesmente o estudo “[...]de uma pessoa singular, e sim de um indivíduo que concentra todas as características de um grupo”⁴. Assim, a biografia tem como parâmetro central realizar a ligação entre a subjetividade e o contexto social⁵, devido à existência de contatos entre a vivência do biografado e as concepções de seus contemporâneos, uma vez que todos compartilham, em graus diferenciados, códigos culturais, possibilitando a convivência e a comunicação. A propósito desta discussão, Carlo Ginzburg se propõe a examinar esta questão, interrogando a pertinência de pesquisar idéias e crenças, salientando que: “*da cultura do próprio tempo e da própria classe não se sai, a não ser para entrar no delírio e na ausência de comunicação. Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um*”⁶.

Contudo, é necessário tomar alguns cuidados metodológicos para a abordagem do personagem Raul Pilla como liderança, pois este assume um papel que:

⁴ LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In. AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996. p. 175.

⁵ SCHMIDT, Benito Bisso. **Uma Reflexão sobre o Gênero Biográfico**: a trajetória do militante socialista Antonio Guedes Coutinho na perspectiva de sua vida cotidiana (1868-1945). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996. (Dissertação de Mestrado).

⁶ GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

a) desenvolve-se num contexto específico de interações e reflete em si mesmo a “situação” deste contexto; b) manifesta determinadas motivações do líder e exige atributos peculiares de personalidade e habilidade, além de recursos específicos, tudo isso variáveis do papel relacionado com o contexto; c) relaciona-se com as expectativas dos liderados, seus recursos, suas aspirações e suas atitudes⁷.

Dessa forma, Raul Pilla será apresentado, interagindo com os indivíduos e na construção de uma relação com o meio. Esta relação não deverá ser considerada fora de um contexto social, político, econômico e cultural. Este trabalho está dentro do gênero biográfico e não representa uma idealização do indivíduo Raul Pilla, mas a busca da reconstrução da ação de um sujeito histórico que contribui para os acontecimentos políticos de uma época.

Alguns elementos podem ser agregados nestes aspectos introdutórios acerca da biografia, pois ao longo do texto será retomado um conjunto de itens que podem denotar uma visão ampla sobre o trabalho. Abordaremos aspectos balizadores (O que?; Quem?; Quando?; Como?; Onde?; Por que?), no sentido de facilitar uma caminhada deste personagem. São referências que estão no núcleo da narrativa, buscando um sujeito que age e que sofre a ação.

Esta apresentação afasta-se do gênero biográfico tradicional (o sujeito enquanto um modelo que apenas influencia o meio), inserindo-se num novo gênero biográfico, que tem por finalidade a escolha dos personagens, a forma de construção da narrativa e o espaço da ficção nas biografias históricas. Sobretudo, nos referirmos à biografia não como uma atribuição de modelos de condutas, sejam eles positivos ou negativos, mas voltar-se para o entendimento de questões mais amplas, que fujam do voluntarismo individualista e trilhem numa trajetória individual contextualizada.

Está no horizonte deste trabalho um cuidado com a forma de construção da narrativa biográfica, devido às armadilhas que se apresentam para aquele que se propõe a percorrer este processo. Estas armadilhas estão no campo da narrativa, pois o biógrafo busca construir uma identidade estável para o personagem e definir sua vida a partir de um projeto linear e coerente. A razão mais forte desta armadilha é o fato de que já sabemos qual o final da história, e buscamos, ao longo do trabalho, estabelecer conexões entre os acontecimentos, visando garantir o seu

⁷ BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 11ª edição. Brasília: Ed. Da Unb. 1998. pp.713-716.

projeto de elevar o personagem a uma plataforma de linearidade. Esta necessidade de dar sentido à vida acompanha o biógrafo e o biografado, numa espécie de cumplicidade.

Para tal, podemos observar uma *ilusão biográfica*, termo proposto por Pierre Bourdieu⁸ para diversas áreas do conhecimento, com vistas à construção de biografias. Contudo, a biografia histórica atualmente está voltada para o destaque da diversidade, da multiplicidade de ângulos e para os papéis dos personagens. É possível perceber a pluralidade das identidades e a incoerência intrínseca na trajetória individual. A narrativa se constrói a partir de fragmentos da realidade individual, permitindo ao biógrafo perceber os significados ocultos e múltiplos de uma vida. A mais passível de discussão diz respeito ao espaço da ficção nas narrativas históricas. O avanço teórico-metodológico admitiu a participação da ficção no trabalho historiográfico. A produção da biografia, assim como toda a produção histórica, é encarada como uma reconstrução de realidades, ou seja, uma recriação do historiador. A biografia, desta forma, pode caracterizar-se como uma espécie de “gênero de fronteira”, termo utilizado por Giovanni Levi, situada entre a História e a Literatura, já que a narrativa da primeira aproveita-se do instrumental da seguinte⁹.

No entanto, ressalta-se o compromisso da História com o denominado “*mundo real*”, ao passo que cineastas e literatos possuem uma liberdade maior na criação de seus personagens, tendo como foco principal uma construção estética, prioritariamente. No entanto, para o historiador utilizar-se da ficção é estar sempre limitado pelos indícios do passado, os quais surgem da análise das fontes. A “*Invenção da História*”, portanto, traduz num levantamento de possibilidades, circunscrito a partir das informações contidas nas fontes. Embora, haja necessidade de não tornar tão rígida esta estrutura do gênero biográfico, convém ressaltar a importância do diálogo interdisciplinar.

Raul Pilla deixou vestígios biográficos que nos parecem, de certo modo, propositais. Obras como *Palavras de um Professor* tem este caráter de auto-apresentação, e de registro de um perfil que buscava transmitir para o leitor uma imagem positiva e de modelo de perseverança política, defensor de princípios sólidos, sustentados na história política do país. Para Lílían M. de Lacerda¹⁰, uma primeira característica recorrente nas autobiografias é o discurso inaugural de

⁸ BOURDIEU, Pierre. *A Ilusão Biográfica*. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

⁹ SCHMIDT, Benito Bisso. **Luz e Papel, Realidade e Imaginação: As biografias na História, no Jornalismo, na Literatura e no Cinema**. In. *O Biográfico: Perspectivas Interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

¹⁰ DE LACERDA, Lílían Maria. *Lendo Vidas: a memória como escritura autobiográfica*. In: MIGNOT, Ana Maria Chrystina Venâncio. BASTOS, Maria Helena Câmara. CUNHA, Maria Tereza Santos (Orgs.). **Refúgios do Eu**. Florianópolis: Editora mulheres, 2000.

cada obra, ou o lugar de fala do narrador: que é a construção de um discurso “verdadeiro” e “fiel” aos fatos. O narrador, portanto, afasta de seu retrato aquelas coisas indesejáveis, que porventura venham trazer traços negativos para sua imagem registrada na narrativa. Tal informação, segundo Lílian Lacerda, é para afastar as ambigüidades e as contradições, evitando ao máximo as interpretações que não focalizem a imagem da autobiografia de forma positiva.

Portanto, nos propomos neste trabalho a apresentar, a partir da documentação, o papel de Raul Pilla nos momentos determinantes da construção política no Rio Grande do Sul e no Brasil, enquanto vivência do indivíduo; a relação com Assis Brasil e Borges de Medeiros durante a implantação do Estado Novo, mencionando suas convergências e divergências; o relacionamento com os membros partidários, pois divergia em muitos aspectos, por exemplo, com Assis Brasil; os elementos que o levaram a tornar-se admirador de Gaspar Silveira Martins.

Como líder político e intelectual, se apresentou diante dos delicados momentos da vida política do Rio Grande do Sul e do Brasil, com uma alternativa “*correta*”, que era a mudança do mecanismo político. Sua atuação na redemocratização, a partir 1945, o papel que desempenhou diante da proposta de Emenda parlamentarista, na Câmara dos Deputados, durante sua atuação parlamentar.

A marca de Raul Pilla, que será apresentada neste trabalho, é da defesa do sistema parlamentarista de governo. Para tal, serão acrescentados mais alguns elementos de razão teórica, que nos permitem aprofundar os referenciais destas manifestações, que ocorreram e que estão registradas. Um dos pressupostos a ser focalizado é o método da análise de conteúdo¹¹, ao considerar que estes discursos pronunciados por Raul Pilla carregam potencialmente informações relevantes sobre suas concepções, interesses, representações, motivações e alcance de suas expectativas. Destaca-se que o biografado é o produtor de cada discurso e, portanto, um selecionador que classifica o conteúdo que foi externado. Naturalmente que a relação com o meio será fundamental para que o contexto seja expresso de alguma maneira. De outra forma, o biógrafo também é um selecionador que classifica e, a partir desta classificação busca interpretar tais documentos.

Para fazer tal apresentação, este trabalho foi dividido em quatro capítulos, distribuídos de forma cronológica, considerando momentos distintos na vida de Raul Pilla. No primeiro capítulo, foram trazidas informações mais contextuais da formação e da vivência do biografado, sobretudo

¹¹ BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Porto Alegre: Edições 70, 1977, p. 95.

apontando o contexto no qual deu os primeiros passos na política; a sua relação familiar e a participação no Partido Federalista. Compõem este primeiro momento, ainda, a sua formação acadêmica, as razões que o levam para o curso de medicina e os aspectos relacionados com a grande paixão amorosa do biografado.

No segundo capítulo, retomam-se aspectos importantes da vida pessoal, porém, o foco se torna a “*Revolução de 1923*”, resultado de mais uma disputa entre federalistas e republicanos no RS, protagonizada pelos candidatos ao governo do Estado em 1922: de um lado Assis Brasil e os federalistas, de outro, Borges de Medeiros e os republicanos. Neste momento, Pilla se destaca e passa a figurar como grande liderança federalista, entrando, portanto, no cenário político de forma pública e tomando a frente de negociações e de críticas ao governo de Borges de Medeiros. Menciona a questão da fundação do Partido Libertador e alguns elementos com relação ao apoio a Getúlio Vargas, em 1930, bem como, o posterior apoio aos paulistas, em 1932, em favor da constitucionalização e contra Getúlio Vargas. Segue, no fim deste episódio, a questão do exílio e o retorno deste processo, quando teve seus direitos políticos cassados. Ao retornar do exílio, elege-se deputado estadual no Rio Grande do Sul e na sequência vai romper com o PL, em 1936, afastando-se por um longo período da política. Seu retorno vai ocorrer em 1945, quando se elege deputado federal, e tem como marca de seu discurso a mudança do sistema de governo.

O terceiro capítulo se detém basicamente a um relatório paralelo, apresentado por Pilla na Comissão de Constituição da Câmara dos Deputados, por ocasião de uma crítica ao relatório oficial redigido pelo Relator da Emenda Constitucional nº 4, Deputado Afonso Arinos. É a parte da obra que caracteriza com mais propriedade o pensamento político de Raul Pilla, considerada neste trabalho como ponto relevante.

No quarto e último capítulo, examina-se de forma geral, os discursos pronunciados na Câmara Federal por ocasião do mandato parlamentar enquanto Deputado. Apresenta de forma sintética, aspectos da vida pessoal do biografado, especialmente do seu relacionamento com Esther Olinto de Oliveira. Retoma as razões de sua renúncia, enquanto Deputado Federal em 1966, em protesto ao “superpresidencialismo” exercido pelos militares brasileiros.

Por certo que as escolhas feitas neste trabalho estão associadas às limitações do seu autor e à complexidade que esta tarefa exigiu. O título dá o tom da distância que existe entre os elementos abarcados e a multifacetada história política de Raul Pilla, no contexto de sua existência: “Aspectos de uma biografia política”.

*“E o que é este ser sempre em silêncio e retirada?
Nós não podemos saber.
O que certamente podemos é apenas dizer que o ser é o que,
justamente por retirar-se e calar-se,
nos possibilita falar, perguntar,
questionar e dizer”.*
(Heidegger)

1 RAUL PILLA: FORJADO NA DISPUTA POLÍTICA DE SUA ÉPOCA

Na sessão do dia 21 de agosto de 1963, o Deputado Raul Pilla faz um pronunciamento na tribuna da Câmara Federal, advertindo seus colegas e o povo brasileiro, das difíceis condições políticas que o Brasil havia adentrado. A crise política, na sua avaliação, enveredava para a crise institucional e colocava em risco a tenra democracia brasileira. Para tal façanha, usa no seu discurso, um tom quase fúnebre, retomando aspectos pessoais e avançando para as questões gerais. Dos elementos da vida pessoal usado para formar o arcabouço do seu argumento, dava um tom de despedida, uma síntese e um balanço das disputas da sua atuação na vida pública brasileira. Nos aspectos gerais, deixava transparecer a sua insatisfação e denunciava as mazelas, os limites da administração pública, reportando os seguintes pontos:

Sr. Presidente, chegado ao fim de uma carreira, que o é também de uma existência, triste, melancólica, acabrunhador é o espetáculo que me oferece a nossa vida pública. Eu também, como em certa ocasião o velho Fausto¹², alimentei um grande e velho sonho. Sonhei em minha adolescência, continuei sonhando anos a fio, parece que ainda continuo sonhando, ver o Brasil e, com ele, toda a América, que me parecia o continente da fraternidade, transformado naquele país ideal, dos devaneios do sábio que se deixou tentar pelo diabo, para, finalmente, libertar-se dele. Mas, Sr. Presidente, se ainda creio, já comecei a

¹² Faz referência ao Fausto, da obra de Goethe.

descrer. O belo e antigo sonho se está dissipando, em face da triste realidade nacional[...]”¹³.

A mencionada crise política, citada por Raul Pilla, está relacionada com o contexto que levou à ditadura militar no Brasil, em 1964¹⁴. Neste trabalho, será mostrado um conjunto de intervenções de Raul Pilla acerca desta matéria, no Congresso Nacional. Tais intervenções retratam uma espécie de alerta para o meio político, destacando que, na forma como vinha sendo encaminhada a questão no Brasil pelo Governo Federal, haveria grande risco de restrições de liberdade. Buscando ilustrar este seu alerta, Pilla publicou em 1969, uma obra cujo título, demonstra esta preocupação: “A Revolução Julgada”¹⁵. Esta obra traz, no seu bojo, discursos que buscam caracterizar a questão do golpe militar. Este processo de ditadura militar se espalha pela maioria dos países da América do Sul, e está inserido dentro do processo do pós-Segunda Guerra Mundial, conhecido também, como “guerra fria”. Neste sentido, há uma estratégia política dos Estados Unidos: contenção da esquerda socialista, particularmente na América, pois estava inaugurado no mundo este pólo político, social e econômico.

Raul Pilla se considerava um idealista, herdeiro de uma tradição partidária que ao defender as idéias parlamentaristas percebe a impossibilidade de sua implementação¹⁶. Neste momento, o Parlamentarismo está sendo exercido no Brasil e, por incrível que pareça, contra a vontade de Pilla¹⁷. Apontava que o Parlamentarismo implementado nada tinha a ver com aquele idealizado na tradição política de Gaspar da Silveira Martins e outros. Para tratar deste ponto em específico, será aberto um capítulo no trabalho, cujo objetivo é esclarecer o posicionamento do biografado acerca desta matéria, na medida em que se desdobra numa série de debates e posicionamentos. Não será demais apontar as causas e as conseqüências de um acalorado debate,

¹³ PILLA, Raul. **Perfis Parlamentares 16**. Seleção e Introdução de Geraldo Guedes com a colaboração de Antonio Carlos Pojo. Brasília: Câmara dos Deputados, 1980. Discurso proferido na sessão de 21 de agosto de 1963, na Câmara dos Deputados da República Federativa do Brasil. In PILLA, p. 482

¹⁴ Vai desde a implementação do regime parlamentar em 1961, até o seu fim, com o plebiscito (15 meses depois) e o final do governo de Jango.

¹⁵ Será objeto do último capítulo deste trabalho.

¹⁶ Quando é referido o ideal, é para realçar que este deputado representava uma idéia política, capitaneada pelo seu partido: o Partido Libertador.

¹⁷ Este tema será retomado no decorrer do trabalho. No entanto, é necessário esclarecer que Raul Pilla votou favorável à Emenda em 1961, que não foi de sua proposição naquele momento, justificando que havia grande risco desta iniciativa acabar de vez com o projeto parlamentarista. Não se considerava um doutrinador apenas, mas um patriota, razão de seu voto favorável.

que se estabelece no parlamento brasileiro em torno desta matéria: a implementação de um novo sistema de governo.

Dando seqüência à discussão, ainda na mencionada sessão plenária, Pilla busca fortalecer seus argumentos, destacando as características do Partido Libertador, não como um simples partido, mas herdeiro da mencionada tradição liberal¹⁸, que protagonizou uma luta sangrenta e demarcatória no sul brasileiro:

Entretanto, se já não posso alimentar o velho sonho, por que o que confesso eu, que exerço a chefia de um partido que luta desinteressadamente por um ideal? Por isto mesmo, Sr. Presidente, quem visa a um ideal tem de partir da realidade, necessita conhecer-lhe os dados. E quem tem a responsabilidade de orientar e conduzir, como eu infelizmente a tenho, também tem a obrigação de advertir. Assim, as minhas palavras têm hoje, aqui, um sentido de advertência. Muitos a tem feito, outros ainda a farão, mas eu não poderia deixar de fazê-la. Advertir é só o que posso; advertir é só o que tenho podido fazer em toda a minha vida pública[...]¹⁹.

Neste aspecto, se evidenciam as características centrais do líder libertador. Com veemência, adverte e ao advertir demonstra a liderança que exerceu sobre um conjunto de homens públicos, no Brasil, e principalmente no Rio Grande do Sul, por décadas²⁰. Participou efetivamente dos mais importantes acontecimentos da história política brasileira do século XX: da Revolução de 1922, no Rio Grande do Sul; dos episódios da revolução de 1930, que conduziu Getúlio Vargas à Presidência da República; da Revolução Constitucionalista de 1932; do Golpe de Getúlio em 1937; da reativação da vida partidária pós-45, tendo ainda participado do processo que conduziu ao golpe militar em 1964. Destaque-se que não foi como apoiador dos golpes.

Com insistência, defendia a democracia e a existência de objetividade na condução da “coisa pública”²¹. Apontava que a máquina pública era imprópria para alcançar os interesses da participação dos cidadãos, e não atendia às necessidades que eram básicas para o país. A máquina, segundo Pilla, estava dependente integralmente dos indivíduos, atendendo, em muitos

¹⁸ Esta mencionada tradição liberal virá à baila mais adiante, dada a sua importância neste trabalho biográfico.

¹⁹ PILLA, 1980, p. 482. Discurso proferido na sessão de 21 de agosto de 1963, na Tribuna da Câmara dos Deputados em Brasília.

²⁰ As correspondências comprovam que Raul Pilla era conselheiro dos membros do Partido Libertador, especialmente das lideranças. Os membros partidários lhe chamavam de chefe, embora ele não atribuísse a si este encargo, cuja responsabilidade sim, era a manutenção dos ideais partidários.

²¹ “Coisa Pública”, refere-se aos órgãos e serviços públicos prestados à sociedade.

casos a seus interesses particulares. Este era um dos pontos que, segundo ele, vinha travando o desenvolvimento e principalmente a democracia. Centralmente, esta era a crítica que direcionava ao presidencialismo. Uma das razões para a implementação do parlamentarismo estava relacionada, basicamente, à auto e mútua fiscalização, tornando o serviço público mais transparente e menos dependente de um único indivíduo. Seguidamente mencionava nos seus discursos que o poder deve ser organizado pelos homens, para os homens. Apontava que o presidencialismo fora organizado para um super-homem. Como não existe entre os homens um super-homem, aí surge o malogrado poder corruptor e corrompido.

Era comum nas intervenções de Pilla na Câmara dos Deputados, fazer comparativos temporais e espaciais com outras experiências de governos. Trabalhava na perspectiva de retomada histórica, buscando afirmar que sua posição estava assentada em experiências bem sucedidas, visando dar um passo adiante, advertindo, como ele afirmara, a necessidade da discussão: *“Encontramo-nos, neste país, numa situação estranha. Ninguém discute, ninguém contesta, ninguém nega a democracia, contrariamente ao que sucedia quando o fascismo e nazismo estavam no apogeu”*.

Pilla, na data anteriormente mencionada, adverte que a democracia no Brasil estaria, como nunca antes, ameaçada. As circunstâncias²² estavam tomando proporções de crise eminente. Buscava agir como um magistrado no processo. Não apoiava o regime de João Goulart, que era o populismo, mas também não apoiava qualquer restrição às práticas da democracia.

Deveria, na sua opinião, ser estabelecido um conjunto de procedimentos que garantisse a participação da população, não só no período eleitoral. Neste sentido, o presidencialismo era prejudicial para o êxito neste ponto: o aprofundamento da participação social na administração pública. O parlamentarismo tinha um caráter evolutivo nas sociedades civilizadas.

Não tardava e sua argumentação, levantando críticas, tinha endereço certo: o presidencialismo. Na sua percepção, que estava ancorada na historicidade de argumentos, o presidencialismo era anômalo para atender às sociedades desenvolvidas, ou em fase de desenvolvimento. Ao contrário, era um empecilho para alcançar o aprofundamento da democracia:

²² Este contexto do discurso será dissertado no decorrer do trabalho. Neste ponto, a referência é ilustrativa.

Já não falo, Sr. Presidente, nas tristes e mesquinhas perversões a que o presidencialismo levou o regime democrático representativo na América Latina. Raquítica e enfezada que seja a democracia desses países, há sempre uma esperança de rejuvenescimento, de restauração: o bom sol, o bom ar e o bom ânimo fazem milagres²³.

Este pronunciamento tem uma grande importância para a vida do Partido Libertador e, principalmente, para a própria existência de Raul Pilla na política, pois de alguma forma, como em outras ocasiões, estava prevendo próximo o seu fim político. No entanto, as raízes destas afirmações estão registradas numa longa tradição brasileira, originária ainda no período imperial, do qual Pilla fazia sempre questão de relembrar. Os seus discursos tinham um conteúdo histórico, pois ao retomar uma discussão pretérita, advertia, e ao advertir, reorientava seus colegas com suas intervenções relativas ao futuro. Necessariamente se cercava de uma série de argumentos, que levavam para um foco: o parlamentarismo como a solução para a democratização e o desenvolvimento do Brasil.

Estes são aspectos que vamos percorrer ao longo deste trabalho, e deixar mais claras as origens, as contradições e os avanços que gestados neste momento. Buscaremos percorrer longos anos de militância política do líder libertador, e compreender a extensão do discurso proferido neste dia 21 de agosto de 1963. Outro capítulo que merece a atenção, é o discurso de 31 de agosto de 1966: uma crítica contundente ao modelo político implementado pelos militares e a renúncia ao mandato de Deputado Federal.

Entretanto, para compreender as posições de Raul Pilla é necessário percorrermos a sua trajetória de vida, associada com a trajetória do Partido Libertador e, a própria trajetória política do país. O personagem é herdeiro de uma tradição política brasileira que está enraizada por mais de um século na tradição liberal. A extensão desta afirmação nos remete a compreender que o biografado é conhecedor de detalhes da história política do Brasil e, traz à baila aspectos que há muito vinham sendo discutidos na Câmara dos Deputados, de forma bastante particular, principalmente relacionados ao sistema político.

Nas questões internas, particularmente no Rio Grande do Sul, a Revolução Federalista de 1893, constitui um ambiente de disputa política, incentivada pela passagem da monarquia para a república, no Brasil.

²³ PILLA, 1980, p. 482. Esta afirmação de Raul Pilla está contida no discurso pronunciado no dia 21 de agosto de 1963, na tribuna da Câmara dos Deputados.

Proclamado o novo regime [A República], foi nomeado o general Visconde de Pelotas governador do Estado. Os liberais, apeados, de improviso, de todas as posições, entregaram, a contragosto, a direção política e administrativa dos negócios públicos²⁴.

A dita Revolução foi uma das mais sangrentas lutas que ocorreu no Brasil no século XIX, em que a disputa estava alicerçada no modelo político a ser implementado e, principalmente a numa correlação de forças entre dois projetos, representados por dois homens e dois partidos. De um lado, estava Júlio de Castilhos, do Partido Republicano Rio-grandense que, ainda jovem, era uma grande liderança no Rio Grande do Sul. Do outro, Gaspar Silveira Martins, do Partido Federalista, que era defensor da monarquia e membro do Partido Liberal desde de 1860, senador e conselheiro político de Dom Pedro II.

Nestes aspectos, cabe esclarecer que para entender o posicionamento de Pilla, convém contextualizar de forma geral estes episódios da política brasileira, e considerar que as decisões estão correlacionadas num jogo de forças, para estabelecer a hegemonia de um, ou de outro projeto de sociedade.

Já há neste tempo, o Partido Liberal que, após a proclamação da República, conservou-se durante dois meses em cautelosa expectativa, sobretudo depois que portaram seu chefe, tinha rompido em franca oposição à política republicana²⁵.

É importante saber qual foi o contexto que levou o Brasil para uma república presidencialista e, as conseqüências que trouxeram ao país esta abrupta mudança de sistema político. Por certo que o velho Partido Liberal, constituído no início do primeiro império mantém seus ideais latentes no cenário político brasileiro. Considera-se que o personagem principal tem o seu papel construído a partir de políticas que estão enraizadas pelos anos que percorreram o governo imperial no Brasil.

Os fatores que levam à finalização do governo de Dom Pedro II, em 1889, são múltiplos, caracterizados principalmente pela ascendência da burguesia emergente no Brasil e da disputa política. Portanto, fatores econômicos e políticos diretamente. Abrir novos mercados e

²⁴ ESCOBAR, Wenceslau. **Apontamentos para a História da Revolução Riograndense de 1893**. Brasília: Editora UNB, 1983. p. 08

estabelecer um relacionamento com os EUA, faziam parte dos planos destes “heróis” republicanos.

Alguns aspectos que levaram à proclamação da independência no Brasil estavam relacionados ao contexto político das relações internacionais. Uma vez que os EUA queriam ampliar sua influência na América Latina, o Brasil estava neste contexto de reestruturação, na medida em que o reinado de Dom Pedro II mantinha por questões históricas, estreito relacionamento com o “velho mundo”. Esta aproximação também está diretamente imbricada à disposição de metas estabelecida pelos próprios EUA, que será abordado num breve espectro.

1.1 Contextualização Geral da Política Internacional Americana

“As grandes nações estão absorvendo rapidamente, para sua futura expansão e sua presente defesa, todos os lugares ermos da terra. É um movimento que contribui para a civilização e o progresso da raça. Como uma das grandes nações do mundo, os Estados Unidos não devem ficar fora desta linha de ação.”

(Senador Henry Cabot Lodge, 1895)

Importa destacar aspectos que estão relacionados à conjuntura mundial, e tratam da política internacional do Brasil, que leva à proclamação da república em 1889. Neste sentido, os Estados Unidos assumem um papel central para o desfecho das políticas relacionadas para com o continente americano, particularmente com os interesses da burguesia nacional brasileira. Os problemas internos estavam apontando para soluções voltadas para mundo da economia de mercado. Ainda em 1865, quando da Guerra da Secessão, um período sangrento nos Estados Unidos - 600.000 mil mortos e condições de vida precárias - o fim da escravidão e a pobreza ocupavam as preocupações do povo americano. Segundo Lars Schoultz (2000):

²⁵ ESCOBAR, 1983, p. 09

Foi durante estas três últimas décadas do século XIX que os cidadãos dos EUA, pouco a pouco, desenvolveram o desejo de adquirir um império no estrangeiro. Este interesse era diferente daquele anterior à guerra civil, quando os EUA haviam se expandido para absorver terras escassamente povoadas, rumo a oeste²⁶.

Durante este período, pós-guerra civil houve por parte dos EUA uma política internacional expansionista. Não em termos de território, e sim relacionada a mercados. No entanto, num primeiro momento os EUA buscaram ampliar seu território, quando o expandiram para o Oeste. Porém, logo se percebeu que a estratégia de controlar mais territórios não era o melhor negócio. Era muito difícil para os EUA agregarem a seus territórios países ainda mais pobres que o seu. Um dos episódios que podem exemplificar esta situação refere-se basicamente ao envio de um representante do governo americano à República Dominicana, em 1869, cujo objetivo era tratar de um arrendamento da Baía de Sanamá. Este episódio nos dá a dimensão do espírito intervencionista (política e econômica) dos EUA sobre a América, embora não tenha alcançado êxito na tarefa, conseguindo apenas absorção de Porto Rico, em 1870²⁷.

Desde de 1870, um consenso passou a existir nos EUA: de que era desaconselhável expandir as fronteiras da nação se isto implicasse no acréscimo de latinos americanos à União. A única exceção, Porto Rico, foi precisamente isto – uma exceção - e que virtualmente todos em Washington ainda esperam que jamais se repita²⁸.

Neste período, o comércio externo tem um notável crescimento junto com a economia doméstica, uma demonstração do desenvolvimento do mercado interno dos EUA e a construção de uma opinião pública que acompanhava as ações dos governos. Entretanto, as exportações americanas, entre os anos de 1865 a 1895, estiveram inalteradas, sendo exportados em torno de \$100 milhões, por ano. Todavia, nesta mesma época, os EUA tiveram um grande aumento das importações da América Latina, como um todo. A população aumentava rapidamente pós-guerra civil, saltando de 35 para 70 milhões, até 1895. Havia um grande consumo de açúcar e café entre

²⁶ SHOULTZ, Lars. **Estados Unidos: Poder e Submissão. Uma política da história norte-americana em relação à América Latina**. Bauru/ São Paulo: EDUSC, 2000. p. 101

²⁷ Idem, p. 105

²⁸ Ibidem

os americanos. Nesta perspectiva, os EUA estabeleceram fortes laços com o Brasil e com Cuba, os dois maiores exportadores da América dos mencionados produtos. Para sustentar o crescimento interno, os EUA buscavam, acima de tudo, tornar-se um grande exportador. Estabeleceram como meta a qualificação do sistema de transporte ferroviário e a incidência sobre o planejamento da produção agrícola. É possível compreender que os EUA tinham a clareza de que a produção primária poderia alavancar o seu modelo de desenvolvimento, voltado para a exportação. Abrir as fronteiras comerciais dos demais países era uma das metas políticas dos EUA. O Brasil também entrava nesta rota de consumidor de produtos americanos.

Por esta razão é que se fez necessário estabelecer um novo modelo de desenvolvimento, que não fosse a monarquia. Havia, laço forte do governo monárquico com o “*velho mundo*”, qual seja: o mundo europeu. A Europa era adversário econômico dos Estados Unidos, na busca de abertura de novos mercados. Para tanto, era necessário estabelecer a organização de um pólo forte de sustentação do modelo dos EUA, na América.

Mas os mercados estrangeiros não estavam simplesmente esperando por navios carregados de produtos dos EUA, em seus portos. Naquela época, como agora, novos mercados tinham que ser abertos pela redução mútua de tarifas, e muitos se preocupavam que esta tática pudesse expor os produtos domésticos à produção dos baixos custos estrangeiros²⁹.

Com o avançar da revolução industrial havia a necessidade da construção premente do mercado de consumo. Os EUA entraram nesta disputa para vender seus produtos e a América Latina entra como uma das prioridades de suas iniciativas.

Como o republicano da Califórnia, John Miller, disse a seus colegas no senado: *“É preciso encontrar novos mercados para manter nossas fábricas funcionando. Aqui ao nosso sul, temos nossa Índia, e se tivermos a coragem, a visão e a sagacidade de utilizá-la com método apropriado, teremos novos mercados para nossos produtos e manufaturas que manterão todo o tear, toda a bigorna e toda a fábrica deste país em movimento”*³⁰.

²⁹ SHOULTZ, p. 107

³⁰ Idem

E ainda, para ilustrar esta luta norte-americana de ampliação de seus mercados, corrobora a afirmação de um secretário de estado, o Sr. William Evarts, de que América Latina teria que trabalhar para pagar os produtos dos EUA, condenando qualquer tipo de conflito interno nos países “índianos”, ao sul dos EUA: “*a energia popular, atualmente desperdiçada em esquema de revolução ou engrandecimento militar, se voltará para empreendimentos mais pacíficos*”³¹. Na visão do Sr. William Evarts, quanto mais conflito houvesse na sua mencionada “índia”, menos riquezas seriam produzidas e, por conseqüência, o consumo também não alcançaria as mercadorias norte-americanas.

Neste contexto surgem os interesses dos brasileiros, na organização da república presidencialista e, que contou com o apoio dos EUA. Mas este não foi um processo pacífico. Buscando ilustrar com mais propriedade, surge a referência com relação a Eduardo Prado (1860 a 1901), um dos mais importantes intelectuais brasileiros no século XIX. O processo de transição entre a monarquia e a república, em 1889, não contou com o apoio de parte da intelectualidade brasileira. Esta mencionada transição foi um processo, até certo modo, longo.

Eduardo Prado estava politicamente vinculado à monarquia e escreveu uma obra importante para a compreensão deste período no Brasil: *A Ilusão Americana*³². Foi uma obra que o autor usou para denunciar que a aproximação entre o Brasil e os EUA era uma fraude, e de nada poderia resolver os problemas brasileiros. O ataque principal de Eduardo Prado estava na relação do Brasil com os EUA, especificamente do modelo implantado: o presidencialismo republicano. Denunciava que os republicanos brasileiros se enganavam profundamente com esta aproximação do país a este modelo. Seu livro, por conta desta crítica, lhe custou a censura e um exílio, num período imediato a sua publicação³³.

É um contexto político, construído na busca de interesses econômicos, especialmente da burguesia nacional emergente, associada com a força econômica e política dos EUA. Por certo que o Brasil sofre mudanças políticas importantes, visando alcançar êxito econômico da

³¹ Cf. SHOULTZ, p. 107. Especificações da nota 16. (Congressional Record, 28 de fevereiro de 1884. p 1454; Carta do Secretário, 1º de maio de 1880, em Departamento de Estado dos EUA, Commercial Relations of the United State trith Foreign Countries, 1879, Doc. Exec. Da Câmara nº 90 Pt. 1 46 th Congresso 2ª Sessão 1883. Pg. 49.)

³² PRADO, Eduardo. *A Ilusão Americana*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

³³ PRADO, 1961, p.190: Na obra, Prado apresenta a relação dos fatos: “No dia 4 de dezembro de 1893, foi posto este livro à venda nas livrarias de São Paulo. Vendidos todos os exemplares prontos nesse dia, foi às livrarias o chefe de polícia e proibiu a venda. Na manhã seguinte, a tipografia em que foi impresso o livro amanheceu cercada por uma força da cavalaria, e compareceram à porta da oficina um delegado de polícia acompanhado de um burro que puxava uma carroça. O delegado entrou pela oficina e mandou ajuntar todos os exemplares do livro, mandou-o amontoar na carroça. O burro e o delegado levaram os livros para a repartição de polícia”.

burguesia local. Estas circunstâncias ditam de certa forma a presença dos maragatos na luta contra Júlio de Castilhos.

Segundo Moniz Bandeira³⁴, o processo de americanização do Brasil não foi pacífico, como já teria sido apontado pela historiografia em outros momentos. Houve efetivamente resistências internas importantes. Os positivistas criticaram o projeto de Constituição elaborado por Rui Barbosa e sua equipe. Miguel Lemos e Teixeira Mendes encaminharam ao Congresso Nacional, em 1890, uma Representação, que modificava o projeto de Constituição apresentado pelo governo. Tal proposta assentava-se na acusação de que havia um transplante, de forma mecânica, da Constituição dos EUA para o Brasil, porém muito pior. A Constituição dos EUA era remanescente de seu processo de independência. Os republicanos também não estavam todos convencidos de que este seria o melhor processo para o Brasil, a começar por Rui Barbosa, que não estava satisfeito com os acordos aduaneiros feitos pelo governo brasileiro junto aos EUA, em 1892, pois o considerava lesivo para o Brasil. Há de ser considerado, no entanto, que a reação mais forte contra os Estados Unidos partiu dos monarquistas, que estavam alojados no poder e, com a saída de Dom Pedro II, foram retirados.

Então surge a obra de Eduardo Prado, *Ilusão Americana*, a que atacava frontalmente a política externa brasileira, quando alterava o rumo de sua política, em direção ao norte da América, pelos republicanos. O novo governo preocupou-se com a crítica que Eduardo Prado fazia a respeito desta questão, pois era consistente e trazia à luz limitações desta relação com os EUA, que poderiam inviabilizar, ou jogar a opinião pública contra o novo regime. Esta crítica de Eduardo Prado lhe custou um exílio e o recolhimento de seu livro no Brasil. Ainda escreveu em 1894, quando estava em Londres (em fuga): “*possuir este livro foi um delito, lê-lo, conspiração, crime, havê-lo escrito*”.

Com estas considerações gerais sobre as relações internacionais do Brasil, será possível introduzir um próximo tema, que é das disputas internas do Brasil, gerando uma tradição política que avança de forma significativa no século XX, período de grande participação de Raul Pilla.

Porém, é necessário fazer referência sobre os compromissos que o Brasil assumiu, através de lideranças (principalmente as republicanas), quanto aos EUA. Foi efetivamente a aproximação e apoio mútuo nas questões políticas, visando as vantagens econômicas da elite política emergente. Este comportamento levou o Brasil a derrubar a monarquia e estabelecer um novo

³⁴ BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973. p. 146

sistema político: a República. Em 15 de novembro de 1889, é proclamada a República Federativa do Brasil, com o apoio dos EUA.

1.2 Contexto da Política Internacional Brasileira

No plano diplomático, não houve rompimento dos diferentes países com o Brasil por ocasião da mudança de regime político, em 1889 que passou da Monarquia para República Presidencialista aos moldes dos EUA. O primeiro Ministro das Relações Exteriores do Brasil, no governo provisório, foi Quintino Bocaiúva e o mesmo, num relatório ao governo, relatava que ocorria uma relação formal com os demais países, pois estes, aguardavam, com certa apreensão, o desfecho da crise brasileira. Inicialmente, Londres tem um firme posicionamento em relação ao Brasil e, de alguma forma, dá sinal positivo para o estabelecimento de relações diplomáticas com a nova República brasileira. Mantinha um acompanhamento dos problemas internos brasileiros. A grave crise política do Brasil de 1891, em decorrência dos desentendimentos entre Congresso Nacional e o Presidente Deodoro da Fonseca, foi atentamente acompanhada pela imprensa londrina. Valem observar, que o desfecho deste processo é a renúncia do Presidente Deodoro da Fonseca, e a ascensão de Floriano Peixoto à cadeira presidencial. Novamente se instalam, do ponto de vista internacional, perspectivas sombrias sobre a manutenção da institucionalidade do Brasil. Sob este aspecto, a instabilidade brasileira sofria com a retração de investimentos e a intranquilidade política, pois no dia 23 de novembro de 1891, Deodoro fechou o Congresso, começando assim, uma guerra de versões sobre a crise.

Em 1893, os londrinos fizeram críticas contra o Brasil e a crise, especialmente dos episódios que ocorriam no Rio Grande do Sul, mobilizava a opinião pública mundial, visto ocorrer a ausência de um desfecho apaziguador. Este episódio representou um verdadeiro descontrole e uma violência sem precedentes aos olhos internacionais. De acordo com Amado Luiz Cervo (1981):

Mesmo após a Revolta da Armada, e já eleito Prudente de Moraes, o influente The Times de Londres, na edição de 21 de maio de 1894, fez um julgamento severo a respeito do Brasil, ao mesmo tempo que demonstrou ceticismo no que

se referia a sua tranqüilidade política e antevia, igualmente, a possibilidade de pronunciamento: em todos os casos o observador europeu não pode depositar grande confiança em que um novo salvador da sociedade, não se faça ouvir no Rio de Janeiro dentro de não muito tempo³⁵.

Mais adiante: *“Desde que se sacudiu o benévolo e pacífico governo de Dom Pedro, a administração do país tem caído na mão de especuladores e aventureiros”*. Ainda asseverou que os governos pós-Dom Pedro II, estavam fragilizados, devido à implantação do novo regime³⁶. Houve uma certa concordância dos monarquistas e dos observadores estrangeiros, como é o caso do Barão de Rio Branco, que visualizara a impossibilidade da República trazer a ordem e o desenvolvimento. Mantinha uma exacerbada preocupação com a não consolidação das liberdades no país. Logo após a instauração do novo regime político no Brasil, o Barão do Rio Branco escreveu que: *“ainda não era possível fazer a opção entre Monarquia e República, mas sim entre República e Anarquia[...]*³⁷.

Este período transitório da vida política brasileira retrata as dificuldades e os limites de implementação de novas políticas públicas para o país, bem como apresenta de forma sintomática as dificuldades de reconhecimento internacional da efetivação da política, como observa o trecho que segue:

No início da vida republicana, na fase de consolidação das novas instituições, uma das principais tarefas da delegação brasileira em Londres consistiu em procurar desfazer a imagem negativa que o país ia adquirindo, fato que redundaria, obviamente, em prejuízo para as finanças e a economia nacional. A leitura da documentação diplomática não só demonstra todo esse esforço como confirma as informações trazidas por outras fontes³⁸.

Os Bancos Ingleses exerceram grande pressão sobre o Governo Brasileiro, inclusive ameaçando retirar-se do Brasil. Esta situação põe em alerta os Ministros das Relações Exteriores,

³⁵ CERVO, Amado Luiz. BUENO, Clodoaldo. **A História da Política Exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1981, p. 140.

³⁶ Idem. Uma série de agiotagem e peculato[...]. Política na era republicana têm sido uma grande contenda entre turmas rivais de especuladores[...]. Os brasileiros na verdade tem pouca razão para congratular-se pelos resultados da mudança, que em 1889 foi aclamada como a inauguração da idade de ouro. Matéria do Jornal Inglês acima referido. São manchetes de jornais, na Inglaterra, segundo Amado Luiz Cervo, publicados durante o momento de transição da monarquia para república.

³⁷ Idem, ibidem

³⁸ Ibidem, p. 141.

Quintino Bocaiúva e da Fazenda, Rui Barbosa. Ao que se tem informação, estes problemas adentraram nos outros governos brasileiros. Havia uma preocupação recorrente, neste período da passagem da monarquia para a república: os interesses financeiros em jogo. A instabilidade política poderia trazer sérios prejuízos para a economia e comprometer efetivamente o novo regime político³⁹.

Era grande a expectativa neste momento de 1890, pois a linha de defesa, até então cristalizada pela diplomacia brasileira, estava fragilizada e gerando confusões que traziam o risco de grandes prejuízos ao Brasil. Posições diversas surgiram em função desta questão, como foi o caso do Manoel Morais e Barros, senador por São Paulo, na época, ao afirmar da dispensabilidade da diplomacia centralizada no Ministério das Relações Exteriores, e mais do que isso, a defesa intransigente de um relacionamento mais aproximado com a América do Sul, garantindo um sistema de relações exteriores regionalizados. Estas afirmações são componentes do trabalho realizado por Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, conforme bibliografia. Acrescentando a este ponto, importa frisar a seguinte afirmação relacionada a esta matéria, pois se trata de uma interferência do Congresso Nacional na política no Poder Executivo.

Na linguagem dos parlamentares, ‘*republicanizar*’ as relações internacionais do Brasil, equivalia a privilegiar o contexto americano, como se pode observar em Francisco Glicério, a quem não interessava a constelação do poder europeu então vigente. Parte dos deputados, eivados de jacobinismo, tinha preconceitos contra formas de governo não republicanas e contra europeus em geral, mesmo em prejuízo aos interesses nacionais⁴⁰.

As tratativas mencionadas acima se referem às políticas internacionais do Brasil, trazendo no seu bojo a carência de uma linha clara de encaminhamentos, e demonstrando as limitações e disputas que ocorriam internamente. Apresentava-se com uma certa naturalidade o fato de o Brasil buscar o apoio dos ensaiados passos da superpotência que está surgindo, neste caso, os EUA. Nesta perspectiva, podemos atestar que o liberalismo que estava em discussão no Brasil passava pela defesa dos direitos individuais e a formalização das relações sociais, políticas e econômicas (institucionalização). A burocratização que passou a ser implementada nas estruturas

³⁹ CERVO, 1981, p.145. Nota: AHI. Ofício confidencial de Londres, 14 de maio de 1890.

⁴⁰ Idem

do Estado brasileiro tinha como objetivo, o estreitamento dos laços do Brasil com as grandes empresas internacionais. Quando das crises políticas internas, imediatamente reflete nos aspectos de relacionamento externo. Esta demonstração sugere claramente o intenso período de desequilíbrio interno, pois entre 1889 e 1902 (sem contar o período que Deodoro da Fonseca está como interino, em 1889), onze ministros das relações exteriores foram revezados. Tratava-se definitivamente da busca de uma diretriz política para o País⁴¹.

A obra de Eduardo Prado causa repercussão na opinião pública brasileira. A proibição da obra, pela ditadura Floriano Peixoto, tornou-a ainda mais importante. Avançou o tempo e mais atual esta se configurava. Foi o protesto de um intelectual, filho da aristocracia paulista, porém monarquista. Prado não aceitava as transformações que o capitalismo ia operando no seio das sociedades modernas, ao afirmar: “*Copiemos, copiemos, pensaram os insensatos, copiemos e seremos grandes! Deveríamos antes dizer: sejamos nós mesmos, sejamos o que somos, e só assim seremos alguma coisa*”⁴².

A denúncia de Eduardo Prado é acompanhada por mais um intelectual brasileiro: Joaquim Nabuco, que publicou uma obra cujo título demonstra seu posicionamento: “*A Intervenção Estrangeira, durante a Revolta*”, em que acusava o governo do Gen. Floriano Peixoto de abrir mão da soberania nacional, em troca de favores americanos: “*Eu não contesto que o Marechal Floriano tivesse o direito de defender a sua autoridade; não tinha, porém, o direito de apelar para o estrangeiro*”. Posteriormente Joaquim Nabuco aderiu à República e à nova política adotada pelo Brasil, o Pan-americanismo: “*diga ao Presidente que não há no serviço maior monroísta do que eu*” – *pediu em carta de Londres, a Tobias Monteiro*⁴³. Tornou-se o primeiro embaixador do Brasil em Washington⁴⁴. Mas as disputas estavam longe de terminarem. Outro intelectual importante no cenário brasileiro foi Oliveira Lima, que acusou Eduardo Prado de *panfletário de grande talento*⁴⁵. É desnecessário afirmar que Oliveira Lima não concordava com o posicionamento de Eduardo Prado. Quando fez esta crítica, destacou que Eduardo Prado não tinha feito distinção entre os americanos e, ao não fazê-las, generalizava e ao generalizar perdia a importância, denotando uma crítica esvaziada. Evidente que havia aspectos que Oliveira Lima

⁴¹ CERVO, p.147

⁴² Idem, p. 172.

⁴³ NABUCO, Carolina. **A vida de Joaquim Nabuco**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1928. p. 434.

⁴⁴ O Barão do Rio Branco, no Governo de Campos Sales, elevou a Legação do Brasil em Washington à categoria de embaixada (1905).

⁴⁵ LIMA, Oliveira. **O pan-americanismo: Monroe, Olívar, Roosevelt**. Rio de Janeiro: Editora Garnier, 1907. p. 372.

concordava. Especialmente aquele que apontava os EUA como a grande potência colonial na América. Neste período os EUA haviam anexado as Ilhas do Hawái, depois de uma conspiração que destronou a realeza indígena e proclamou a República dos filhos missionários. Apossaram-se de Porto Rico e das Filipinas, como resultado de uma guerra que alegaram empreender em nome da liberdade e da civilização. Estavam preparando a invasão em Cuba, sob o pretexto de restabelecer a ordem pública.

No entanto, Rui Barbosa que erigiu as instituições da República, segundo o modelo americano, mais tarde apoiou as advertências que foram escritas por Eduardo Prado, considerando que a obra era: *“feita de ciência, verdade e patriotismo”*. Atestou que *“advertir na facilidade com que, para os estados fracos, se converte em tutela à intrusão doméstica dos poderosos”*, questionando a Doutrina Monroe que, no seu exame, permitiu que os americanos no campo diplomático fossem beneficiários de intervenções na América (EUA x Continente – o contrário não existiu) e, portanto dando razão às críticas elaboradas por Eduardo Prado.

O objetivo deste tema é dar uma visão geral sobre os conflitos, as disputas e os encaminhamentos pelos quais o Brasil sofreu no processo que levou à passagem da monarquia para a república. Introduzir a questão da contextualização nos ajuda a compreender que a política brasileira tem uma construção que passa pelo desenvolvimento do capitalismo de forma mundial, e centra-se também nas disputas internas. É dentro desta perspectiva que está inserida a Revolução Federalista. Há no Brasil, um momento de mudança, que afetava diretamente as relações provinciais. No Rio Grande do Sul, de modo particular, pois o personagem político, foco desta biografia, está inserido neste contexto.

Raul Pilla é um conhecedor daquele período, estudioso dos textos relativos a transformações políticas, buscava dar seguimento às discussões, que no avançar do tempo estavam sendo realizadas no seu tempo⁴⁶. Os debates que se seguem são carregados de heranças e implementações, de políticas que não são apenas circunstanciais, mas querem destacar a construção da política brasileira. Na manifestação de Pilla, no dia 16 de setembro de 1949, na Tribuna da Câmara do Congresso Nacional, assim refere-se aos EUA: *“os EUA são um grande*

⁴⁶ GALIETTI, Mauro José. **Os Discursos de Dionélio Machado e Raul Pilla: O Político e suas múltiplas faces.** Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUC-RS, 2005. p. 210

país, uma grande república, uma grande nação; como democracia, porém, deixa muito a desejar”⁴⁷.

Mesmo preocupado com as questões macro da política brasileira, não raro o Rio Grande do Sul era o objeto político de Raul Pilla. O Estado onde nasceu e viveu, criou suas raízes e assumiu uma tradição política: o de maragato convicto. Embora, tenha por questões circunstanciais e de estratégia política, aproximado os federalistas e os republicanos, não deixou de expressar os princípios centrais dos federalistas, nos espaços onde trabalhou e interviu.

Sobre a Revolução Federalista, algumas obras são clássicas, e muitas buscam tratar das razões e dos detalhes desta sangria no Rio Grande do Sul. Uma importante obra é de autoria de Wenceslau Escobar, dirigente partidário do Partido Federalista durante o período da mencionada Revolução, e trata deste tema, como maragato que era, e participante deste processo.

1.3 A República e a Revolução Federalista

A instalação da República em 1889, apesar de mudar a forma de governo e de alterar o comando do aparelho estatal, não altera efetivamente a máquina pública. Ao proclamar a República, o primeiro documento sobre as funções burocráticas do Estado é taxativo: *“as funções da justiça ordinária, bem como as funções da administração civil e militar, continuarão a ser exercidos pelos órgãos até aqui existentes”*⁴⁸. Diante desta circunstância, parece que a transferência do sistema político brasileiro é um engodo para apresentar soluções falsas para problemas que o Brasil atravessava. De outro lado, desbanca parte das elites, e sustenta-se outra parte que tem compromissos com as forças militares (que agora são republicanas), de tal modo que a mantém, sendo que estas mesmas forças possuem uma espécie de independência, em relação ao poder constituído pela República. Os militares não conseguem, na opinião de Vitor Leal, acabar com a corrupção, desestimulando que houvesse mais atropelos ao redor dos elementos que eram possíveis de encaminhar nas vias institucionais. Há punições no que tange ao

⁴⁷ PILLA, 1980, p. 178. Discurso proferido no Congresso Nacional dia 16 de setembro de 1949, cujo tema era a Lei de Segurança Nacional.

⁴⁸ SILVEIRA, Urias A. de. **História da Revolução Brasileira de 15 de novembro de 1889**. Proclamação do Governo Provisório. Rio de Janeiro: Laemmert, 1890. p. 217

combate da corrupção, e uma ação mais efetiva das forças armadas, apelando para o uso das armas como instrumento coercitivo, buscando um clima apaziguador⁴⁹.

A Constituição Federal de 1891 implantou o federalismo e remeteu aos estados as questões da organização policial, e cada um organizou o seu sistema de coerção da maneira que lhe pareceu mais adequado para suprir as suas necessidades. Cabe destacar, portanto, que não havia uma política nacional no que se refere às questões dos poderes de polícia, ou melhor, a política nacional era aquela que transferia responsabilidades para os poderes regionais. Neste sentido, a República praticamente não avança em relação ao império, pois o Exército continuava sendo Guardião do poder central e só faz algum tipo de interferência nas regiões, quando este se vê ameaçado. Porém, há a deliberação explícita dos poderes para as polícias estaduais agirem rigorosamente nos conflitos regionais, preservando o exército brasileiro para um papel complementar. Naquele período, o exército estava com um papel secundarizado, e os estados sendo responsáveis pelo controle dos conflitos nas suas respectivas áreas de comando. Há de acrescentar-se ainda que, desde o império, havia a chamada polícia partidária, e foi sempre usada como instrumento habitual da ação política.

Este processo afeta diretamente o Estado do Rio Grande do Sul, que após um conjunto de alterações no governo estadual, conhecido como “*Governicho*”, conduz para o acirramento dos ânimos e, como consequência, ocorre a Revolução Federalista.

1.4 O “governicho” e a Revolução Federalista

No Rio Grande do Sul, a organização do Estado em bases republicanas ganha foros de crise a partir da renúncia de Deodoro da Fonseca, ao Governo Central, e da imediata deposição de Júlio de Castilhos, do Governo do Estado, seguindo-se o “*governicho*”.⁵⁰ Neste período há uma divisão do partido republicano, que trata imediatamente de preparar a volta de Júlio de Castilhos. De um lado aqueles que apoiavam incondicionalmente Castilhos como o grande líder

⁴⁹ LEAL, Victor N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3ª. Ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. p. 197.

⁵⁰ Cf. CASTILHOS, Júlio de. **AO RIO GRANDE DO SUL**. In: **A Federação**. Porto Alegre, 13,14 e 15-11-1891. Foi Júlio de Castilhos que, pelo jornal **A Federação**, batizaria este curto período com um termo depreciativo: “*Governicho*”.

republicano e, do outro, os que exigiam uma participação na administração pública no governo do Rio Grande do Sul. Esta divisão interna levou à deposição de Castilhos, no dia 12 de novembro de 1891, retornando em 17 de junho de 1892, conduzido pelos desgastes atribuídos ao grupo que assumiu por curto período. Júlio de Castilhos foi quem, de forma pejorativa, chamou este governo provisório, de “*governicho*”. Há de se observar que o mesmo enfrentou as disputas políticas, e travou uma batalha em duas frentes: uma interna, dentro de seu partido e que rapidamente removeu-os, desarticulando e tornando-se o grande símbolo dos republicanos no Estado do RS, e outra frente, externa: o combate aos federalistas. Castilhos sabia que esta seria mais difícil de fazer, com a remoção do cenário político.

A queda de Júlio de Castilhos estava relacionada ao apoio que o mesmo prestou a Deodoro da Fonseca, por ocasião do fechamento do Congresso Nacional e estabelecimento do Estado de Sítio. Estas medidas tomadas por Deodoro levaram-no também a sua insustentabilidade política, obrigando-o à renúncia e a sua substituição por Floriano Peixoto. Floriano Peixoto havia reconhecido que os fatos nacionais foram precedidos do levantamento “heróico do Estado do Rio Grande do Sul”⁵¹. Após a queda de Júlio de Castilhos, foi instaurada uma junta provisória que, como se viu ficou conhecida como, “Gevernicho” (foi uma sucessão de renúncias e posses) assim estabelecido:

Em 12 de novembro, Júlio de Castilhos abandona o governo; assume um triunvirato composto por Manuel Luiz da Rocha Osório, Assis Brasil e Barros Cassal; estes, a 17 de novembro, passam o governo ao General Domingos Alves Barreto Leite, que renuncia a 03 de março de 1892, assumindo novamente no seu lugar, Barros Cassal. Em 08 de junho, após a renúncia de Cassal, assume o governo o Visconde de Pelotas, passando a Silva Tavares, em Bagé, a 17 de junho. Nesse mesmo dia, Castilhos reassume em Porto Alegre, com o apoio de militares e populares republicanos renuncia e transfere o cargo ainda no mesmo dia a Vitorino Monteiro⁵².

⁵¹ CARONE, Edgard. **A República Nova (1930-1937)**. São Paulo: Difel, 1985. “Manifesto do Marechal Floriano à Nação. Rio de Janeiro, 23-11-1891”.

⁵² FLORES, Elio Chaves. **No tempo das Degolas: Revoluções Imperfeitas**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996. Este trecho de Hélio Flores é apresentado de forma cronológica, o momento de instabilidade do Rio Grande do Sul na virada da monarquia para a República.

Ainda, de acordo com Hélio Flores, há uma série de medidas que foram tomadas neste momento de singular desestruturação do poder no Estado do Rio Grande do Sul. A Constituição de 14 de julho foi revogada, extinguem-se os mandatos dos Deputados Estaduais e o cargo de Presidente do Estado. Além de ser um momento de grande instabilidade política, abriu-se o flanco para sedimentação de uma disputa que ainda ia se arrastar por décadas no RS. O fato de que algumas autoridades Castilhistas permanecem no “governicho” de Barros Cassal e Assis Brasil (este cunhado de Júlio), gerou um certo desgosto por parte daqueles que tinham feito a revolução. Este é o posicionamento de Escobar, quando declara:

Buscando a razão deste procedimento opinaram uns, serem ditados pelo desejo de chamar a si o partido do cunhado [Castilhos], outros, a meu ver com mais fundamento, pelo propósito de evitar cair o poder em mãos dos partidários do Dr. Gaspar Martins, que valha a verdade, foi sempre o duende dos republicanos Riograndense⁵³.

Foi um momento de disputa no Estado, tendo como desdobramento, a instabilidade política. É necessário salientar que o desfecho desta disputa resulta em milhares de mortos e uma “ferida” que por muitos anos continuava aberta a ponto de gerar conflitos, que tornam o Rio Grande do Sul foco da Revolução de 1923, e uma movimentação que tencionava politicamente o Brasil como um todo.

As lideranças políticas tinham posições marcadas pelos conflitos, e, como é o caso de Gaspar da Silveira Martins, sustentavam um regime político parlamentar para o Brasil. De acordo com Escobar, Gaspar Martins, ao regressar da Europa, manteve um encontro com Floriano Peixoto, em que insistiu: “estar tudo errado; que precisava desfazer o que estava feito para adotar-se a republica parlamentar”⁵⁴. Nesta mesma reunião, Floriano foi taxativo com Silveira Martins ao apontar “que se preciso fosse, defenderia com a espada a república presidencial”, dando por encerrada a reunião com o líder federalista.

Gaspar da Silveira Martins ainda procurou evitar o derramamento de sangue, pelo que consta, fazendo um apelo, carregado de aflição e através de uma carta, para o General

⁵³ ESCOBAR, p. 29.

⁵⁴ Idem, p. 35. O autor apresenta de forma ufanista a presença de Silveira Martins de volta ao Brasil, como o grande defensor de uma república parlamentar de governo.

Silva Tavares. Era uma demonstração, por parte de Silveira Martins, de sua impossibilidade de vencer, através de um conflito entre republicanos e liberais no RS. A carta faz o seguinte apelo:

Por mais que sejam as forças que comandais, se não as desarmardes darão lugar a uma terrível guerra civil, que é o maior flagelo que pode cair sobre um povo. General Mitre, à frente de 7000 homens, depôs as armas em La Verde, para não arruinar a pátria pela guerra civil. Mitre ainda é o cidadão mais respeitado de toda a confederação. Não comandaste em chefe o exército aliado, não foste Chefe de Estado, como Mitre. Mas não sois menos brasileiros, do que Mitre Argentino. Haveis de proceder como ele. Chefe do Partido, aconselho; correligionário, peço; rio-grandense suplico - guerra civil não⁵⁵.

Há nesta correspondência um claro apelo pela interrupção da Revolução Federalista. Gaspar da Silveira Martins, pelo que se depreende, sabia dos limites de armamento dos soldados federalistas, em relação aos republicanos. Embora a bandeira branca da paz tenha sido levantada, em vão, foi o seu aceno aos republicanos. A derrota era previsível. Ceifou a vida de milhares de cidadãos gaúchos e catarinenses. Talvez a fúria dos republicanos em não aceitar o pedido do maior líder da oposição republicana, estava exatamente na possibilidade de arrasar o seu adversário, pela superioridade que pensavam ter. Este é um capítulo marcado na história do Rio Grande do Sul como o mais sangüinário de todos os conflitos internos. Embora, os maragatos tenham criado dificuldades, devido a suas estratégias de guerrilha, ainda assim foram massacrados. De um lado, houve de fato uma demonstração de inteligência e estratégia por parte dos maragatos, na proporção em que agiam de forma que impossibilitava serem dizimados, e outro a superioridade bélica e numérica das forças do governo estadual. Os republicanos encontram um adversário maior do que imaginavam, à medida que o conflito se estendeu por três anos.

⁵⁵SÁ, Mem de. **A politização do Rio Grande**. Porto Alegre: Tabajara, 1973. p.35

1.5 O Rio Grande e a Revolução Federalista

É nesta perspectiva, de profundas transformações no cenário mundial e uma espécie de adequação do Brasil a estas novas circunstâncias, que está inserido o extremo sul do Brasil. Embora o RS tenha uma história seguida por determinados diferenciais, em relação aos demais estados da federação, não estando alheio às coisas que acontecem na república, tem aspectos particulares de sua formação. Na busca de esclarecimento acerca dos elementos fundamentais das mudanças que são estabelecidas no RS, é que se faz necessária a caracterização deste processo. É importante destacar que o Rio Grande do Sul foi o único Estado que manteve no início da República dois partidos políticos adversários: o Partido Republicano e o Partido Federalista, este fundado por Gaspar da Silveira Martins (ex-chefe do antigo Partido Liberal da época da monarquia, extinto pela república). Esta dualidade levou a grandes conflitos no Estado.

O interesse é precisar com mais detalhes em que conjuntura política e social Raul Pilla inseriu-se, e examinar a partir de que pressupostos constitui-se a sua conduta política⁵⁶. Poderia considerar que Pilla tornou-se um dos defensores das idéias construídas (pela dualidade partidária) e cristalizadas nas disputas, de modo particular no Rio Grande do Sul. A crise política que se instalava no período do nascimento de Raul Pilla era, acima de tudo, uma crise política e institucional devido ao processo de mudança do sistema político brasileiro. A maioria dos agentes públicos rio-grandenses mantinha interesses, e disputava ferozmente o seu posicionamento.

De um lado os republicanos, buscando modelar as estruturas do país de acordo com os interesses conjunturais da época, especialmente no plano internacional. De outro, aqueles que garantiram a permanência de Dom Pedro II não cansavam de lembrá-lo, e clamar pela sua volta. Dom Pedro II, com sessenta e cinco anos e exilado, escreve no dia do seu aniversário, dois de dezembro de 1890: *“Só a Pátria posso ver no meu amor”*. De alguma forma, buscava desestabilizar a República e passar a idéia de que ninguém mais do que ele poderia preocupar-se com Brasil, apontando uma espécie de ineficiência do poder público nas mãos de Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto. Talvez pudesse influir de alguma forma ainda nos poderes da República. A referida crise incitava uma dualidade no RS, que ceifou muitas vidas e trouxe uma radicalização política extrema, tornando-se Raul Pilla herdeiro deste processo. De acordo com Mem de Sá, foi esta dualidade que construiu, ou depurou, por longo período a política no Rio Grande do Sul:

⁵⁶ GAGLIETTI, p. 212

Nada, pois, em meu modo de ver, mais contribuiu para a politização do Rio Grande do que, após a constituição dos dois partidos adversos, o abismo dos ressentimentos, gerados pela guerra civil. Foi este ódio que cimentou, para vida e para a morte, a ligação e a fidelidade dos homens à grei a que pertenciam. Ou bem se estava de um lado ou bem do outro. Passar de cá para lá e de lá para cá - impossibilidade metafísica.⁵⁷

Estes aspectos que trilharam na vida pública no Estado servem para medir a dimensão deste episódio, e colocam um abismo entre dois projetos políticos, cuja consistência era sinônimo de profundos embates. O fortalecimento das posições traduzia-se em uma oposição sistemática, durante décadas. De acordo com Men de Sá, não cabiam composições políticas. Não eram apenas adversários, eram inimigos irreconciliáveis durante longo período.

Para compreender melhor e ilustrar a intensidade deste conflito, serão apresentados alguns recortes, retirados de uma obra, cujo título é: *Diário da Revolução Federalista*⁵⁸.

a) 17 de agosto de 1893: quinta-feira. Às 10 horas da manhã marchamos a São Sepé, com chuva, e fomos pousar no estabelecimento do Tenente Coronel Franklin Cunha, Comandante do 8º Regimento.

b) 18 de Agosto: Marchamos e sesteamos no campo do mesmo comandante, onde carneou-se gado de sua propriedade. Foi promovido a Coronel, por aclamação dos oficiais e praças do regimento o referido comandante Tenente Coronel Franklin Cunha. À tarde, marchamos e pousamos em casa do cidadão Luiz Jayme de Figueiredo.

c) 19 de Agosto: Seguimos em direção a São Lourenço, porém, voltamos da casa do cidadão Damásio Trindade para Caçapava, visto que o General Salgado, que se achava naquelas proximidades, assim o ordenara, indo sestar perto da casa do cidadão Hilário Gomes; entrando à tarde em Caçapava, e depois passeamos pela rua principal, voltamos e acampamos a alguns quilômetros retirados da cidade. O Comandante Cel. Franklin Cunha foi chamado à noite, pelo General Salgado que se achava nas proximidades da cidade.

d) 22 de Agosto de 1893: terça-feira. Sesteamos a margem esquerda do Arroio Santa Bárbara, campos de Baltazar de Bem, e pousamos em campos de Francisco Chaves. Foi Reorganizado o 8º Regimento de Cavalaria, da seguinte

⁵⁷ SÁ, 1973, p. 69.

⁵⁸ GUASINA, Luiz de Senna. **Diário da Revolução Federalista: 1893/1895**. Porto Alegre: Arquivo histórico do Rio Grande do Sul / EST Edições, 1999.

forma: Coronel Comandante Franklin Cunha; Major Fiscal Damásio C. Sarmiento, Capitão Secretário Luiz Guasina, Capitão Ajudante Pedro Rodrigues de Freitas, Tenente Quartel Mestre Joaquim Leandro Ferreira, Aferes Porta-Estandarte, Feliciano de Farias Correa e Antão Borges de Farias. Comandante do 1º Esquadrão: Major Joaquim Ladislau e Silva, Comandante do 2º Capitão Pedro Celestino e Bittencourt, Comandante do 3º Esquadrão: Capitão Damasceno Guedes Lima; Oficiais Efetivos e adidos à corporação: Tenente José Antonio Tibúrcio, Tenente Marcelino do Espírito Santo, Tenente Marcos Guedes de Siqueira, Tenente Gregório Taumaturgo de Oliveira, Alferes: Manoel Ayres de Siqueira, Lucrécio Rodrigues de Freitas, João de Farias Costas, Edmundo Dantas da Mota, Jonatas dos Santos Magalhães, João Vicente de Jesus Filho, Cândido Alves Martins, Estevão Ayres de Siqueira, Zeferino dos Santos Carpes, encarregado da munição.

Esquadrão de atiradores adido à corporação: Major Comandante João Guedes Martins, Capitão Vasco Guedes de Lima, Tenente Patrício Alves de Araújo, Alferes Antonio Pinto de Araújo e Olivério Soares. Capitão adido ao esquadrão, Pedro Flores. Tivemos notícias exatas que o exército inimigo, ao mando do General Portugal, achava-se nas pontas do rio Camaquã, perto do acampamento velho. Houve grande chuva e muito frio.

A partir do Exército Maragato, da forma como as tropas estavam se movimentado, e a rígida hierarquia interna composta basicamente por pessoas ligadas às fazendas da região centro-sul do Rio Grande do Sul, desencadeia o conflito propriamente dito. A situação era adversa e o exército, como nos relata o Diário, movimenta-se diariamente fazendo um grande anel, ao redor do Rio Grande do Sul. Enfrentavam, sistematicamente as forças castilhistas.

Segue o Diário:

[...] 26 de agosto de 1893: sábado. Marchamos em direção ao Acampamento-velho, onde fomos juntar-nos ao exército, que viera por outro caminho até ali, e seguimos direto ao Arroio do Salso, nos fundos dos campos do Coronel Milonga. Ao aproximar-nos do passo que pretendíamos passar, ouvimos e vimos o inimigo que tiroteava com a vanguarda do General Gumercindo, que havia já transposto acima o arroio referido, no campo do finado Casimiro. Em tempo: o General Gumercindo, que com seu exército avançava até o rio Irapuã, donde marcou uma expedição a vila da Encruzilhada, a qual derrotou o inimigo que ali se achava, aprisionando muitos e tomando-lhes todo o armamento e munições que ali possuíam, já se achavam de volta, tendo vindo sempre costeando a margem esquerda do Rio Camaquã. Chegamos à margem esquerda do Salso, e aí passamos a noite com os cavalos pelas rédeas e encilhados.

Houve grande geada. O Tenente Coronel Isidoro Dias Lopes, com sua corporação, transpôs o arroio para a margem esquerda⁵⁹.

A Revolução Federalista, as conjuras, as sublevações e motins que surgiram por toda a parte, representavam penosos confrontos, inerentes ao sistema presidencialista de governo. O acirramento entre os liberais federalistas (maragatos), e os castilhistas (governistas, pica-paus ou chimangos), impressiona pela forma como conduziram este processo de radicalização:

Os acontecimentos que ilustram não seriam arquivados, nem os grandes crimes, que escapam à ação dos tribunais regulares, seriam sujeitos à sanção de sua inflexível justiça, última esperança dos enteados do direito, dos que caem batendo-se contra a prepotência vencedora⁶⁰.

Trata esta pequena passagem de uma espécie de acerto de contas com os republicanos, destacando que não continuariam sem julgamento os crimes cometidos na Revolução Federalista. É neste ambiente de revanchismo em relação ao passado, que Raul Pilla constitui a sua trajetória política. Os federalistas por terem sido derrotados por Castilhos, não aceitavam que fosse dado por encerrado o episódio de 1893.

A intensidade dos atos de Barbárie, durante o período mais violento da história do Sul do Brasil (1892-1923) marcado por dois levantes armados, surge entre os federalistas como algo que precisava ser compreendido. Uma das práticas utilizadas durante os conflitos que ocorreram, afastando muitos daqueles que acreditavam numa causa nobre, foi a da “degola”. Segundo Sérgio de Costa Franco (1962):

Os desvários sanguinários que a marcaram, os ódios e ressentimentos a que deu causa, e a sombria fama que atribui ao Rio Grande perante o resto da nação, pareceu que traumatizavam os nossos historiadores. Salvo alguns poucos que

⁵⁹ GUASINA, 1999, p.32

⁶⁰ ESCOBAR. p. 8. Este pequeno trecho faz parte do prefácio escrito por Wenceslau Escobar, em setembro de 1919, no livro em que busca fazer apontamentos sobre a Revolução Federalista. Escobar foi membro participante deste episódio ao lado dos maragatos e busca retomar a tradição do Partido Federalista de Gaspar da Silveira Martins. Neste período vai se firmando na política o jovem Raul Pilla.

enfrentavam o tema, os demais fugiam do assunto como pudicas noviças diante de uma página fescenina⁶¹.

Este acontecimento afetou a história política do Rio Grande do Sul, pois o conflito, ocorrido no período de passagem da monarquia para a república, alcança as mais diferentes correntes de pensamento, que de um lado calavam, ou eram partidários de uma ou de outra força partidária. As circunstâncias no contexto foram “*recheadas*” de episódios que marcam profundamente a cultura política do Estado. É nesta cultura política, que Raul Pilla vai sendo aos poucos introduzido através de sua militância partidária. As dificuldades da guerra não eram maiores que as dificuldades do pós-guerra, particularmente para os federalistas. Menciona Men de Sá (p.40), que os vencidos eram submetidos aos mais cruéis ataques físicos (aqueles que não conseguiam fugir), principalmente à degola.

Raul Pilla ao retomar este período, em 1946, tenta apontar as causas que levam a estes episódios, fazendo a seguinte observação:

Ora, nenhum espírito desapaixonado poderá negar ou, sequer, obscurecer a falência das instituições presidencialistas entre nós. O que elas nos têm trazido, como geralmente se reconhece, é uma sucessão de ditaduras e revoluções, com todo o seu tremendo cortejo de malefícios. Mas, esta é a verdade, Sr. Presidente, cumpre-nos buscar-lhes as causas, para as remover e corrigir. Por que ditaduras e revoluções? Haverá um nexó fatal entre estes fenômenos e o regime político que adotamos com o estatuto republicano de 1891?⁶²

1.6 Os Resultados do Conflito

Ocorre no Rio Grande do Sul um processo de politização das relações protagonizadas por dois sujeitos singulares: Júlio de Castilhos e Gaspar da Silveira Martins. Duas concepções de Estado estão em jogo, sem diálogo ou negociações. Apenas um implementaria sua visão de Estado, dentro da máquina burocrática no Rio Grande do Sul. Diante destas duas posições contrárias, agruparam-se as mais diferentes correntes políticas do Estado, nas quais os conflitos

⁶¹ FRANCO, Sérgio de C. **Fundamentos da Cultura Riograndense**. Porto Alegre: UFRGS, 1962. p. 146.

⁶² PILLA, 1980, p. 97. Discurso pronunciado no Congresso Nacional no dia 1º de março de 1946, cujo tema: A Hipertrofia do Executivo.

tornaram-se inevitáveis. Este processo teria ocorrido até a década de 30, do século XX, pelo menos⁶³.

Destaca-se que existe uma mistificação da figura de Júlio de Castilhos, tratado um herói republicano e abolicionista. Há de se compreender que o contexto da época também o construiu como um indivíduo que trabalhou pelas idéias da república. Porém, num texto de Margarete Bakos, há uma citação da vida cotidiana de Júlio de Castilhos que o colocam em profundas contradições com as teses que defendia, particularmente relacionado ao aspecto da escravidão. Júlio de Castilhos era um abolicionista republicano, entretanto, ainda fazia algumas compras de escravos para sua fazenda, por intermédio do seu capataz⁶⁴. Portanto, sendo plausível de incoerência entre o seu discurso e sua prática.

Datada de 7 de setembro de 1883, há uma carta de Júlio de Castilhos enviada a um amigo, apelidado Chiquinho. Na correspondência pedia ao confrade que enviasse, com urgência, uma procuração para negociar a venda de um escravo de sua propriedade – Aníbal – que Chiquinho havia lhe pedido para vender. As razões dessa pressa eram de duas ordens: a boa oferta que havia sido feita a Julio de Castilhos pela compra do escravo, face à repugnância de todos em comprar escravos e o receio, dizia, dos "mal-dizentes e dos jornais, que estão todos muito abolicionistas[...]"⁶⁵.

O segundo congresso republicano realizou-se em 1884. Provém deste encontro uma declaração bem mais radical de Júlio de Castilhos, sobre a questão servil. Ele dizia que se devia pôr à margem as desavenças e os ódios das lutas partidárias, em favor do combate ao inimigo comum: a escravidão.

Seguramente Júlio de Castilhos passou uma imagem, através do Jornal “*A Federação*”, de coerência e defensor do fim do regime escravocrata, mas não deixou de atender os seus interesses pessoais, inicialmente.

No contexto que leva ao acirramento político no Rio Grande do Sul, no início da república, é possível compreender, que detalhes particulares, da vida de um agente público faz grande diferença na imagem construída ao longo do tempo. Com Raul Pilla também não é

⁶³ SÁ, 1973, p. 30

⁶⁴ BACKOS, Margarete M. **O homem, o mito e a questão servil**. Texto publicado no Jornal **Zero Hora**. Dia 25/10/2003.

⁶⁵ Idem

diferente. A sua vivência, dentro das especificidades de sua época moldam sua personalidade política.

1.7 O Fruto da República

Raul Pilla foi uma espécie de fruto da república, pois neste período o Brasil e, particularmente, o Rio Grande do Sul atravessavam um momento de grandes transformações, como já mencionamos. Raul Pilla, como ficou conhecido por todo o Estado e pelo Brasil, mantinha uma sintonia com o seu tempo, pois ainda muito jovem, passou a preocupar-se com as questões relacionadas à política. Não é possível tratar o biografado como um super-herói de uma época, e nem considerá-lo um indivíduo comum. É necessário compreender que este indivíduo foi, de um lado, favorecido pela localização de seu nascimento e por uma habilidade intelectual⁶⁶, e de outro, pelo contexto político que o colocou num cenário de grandes mudanças na sociedade. Estas mudanças se iniciam anteriormente a sua participação na vida social. Pilla torna-se um sujeito que persegue sistematicamente um ideal político e considera o serviço público como o papel fundamental na vida de um indivíduo que a compreende. Mesmo sabendo dos limites de sua época, em termos de comunicação, Raul buscava estar bem informado, pois incidia com convicção nas disputas políticas, desde casa, até os grandes meandros da comunicação nacional e regional. Pilla representou um perfil político do Estado, visto ser um intelectual atuante⁶⁷, dirigindo o Partido Libertador desde sua fundação, sendo eleito para o parlamento gaúcho em 1933, e posteriormente de 1946 a 1966, para a Câmara Federal. Foi uma liderança do Estado do Rio Grande do Sul, defensor do liberalismo e do parlamentarismo, com uma intensa atividade política partidária.

No entanto, é necessário avançar ainda mais no que concerne ao perfil político de Raul Pilla, que tem seu posicionamento vinculado com sua história familiar, necessitando que se faça referência a esta.

⁶⁶ PILLA, 1980, p.16.

⁶⁷ Cf. **Anais da Assembléia Legislativa**. Solar dos Câmaras. Grande Expediente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul em Homenagem a Raul Pilla, no dia 26 de outubro de 1977, nas palavras do Deputado Estadual da Arena Jarbas Lima.

1.8 Sobre a Família

Raul Pilla nasceu em 20 de janeiro de 1892, filho de José Pilla e Judith Zenari Pilla. O pai de Raul, José Pilla, nasceu em Treviso, Itália, no dia 01 de dezembro de 1867, sendo filho de Ângelo Pilla e Anna Pilla. A mãe de Raul, Judith Zenari Pilla, nasceu em Verona, Itália, em 24 de julho de 1873, filha de Luiz Zenari e Maria Zenari⁶⁸. Imigrantes Italianos que não foram morar nas colônias do Estado do Rio Grande do Sul, pois exerciam a função de comerciantes, já na localidade de onde eram originários. Por esta razão, ficaram em Porto Alegre vivendo com trabalho de subsistência, através de um pequeno armazém, localizado na esquina da atual Rua Santo Antônio com a Av. Independência⁶⁹. José Pilla e Judith Zenari, se encontraram em Porto Alegre e casaram nesta mesma cidade. Tiveram uma família de 12 filhos (um faleceu nos primeiros meses de vida), sendo que Raul era o terceiro mais velho. A maioria dos filhos era de homens⁷⁰.

Criados na cidade de Porto Alegre, na virada do século XIX para o século XX, tiveram oportunidade de estudar. O pai de Raul era de família de comerciantes na Itália e mantinha uma tradição familiar nesta matéria. Eles vieram em seis irmãos, todos permaneceram em Porto Alegre, trabalhando na atividade comercial. José manteve o seu armazém ao longo de sua vida. Era hábil comerciante e por esta razão é possível explicar dois aspectos relacionados a Raul Pilla: o primeiro refere-se ao fato de o mesmo ter nascido em Porto Alegre, pois, a sua família era de imigrantes que não eram agricultores de origem, na Itália, e se mantiveram no centro político e comercial da época, Porto Alegre. Outro aspecto importante de ser mencionado se relaciona à questão do estudo dos filhos. José Pilla era um homem instruído, sabia da importância do estudo para o seu negócio e para a sobrevivência de sua família. Todos os seus filhos tiveram, ao menos, o ensino básico. Os que buscaram ir além, como foi o caso de Raul, tiveram o apoio da família. As filhas mulheres estudaram no Colégio Bom Conselho (hoje na Rua Ramiro Barcelos ao lado do Hospital Moinhos de Vento), no internato, sob os cuidados das irmãs religiosas. Fizeram

⁶⁸ Cf. NUPERGS-IFCH/UFRGS. Arq. nº 002. Este dado se encontra na pasta de documentos pessoais de Raul Pilla.

⁶⁹ Assisti no primeiro semestre de 2005, à defesa de tese do Prof. Dr. Mauro José Gaglietti na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e, nesta oportunidade surgiu um questionamento sobre a localização da família Pilla em Porto Alegre. A banca apontou a existência de um casarão na Getúlio Vargas, no Bairro Menino Deus. De acordo com a pesquisa, o respectivo casarão realmente existiu, porém, era alugado enquanto se construía o prédio na Av. Independência, também em Porto Alegre.

⁷⁰ Cf. página eletrônica da família Pilla, na Internet. www.familiapilla.com.br. Um dos itens menciona a árvore genealógica.

cursos de piano, tricô, artesanato e outros... Considerados na época, necessários para uma moça prendada.

A leitura que a família tem, nos dias de hoje, sobre se José Pilla era ou não um homem de posses, é sintetizada na afirmação, de que poderia ser considerado de poucas posses. “*na luta pela sobrevivência*”⁷¹.

Para ilustrar esta questão, convém citar o caso de um vizinho da família Pilla, o Dr. Olinto Oliveira que era médico e professor na Faculdade Médica de Porto Alegre. Eles moravam praticamente em frente, na mesma rua (Av. Independência) e na mesma quadra. O Dr. Olinto tinha uma filha bonita, chamada Esther Olinto de Oliveira. Pilla se encantou pela moça, buscando aproximar-se da família, para um relacionamento estável, pois já estava com 24 anos e, gostaria de casar. Porém, as moças daquele período tinham pouca liberdade para tomar decisões sobre esta matéria particularmente, ficando Esther sem o consentimento da família, *particularmente do pai*, que foi contrário. De outro lado, Raul era extremamente tímido e introspectivo, o que tornava as coisas mais difíceis para alcançar o seu fim.

O namoro não teve continuidade: primeiro, porque Raul Pilla era filho de um imigrante estrangeiro e não tinha as condições necessárias para namorar a filha de Olinto de Oliveira⁷² e, ainda, o pretendente era filho de comerciante, de uma família sem tradição em Porto Alegre e, além de tudo, o jovem era maragato. Os comerciantes tinham má fama, na opinião do Dr. Olinto, prejudicando sobremaneira o andamento do incipiente relacionamento.

No do relacionamento, Raul estava finalizando os estudos de nível básico, no colégio público Júlio de Castilhos. Posteriormente, matriculou-se na Faculdade Federal de Medicina de Porto Alegre. As razões que Raul Pilla estudar medicina, pode estar no fato de que o pai de Esther era professor na Faculdade de Medicina. Uma forma de aproximação do pai⁷³, que chegou a ser o seu professor, quando cursava medicina. Outro aspecto relevante para as dificuldades do respectivo namoro era um problema intrafamiliar: a surdez. A mãe de Raul era completamente

⁷¹ Entrevista com a sobrinha mais velha de Raul Pilla: Ruthe Pilla (87 anos em 2005). Realizei longa entrevista sobre sua família. Atualmente, Ruthe mora com seu esposo em Canela no Rio Grande do Sul.

⁷² Cf. NUPERGS. Há documentação a este respeito, inclusive correspondências pessoais de Raul Pilla tratando das questões amorosas.

⁷³ PILLA, Raul. **Palavras de um Professor**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

Mauro Gaglietti apontou que nesta obra Raul Pilla se apresentou como Catedrático da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, e a teria dedicado aos fundadores da mencionada Faculdade. As fontes colhidas no NUPERGS indicam que esta obra foi publicada como uma carta de apresentação ao Sr. Olinto de Oliveira, buscando reaproximar-se de Esther Olinto. Foi em 1949, que depois de 30 anos, Raul reencontra a sua amada, porém o grande obstáculo de seu amor (Olinto) ainda estava vivo. Então fez um agrado para buscar a reaproximação. A obra tem um caráter autobiográfico.

surda e seu pai, ainda novo, já sofria com esta limitação. Quanto aos demais membros familiares, exceto o irmão mais novo, todos os irmãos de Raul, com maior ou menor grau, eram afetados por esta doença. Raul não escapou de sofrer com o problema auditivo, que então era um problema familiar. De alguma forma, isto explica a introspecção de Raul Pilla. Dada a sua limitação, ele era extremamente introspectivo:

[...] Desde logo, porque sua má audição fazia-o um homem tímido (embora impávido), como é de regra acontecer. Escutando pouco, pouco também falava e, a não ser para um limitado número de amigos ou correigionários, não era homem de fácil acesso, nem de participar mais intensamente da palestra. Além disso, não tinha gosto, nem propensão para fazer agrados, amabilidades e louvores, ou cair em expansões e amenidades⁷⁴.

O perfil político de Raul Pilla está profundamente relacionado com a história de sua família e dos seus sentimentos amorosos. As escolhas foram feitas, levando em conta estas duas dimensões: a surdez da família, por um lado e o amor de Esther, por outro. Neste sentido, a escolha da medicina tinha por objetivo buscar compreender e amenizar os problemas decorrentes da surdez, no que tange a sua família e, de outro, à aproximação com o pai de Esther. Entretanto, o Dr. Olinto de Oliveira foi morar, em 1919, no Rio de Janeiro e com ele levou o grande sonho de uma vida amorosa de Raul. Neste particular, Pilla que já era introspectivo, passou longos anos de sua vida, sozinho, e na esperança sempre renovada de encontrar Esther.

1.9 Os Sonhadores

Um dos irmãos de Raul Pilla, chamado Ângelo⁷⁵, formou-se em engenharia química e, após seus estudos, trouxe a idéia de construir uma fábrica de papel em Porto Alegre. Este empreendimento foi realizado no decorrer da década de 20, no Séc. XX. O Brasil vinha lentamente acelerando seu processo de industrialização. No Rio Grande do Sul, de modo particular, a industrialização era muito incipiente. A família Pilla foi uma das pioneiras. No

⁷⁴ SÁ, 1973, p. 136.

⁷⁵ Ângelo Pilla era engenheiro químico, irmão de Raul Pilla e responsável pelo projeto da fábrica de papel.

entanto, para a implementação da fábrica, houve um acordo com o poder público municipal, visando garantir a infra-estrutura básica para a viabilização do investimento. As máquinas trazidas da Itália foram instaladas numa propriedade comprada para este fim, no bairro Partenon. A fábrica funcionou por anos e produziu papel e papelão.

Conforme relato da Ruthe Pilla, sua mãe e seu pai trabalharam durante anos nesta fábrica de papel. Ocorre que a fábrica fora construída num bairro, à época, de difícil acesso. O poder público municipal não cumpriu com a promessa. A fábrica, para processar suas atividades, inclusive para fazer a ampliação de sua produção, tinha necessidade do fornecimento de uma rede de água, que ainda não existia naquela região. Ao não ser atendido o que fora tratado, colocava-se sob risco a permanência do empreendimento. A água foi um dos grandes limitadores para o desenvolvimento do negócio, que era praticamente familiar.

Outro aspecto importante para os limites da mencionada indústria era o acesso, que dificultava a ligação com o porto, prejudicando sobremaneira a continuidade dos investimentos. Grande parte da família mudou-se para junto da fábrica, para facilitar o trabalho, uma vez que o deslocamento era difícil.

Nesta época, os problemas ambientais já eram preocupação da família Pilla, pois a fábrica, além de todas as dificuldades, trouxe problemas de saúde para alguns de seus trabalhadores. O pai de Ruthe mudou-se para uma chácara, onde hoje é município de Triunfo, por orientação médica, devido um problema pulmonar contraído na fábrica, que impedia de continuar trabalhando. Além disso, surgiram outras dificuldades para família manter a fábrica funcionando. Este de ordem política: Flores da Cunha passou a persegui-los, no imediato período em que Raul Pilla estava no exílio, causando grande angústia para a família. Ao cabo de dois ou três anos, a fábrica foi desativada.

A família de Raul estudou em escola pública, exceto as meninas. Um de seus irmãos, chamado Remo, que estudou economia na Faculdade de Porto Alegre e era mais afeito aos trabalhos do campo, foi fazer uma especialização em ciências agrícolas nos EUA, por volta de 1936. A previsão era de que permanecesse no mínimo dois anos, porém em seis meses retornara, pois havia se pronunciado em favor de uma grande descoberta, da qual se deu por satisfeito: observou nos EUA a criação de frango, produzido em grande escala, como nos dias de hoje no interior do Rio Grande do Sul, e a possibilidade de sua implementação na sua terra natal. Para realizar tal façanha, voltou então de navio, trazendo uma caixa cheia de pintos que comprara, com o objetivo de trazer a grande novidade para o Rio Grande do Sul.

Outra razão de sua prematura volta dos EUA era o seu limite financeiro, pois o problema para envio de dinheiro⁷⁶, o obrigou a retornar ao Brasil. Chegando, ansiosamente anunciou à família que havia descoberto a fórmula para tornar-se um rico produtor rural: criar frango para o comércio. Se nos EUA havia agricultores ricos com este sistema, por certo que no Brasil, também ficariam, especialmente os pioneiros nesta atividade. Remo convenceu seus familiares a fazer todo o investimento no tal negócio.

Entretanto, sabia-se que era possível produzir, mas e o comércio? Ora, como se não fosse algo importante, o investimento no frango drenou grande parte dos recursos da família Pilla. Neste período, em Porto Alegre, a imensa maioria das famílias possuía, no pátio de sua casa, as galinhas que lhes ofereciam ovos e carne. Mesmo as famílias que não possuíam, trocavam banha de porco por galinha, com os vizinhos etc. Isto era comum, dispensando o comércio formal de frango. Outro problema era o acondicionamento deste produto: era inexistente. Se não fosse consumido com alguma brevidade, perdia-se. Tudo era prejuízo. No mercado público, houve uma experiência de venda de carne de frango. Porém, a cidade não estava educada para este consumo, de tal modo, que após dois ou três dias, estes frangos eram descartados, em estado de putrefação, aumentando ainda mais os prejuízos.

Havia, nos Estados Unidos, um explosivo mercado de consumo que permitia os investimentos em novas técnicas, como era o caso do frango. Em Porto Alegre, isto ainda era uma utopia. Os membros da família consolavam-se, afirmando que estavam à frente de seu tempo nos ditos empreendimentos. Era falta de visão e de planejamento que considerasse as condições da realidade⁷⁷. Enfim, se preocuparam com a produção, mas não deram importância devida ao comércio. Embora fossem filhos de um comerciante. Houve uma certa teimosia e euforia nestes encaminhamentos. O negócio de criação de frango foi implantado, seguindo a orientação de Remo, buscando fazer a criação em grande número e em condições de tempo acelerado. A família participou com recursos⁷⁸ e trabalho. Inicialmente usou um sítio na zona sul de Porto Alegre e, posteriormente deslocou-se para outro sítio, no atual município de Triunfo, local de residência dos pais de Ruthe.

⁷⁶ Com a ditadura Vargas, os recursos financeiros para o exterior foram imensamente dificultados o seu envio.

⁷⁷ Dados são convergentes entre os três sobrinhos de Raul Pilla, com os quais conversei: Sônia Pilla, Nelson Pilla e Ruthe Pilla. A família era sonhadora e buscava alternativas que eram criativas, mas sem as condições objetivas de sua implementação. José Pilla, porém, manteve o seu negócio por quase toda a vida, deixando para seus filhos estas “aventuras” econômicas.

⁷⁸ Raul Pilla quando voltou do exílio, recebeu da Faculdade de Medicina uma indenização considerada de razoável montante. O dinheiro da indenização foi investido na criação de frangos, segundo familiares;

Observa-se que a família Pilla estava na busca de sua subsistência e visualizava a necessidade de ocupar espaços, por compreender que o armazém do José Pilla não era satisfatório. A família de 11 irmãos ficaria ainda maior e surgia a necessidade de buscar alternativas que pudessem garantir sua subsistência. Porém, as iniciativas não eram devidamente planejadas, ou consideradas as questões de infra-estrutura e mercado⁷⁹, ao que parece. O esforço da família, muitas vezes, lhe traziam prejuízos. Raul, depois que se tornara professor, investia parte do seu salário nos empreendimentos familiares, com pouco ou quase nenhum retorno. Outro investimento feito foi em Caxias do Sul: “moagem de trigo”. Foram mobilizados força e dinheiro para um investimento novamente sem o retorno esperado. Desativaram a fábrica de papel e fizeram um novo empreendimento, ainda em condições mais desfavoráveis.

Raul Pilla participava destes negócios da família basicamente com recursos, pois não tinha tempo para tratar pessoalmente, em função de sua intensa atividade política e acadêmica. Inclusive, depois que foi morar no Rio de Janeiro, quando se elegeu Deputado Federal, mantinha algum repasse esporádico de recursos para a família.

1.10 A Unidade Familiar

A família tinha hábito de reunir-se em fins de semana, tendo como prato principal massa com tatu. Raul era um tio carinhoso com seus sobrinhos, pois demonstrava afeto e sempre que possível participava das atividades familiares. Como era solteiro, visitava seus irmãos e familiares para dar acompanhamento médico, fazendo periodicamente exames e receitando remédios, quando era o caso. Acompanhou o nascimento e crescimento de seus sobrinhos, sendo um tio afetuoso com a família. Raul Pilla gostava muito de andar a cavalo⁸⁰, e por isto estabelecia até uma relação de admiração com as questões rurais do Rio Grande do Sul, pois se identificava com esta cultura rural do estado.

⁷⁹ PILLA, 1980, p. 482. “*Quem visa a um ideal tem que partir da realidade, necessita conhecer-lhes os dados*”. Discurso de Raul Pilla na Sessão da Câmara Federal, do dia 21 de agosto de 1963, com o tema “UMA ADVERTÊNCIA”. Neste sentido, Raul Pilla estava falando a partir da experiência que havia vivenciado com sua família.

⁸⁰ Diz Ruthe Pilla: “*Tio Raul adorava andar a cavalo, inclusive, muitas vezes ia à praia de Cidreira, a cavalo, de tanto que gostava. Quando ia lá em casa ele me colocava no seu colo e levava-me para passear. Até hoje adoro andar a cavalo, graças ao tio Raul. Ele não se casava de deslocar-se, pois o cavalo era mais do que um transporte, era um prazer para Tio Raul*”. Ruth Pilla em entrevista já mencionada.

Para ilustrar esta afirmação, impende mencionar que Raul Pilla gostava muito de pescar no Guaíba, em Porto Alegre, de tal modo que possuía uma pequena embarcação (uma canoa com motor), que usava para desenvolver esta atividade. De acordo com a recordação de Ruthe, foram incontáveis as vezes que seu tio Raul foi visitá-los (ia de barco) em casa, em que permaneceram alguns anos morando em Triunfo. Aproveitava a ocasião para saber como estava a criação de frangos, que neste período havia sido deslocado o galinheiro para a mencionada localidade, pois houve a desativação e venda da fábrica de papel no Partenon. Embora as preocupações com questões profissionais e políticas, não deixava de acompanhar as atividades lúdicas, econômicas e de saúde da família.

Quando participava das atividades em conjunto com a família, não deixava de atender seus correligionários. Mantinha uma intensa agenda de estudos sobre as atividades relacionadas com a faculdade, como também com a política:

Ele recebia os políticos para conversar, especialmente na parte da tarde. Na parte da manhã, ele cuidava de estudar. Ele não era carismático, mas era um líder de idéias, por sua clareza como intelectual. Tinha uma função de ouvir e aconselhar. Vinha apenas nas férias de julho e no verão. Raul foi contra a construção de Brasília da forma como foi feita, pois a dívida recairia sobre a população. Não mantinha contato com a base política. Raul se orientava com os membros partidários para elaborar estudos de projetos⁸¹.

Mais tarde, já na década de 50, com a colaboração da família foi construído um edifício que abrigou a maior parte dos filhos de José Pilla, no local de seu antigo ponto comercial, na Avenida Independência, esquina com a Rua Santo Antônio. O prédio leva o nome do seu antigo proprietário: Edifício José Pilla. Neste mesmo edifício, os familiares de Raul Pilla viveram por décadas, e muitos filhos de José Pilla mantinham apartamento no prédio, inclusive Raul. Depois que saiu de Brasília, com a renúncia de seu mandato de Deputado Federal, veio morar no seu apartamento em Porto Alegre, no prédio José Pilla, permanecendo até o seu último dia de vida.

⁸¹ Nelson Pilla. Entrevista realizada no dia 27 de outubro de 2005.

1.11 Raul Pilla: Os Primeiros Passos na Política

Longe de se considerar o inventor do parlamentarismo, Raul Pilla fazia uma defesa intransigente da tradição dos federalistas, que no seu entender, era a mais adequada para ser implementada no Brasil e no Rio Grande do Sul. Havia uma certa pretensão de que todo este esforço fosse canalizado para esta estratégia política de sua vida. Adotou uma série de ações que visavam alcançar o objetivo que estava no Programa do antigo Partido Federalista⁸², fundado por Silveira Martins, em 1892 (ano do nascimento de Pilla), após o seu retorno do exílio.

Em entrevista realizada com um de seus irmãos, Ernani Pilla, foi possível colher certos dados de sua configuração humana:

[...] Então, eu me lembro dele. Sempre que estava em casa, estava fechado no gabinete, estudando, ou era estudando, ou depois, quando apareceu a vitrola, ouvindo música clássica [...]
 [...]Fazer política para se exibir, não! Nunca estive nas cogitações dele. Era vocação mesmo. Era um ideal. Apesar de ser introspectivo, ele adorava discussões. Então, ao fim dos jantares sempre acabava saindo discussão, sobre política e sobre religião. Adorava estas duas coisas. A gente, os irmãos mais novos, sobretudo o José, que também tinha certa vocação política, então contra-argumentava⁸³.

Tirando a parte de um certo exagero nas afirmações de Ernani, convém examinar que a família, de um modo geral, participava da vida política e criou um ambiente de discussão, capitaneada por Raul Pilla no contexto familiar. Quando tinha 17 anos, já fazia parte da executiva do Partido Federalista, exercendo o posto de Secretário Geral do Diretório Central do Partido Federalista ou Maragato. O Partido mantinha um ideal político que agregou milhares de seguidores no Estado: *“uma espécie de seita mística, ou de uma coluna de combatentes com destinos indissoluvelmente solidários”*⁸⁴. Durante a sua vida pública, bem cedo iniciada, despertou para vocação política.

Da tribuna da Câmara, num dos seus discursos, certa vez afirmou:

⁸² Cf. ESCOBAR. Em vários momentos na obra de Escobar, publicada ainda em 1919, refere-se ao exército libertador, para retratar suas ações durante a Revolução Federalista.

⁸³ PILLA, 1980, p.16. Entrevista realizada em janeiro de 1979 com Ernani Pilla.

⁸⁴ SÁ, 1973, p.45.

O meu caso, porém é diferente. Não sou político por gosto da atividade política, senão, pela alta compreensão que sempre tive do dever cívico. A minha tendência natural era antes para o ensino, talvez para a pesquisa. Mas, convencido, desde a adolescência de que a vida pública andava pouco satisfatória neste país, e de que tal se devia ao sistema de governo pela república -o malfadado sistema presidencial- fui natural e irresistivelmente levado ao seio do Partido Federalista do Rio Grande do Sul, que, logo nos primeiros anos do novo regime, desfraldava a bandeira da república parlamentar e federalista, e por ela lutava em sangrenta e heróica luta de três anos, levando-a até o Estado do Paraná. O que, pois me conduziu da esfera do pensamento à ação política, foi à necessidade, fortemente sentida, no íntimo da minha consciência, de defender e propagar certos princípios como a república parlamentar, o voto secreto, a unidade do direito, a reforma social, que eu reputava essenciais ao bom governo da república⁸⁵.

Em meio a estes fatos e circunstâncias, ele foi crescendo e de tal forma que esses episódios contribuíram para sua formação. Ainda estudante do ginásio do Rio Grande, hoje Júlio de Castilhos, passou a se interessar, por influência de seu professor de história, pela causa parlamentarista como único mecanismo capaz de operar, entre os homens, a plena realização do regime democrático. Numa entrevista da conceituada revista **Parlamento**, em agosto de 1970, publicada no **Jornal do Brasil**, ele confirmava esta referência ao seu precoce aprendizado político, quando aluno do professor Apeles Porto Alegre⁸⁶, passou a conhecer a técnica do sistema parlamentar: *“foi com o estudo da origem e do desenvolvimento da democracia moderna, na Inglaterra, que tive convicção de que o sistema parlamentar é a mais perfeita forma de democracia representativa e, por isso mesmo, o mais fácil de praticar”*. No decorrer deste trabalho, mais elementos que aprofundam estas afirmações.

Ainda em 1944, quando do Estado Novo, Raul Pilla na homenagem que é feita a Apeles Porto Alegre pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, não deixou de exaltar as qualidades e principalmente, a importância deste indivíduo na sua vida:

Realmente, senhores, se Apeles Porto Alegre foi um grande professor, deve-se não somente a sua inteligência, cultura e devotamento ao ensino, mas também a

⁸⁵ PILLA, 1980, p. 527. Discurso na Câmara dos Deputados em 23 de março de 1966.

⁸⁶ PILLA, 1949, p. 52. Discurso de homenagem a um professor, proferido por Raul Pilla no dia 27 de dezembro de 1944, por ocasião da inauguração de uma herma a Apeles Porto Alegre.

ter sido um homem e um cidadão[...]. Foi certamente o homem e professor que mais impressionou a nós, bacharelados em ciências e letras do Instituto Ginásial Júlio de Castilhos, quando o escolhemos como nosso paraninfo [...] Mas tendo eu aprendido com as suas lições, tendo eu visto, por assim dizer, como se formou a democracia inglesa, tendo eu apreciado o seu funcionamento, no meu espírito, a ter então sem compromissos partidários de nenhuma espécie, fez-se a escolha. Tornei-me parlamentarista e, ao alcançar a maioria, inscrevi-me no partido que, além de ter a seu crédito um nobre passado de lutas pela liberdade, desfraldara a bandeira da república parlamentarista⁸⁷.

O sistema Parlamentar de Governo foi a proposição básica da atividade política de Raul Pilla. Pode-se afirmar que se tornou uma das grandes paixões de sua vida. A outra, sem dúvida, foi Esther.

Junto com o que aprendeu nas aulas do curso secundário, uma outra inspiração se tornou constante ao longo de sua vida: a do exemplo de Gaspar da Silveira Martins que, segundo Pilla, sendo intransigente nos seus princípios, tudo recusou, para vir a morrer no exílio⁸⁸. Talvez esteja expressa uma forma de olhar o “grande” líder e seguir suas pegadas na defesa dos princípios que constituíram o Partido Federalista. Raul Pilla poderá ter sido assim, como Gaspar da Silveira Martins: o homem que lutou pelos seus ideais e viveu a causa parlamentarista.

Fiz tudo quanto ao meu alcance estava e basta. Ao encerrar minha vida parlamentar e despedir-me desta casa, onde militei 20 anos, creio poder repetir sem vanglórias e sem de algum modo querer comparar os homens, as tarefas e as circunstâncias, creio poder repetir, Sr. Presidente, as palavras do apóstolo dos Gentios, em sua segunda epístola a Timóteo: Combati o bom combate, acabei a minha carreira, guardei a fé.⁸⁹

1.12 A Formação

Diplomou-se pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre, em 1916. Sua tese defendida foi aprovada com distinção e versou sobre o tema: “O som no tratamento da Surdez”. Especializou-se em fisiologia, tendo publicado vários trabalhos sobre a matéria, como os três mais conhecidos nas letras da medicina, sob os títulos: “Correlação das Funções”, “Função da

⁸⁷ PILLA, 1949, p. 55.

⁸⁸ SÁ, 1973, p.46

⁸⁹ PILLA, 1980, p. 536. Discurso na tribuna da Câmara dos Deputados, 17-8-1966.

Linguagem” e “Concepção Fisiológica da Medicina”. Na Faculdade de Medicina, onde, segundo ele, “parcos eram os recursos e extrema a abnegação[...]” desempenhou, a princípio, as funções de ajudante-reparador de Patologia Geral, em 1917. Por meio de concurso, conseguiu depois o cargo de preparador de Fisiologia, do qual passou para professor interino, isto entre 23 e 31 anos de idade. Mas, em 1924 fez um concurso público para livre-docente desta cadeira, e em 1926, após a realização de provas, alcançou a cátedra titular de Fisiologia, conquistando então o prêmio que parece mais haver tocado o seu espírito e a sua vocação: o de Mestre. Disse certa vez, ao responder ao discurso feito pelo Prof. Brito Velho, por ocasião da homenagem que lhe foi prestada ao aposentar-se, na Faculdade de Medicina de Porto Alegre:

Ensinar era realmente a minha vocação. Ensinava, e ensinando aprendia, para voltar a ensinar[...] É que eu, em toda a minha vida, tenho sido uma coisa só: professor. Mais professor, disse eu certa vez. Professor na cátedra, professor no jornalismo, professor na vida pública. Educar foi sempre o meu pensamento dominante. Não que eu me julgasse melhor do que os outros. Entendia, porém, que tudo o que eu soubesse ou pudesse deveria pôr à disposição dos outros, principalmente dos mais jovens ou menos experientes⁹⁰.

Raul Pilla, nesta homenagem que recebeu por ocasião de sua aposentadoria na Faculdade de Medicina, está ressaltando uma autobiografia. Já nos seus discursos, ao longo dos mandatos de Deputado Federal, mencionava com insistência que sua função enquanto parlamentar, homem político, era advertir.

Entretanto, se já não posso alimentar o velho sonho, por que o que confesso eu, que exerço a chefia de um partido que luta desinteressadamente por um ideal? Por isto mesmo, Sr. Presidente. Quem visa a um ideal tem de partir da realidade, necessita conhecer-lhe os dados. E quem tem a responsabilidade de orientar e conduzir, como eu infelizmente a tenho, também tem a obrigação de advertir. Assim, as minhas palavras têm hoje, aqui, um sentido de advertência. Muitos a têm feito, outros ainda a farão, mas eu não poderia deixar de fazê-la. Advertir é só o que posso; advertir é só o que tenho podido fazer em toda a minha vida pública⁹¹.

⁹⁰ PILLA, Raul. **Despedindo-se da Velha Faculdade**. Separata da Revista da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, 1965.

⁹¹ PILLA, 1980, p. 501. Raul Pilla: Discurso realizado no dia 21 de agosto de 1964, na Tribuna da Câmara Federal em Brasília.

1.13 Raul Pilla: Um Profissional

Raul Pilla não permaneceu na cátedra por muito tempo, pois se licenciou da Faculdade por imposição da vida pública, para desempenhar mandatos parlamentares, ou para exercer uma função executiva. Mesmo licenciado não se afastou completamente da escola de medicina. Manteve-se acompanhando suas atividades, especialmente aquelas vinculadas à pesquisa. Mesmo de longe, ajudava o laboratório de fisiologia, importante no desenvolvimento da pesquisa médica no sul brasileiro, e posteriormente transformado no Instituto de Fisiologia Experimental, sendo fundamental para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, enquanto reconhecimento da pesquisa. Esta inclinação para a pesquisa e sua contribuição na montagem do mencionado laboratório, abriu oportunidades para a comunidade científica do Rio Grande do Sul. Também abriu caminho para a renovação constante e melhorada dos seus meios de conhecimento. Médico e político, ao longo do exercício de suas funções no magistério superior, como livre docente ou professor catedrático de fisiologia, não se descuidou do outro lado de sua vocação: da política⁹².

Raul Pilla era um político dedicado integralmente ao ofício, porém, quando possível, alternava com outro trabalho ou atividade. Gostava do tipo de trabalho associado ao ensino, à educação, que é por natureza, na sua visão, o grau mais elevado da obrigação política. Pilla não estranhou a compatibilidade que existe entre os destinos do professor e as atividades do político. Certa vez, retornando da constituinte, quando agradecia uma homenagem de universitários gaúchos, assim falou sobre estas relações: *“que haverá mais adequado a um professor que o exercício da atividade política?”*⁹³

Em várias manifestações públicas, portou-se como um eterno professor, que estaria apresentando a justiça e verdade para a sociedade. Apresenta esta *“verdade”* para que haja a formação de um juízo sobre a realidade, voltado para a construção do desenvolvimento da justiça social.

⁹² C.f. GAGLIETTI. p.220. A equiparação da Faculdade de Medicina de Porto Alegre com as demais existentes no Brasil foi concedida pelo Governo Federal em 1900, após a uniformização dos programas de ensino com os da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Um delegado fiscal era encarregado de inspecionar e prestar as informações necessárias sobre os programas de ensino e o modo como eram executados. Era um cargo preenchido pelo governo estadual e muito importante para a sociedade porto-alegrense, respaldado pelo governo e pela elite política. Os médicos que exerciam cátedra na Faculdade também eram respeitados e bem considerados pela a imprensa e pelos os demais membros daquela sociedade.

⁹³ PILLA. 1949, p. 60

Se o professor, o verdadeiro professor, não pode deixar de ser, na sua cátedra, o político que prepara o futuro da pátria, o político, o verdadeiro político, também não pode deixar de ser o professor que ensina, adverte, corrige, conduz[...]O professor aperfeiçoa o político e o político acrescenta o professor⁹⁴.

O político, antes do professor, talvez conduzisse aqui, à primeira vista, uma personalidade inconfundível do líder. Mas são duas linhas de um mesmo perfil; são dois lados tão semelhantes de uma mesma face que, rigorosamente não se poderá destacar um em favor do outro. No dia-a-dia de Pilla, revelam a incidência sobre o mundo que o cercava, ao passo que o contrário também é verdadeiro. Parece colocar-se integralmente ao trabalho: “*Sempre no gabinete estudando[...] preparando-se para o concurso[...] e para as aulas[...]ou fazendo experiências no laboratório de Fisiologia*”, como revelou o seu irmão Ernani⁹⁵.

À medida que dirigia e escrevia política para jornais como **O Estado do Rio Grande**, órgão oficial do Partido Libertador, **Correio do Povo**⁹⁶ e para o jornal **Diário de Notícias**, de Porto Alegre (do qual foi fundador, juntamente com Leonardo Truda, pelos idos de 1925), ou para o jornal **O Globo**, do Rio de Janeiro, também fazia publicar outros trabalhos em revistas especializadas, como Panteão Médico Riograndense. Buscava, através dos seus escritos fixar conceitos sobre a medicina e sobre os médicos. Assim:

Poucas profissões serão tão pessoais como a medicina. Se os seus cultores formam muitas vezes grandes e poderosos corpos, ciosos de sua dignidade e conscientes de sua função social, certo é, também, que o seu valor se medirá pelo valor de cada um de seus componentes[...]. Não é a classe médica como um exército, onde a organização é quase tudo, mas antes uma ordem de cavaleiros, em que se requer, principalmente, iniciativa e valor individual [...]. Do mais conhecido ao mais obscuro, do que pontifica nas capitais, ao que vive ignorado ou quase perdido, no sertão, cada médico é, antes de tudo, uma pessoa, um centro de ação individual e inconfundível⁹⁷.

⁹⁴ PILLA. 1949, p. 60

⁹⁵ PILLA. 1980, p.16

⁹⁶ Por décadas Raul Pilla escreveu uma coluna no Jornal Correio do Povo, cujo título era: Microscópio. O título não era por acaso. Como médico e político, buscava associar o funcionamento da sociedade, como um grande corpo humano e, as doenças só eram examinadas através de uma imagem muitas vezes aumentada. (competia ao médico);

⁹⁷ PILLA. 1949, p.12

Sobre a predileção dos médicos pela política manifestou-se:

Apesar de se considerar a política, em nosso país, atividade favorita dos bacharéis, os médicos lhe tiveram sempre grande predileção. Explica-se isso, talvez em parte, pelo prestígio popular que facilmente granjeia o facultativo competente e humanitário⁹⁸.

Raul Pilla está buscando justificar a sua opção pelo mundo da política, declarando sobre a existência de uma relação de prestígio entre os médicos e a sociedade, de modo que permite que aos profissionais da área da saúde possam contribuir com a administração pública. Por outro lado, há de ser considerado que Raul Pilla especificamente não dependeu da medicina para fazer parte de um partido político, e colocar-se à disposição para tornar-se personagem público da política. Isto porque o seu envolvimento no Partido Federalista ocorreu ainda, quando estava fazendo o ensino básico.

1.14 Um Político e a Revolução de 1923

Procuramos mostrar quem foi Raul Pilla, na sua infância e família. Procuraremos ver também quem foi o político, a pessoa que exerceu cargos políticos, que teve representação política, que defendeu e preservou idéias políticas, aquele que era um líder. Neste sentido, em 1922, quando da eleição para o Estado do Rio Grande do Sul, houve a candidatura oposicionista representada por Joaquim Francisco de Assis Brasil. Raul Pilla escreveu o manifesto de sustentação da respectiva candidatura, que foi subscrito por Fernando Abott, Valter Jobim e Joaquim Tibúrcio, além de muitos outros. Assis Brasil somente aceitava concorrer se “*um conjunto de homens de prestígio político ou social lhe dirigisse um apelo público, a fim de justificar a sua decisão[...]pouco depois, o Correio do Povo divulgava uma espécie de manifesto de conclamação*”⁹⁹. Assis Brasil voltou novamente para ação política. Este foi um episódio

⁹⁸ PILLA. 1949, p.12

⁹⁹ SÁ, Mem de. **Tempo de Lembrar**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1981, p. 66.

importante na política rio-grandense, pois aponta o início do fim de um período marcado pelo governo “borgista”. Também se denotou uma espécie de continuidade das paixões, perseguições e disputas desde da Revolução Federalista. A eleição foi realizada e o candidato republicano foi proclamado o vencedor, pela quinta vez. A oposição derrotada, não se deu por satisfeita e exigiu que Artur Bernardes, Presidente do Brasil na época, intervisse no Estado e anulasse a eleição, sob acusação que a mesma havia sido fraudada. Com a negativa do governo central, é iniciada a revolução armada de 1923. Neste episódio há a participação ativa de Raul Pilla como membro oposicionista¹⁰⁰, e foi importante para sua formação política.

Quando em 1923 a oposição gaúcha se levantou contra a quinta eleição de Borges de Medeiros, ao Governo do Estado, estava lá, entre aqueles dissidentes ousados, o jovem político Raul Pilla¹⁰¹. Organizando a coligação do então Partido Federalista, substituto do Partido Liberal, ativo no período da monarquia¹⁰², com os dissidentes do Partido Republicano, sob o nome de Aliança Libertadora, de onde surgiria mais tarde (em 1928) o Partido Libertador. A Revolução de 23 que é encerrada com o Acordo de Pedras Altas torna-se fundamental para a mudança política no Estado. O Principal aspecto deste acordo é a promessa de que Borges de Medeiros não disputaria mais as eleições no Rio Grande do Sul, demonstrando a força do bloco oposicionista, liderado pelos federalistas, do qual Pilla também fazia parte.

Depois disso, Raul Pilla continuou: em 1930, lutou pela revolução de outubro, em 1932, lutou a favor da Revolução Constitucionalista de São Paulo, reivindicando para o país a ordem democrática, e o fim do arbítrio. Getúlio Vargas o fez sair do Brasil, indo ele cumprir o exílio em Buenos Aires.

¹⁰⁰ TRINDADE, Hégio e NOLL, Maria Izabel. **Rio Grande da América do Sul Partidos e Eleições (1823-1990)**. Porto Alegre: Sulina, 1991, p. 48.

¹⁰¹ Cf. entrevista com Ruthe Pilla: “Eu me lembro que nós morávamos na rua Santo Antônio, próximo da casa do vovô, e havia sempre homens vigiando os movimento do tio Raul. Acompanhavam para onde ia, com quem conversava, a hora. Tio Raul, mesmo não gostando de armas, sempre andava armado”.

¹⁰² SÁ, 1973, p.36

1.15 O Partido Libertador – PL

O ano de 1928 foi um período importante para Raul Pilla, que assumiu notoriedade pública devido à sua capacidade política, pois junto com Assis Brasil, convocou a antiga Aliança Libertadora¹⁰³ e organizou um congresso na cidade de Bagé. O interior do Rio Grande do Sul tinha destacada influência na capital gaúcha, visto que as principais decisões em termos de articulação partidária não ocorriam em Porto Alegre, sim no interior. Os partidos políticos tinham raízes no interior do Estado gaúcho. Assis Brasil mantinha o seu castelo, próximo a Bagé, e havia um núcleo libertador naquela região, fundamental para o desencadeamento do partido. O Partido Libertador foi fundado após a superação de impasses em torno de idéias e pontos programáticos do novo partido. *“Reuniões se sucediam, debates se multiplicavam, conversas e confabulações entre os próceres não tinham fim. Tudo parecia inútil, e fatal se afigurava o encerramento do congresso, sem conclusão favorável”*¹⁰⁴.

Antecede à fundação do PL, outro evento que também fora importante na constituição de um partido político renovado no Rio Grande do Sul. Trata-se da fundação do Partido Democrático Nacional (PDN), que conta com a participação ativa de Assis Brasil, como membro fundador, no dia 21 de setembro de 1927, na Capital Federal. Este acontecimento leva a uma reorganização política da oposição a Borges de Medeiros, pois se desloca para a formação de estruturas nacionais que precisavam ter sustentação nos estados. Neste momento, o objetivo de fundar uma nova agremiação partidária fez com que os dois grandes líderes superassem suas diferenças ideológicas, *“quando, madrugada alta, Pilla e Assis, num quarto de hotel, alcançaram a fórmula salvadora”*¹⁰⁵. No Programa do PL apareceria:

Os dois princípios aceitos por Assis: eleições indiretas e governo coletivo. Quanto aos demais, seriam silenciados, mas expressa e peremptória seria a ressalva de que os antigos federalistas, parlamentaristas, teriam como questões abertas, no programa, as normas cardeais de seu ideário político e, ainda mais, teriam o direito de continuar propugnando por ele, mesmo dentro do Partido,

¹⁰³ In.: GONZAGA, Sergius. DACANAL, José (org.). **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. Série Documenta nº 2. p. 163. A referida Aliança, de 1922, unia federalistas, dissidentes sob a liderança de Assis Brasil.

¹⁰⁴ SÁ, 1973, p. 68.

¹⁰⁵ Idem

para o fim de, nalgum dia futuro, obterem por maioria a reforma do Programa¹⁰⁶.

Outros pontos foram fundamentais para a constituição do Partido Libertador, os quais consta na declaração de princípios, oriunda deste evento na vida política do Rio Grande do Sul de 1928. É importante descrever esta declaração, na medida em que ela é a síntese do pensamento dos libertadores, que são uma soma de ex-republicanos e de federalistas enfraquecidos:

I

O Partido Libertador quer realizar, em todos os setores da vida nacional, a sua aspiração originária de liberdade, concretizada em reais possibilidades materiais e espirituais, de normal desenvolvimento da pessoa.

Daí decorrem os seguintes princípios de sua concepção político-social:

1º) A primazia da pessoa sobre a sociedade;

2º) A primazia do Bem Comum da sociedade sobre o bem individual e sobre os bens particulares dos grupos;

3º) Perfeita harmonia entre os dois princípios enunciados, pela conceituação de Bem Comum como “conjunto de recursos, espirituais e materiais, necessários à comunidade para que possa viver e oferecer aos seus membros o meio de realizar, o mais perfeitamente possível, o seu destino pessoal”;

4º) A Política fica, assim, subordinada à Ética. O Estado tem por finalidade promover o Bem Comum, e este não se realiza sem o respeito pelos direitos naturais da pessoa;

5º) No que tange à esfera da ação estatal, a liberdade e a expansão da Pessoa, condicionada pela moral e pelo Bem Comum, deve ter possibilidade de realização em todos os sentidos, isto é, pela Democracia Social, Econômica e Política.

A segunda parte está relacionada com as questões mais amplas e de caráter social. Trata basicamente de um idealismo que é construído pelas possibilidades democráticas e de um Estado de direito com regras claras e estimuladoras ao bem comum. Neste item dois aspectos são importantes: o primeiro, diz respeito à participação do cidadão no Estado, através de mecanismos

¹⁰⁶ Ibidem

sociais a serem construídos. Esta participação está sendo colocada como um estímulo para a consolidação da democracia. A segunda trata do caráter do Estado como uma democracia cristã. Cabe ressaltar que é uma democracia cristã, demonstrando o compromisso com o ocidente liberal. Talvez, esta leitura não se revele esclarecedora, pois as questões religiosas no Brasil daquele período ainda eram muito latentes no tecido social. Propor algum tipo de política implicava necessariamente apresentar qual era o compromisso com o cristianismo.

II

A ordem social deve fundar-se na justiça.

As desigualdades sociais só se justificam quando, dentro de iguais possibilidades, resultarem do mérito e do trabalho.

A política social deve orientar-se em dois sentidos primários:

1º) Real aproximação das classes, tanto moral quanto econômica e social, pela efetiva participação de todos nos benefícios da cultura e da civilização.

2º) Assegurar e propiciar a natural integração do homem na comunhão social, através dos grupos básicos: família, escola, associação profissional, município, reconhecimento dos direitos naturais destes grupos e de uma política tendente à assegurar a cada um deles as efetivas possibilidades – morais e econômicas - de realização de seus objetivos próprios e de sua missão social.

À democracia cabe dar à estrutura social uma estilização jurídico-política, que mantenha e estimule a vida dos grupos naturais e as demais instituições compatíveis com o Bem Comum, para que, dentro delas, possa a pessoa sentir a plena segurança de sua liberdade – a liberdade de seu crescente aperfeiçoamento.

A democracia não pretende, pois, uniformizar, mas sim, respeitando as justas diversidades, unir e fraternizar. E, através da fraternal participação de todos no dever social do trabalho, tender para a instauração de uma democracia cristã de trabalhadores.

A terceira parte é muito curiosa e interessante, pois apresenta uma proposta de sociedade baseada num conjunto de princípios que fogem ao liberalismo convencional¹⁰⁷. Parece-me que

¹⁰⁷ O liberalismo convencional poderia ser compreendido aquele defendido por Tocqueville, garantindo a propriedade privada, os direitos individuais e presença regulatória e não intervencionista do Estado. Tocqueville usa como exemplo de ideal de sociedade os EUA “*confesso que na América vi mais do que a América. Busquei lá a*

este processo estava em desacordo com o conjunto das forças produtivas, ou melhor, das oligarquias rurais do Rio Grande do Sul. Para poder compreender este posicionamento é importante lembrar que Raul Pilla era de origem urbana. Aqui tem um componente que talvez apresente uma perspectiva que leve a um entendimento polar destas idéias. Pelas leituras da época, estes princípios eram inovadores, como ainda o são. De outra parte, Assis Brasil, Presidente do Partido, possuía muitas informações e vivências. Neste momento, quando compartilha as disputas aqui no Estado, já era aposentado como embaixador brasileiro por vários países e, portanto, com ramificações políticas globalizadas.

Estas questões têm um grande peso na constituição destes princípios e de como eles são inseridos, defendidos e vivenciados no Estado. Quando da fundação do PL, em 1928, houve acordos entre Pilla e Assis Brasil. Entretanto, nestes princípios por ora colocados, busca-se estabelecer uma terceira via entre o socialismo e capitalismo selvagem. Apresentam-se de um lado a primazia do indivíduo e, do outro, um processo distributivo da riqueza, baseado nas relações cooperativadas. Há uma antecipação do estado de bem-estar, chamado de democracia humanista, ou ainda de democracia econômica.

III

A ordem econômica deve ser governada pelas necessidades do homem e não pelas exigências do lucro. Todos têm direito de participar dos benefícios da riqueza. A democracia econômica se realiza pela difusão da propriedade. Esta constitui “um direito inerente à própria natureza do homem, no que tange à apropriação individual dos bens necessários à sua subsistência, podendo, no entanto, a propriedade de outros bens ser justificado por motivos de conveniência social”.

Em uma democracia humanista, o trabalho deve primar sobre o capital. Deve-se tender, pois – como ideal a ser atingido gradualmente - para um regime econômico humanista, em que ressaltem duas diretrizes fundamentais:

1º) Participação dos trabalhadores na propriedade dos meios de produção, com a crescente primazia, na empresa, do regime de sociedade sobre o de assalariado e com a prática do autêntico cooperativismo.

2º) Nos setores em que este ideal de economia distributista não se puder realizar plenamente, dada a natureza da empresa, e quando integrada à sociedade em sistema de governo verdadeiramente democrático – coletivo e responsável –

preferir, ao regime de exploração capitalista, a propriedade coletiva de tais meios de produção através de sua nacionalização.

Entre o domínio econômico de um grupo, movido pelo desejo exclusivo de lucro, e a nacionalização realizada através de estado democrático - e, por isto, ao alcance da opinião pública – não há que vacilar: a última solução é a mais justa, mais humana e mais “libertadora”.

A democracia econômica, pois, equidistante do individualismo e do socialismo, só pode se realizar em um regime de economia distributista.

A última parte da declaração é uma coroação dos princípios anteriores e apresenta a política como resultado e resultante do processo de identidade cultural do país. Os canais de participação, as garantias político-jurídicas e principalmente a liberdade de livre organização partidária, como canal de expressão da sociedade, tornam-se princípios que constituem a identidade do PL, até por ser um Partido que está ressurgindo num outro contexto.

O problema das supressões dos direitos partidários, naquele momento, ainda era latente, pois a forma ditatorial empregada por Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, impedia o fluxo democrático, com base na participação. Inclusive, este foi um dos motivos provocadores da Revolução de 1923, no Rio Grande do Sul.

Por fim, destaca-se a necessidade de integração sob as dimensões públicas, privadas, políticas, sociais e econômicas.

Com estas afirmações é possível interpretar que, embora estes princípios pareçam naturais nos dias de hoje, em 1928 a conjuntura era diferente, na medida em que produziu um partido idealista. Parece-nos que este pólo demarca um novo período da história do Estado gaúcho e da personalidade de Raul Pilla, que, ao longo de sua vida, tornou-se um defensor destes princípios democráticos e humanistas.

As raízes do Partido Libertador ainda precisam ser conhecidas com mais detalhes. O que está sendo apresentado são questões de princípios gerais. Urge “desenterrar” melhor as ramificações deste processo que acabou contribuindo para a mudança da face política do Estado do Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XX. O Partido Libertador deverá ser conhecido, pois forjou a identidade política de, no mínimo, uma geração de políticos no Estado, com reflexos diretos no Brasil.

A ordem política se funda na ordem moral, que ao estado cabe reconhecer, respeitando-lhe as determinações. A democracia assenta-se no reconhecimento dos direitos naturais das pessoas e dos grupos sociais, direitos estes que sobrepõem e governam a ordem jurídica positiva estabelecida pelo o Estado.

É condição essencial da democracia política a efetiva participação do povo nas responsabilidades de governo, o que importa na liberdade de pregação e de organização político-partidário, direito este que se reconhece condicionado pelo dever que tem a democracia de assegurar legalmente a sua existência.

Não podendo a sociedade subsistir sem cooperação regulada e não sendo esta senão ordenação jurídico-política, reafirma a importância do fato político como aspecto funcional da vida coletiva, reconhecendo-se, entretanto, que a democracia não se realiza sem a harmônica integração dos três aspectos fundamentais: o social, o econômico e o político¹⁰⁸.

Mais alguns aspectos suscitados são importantes de serem mencionados, ainda relacionados aos seus objetivos fundamentais. Entre eles, podemos destacar os comentários escritos por Raul Pilla, por ocasião da fundação do PL, em relação ao fato de que a Aliança Libertadora estava consciente de que havia cumprido um papel importante. No entanto, agora era necessário avançar para outro estágio no campo político desta parceria de federalistas e ex-republicanos. Para enriquecer os detalhes, faremos a transcrição deste pequeno texto:

I- A aliança libertadora, consciente de haver correspondido tão cabalmente quanto possível aos fins ocasionais que lhe deram origem, o que implica logicamente o termo de sua missão, mas reconhecendo e aceitando a sua responsabilidade histórica de guarda e cultura das mais puras tradições Riograndense de amor à liberdade; e sentindo a obrigação e conveniência de não negar a sua cooperação ao aperfeiçoamento da vida política nacional, evitando ao mesmo tempo o funesto isolamento que habitualmente se tem desenvolvido, os esforços das melhores energias do Rio Grande do Sul; Constitui-se partido político, com o nome de PARTIDO LIBERTADOR;

II- O programa do Partido Libertador é o mesmo do Partido Democrático Nacional, proclamado em 21 de setembro de 1927, na capital Federal, com a colaboração e as assinaturas dos Deputados Libertadores. Definindo algumas das disposições Constitucionais que, de acordo com o Art. 2º do Programa do Partido Democrático Nacional, devem ser introduzidos oportunamente no estatuto federal. Para aperfeiçoar o Regime Democrático Representativo, o PL defenderá as seguintes medidas: eleição do Presidente da República pelo Congresso Nacional, comparecimento e responsabilidade dos Ministros perante o Congresso Nacional;

¹⁰⁸ Cf. NUPERGS. Esta é parte de uma declaração de princípios publicada para o Rio Grande do Sul por ocasião da fundação do Partido Libertador, em 1928, em Bagé.

III- Na atividade regional, de acordo com o expressamente estatuído naquele programa, reserva-se completa autonomia; pleiteará, nas ordens social e administrativa sem espírito partidário, todos os progressos oportunos, úteis aos interesses do Rio Grande do Sul; na ordem política, continuará a propugnar as reivindicações de liberdade e dignidade cívica que constituem irrepudiável tradição dos elementos que neste momento histórico se congregam, por laços de legítima afinidade, em tudo quanto é substância à existência de um partido político; reconhece, naturalmente, ao lado da necessidade da disciplina partidária, plena liberdade para cada um dos seus membros para aventar, discutir e propor os meios que julgarem preferíveis para obtenção do ideal comum;

IV- O Partido Libertador adota o lema “representação e justiça”, como síntese das suas aspirações na atividade nacional e local. No primeiro termo, representação, se inclui a exigência de um processo de alistamento eleitoral, pelo qual se tornam automaticamente aptos para votar, e também a ser votado.

Na seqüência, surge outro texto que busca caracterizar aspectos diversos da preocupação partidária, que por sua importância será mencionado na íntegra. Como é um documento antigo, parece estar incompleto, dando seguimento aos aspectos anteriores, tendo sido localizado na mesma pasta, no NUPERGS. Porém, a letra é diferente, dando a entender que não se trata do mesmo documento, inclusive o conteúdo altera-se completamente, demonstrando que é um comentário sobre o conteúdo do Programa do PL. Ele pode não ter sido elaborado pela mesma pessoa, ou se foi, ocorreu numa outra data. Mas é de fundamental importância para compreender o pensamento político do PL, naquele período. Há outros comentários de ex-membros do Partido Libertador que não serão mencionados.

I – Promover o povoamento do solo, sem recorrer ao aliciamento ou à paga, mas pelas facilidades oferecidas pelo colono nacional ou estrangeiro – pelo barateamento da vida, pela construção de vias regulares de comunicação, pelo cuidado da educação e da higiene e pela confiança na justiça;

II- Buscar o acréscimo das rendas publicas no aumento da produção e da riqueza, na boa distribuição dos tributos e só excepcionalmente na agravação deles;

III- Suprimir os impostos de exportação, de transmissão de propriedades e de todos os que embarçarem a produção e a circulação de riqueza, fazendo o imposto territorial incidir exclusivamente sobre o valor intrínseco do prédio, sem incluir o das benfeitorias que sobre realize o dono ou ocupante;

V- Desenvolver a instituição do crédito econômico, especialmente pela efetiva possibilidade de mobilização dos valores imóveis e seus acessórios;

VI- Consagrar a maior quota possível das rendas do tesouro ao serviço de instrução e educação profissional, principalmente ao que toca à agricultura e a indústrias rurais;

VII- Reduzir ao mínimo as despesas improdutivas, a começar pela força pública, que deve limitar-se ao suficiente para apoiar a execução das sentenças e de outros atos legais, para o que contribuirão também, eventualmente, as milícias municipais e o exército federal, quando requisitados;

VIII- Respeitar invariavelmente a autonomia municipal, só intervindo em assuntos locais em casos claramente determinados por lei e confiando que o mau uso da liberdade, que por ventura façam alguns municípios, desapareça mais facilmente no regime da própria liberdade que nos dá tutela;

IX- Estabelecer, em lei, bases claras e positivas para o progresso moral e material dos trabalhadores, criando a proteção legal para a atividade do operário, especialmente no que se refere à saúde, à instrução e ao amparo na invalidez;

Finalmente, as distâncias foram superadas e “*surgia o Partido Libertador, com Assis Brasil na Presidência e Raul Pilla como Vice*”. Desta forma, Raul Pilla representou e liderou o ideário partidário que defenderia ao longo de sua vida. O respectivo Congresso de Bagé resultou na fundação do Partido Libertador¹⁰⁹ e na aprovação de um regimento básico de compromissos de seus membros com esta agremiação¹¹⁰, visto que já apareciam disputas políticas importantes. O principal ponto de debate era se o partido seria Parlamentarista ou Presidencialista¹¹¹. Ao final deste congresso, chegou-se ao acordo que possibilitou a fundação do PL¹¹²: o ponto permanecia em aberto, para uma definição posterior.

Posteriormente, já com o PL estruturado, ficou acertado que o Partido precisava ampliar a sua base política para fora do Rio Grande do Sul. Por esta razão, dentro de um acordo político do Diretório Estadual, ficou acertado que o PL faria parte do Partido Democrático Nacional (PDN). Embora tenha preservado a sua identidade como partido regional, não deixou de estar sintonizado com uma agremiação de caráter nacional, principalmente no programa. Para dar seqüência a esta

¹⁰⁹ Cf. **NUPERGS**. Manifesto de Fundação do Partido Libertador.

¹¹⁰ Idem. Manifesto Regimental, aprovado no mesmo Congresso.

¹¹¹ Divergência histórica de Assis Brasil e do Raul Pilla.

¹¹² Cf. **NUPERGS**. Detalhamento das Decisões constam no Regimento Aprovado pelo Congresso de Fundação do Partido Libertador.

aproximação com o cenário político nacional, foi Assis Brasil chamado para assumir a representação do PL, no Partido Democrático Nacional¹¹³, no Rio de Janeiro. Nesta oportunidade, Raul Pilla, tornou-se a maior liderança do Partido Libertador no Sul do país.

Também, no ano de 1928 ocorreu a eleição para presidente dos Estados, e o PRR lançou Getúlio Vargas, que foi eleito Presidente do Rio Grande do Sul. A partir deste momento o Partido Libertador deixou de fazer sistemática oposição.

Nos anos que antecederam 1930, alguns acontecimentos provocaram profundas alterações. O primeiro está relacionado com a cisão da política do café-com-leite, entre São Paulo e Minas Gerais, com a imposição do paulista Júlio Prestes como candidato situacionista. Uma negociação do PRM com o PRR levou à formação da Aliança Liberal, que em seguida recebeu a adesão de João Pessoa, então Presidente da Paraíba. Esta movimentação política recebeu também o apoio dos jovens “tenentes”, que no início da década buscaram derrubar o Governo Central, através de um movimento armado. A Aliança Liberal lançou a candidatura de Getúlio Vargas para a Presidência da República e de João Pessoa para vice. Com isso, alterou-se a conjuntura no Rio Grande do Sul. Uma aproximação política entre o PL e o PRR era quase inevitável, na proporção em que as duas maiores lideranças do PL tornaram-se defensoras desta aliança.

¹¹³ O Partido Democrático Nacional era oposição ao Governo Central.

É o sofrimento a lei do homem. Não me cabe indagar-lhe, aqui, as razões profundas. A filosofia e a Religião podem, ou não, justificá-la, podem, ou não, explicar satisfatoriamente o fato; mas é um fato. Uns mais, outros menos, todos padecemos. E, se algum há que passe a vida sem conhecer o sofrimento, creio que seja mais digno de lástima, que de inveja¹¹⁴.

2 RAUL PILLA: A VIDA PÚBLICA A PARTIR DE 1922

Já foi mencionado no capítulo I, que o destaque de Raul Pilla se dá a partir de 1922, quando da eleição que apresenta Assis Brasil ao Governo Estadual. É necessário frisar este aspecto devido a sua importância histórica para o Rio Grande do Sul e, especialmente para Raul Pilla. A questão foi abordada de forma geral, apenas destacando o evento que levou ao conflito de 1923. O objetivo neste capítulo é detalhar melhor a participação política do biografado, sobre o evento histórico no RS.

O episódio marcante da escolha do candidato a governador, que poderia representar os federalistas neste pleito, era ainda um desdobramento dos conflitos ocorridos em 1893. As feridas que foram abertas neste episódio não pararam de “sangrar”, durante longo período até o ano de 1922. Após a vitória de Júlio de Castilhos, em 1895, e o seu governo administrado com mão de ferro, as perseguições foram sistemáticas contra os maragatos. Não havia espaço na administração pública para maragato e com grande dificuldade, fora dele.

Após o esmagamento da revolução de 1893, com o tratado de paz assinado em Pelotas, em 23 de agosto de 1895, vimos como, das perseguições e dos ódios dela decorrentes, firmaram-se e consolidaram-se os dois partidos rivais: O Federalista e o Republicano[...]. Os maragatos vencidos, perseguidos, despojados, conseguiram manter por 30 anos o Partido Federalista¹¹⁵.

Foi neste processo de ebulição, que os conflitos e disputas políticas levaram o Partido

¹¹⁴ PILLA, 1949, p. 37.

¹¹⁵ SÁ, 1973, p. 47.

Federalista a enfrentar dificuldades, especialmente pela ação centralizadora do governo de Júlio de Castilhos e, posteriormente, Borges de Medeiros. Em vários municípios as eleições municipais mantinham a marca dos maragatos, como era o caso de Caçapava do Sul, São Sepé e Dom Pedrito, que se tornava um pólo de resistência em relação às políticas implementadas pelos mencionados governos (Castilhistas e Borgistas). O velho ditado de que “*santo de casa não faz milagres*” era recorrente entre os federalistas, especialmente quando das eleições em Caçapava do Sul. Como havia uma grande resistência de maragato neste município, a cada eleição municipal havia uma luta interna, na qual se buscava estabelecer a vitória sobre os republicanos, particularmente sobre Borges de Medeiros. Caçapava do Sul era a terra de origem de Borges de Medeiros, que inclusive mantinha uma fazendola nas raias deste município. Com o passar dos anos, as dificuldades do partido federalista de implementar sua política levam ao enfraquecimento de seu potencial eleitoral. As razões podem ser atribuídas a fatores políticos, econômicos e migratórios.

No diz respeito aos fatores políticos, a centralização exercida por Borges de Medeiros gerava um desgaste natural da oposição, pela impossibilidade política de constituir um discurso que colocasse Borges em “*xeque*”. Também os problemas regionais se avolumavam, especialmente as disputas internas no tocante à escolha dos candidatos, as divisões ocorriam, tornando frágil o partido oposicionista. Em relação aos fatores econômicos, os federalistas estavam “*espremidos*” pela carência de recursos, e cada vez mais era um pequeno grupo que mantinha a chama dos maragatos acesa, disponibilizando dinheiro para a sustentar o PF - Partido Federalista. Afastados do poder, não tinham grandes estruturas para se movimentar na rearticulação do partido. De outra forma, muitos maragatos, dado o grau de pressão, migraram para outros estados da federação brasileira, especialmente para o Paraná e Mato Grosso, enfraquecendo ainda mais as fileiras do Partido Federalista.¹¹⁶

Mas, como é compreensível e como não podia deixar de ser, com o passar dos anos, os desfavores e as crescentes dificuldades foram enfraquecendo o Partido Federalista e lhe reduzindo as possibilidades eleitorais. Eram poucos os que dispunham de recursos financeiros para sustentar as despesas partidárias; os quadros não se renovavam, antes tendiam a minguar. E, além de tudo, começaram a surgir as dissensões em torno das candidaturas aos postos eletivos¹¹⁷.

¹¹⁶ SÁ, 1973, p. 47.

¹¹⁷ Idem.

Portanto, nos aspectos administrativos e eleitorais, Borges de Medeiros tornou-se complicado para os federalistas, visto a sua postura autoritária e centralizadora. As dificuldades saíam do campo político e caminhavam para o financeiro, pois na medida em que o Partido Federalista não crescia, sempre os mesmos tinham que manter as despesas partidárias. Entretanto, o processo político que afetava o Estado do Rio Grande do Sul, também alcançou o Partido Republicano que, estava no poder. Era natural que um governante, depois de quase duas décadas, começasse a sentir o peso das cobranças e um clima de mudança.

Diga-se de passagem que não menores fraturas se registraram no Partido Republicano, como, apenas para citar as duas maiores, a que derivou da candidatura de Fernando Abbot à Presidência do Estado e, em 1915, que resultou da candidatura do Marechal Hermes à Senatoria, pelo Rio Grande com oposição frontal de Ramiro Barcelos que, revidando agressões de Borges de Medeiros, escreveu uma obra-prima da poesia gauchesca - **Antônio Chimango** – sob o pseudônimo de Amaro Juvenal¹¹⁸.

No Partido Republicano Rio-grandense ocorreram muitas baixas, pois Borges de Medeiros ocupava o espaço político de forma centralizada e com razoável autoritarismo, de tal forma que as divergências internas eram inevitáveis. Esta permanência recorrente do governador no cargo está assentada na Constituição de 1891, elaborada por Júlio de Castilhos. A mencionada Constituição dava garantia de reeleição ao governador, desde que recebesse o apoio de três quartas partes do eleitorado. Júlio de Castilhos, que foi governador de 1892 até 1898, se preparava para permanecer no Palácio Piratini por longo período. Entretanto, foi ceifado em agosto de 1903 por um câncer de garganta, obrigando-o a deixar seu posto antes do que imaginara. E para ocupá-lo escolheu um homem de sua confiança: Borges de Medeiros.¹¹⁹

De 1898 até 1922, Borges de Medeiros foi o grande líder do governo gaúcho, tendo uma

¹¹⁸ SÁ, 1973, p. 47.

¹¹⁹ CASTILHOS, Júlio de. **O Pensamento Político de Júlio de Castilhos**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 2004. Publicação da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Org. Liana Bach Martins, Luis Antônio Costa da Silva e Gervásio Rodrigues Neves.

única interrupção de mandato¹²⁰, abrindo mão para um companheiro de seu partido, em 1908, porém, ao fim do mandato retornará para assumir o posto de Presidente do Governo Estadual do Rio Grande do Sul, no mandato subsequente¹²¹. Depois deste longo período de Governo (até 1922) houve um processo de desgaste, até certo modo, natural em função de tantos anos no poder. Um vazio político no Rio Grande do Sul, depois de muitos anos sob o comando do PRR. Na medida em que a oposição enfraqueceu, o Governo de Borges de Medeiros, também não avançou em questões administrativas, como poderia se pensar. Com a oposição fragilizada, havia uma certa imobilidade do governo constituído, e no caso em tela, a consequência imediata era uma divisão interna no PRR¹²².

A par desta fúria por economias e desta cristalina conduta pública, porém Borges de Medeiros, além de medíocre, caracterizava-se pelo o imobilismo administrativo. Diariamente perfazia, a pé, apenas acompanhado de longe por uma ordenança, a pequena distância que separava sua residência da sede do Governo[...]. Borges de Medeiros só não saía do Rio Grande, como nem de Porto Alegre saía e, mesmo da capital, conhecia quando muito umas poucas dezenas de ruas. Seu governo era, assim, o império do marasmo, da estagnação, da inércia¹²³.

É neste clima de marasmo político que Borges, acreditando na possibilidade de sua quinta vitória, se encaminhou para o pleito eleitoral de 1922. Embora a oposição estivesse enfraquecida, não estava “morta”, e buscava a reação para não permitir que Borges de Medeiros fosse novamente para a direção política do Estado. É a partir deste momento que o jovem médico (30 anos) e militante político do Partido Federalista, Raul Pilla, e agora secretário do mencionado partido, indicado pela “*ala moça*”, elabora o manifesto da candidatura oposicionista, representado por um ex-republicano: Assis Brasil¹²⁴.

Em 1922, Raul Pilla foi envolvido neste processo político, pois Assis Brasil aceitava ser candidato desde que visualizasse a possibilidade de vencer as eleições. Acreditando no desgaste

¹²⁰ TRINDADE, Helgio (org). **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. Carlos Barbosa, do Partido Republicano Riograndense, substituiu Borges de Medeiros no Estado do Rio Grande do Sul como governador entre 1908 a 1913, p.146.

¹²¹ DIAS, Carlos Gilberto Pereira. **Antonio Chimango no Limiar da Velhice: Apontamentos sobre a Trajetória Política de Borges de Medeiros- 1928-1934**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado – PUC RS, 2003.

¹²² SÁ, 1973, p. 49.

¹²³ Idem, p. 50.

¹²⁴ Ibidem

político de Borges de Medeiros, o Partido Federalista, depois de muito ser colocado à margem das decisões estaduais, vislumbrava a chance clara de vencer eleitoralmente o governo de Borges. Isto está colocado a partir de uma questão simples: a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, no seu Art. 9º, previa que o governo para ser reeleito necessitava de “três quartas partes do eleitorado”. Por esta regra, seria quase impossível a reeleição de Borges de Medeiros, que além de todo o desgaste sofrido ao longo de anos governando, ainda muitos se tornavam dissidentes do PRR, indo ingressar nas fileiras do Partido Federalista. Ou seja, havia um processo de cisão interna no PRR, o que enfraquecia ainda mais a chance de Borges de Medeiros chegar novamente ao Governo do Estado. Por tais motivos, parecia possível que a oposição vencesse as eleições, dadas as circunstâncias históricas daquele pleito eleitoral. Então, Raul Pilla passa a ter um papel preponderante na articulação da candidatura de Assis Brasil¹²⁵. Era uma forma de renovação e sobrevivência do Partido Federalista e do projeto político dos maragatos.

Entretanto, aqueles que apoiavam o governo de Borges de Medeiros, não tinham esta posição apresentada por Mem de Sá, pois este poderia ser questionado quanto ao seu envolvimento no contexto da época, no que se refere à derrota do governo Borges. Do ponto de vista econômico, Borges de Medeiros mantinha-se no governo, pois apresentava resultados que temporariamente satisfaziam parte do empresariado gaúcho, como é demonstrado na apresentação a seguir, extraída do *Almanaque do Comércio*¹²⁶ de 1920:

O Rio Grande do Sul, sentinela avançada entre os demais Estados da União, possui condições naturais privilegiadas para desenvolver em alto grau o seu industrialismo, isto é, o fator econômico do qual dependem todas as formas de civilização e de progresso. É de estrita justiça reconhecer que para o progresso econômico do nosso amado Rio Grande, convergem todos os esforços do notável estadista brasileiro Borges de Medeiros. [...] Todas as atenções do egrégio e clarividente estadista que, com mão firme, rege os destinos do estado, estão concentrados nas soluções de nossos magnos problemas econômicos¹²⁷.

¹²⁵ Assis Brasil foi um declarado defensor do Regime Presidencial no Brasil. Era o grande ponto de discordâncias entre Assis Brasil e Raul Pilla. Pilla tinha como locomotiva do seu discurso o Regime Parlamentar, contrariando as idéias de Assis Brasil. Porém, a aliança era tática, pois visava num primeiro momento rearticular a oposição e posteriormente vencer Borges de Medeiros, de tal forma que esta discussão foi colocada de lado naquela oportunidade. Uma importante obra que trata do pensamento político de Assis Brasil tem por título: *Unidade Nacional*, publicada em 1883, pela editora Carlos Pinto e Cia, espaço em que Assis Brasil defende a questão do federalismo.

¹²⁶ *Almanaque do Comércio do Rio Grande do Sul – 1920*. Porto Alegre: Globo, 1970. p.146

¹²⁷ Idem

No cenário nacional, repercutiu imensamente a Coluna Prestes, obrigando o Presidente Artur Bernardes a publicar um MANIFESTO À NAÇÃO. Encaminhou uma reação extremamente violenta contra a coluna. Foi uma reação das oligarquias legislativas e executivas, preocupadas com os rumos dos discursos de Luiz Carlos Prestes. Apesar de todos os esforços adotados pelo Governo Federal, ainda assim, existia no cenário nacional um desencantamento com os rumos que o Brasil passava a trilhar, criando as condições para construção de nova força política, com desmedida importância: o movimento operário.

No panorama econômico e político a situação era considerada crítica, criando empecilhos para a governabilidade. O Ministro da Fazenda, Sampaio Vidal, apresenta um balanço para o Congresso Nacional, expondo a péssima situação cambial. Os *déficits* orçamentários eram cumulativos e a sobrecarga de novos pagamentos aos civis e militares estavam represados, sendo finalmente concedidos, impondo limitadores aos investimentos do governo. Havia neste contexto nacional uma acentuada queda nas exportações e uma diminuição do valor dos produtos no mercado internacional e por conseqüência, uma menor renda interna. O resultado era o agravamento da inflação e como medida de contenção, buscava-se um incentivo ainda maior para os produtores de café, cujo objetivo era dar novo ânimo à produção, visualizando a exportação. Naturalmente que os maiores beneficiários eram os produtores de café.

Em 5 de julho de 1923, Artur Bernardes decreta Estado de Sítio, vislumbrando solucionar os conflitos internos e buscar neutralizar o discurso da oposição, principalmente mobilizada na ação do movimento operário. O governo federal queria encaminhar junto ao Congresso Nacional, uma revisão constitucional que garantisse condições de suspender o direito de ocorrerem sucessivas eleições de um mesmo líder, como era o caso do Rio Grande do Sul, Alagoas, Paraná e Santa Catarina. Buscava-se a mudança no sistema judicial, criando os tribunais regionais para que uma infinidade de problemas pudesse ser solucionada nas regiões, sem ter que passar necessariamente pelo Distrito Federal. O Governo Federal sancionou a Lei de Imprensa, apresentado-a como condição fundamental para suspender o Estado de Sítio. Através desta Lei, o Governo Federal tinha condições de interferir nos meios de comunicação, censurar, controlar e manipular informações. Eram medidas coercitivas¹²⁸.

Estas eram razões que criavam um clima de conflito interno no Brasil e nos estados, onde

¹²⁸ CARONE, Edgard. **Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1938)**. Rio de Janeiro: Difel Editorial, 1975, p. 44.

as questões políticas, como nos casos de Alagoas, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, não estavam legalmente resolvidas nos termos mencionados. Portanto, estes fatores macro influenciavam a política local, e por consequência os conflitos eram prementes.

2.1 A Eleição de 1922

Assis Brasil, assim conhecido, era ainda mais conhecido de Borges de Medeiros. Quando do período estigmatizado por Júlio de Castilhos de “Governicho”, Assis Brasil chegou a permanecer como governador do Rio Grande do Sul por cinco dias, em 1892. Era casado com uma irmã de Júlio de Castilhos e manteve por anos um relacionamento de muita proximidade com o ex-líder republicano. No entanto, as questões políticas os colocaram na rota de colisão, afastando-os do campo político. Quando inicia a revolução federalista, Assis Brasil sai do Rio Grande do Sul para ser Embaixador do Brasil em Portugal e, posteriormente, Ministro Plenipotenciário na Argentina e nos Estados Unidos. Em 1889, escreveu uma importante obra da literatura jurídica, cujo título passava a ser delicado, para garantir sua entrada nas fileiras dos federalistas: “*A República Federativa do Governo Presidencial*”. Nesta obra, Assis Brasil defendia a eleição indireta para Presidente da República e dos Estados, além da instituição de governos coletivos, sendo que os mesmos deveriam reunir, através de um órgão coletivo, as diferentes opiniões, impedindo que o governo tomasse decisões isoladas, e sem o assento da realidade. Porém, Assis Brasil era um defensor histórico do regime presidencial, contrariando os parlamentaristas que eram membros do Partido Federalista, inclusive constava no seu programa um princípio fundamental: o Parlamentarismo.

A situação então estava colocada: havia o homem certo para a situação certa, mas o problema da sua visão de mundo não coadunava com a dos federalistas. Ao contrário, alguém teria de fazer uma revisão na forma de pensar do sistema político. No entanto, os federalistas não tinham muitas escolhas, pois se tratava de uma situação, cujo objetivo primordial era impedir que Borges de Medeiros fosse pela quinta vez alçado ao comando do Palácio Piratini. Mas, na visão dos federalistas, Assis Brasil era antes de tudo um homem arrojado para sua época e um democrata que permitiria uma mudança no comando político do Estado do Rio Grande do Sul. Nesta direção é possível detectar a primeira mudança de perspectiva política no estado. Há efetivamente uma aproximação de forças políticas até então distantes: os maragatos e os

dissidentes das fileiras de Borges de Medeiros. É fator histórico que ocorre em 1922, pois os maragatos usavam da prerrogativa do afastamento do poder, visualizando um retorno através de um ex-republicano. Não deixava de ser uma aliança estratégica para derrotar Borges de Medeiros.

Neste período, Raul Pilla estava com 30 anos e tornava-se uma das importantes lideranças dos federalistas. Era médico há sete anos, professor universitário e secretário do Partido Federalista, desde 1909. Tornava-se um quadro político histórico para os maragatos e importante, pois morava em Porto Alegre, centro do poder no Estado. Solteiro, dedicava-se integralmente a esta composição política e buscava a desconstrução do governo borgista, pois este representava forças que não poderiam mais promover o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, de acordo com o posicionamento dos maragatos.

Raul Pilla e outros federalistas históricos, como Fernando Abott, Armando Tavares, Joaquim Tibúrcio, Walter Jobim, Joaquim Alves Ramos, Andrade Neves Neto, Alves Valença, entre outros, assinaram o manifesto, e o publicaram no jornal **Correio do Povo**, do dia 19 de outubro de 1922. Esta foi uma imposição de Assis Brasil aos federalistas, a fim de aceitar o convite para concorrer ao cargo¹²⁹.

O período até às eleições era exíguo, pouco mais de um mês. Percorrer o Estado do Rio Grande do Sul, basicamente a cavalo, devido à inexistência de estradas e automóveis, certamente era um complicador. Este prazo apertado denota a desorganização da oposição a Borges. Não houve um planejamento que estabelecesse o tempo adequado para promover uma corrida pelo Estado a fim de aglutinar forças e constituir um discurso que visasse à substituição do governo rio-grandense. Os velhos maragatos foram mobilizados, porém com os desgastes partidários por certo que não era possível fazer frente a um candidato que se eternizava no poder e que destruía de forma impiedosa a oposição.

O cenário econômico e político foram de profundas alterações, pois, finda a Primeira Guerra Mundial, havia uma efervescência na busca de alternativas para um mundo repactuado, que alcançava as mais longínquas regiões do mundo (aquelas afastadas dos grandes centros econômicos e políticos mundiais), como era o caso do Rio Grande do Sul:

No início dos anos 20, o mundo começava a se recuperar dos prejuízos que a Primeira Guerra Mundial havia causado. Parecia óbvio que o velho mundo estava condenado. A velha sociedade, a velha economia, os velhos sistemas

¹²⁹SÁ, 1973, p.51.

políticos tinham perdido a hegemonia. A humanidade estava à espera de uma alternativa[...]. As políticas liberais de livre mercado, a crença no progresso da humanidade e uma visão otimista do mundo haviam dado lugar a um sindicalismo atuante, uma contestação dos valores da sociedade e um abandono de qualquer coisa que lembrasse o passado[...]. A tendência da década de 20 foi a de estabelecer um “esfriamento” nas relações internacionais. Entretanto a paz rigorosa imposta aos vencidos, sobretudo à Alemanha, aumentou os antagonismos e conduziu à nova guerra¹³⁰.

Porém, o governo de Borges de Medeiros não era a empreendedor, na proporção em que os investimentos na economia não encontravam ressonância nas esferas governamentais. Para ilustrar esta afirmativa poderemos usar o exemplo de Mem de Sá, na sua obra “Politização do Rio Grande”, na qual destaca que:

E quando um grande engenheiro porto alegreense, Rodolfo Ahrons, reunindo capitais estrangeiros projetou a construção da usina hidrelétrica do Salto Grande do Jacuí, para ser inaugurada em 1922 como celebração maior do centenário da independência do Brasil, os engenheiros positivistas da Secretaria de Obras Públicas vetaram a iniciativa, porque os proponentes se prontificavam a entregar a usina, sem indenização, após 50 anos de exploração! Os dogmas de Comte proibiam tal prazo. Ofereceram, então, o de 30 anos, com opção para arrendá-la por mais 20 anos. Resultado: a usina não foi inaugurada no dia 7 de setembro de 1922, como poderia ter sido, mas 40 anos depois¹³¹.

Esta avaliação das forças produtivas e a urgência de reformas no Estado do Rio Grande do Sul justificariam a candidatura da oposição. De outra forma, Assis Brasil também acalentava um velho sonho de poder administrar o Estado, pois acreditava ter uma contribuição importante a fazer, dado o seu conhecimento e suas relações externas ao Rio Grande.

Chegado o dia das eleições, o governo “*borgista*” opera a máquina pública através das intendências e da estrutura partidária. A movimentação é intensa e as informações cada vez mais preocupam, principalmente os maragatos. Fora do poder, os federalistas estavam enfraquecidos e lutando contra um poder construído de forma consistente. Era uma luta como aquela de “*Davi e Goliath*”. No entanto, esta preocupação afligia o PRR, pois precisava fazer três quartos dos votos e alcançar esta cifra não seria uma tarefa tão simples. Finalizada a votação, a população do interior,

¹³⁰ ARRUDA & PILETTI. José Jobson de. Nelson. **História Geral**. São Paulo: Editora Ática, 1996. p.279.

¹³¹ SÁ, 1973, p.49.

e principalmente de Porto Alegre, acompanha a movimentação pelos jornais. Raul Pilla está acompanhando este processo de perto, orientando os maragatos a fim de impedir que houvesse qualquer esbulho no processo, sabendo, porém, que isto seria praticamente impossível.

A Federação, órgão oficial do borgismo e o Correio do Povo, que se proclamava independente, começaram uma batalha de informações. Ficavam fronteiros os prédios e entre os dois aglomerava-se o povo, sedento por informações veiculadas em placares que sucediam a cada hora. De vez em quando, um pelotão de cavalaria da Brigada Militar intervinha e espaldejara a multidão¹³².

Borges de Medeiros contava com a vitória, pois a estrutura de campanha era bastante superior e já havia uma espécie de hábito no Rio Grande do Sul: a cada eleição, Borges era o candidato natural. Seu adversário era Assis Brasil, mas diante dos aspectos relacionados à desestruturação partidária da oposição, a temporalidade na escolha do nome (faltava pouco mais de um mês para eleição) e a avançada idade do candidato, eram alguns dos fatores que atravancavam uma disputa, que poderia colocar Assis Brasil na Presidência do Estado. Porém, os maragatos foram movidos pelo seu velho ideal de política, defendendo os princípios de Gaspar da Silveira Martins, que condenava frontalmente o superpoder do governante. Seus aliados comungavam desta assertiva e em muitas situações escreviam e difundiam os ideais do parlamentarismo.

Os acontecimentos que ilustram não seriam arquivados, nem os grandes crimes, que escavam a ação dos tribunais regulares, seriam sujeitos à sanção de sua inflexível justiça, última esperança dos enteados do direito, dos que caem batendo-se contra a prepotência vencedora¹³³.

Este espírito é que conserva a velha disputa, que aos poucos vai sendo renovada a fim de estabelecer o vencedor, que na visão dos federalistas ainda deveriam ser eles, pois representavam a classe dos proprietários de terras e aglutinavam outras forças produtivas no campo e na cidade. Esta manifestação de Escobar nos dá a dimensão deste conflito que estava na iminência de ser

¹³² SÁ, 1973, p. 54.

¹³³ ESCOBAR, 1919, p. 36.

deflagrado novamente, em função do processo eleitoral.

De acordo com a Constituição do Rio Grande do Sul, a reeleição só era viabilizada com o alcance de 75% dos votos dos eleitores aptos no estado. Para Borges de Medeiros alcançar o percentual necessário, teria que fazer no mínimo 111 mil votos, mas teria feito pouco mais de 109 mil votos, número insuficiente para ser declarado vitorioso. Assis Brasil seria eleito com apenas 25% dos votos dos leitores aptos no estado. Como havia esta indefinição, Borges de Medeiros se antecipa ao resultado final, despachando para as intendências uma circular agradecendo o alcance da vitória sobre seu adversário. Mas a situação, por certo ainda indefinida, levou Raul Pilla a participar das discussões políticas a fim de visualizar quais seriam as alternativas para alcançar a vitória de Assis Brasil.

O processo de votação estava comprometido, pois a relação que o chefe do poder possuía com as lideranças locais era comprometedor, à medida que os trabalhadores rurais e dos eleitores de modo geral dependiam destes chefes locais, especialmente dos governantes municipais. Isto explica com clareza, a razão pela qual Borges de Medeiros encaminhou uma circular de agradecimento, antes de proclamado o resultado final. O trabalhador não participava deste processo político, pois pouco ou nada ajudava se envolver na escolha do governante.

Os procuradores de Assis Brasil fizeram a seguinte manifestação atinente à posição dos deputados, que apontavam a vitória de Borges de Medeiros:

Difícil era, numa Assembléia provavelmente suspeita, a escolha de uma comissão que tivesse qualquer dose de isenção para o julgamento de um pleito em que a maioria de seus membros teve intervenção direta e apaixonada[...]. O presidente da mencionada comissão era o Dr. Getúlio Vargas, diretor da política de São Borja e recentemente deputado federal, por obra e graça do Sr. Borges de Medeiros¹³⁴.

E, enquanto a apuração ocorre na Assembléia Legislativa, a repercussão de tal pleito cruza os “*quatro cantos*” do Estado e, a cada hora que passa, mais movimentações são realizadas. Os procuradores de Assis Brasil encontram todas as formas de dificuldades. Muitas deliberações sobre as regras não constavam na Constituição, criando as condições para que Assembléia deliberasse naquele momento. Ora, como se não bastasse à iminência de um conflito, regras são criadas de última hora, com objetivo de tornar aceitável a vitória de Borges de Medeiros.

¹³⁴ SÁ, 1973, p. 54.

Fechara-se a Comissão a sete chaves, em companhia de consumados alquimistas de resultados eleitorais – são os advogados que escrevem-despedindo da porta os procuradores do Dr. Assis Brasil, sob o pretexto de que o Regimento da Assembléia, aliás omisso no tocante à presença dos procuradores, havia derogado a disposição da lei eleitoral que admite a intervenção dos fiscais de qualquer nas apurações[...]. O parecer, com data de 17 de janeiro de 1923, concluía, com abundância de argumentos e demonstrativos, pela presença cristalina de que o candidato Antonio Augusto Borges de Medeiros havia merecido as três quartas partes do eleitorado[...] que o resultado final era, feitas as depurações, de 106.360 votos pró-Borges contra 32.216 para Assis¹³⁵.

A insatisfação dos federalistas a respeito desta matéria foi grande, pois havia um sentimento de traição e abuso de poder em todas as dimensões da vida política do Rio Grande do Sul. Os apelos para revisão do resultado foram inúteis. Assis Brasil propunha um Tribunal de Honra para desenrolar este complicado pleito político eleitoral. Mas as tentativas de diálogos, a cada momento se reduziam e a insatisfação dos maragatos era marcante no cenário político. O episódio surgido deste momento histórico ficou conhecido como Revolução de 23, o qual projeta Raul Pilla no cenário político estadual, e na busca de alternativas para o período subsequente.

2.2 Raul Pilla: Sua Escolha

Várias circunstâncias levaram Raul Pilla a participar do cenário político do Rio Grande do Sul. No primeiro capítulo, conforme mencionamos, os primeiros passos da vida política de Raul Pilla estiveram por conta da influência do maragato e professor, Apeles Porto Alegre. Por ocasião da inauguração de uma erma, em homenagem a Apeles Porto Alegre, Raul Pilla destacou:

Sr. representante do Sr. Interventor Federal, Sr. representante do Sr. Secretário de Educação e Cultura, Sr. representante do Sr. Prefeito de Porto Alegre[...]. É hoje, Apeles Porto Alegre quem recebe o preito da justiça; foram ontem Aurora

¹³⁵ SÁ, 1973, p. 55.

e Zamira do Amaral Lisboa; mais para traz Inácio Montanha e Apolinário Porto Alegre[...]¹³⁶.

Raul Pilla é indicado para proferir um discurso na inauguração da Erma, construída em homenagem a Apeles Porto Alegre, no dia 27 de dezembro de 1944. As autoridades não compareceram, mas se fizeram representar por seus assessores. O não comparecimento é compreensível, pois Apeles Porto Alegre não tinha a simpatia do PRR (Partido Republicano Rio-grandense), no período em que atuou na política do Rio Grande do Sul. Ao contrário. Membro fundador do Partido Federalista, junto com Gaspar da Silveira Martins, defensor convicto do sistema parlamentarista, e naturalmente maragato, não agradava os seguidores do poder instituído no Estado por Júlio de Castilhos e seus seguidores.

O parlamentarismo era algo fundamental no que tange ao pensamento de Raul Pilla, apreendido do seu antigo mestre, nas questões que se relacionavam com a sociedade e as questões políticas, quando exprime neste pequeno ensaio de homenagem a Apeles Porto Alegre:

E não é, senhores, somente o simples cidadão quem se inclina reverentemente ante os preceptores. Os governantes [representantes] também associam o culto ao mestre. Descem a praça para cerimônia votiva[...]. Estamos atravessando uma hora crítica e todos sentimos que a nova humanidade será, em boa parte, o que a tiver feito o mestre nas escolas¹³⁷.

Raul Pilla chama a atenção para a função da educação, visando o desenvolvimento de uma sociedade democrática. Exatamente neste contexto, a ditadura de Getúlio Vargas caminha para o seu final e abre condições de avançar no processo democrático. Entretanto, as opções profissionais e políticas feitas por Raul Pilla encontram em Apeles Porto Alegre grande contribuição para sua formação. Ainda, quando finalizando os estudos do ginásio, em 1909, com 17 anos, Raul Pilla foi eleito Secretário Geral do Partido Federalista, conduzido neste processo político pelo então, mestre ginásial, Apeles Porto Alegre, como já foi mencionado. No mesmo ano, depois de concluído seus estudos, viaja para Itália a fim de estudar, durante o período de um ano, questões humanísticas.

O curso de medicina se estruturava, dentro do *status* social de um jovem porto-alegrense,

¹³⁶ PILLA, 1949, p. 52. Discurso proferido em 27 de dezembro de 1944, por ocasião da inauguração da erma erigida ao Prof. Apeles Porto Alegre.

¹³⁷ PILLA, 1949, p. 53.

principalmente pela compreensão do papel social da medicina, que o autor teve por orientação da família, como forma necessária de sobrevivência através de um ofício, sendo:

Profissão, função social. Profissão é ofício, mister, meio de vida[...]. Ofício como o de mercar, fabricar, agricultural e construir[...]. Mas, atentai bem senhores: nenhuma profissão honesta, por mais obscura, deixa de ter uma significação social. Se o “*primum movens*” é a remuneração, o ganho, está a sua justificação na utilidade, no benefício quer presta a terceiros, isto é, a coletividade[...]. É útil o médico, porque trata de restabelecer ou preservar a saúde¹³⁸.

Compreendia, como agente político, que a medicina era antes de um meio de sobrevivência, “*um sacerdócio*”, pois em sua opinião imperava nela uma lei moral, que fugia das demais profissões, baseadas apenas nas relações econômicas. Na medicina, o atendimento do sofrimento do homem é uma constante, e por isto trabalha como profissional antes de tudo o compartilhamento desta limitação, que é o padecimento humano.

Quanto a Apeles Porto Alegre, cabe salientar ainda, que no discurso proferido por ocasião da homenagem, Raul Pilla apresenta o seu antigo mestre: “*Apeles ensinava pelo preceito e pelo o exemplo*”. E se apresentou na continuidade da tradição federalista pelas mãos deste professor:

Realmente, Senhores, se Apeles Porto Alegre foi um grande professor, deve-se não somente a sua inteligência, cultura e devotamento ao ensino, mas também ao fato de ter sido um homem e um cidadão. Um grande cidadão[...]. Foi certamente o homem e o professor que mais nos impressionou a nós, bacharelados em ciências e letras do Instituto Ginásial Júlio de Castilhos, quando o escolhemos para nosso paraninfo. Muito nos merecia o professor de História, que não faltava um só dia e, em vez de narrar batalhas e desafiar séries de monarcas, nos fazia acompanhar o desenvolvimento da civilização, tendo sido, talvez, o primeiro professor a adotar semelhante orientação em nosso meio¹³⁹.

A partir desta homenagem a Apeles Porto Alegre, Raul Pilla, de alguma forma busca explicar para os participantes da inauguração da referida Herma, as razões que levaram-no a tornar-se um professor.

Por isso, creio eu, senhores, que a maior, a mais profunda, a mais

¹³⁸ PILLA, 1949, p. 36.

¹³⁹ Idem. p. 55.

revolucionária de todas as reformas de ensino, em todos os seus graus, a teríamos nós quando todos os professores fossem cidadãos compenetrados[...]. Sem o querer, sem o saber querer, foi o velho Apeles, como o chamávamos, o meu iniciador na vida política, ele foi quem me deu orientação fundamental, de que até hoje não me apartei¹⁴⁰.

O agente político Raul Pilla está relacionado à questão profissional, interligando as questões de compromisso social. Esta observação apresenta um grau de idealismo sobre os rumos seguidos pela sociedade. Posteriormente, no decorrer desta homenagem, traz um tributo a si próprio, na medida em que demonstra os altos predicados de seu mestre e que, como um herdeiro, estaria credenciado para seguimento a tarefa de manter esta responsabilidade. Embora Raul Pilla se furtasse de, nesta homenagem, fazer qualquer menção às questões da política global em plena ditadura Vargas, ainda assim, sutilmente estabelecia uma crítica contundente à liberdade de expressão. Citou seu mestre, Apeles Porto Alegre, que além de professor, era jornalista influente e, como tal, não deixava de exercer de forma concomitante e integrada o jornalismo e a função de professor.

É o professor um educador; educador era o jornalista de então e é, muitas vezes, o jornalista de hoje. Um doutrina a infância e a juventude; o outro doutrina o povo[...]. Fazer homens, e homens que sejam donos de si mesmos, e não servos de outros homens ou do Estado, eis a finalidade da educação¹⁴¹.

Neste ponto que reside o espelhamento de Raul Pilla, em relação ao mestre, tanto na política, quanto no meio jornalístico. Da mesma forma que fora educado pelo mestre na infância e na juventude, caberia como missão dar continuidade ao projeto que havia sido desenhado por seu professor. É neste aspecto que se apresenta a sua opção política, como seguidor de Gaspar da Silveira Martins, pois este era admirado por Apeles Porto Alegre. Daria seqüência a uma idéia que era o sistema parlamentarista, como mais adiante poderemos acompanhar o funcionamento do seu raciocínio relativo a este tema.

Nesta obra é possível descartar o caráter autobiográfico do professor e jornalista Raul Pilla. Então, a retomada do mestre teria por objetivo central declarar-se como um produto de seus mestres. Num segundo momento, reafirma-se como um agente político que está dando seqüência a um projeto que transcende os interesses pessoais e dimensiona-se em aspectos de caráter social,

¹⁴⁰ PILLA, 1949, p. 56.

¹⁴¹ Idem

que seria o fim último de todo o processo educativo de um indivíduo. Ainda nesta perspectiva aponta que, ao alcançar a respeitabilidade pública, a eleição para deputado federal era o evidente resultado de sua formação consistente e temática. Mesmo sendo um maragato, encontrava ressonância de seus discursos entre os republicanos e adversários das diferentes correntes políticas.

Talvez, entender o perfil político de Raul Pilla tenha sido uma das tarefas que nos levaram a buscar estas obras de caráter públicas, mas com razões veladas e que aos poucos têm sido apresentadas. Neste sentido, o período que vai de 1909 até 1922, há efetivamente poucas tarefas públicas e o jovem maragato dedica-se à sua formação e uma apaixonada vivência com Porto Alegre.

Raul Pilla escrevia para um jornal do Partido Federalista e posteriormente para o *Jornal Correio do Povo*, assumindo entre seus colegas a sua opção partidária. No entanto, impende destacar que o Dr. Olinto de Oliveira não tinha boa impressão dos maragatos, os associando a uma espécie de intrusos. A filha, como já foi mencionado, transforma e impulsiona a vida política e sentimental do jovem Raul Pilla. A partir de entrevistas de familiares, foi constatado que o biografado manteve, como já foi dito, uma única paixão, um único amor: Esther Olinto de Oliveira, sua vizinha. Mem de Sá também corrobora com esta afirmativa, quando escreve:

O homem, filho de modestos imigrantes italianos, de tal modo se integrou na vida e na sociedade riograndense, que se faz necessário relembrar sua origem para não supor que ele é brasileiro de 400 anos[...]. Só amou uma vez[...]. Sua consciência do dever era tão absoluta que, em verdade, não compreendia que alguém não a tivesse¹⁴².

2.3 Um Amor Frustrado

Este detalhe da vida de Raul Pilla influencia sobremaneira a sua formação e o seu

¹⁴² SÁ, 1949, p. 144.

comportamento. A primeira correspondência na qual ele trata do tema é de 1916, com um de seus amigos e colega de faculdade, Alcides. Nesta ocasião, além de mencionar que estava na fase final de sua tese, justificando a demora do contato, cita outros colegas que estão trabalhando fora de Porto Alegre, inclusive, apontando de que todos poderiam se dar muito bem na vida. Era uma preocupação básica. Avança na correspondência, mencionando que havia sido padrinho de casamento de um dos seus colegas, cujo nome era Algemiro. Portanto, uma demonstração de afinidade, afeto e coleguismo. Ainda na primeira página desta correspondência, busca relacionar um assunto que o afligia no dia-a-dia do seu trabalho: falava da filha do professor Olinto de Oliveira. Atesta, na ocasião, que estava sofrendo de um “grave mal”, que era o mal de amor e que já não era mais possível esconder isto dos colegas mais próximos. Esta correspondência que está anexada abaixo foi a primeira a ser localizada nos arquivos pessoais de Raul Pilla.

Na mencionada correspondência é evidente a dificuldade de uma época: quando Raul Pilla foi solicitado por seu colega - que foi morar no interior - para enviar-lhe um termômetro (não é informada a característica do termômetro). Embora Pilla tivesse percorrido a cidade, não o havia encontrado. A inexistência desta peça importante para um médico, demonstrava a limitação de exercer a profissão com equipamentos que seriam básicos nos dias de hoje. Nesta correspondência fica explícito que o jovem médico, Raul Pilla, de um lado estava no exercício da profissão e, do outro, numa demonstração de suas relações de amizade e solidariedade com ex-colegas.

O biografado, que sempre fora reservado nas suas observações, agora se vê na premência de revelar para um colega esta sua aflição¹⁴³.

Como um adolescente, confessa ao amigo que é impossível esconder as suas reações amorosas. Por certo, não havia conseguido disfarçar, especialmente dos amigos, que estava apaixonado pela filha do seu ex-professor, Olinto de Oliveira, particularmente de Alcides¹⁴⁴, um amigo próximo.

Nesta contextura, em 1916, ainda longe da Revolução de 23, Raul Pilla precisa ser reconhecido, especialmente pelo seu mestre Dr. Olinto de Oliveira, a fim de aproximar-se da jovem Esther. Não segurando mais para si esta aflição, confia na correspondência, esta situação pessoal “*o que vai agora escrito tem um caráter estritamente pessoal*”. Ou seja, apenas

¹⁴³ Ver foto em anexo A.

¹⁴⁴ Na correspondência consta apenas Alcides e não foram encontrados registros sobre este nome, mesmo em correspondências posteriores.

Alcides poderia saber desta informação, pois, ao que parece, conhecia-o muito bem.

Revela nesta correspondência a habilidade de comunicar-se através da escrita, uma personalidade introspectiva, merecedora do respeito dos colegas. É possível assegurar o momento de conflito do jovem Raul Pilla¹⁴⁵.

A paixão que Raul Pilla está mencionando para o amigo, aos poucos vai sendo esclarecida na correspondência, ao demonstrar através da descrição do perfil, do que lhe chamou mais atenção em Esther: as questões do espírito. Porém, pelas fotos examinadas, a beleza física também não era menor. Raul Pilla assevera que é o seu primeiro relacionamento e também o último que vai empreender. Este amor é uma espécie de “combustível” na sua vida¹⁴⁶.

Dizia ser esta uma doença crônica, que aos poucos veio lhe afetando. Apresentava para o amigo as dificuldades de continuar escrevendo a sua tese, dado o seu conflito pessoal e emocional. Tratava de se preocupar constantemente em fazer uma reavaliação do seu quadro, e ao que tudo indicava, só havia piora. Raul Pilla: um democrata, racionalista, e neste momento se entregando para os ares do amor. Na correspondência, deixa claro que não está namorando a moça, mas apenas observando. Cita também, que este “mal” o está afetando, já faz pelo menos, cinco anos. Ora, se fazia cinco anos é porque, por volta de 1911 já estava observando a jovem Esther. Relata também ao amigo que ela é conhecida dele, pois numa ocasião em que Raul Pilla e Alcides estavam juntos, a encontraram. No entanto, o jovem tímido não fez, naquela época, qualquer referência para seu amigo da incontrolável paixão. Outro detalhe é que todas as noites, Raul Pilla saía de casa para observar sua amada e, isto lhe tirava concentração nos estudos¹⁴⁷.

Ao encerrar a correspondência com o amigo, mais uma vez insiste na confidência da informação. É a demonstração da importância que o jovem Pilla estava dando para o evento afetivo. Ele cita que já havia encaminhado algumas correspondências para a jovem Esther, mas que ainda não havia recebido uma resposta. Esta questão estava ainda indefinida, pois Raul Pilla, sendo um maragato e filho de comerciante, não sabia da resistência que encontraria por parte do Sr. Olinto de Oliveira, a fim de impedir o possível relacionamento. Mais tarde, Raul Pilla ficou sabendo que as correspondências não chegavam até Esther, já que, quem as recebia era o Sr. Olinto. Depois de muitas tentativas frustradas para marcar um encontro (embora morasse do outro lado da rua), Raul Pilla provoca o seu ex-professor e pai do seu amor, para que este lhe

¹⁴⁵ Cf. anexo B.

¹⁴⁶ Cf. anexo C.

¹⁴⁷ Cf. anexo D.

permita ter um encontro com a jovem Esther. Este episódio ocorreu em 1919 e recebe uma atenção especial, pois a correspondência é carregada de formalismo, objetivando alcançar a permissão do Dr. Olinto de Oliveira, na liberação deste mencionado encontro. Havia ele compreendido que o grande empecilho era o Sr. Olinto. Para remover esta dificuldade, sabia não ser tão fácil. Mais uma vez, se deparava com o velho mestre tratando de aspectos particulares, ao solicitar o namoro¹⁴⁸.

A resposta é objetiva, clara e não deixa margens para discussão. O Dr. Olinto de Oliveira fecha todas as portas para a formalização do projeto de Raul Pilla de ter um namoro com Esther. O fato de ele ser filho de imigrantes, comerciantes, além de maragato, pesou significativamente na estruturação do juízo do Dr. Olinto sobre o jovem Raul Pilla. A justificativa para estes documentos estarem presentes nesta altura do trabalho, deve-se ao fato de serem representativos num momento em que Raul Pilla optou por um projeto de vida, buscou os limites deste alcance e, de certa forma, explicam as suas opções políticas.

É na resposta desta carta¹⁴⁹ que Raul Pilla descobre que as suas missivas anteriores não chegavam até a sua amada. Recebe de volta do Sr. Olinto apenas algumas delas, já que a grande maioria tinha sido destruída. Foi, portanto, uma experiência frustrada do jovem médico, que não desistiu, pois sabia que, quem não queria o namoro era o pai e não a filha, Esther.

2.4 E a Vida Continua

Era necessário se preocupar com a carreira, com o trabalho. Nos anos seguintes, Dr. Olinto de Oliveira foi morar no Rio de Janeiro, levando consigo toda sua família. Raul Pilla continuou trabalhando em Porto Alegre. Especializou-se em fisiologia e publicou trabalhos relacionados à área médica. Formalizou a sua situação como professor em 1924, através de concurso público para livre-docente na mesma cadeira e, em 1926, conquistou a Cátedra Titular de Fisiologia, atingindo a condição de “mestre”.

¹⁴⁸ Cf. anexo E, F e G.

¹⁴⁹ Cf. anexo H.

A partir destes elementos é possível observar que Raul Pilla caminhava nas “pegadas” de seu mestre, Dr. Olinto de Oliveira, buscando ser reconhecido profissionalmente, alcançando destaque também na vida política de seu partido. Com a conquista da cátedra, tornava-se um reconhecido profissional o que lhe permitiu estabelecer uma atividade política ainda mais constante. Em 1926, afastou-se temporariamente da vida universitária, adentrando com mais afinco nas questões de disputa política.

A partir dos episódios de 1923, com o Acordo de Pedras Altas, abria-se espaço na política gaúcha, criando todas as condições para a constituição de uma nova força política, pois Borges de Medeiros havia se comprometido em não mais concorrer ao Governo Estadual. Portanto, o tabuleiro do jogo político estava sendo acionado e qualquer movimento precisava ser minuciosamente avaliado.

Embora licenciado da vida universitária, mantinha um estreito vínculo com a instituição, pois seguidamente realizava pesquisas médicas no laboratório de fisiologia. Estes projetos serviram como base para a criação do Instituto de Fisiologia Experimental, atualmente vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

2.5 Raul Pilla: Justificativa do Afastamento

Este afastamento da Faculdade de Medicina tem suas justificativas apresentadas pelo próprio Raul Pilla, ao longo de sua trajetória política. A sua compreensão era não só da importância, mas da necessidade de o professor envolver-se com as questões relacionadas à atividade política. Era, acima de tudo, criar condições da defesa do bem comum. Então:

Dois professores são apartados de sua cátedra para exercer um mandato legislativo. Deixam o ensino pela política. Trocam a serenidade da meditação e do estudo, pela agitação dos debates parlamentares. Abandonam o ambiente onde a verdade é tudo, pelo teatro onde a convivência pode, às vezes, mais que a verdade e a justiça. Terão eles relegado os deveres da missão a que votaram a sua vida? Terão como que abjurado esse sacerdócio que é o ensino?¹⁵⁰.

¹⁵⁰ SÁ, 1949, p. 59.

Taxativamente responde: “Não e não”. Afirmando que não está em fuga e muito menos desertando da cátedra, como também não está festejando a sua saída, na medida em que não sai para um descanso, ou mesmo férias. Aproveita a ocasião e reafirma a função do professor, que é na sua natureza, diferente de um outro trabalhador.

É que, em verdade, nós, professores, que estamos na política, não deixamos, por isto, de professar, não abandonamos o nosso magistério e, pelo contrário, assumimos um magistério mais dificultoso e, por certo, muito mais ingrato[...]. É a política meus senhores, ao mesmo tempo a mais bela e a mais feia, a mais nobre e mais desprezível das atividades humanas. Tanto mais desprezível e feia nas suas deformações, quanto mais nobre e bela na sua pureza originária¹⁵¹.

Embora este discurso tenha sido pronunciado em 1946, por ocasião de uma homenagem recebida por Raul Pilla da Federação dos Estudantes de Porto Alegre, demonstra que há efetivamente uma compreensão dos limites da política, e o seu caráter contraditório. São preocupações que denotam uma posição clara sobre o seu papel no cenário político, e o recorte que deveria impor uma tarefa naquele espaço considerado do “bem”. Ou seja, o deputado Raul Pilla está afirmando que existem duas faces básicas na política: a do bem e a do mal. Ele, em particular, está se associando à face do bem, quando defende no parlamento aquilo que chamaria de a “natureza suprema da política”. Ao professor, estaria reservado este processo de educar o parlamento e a política como um todo.

2.6 Novos Paradigmas da Política Gaúcha

O processo que levou à eleição de 1922 teve, com a candidatura de Antonio Augusto Borges de Medeiros, a unidade da oposição representada por Joaquim Francisco de Assis Brasil¹⁵², que tivera como lançamento o mencionado manifesto regido por Raul Pilla, no dia 19 de outubro de 1922, publicado nas páginas do Jornal **Correio do Povo** e subscrito por mais de uma centena de lideranças, como já mencionamos.

¹⁵¹ SÁ, 1949, p. 60.

¹⁵² A Candidatura de Assis Brasil foi lançada por uma aliança criada para dar suporte político: A Aliança Libertadora.

O resultado eleitoral foi aquele esperado, principalmente por Borges de Medeiros. No entanto a oposição não se conformou e buscou “apear” o reeleito do poder, através de um tencionamento armado. No lado dos maragatos havia um sentimento não apenas de derrota, mas de traição inaceitável:

Sentindo-se esbulhada, roubada, violentada, oprimida, recorreu à última instância do desespero. Logo, no mesmo dia o deputado Artur Caetano da Silva levanta em Carazinho, distrito de Passo Fundo, uma improvisada e precária coluna de gaúchos e proclama a Revolução. Sem armas, sem recursos, apenas, em sua maior parte, com lanceiros, cujas lanças eram formadas por tesouras de tosar ovelhas, amarradas a pau ou vara firme, saiu a campo conclamando a gauchada para a guerra¹⁵³.

Estava formada a Revolução de 1923, no Rio Grande do Sul, cujo principal argumento residia na oposição à hegemonia do PRR. A movimentação militar se ampliou com a negociação de infra-estrutura para os maragatos, vinda de várias regiões especialmente de São Paulo. Na redação do Jornal *O Estado de São Paulo* (Sá, p.58), capitaneado por Júlio de Mesquita e alguns membros no Rio Grande do Sul, como era o caso de Fernando Caldas, formaram um centro secreto para o recolhimento de dinheiro, visando a compra de armamento e munição, equipando os maragatos. Por certo que este empuxo na campanha militar dos maragatos permitiu-lhes exercer uma forte influência sobre os rumos políticos do Estado gaúcho. A tática militar dos maragatos obrigou os governistas a recuar: “*Zeca Neto parte de Camaquã, bate as forças governistas que defendiam Pelotas, conquista-a e nela se mantém por alguns dias gloriosos. Felipe Portinho e Leonel Rocha redobravam as acutiladas ao inimigo*”¹⁵⁴. A demonstração de que estes episódios militares poderiam se arrastar era visível, pois o crescimento de potencial dos maragatos obrigava as forças da Brigada Militar a buscar um incremento de tropa, e agregação de material bélico nos seus deslocamentos. O diferencial nesta disputa era uma espécie de “força moral” que conduzia os maragatos na guerra.

Houve vitórias de parte a parte, reveses e glórias. Honório Lemes, simples tropeiro, homem pobre e sem lustre, agigantava-se como o mais intrépido e perigoso caudilho. Trata-se de figura extremamente interessante e pitoresca.

¹⁵³ SÁ, 1973, p. 58.

¹⁵⁴ Idem, p. 59.

Assim, por exemplo, apesar de quase analfabeto, costumava empregar uma sentença que ainda hoje se pode ler em seu túmulo, no cemitério de Rosário, como uma espécie de lema que lhe justificava a atuação revolucionária: “Luto por um regime em que as leis governem os homens e não em que os homens comandem as leis”¹⁵⁵.

O líder federalista e militante Raul Pilla também enfrentava todas as dificuldades para acompanhar estes episódios. A sua família sofria as conseqüências deste conflito, que embora estivesse mais concentrado no interior do Rio Grande do Sul, soava forte na Capital do Estado. As dificuldades iam desde sair fugido dos lugares, a enfrentar os limites dos deslocamentos para qualquer lugar.

Tio Raul Pilla foi nesse período um homem muito vigiado. Havia capangas do governo que faziam campanha 24 horas por dia, próximo à casa do meu avô. Acompanhavam tudo, principalmente as saídas. Tio Raul Pilla nunca gostou de armas, mas dadas às circunstâncias, andava sempre armado com um revólver. Era um período terrível, pois não podíamos sair de casa. Toda família sofria junto¹⁵⁶.

O resultado destas batalhas que foram travadas nos campos do Rio Grande do Sul era sangrento. Repetia-se, em muitos casos, a prática da degola como teria ocorrido na Revolução Federalista. Depois de muito sangue derramado, o governo Artur Bernardes decide fazer a intervenção e buscar um acordo para resolução do conflito, visando restabelecer a ordem e encaminha o General uruguaianense Fernando Setembrino de Carvalho, com objetivo de construir um acordo e dar fim à luta sangrenta que se abatia por todo o Estado.

Outro aspecto que necessita ser sublinhado é que a construção da candidatura de Assis Brasil ao Governo do Estado, em 1922, passou pela construção da Aliança Libertadora, que reunia em seus quadros republicanos dissidentes e federalistas. Graças a esta aliança, a candidatura de Assis Brasil tomou corpo. De um lado, os velhos líderes federalistas, que tinham em Raul Pilla seu mais novo líder e do outro, seguidores de Assis Brasil. Portanto, estes dois líderes se tornaram as maiores expressões da Aliança Libertadora.

O enviado do Governo Federal era aguardado com apreensão.

¹⁵⁵ SÁ, 1973, p. 59.

¹⁵⁶ Cf. Entrevista realizada com Ruthe Pilla, por ocasião deste trabalho.

Mas uma grande massa hostil ao regime borgista aglomerou-se e ficou espremido, quase sufocado, no pequeno espaço fronteiro ao Grande Hotel, derramando-se pela Rua dos Andradas, além da Caldas Junior, pela praça da Alfândega adentro. O entusiasmo chegara à ebulição, pois ninguém ignorava que o Presidente da República enviara seu Ministro da Guerra não exclusivamente para dar fim à Revolução, mas também para infligir severa lição, senão humilhação, ao sr. Borges de Medeiros, pelos pecados que cometera nos dias da Reação Republicana e da candidatura de Nilo Peçanha¹⁵⁷.

Borges de Medeiros havia apoiado o candidato Nilo Peçanha, contra Artur Bernardes. Este apoio lhe trazia prejuízo político, pois a derrota de Nilo Peçanha também poderia ser considerada o início de uma derrota pessoal, uma vez que sem o apoio do centro do poder, a vitória sobre os maragatos ficava cada vez mais difícil. Esta situação, cada vez mais, tomava forma e Borges de Medeiros se encaminhava para uma situação difícil para o PRR. Os fatos mostram que os gestos de Borges de Medeiros, quanto ao episódio, foram de uma certa imprudência. Os simpatizantes dos maragatos permaneciam em frente ao Grande Hotel, local de hospedagem do Ministro da Guerra, pois viam neste a sua grande perspectiva de derrotar Borges de Medeiros. Enquanto isso, a Brigada Militar avançou armada sobre a multidão. Este fato foi lamentável, assistido pelo Ministro da janela do seu quarto. Era uma desconsideração com o mesmo, pois a população estava lá depositando a confiança neste líder militar, e a população que o aplaudia foi severamente castigada pelas forças estaduais. Isto pode ter pesado na decisão do Ministro, no que se refere à formulação do seu juízo, no que tange ao conflito.

Borges de Medeiros, diante dos fatos, foi visitá-lo como forma de dialogar e buscar um acordo, relativo aos conflitos que se espalhavam pelo o Estado. De outro lado, Assis Brasil havia sido designado pela Aliança Libertadora para fazer as negociações cabíveis e chegar a um bom termo através da formalização de um acordo.

2.7 O Tratado de Pedras Altas

Com insistência, este ponto retorna, pois a revolução de 1923 no Rio Grande do Sul

¹⁵⁷ SÁ, 1949, p. 63.

encaminha a política gaúcha para uma nova fase nas questões partidárias, e mesmo no seu conteúdo de participação no cenário nacional. Na política partidária, a consistência do PRR estava sendo questionada e não poderia continuar agindo como fizera por décadas no Estado. Deveria abrir possibilidades de um relacionamento mais estreito como o Governo Federal, com a oposição, pois sem este, tanto o panorama político como econômico poderiam tornar-se inviáveis para qualquer governo.

A comprovação da vitória dos maragatos, na Revolução de 1923, entre outros fatores está na escolha do lugar para assinatura do mencionado acordo. Assis Brasil escolheu o Castelo de Pedras Altas, para tal assinatura, no dia 14 de dezembro de 1923. Foi um gesto simbólico demonstrando que a política no Rio Grande do Sul não caminharia mais pela mesma “trilha”. Borges de Medeiros, então, se comprometeu a não mais concorrer ao governo do Estado, abrindo caminho para a renovação.

Alguns aspectos importantes do acordo foram retomados por Mem de Sá na obra *A Politização do Rio Grande* na medida em que confirma alguns itens do Tratado.

a) Reforma do Art. 9º da Constituição Estadual, proibindo a reeleição; b) Aplicação da legislação eleitoral federal às eleições estaduais e municipais; c) Inserção, na reforma judiciária, de uma disposição concedendo à justiça ordinária competência para julgar os recursos referentes às eleições municipais (o que até então lhe fora vedado); d) As nomeações de intendentess provisórios seriam limitadas sempre, exclusivamente, aos casos de completa acefalia administrativa (anteriormente, a norma generalizada no Estado era a da nomeação de intendentess, ditos provisórios, ficava obrigado a proceder às eleições municipais no prazo improrrogável de sessenta dias; f) As minorias passavam a ter garantida a eleição de um representante em cada distrito, quer para a Câmara Federal, quer para a Assembléia Legislativa (havia três distritos federais e seis estaduais, a regra que passou religiosamente ser respeitada, reservando à oposição pelo menos três deputados federais e seis estaduais; g) A bancada federal se obrigava a promover a imediata aprovação de projeto de anistia em favor das pessoas envolvidas nos movimentos políticos do Rio Grande do Sul, e o governo Federal se comprometia a dar todo o apoio a esta medida¹⁵⁸.

Na cláusula décima, foram tomadas todas as medidas de precaução, evitando o descumprimento do acordo. Nestes episódios da vida política do Estado do Rio Grande do Sul, ressurge uma oposição, embora militarmente derrotada, foi politicamente vitoriosa. Exceto num

¹⁵⁸ SÁ, 1973, p. 64.

ponto primordial na finalização do acordo: Borges de Medeiros cumpriria o seu mandato de Governo até o final. A permanência de Borges de Medeiros no governo gera grande indignação nos federalistas, pois este fato deveria estar dentro do acordo. Raul Pilla não participa pessoalmente dos termos globais do acordo, tarefa delegada a Assis Brasil, porém compartilha da opinião dos maragatos, que ao não constar no acordo a anulação das eleições, significaria aceitar um resultado negativo, em face da indignação e motivação militar do episódio.

Cabe chamar atenção na importância de Assis Brasil no apaziguamento entre maragatos e chimangos. Assim como Assis Brasil foi o pilar fundamental do mencionado conflito, também exerceu um papel relevante na elaboração de um novo momento político no Rio Grande do Sul. O significado foi uma aproximação maior entre as forças políticas que estavam se constituindo, como era o caso de Raul Pilla e de outros membros federalistas. Era o momento de constituir o cenário político, abrindo espaço para a participação da oposição.

Tanto a presença de Assis Brasil quanto a de Raul Pilla é fundamental, ao fragilizar a máquina de ganhar eleições, construída pelo PRR, partido coordenado por Borges de Medeiros.

Para dar cabo às conquistas, era fundamental definir esta aliança política, inclusive com o aprofundamento através da formalização de um novo partido político. Sim, um novo partido político, pois os federalistas olhavam com desconfiança os ex-republicanos, tanto quanto os republicanos não viam condições políticas de participarem do Partido Federalista. Dado o impasse, os dois maiores líderes desta nova oposição no Estado do Rio Grande do Sul, entendiam da necessidade de constituição de uma nova agremiação partidária. É a partir deste relacionamento que surge o Partido Libertador, inaugurando um novo momento político no Estado¹⁵⁹.

Os elementos sublinhados até este ponto, com relação à definição da construção de um cenário político, apresentam uma mudança na virada da década de 30, especialmente no Rio Grande do Sul. Raul Pilla, tornou-se um dos protagonistas desta mudança, especialmente nas negociações em nome do Partido Libertador.

2.8 Considerações sobre a Política Estadual

¹⁵⁹ Idem, p. 69. Neste ponto, Mem de Sá define, que a partir deste momento o Rio Grande do Sul entrou numa nova época política, estabelecendo uma preocupação central com elementos da vida nacional. “Ora, aqui tornamos a nossa tese. A politização do Rio Grande deveu-se fundamentalmente à criação e existência de dois partidos políticos, antagônicos e nitidamente diferenciados, imediatamente após a proclamação da República[...]”.

No primeiro capítulo, foi mencionado o surgimento do Partido Libertador que naquele contexto é um símbolo das mudanças políticas que estavam sendo operadas no Estado do Rio Grande do Sul. No ano de 1928, ocorreu a eleição para presidente dos estados e o PRR lançou Getúlio Vargas, eleito Presidente do Rio Grande do Sul, em substituição a Borges de Medeiros. A Aliança Libertadora estava convencida que houvera um acordo para esta reeleição, sobretudo porque Getúlio Vargas estava no comando da Comissão Eleitoral que referendou a vitória de Borges de Medeiros. Vargas foi assim eleito novo Presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Sem aquela sistemática oposição dos libertadores.

Antecedem 1930, alguns acontecimentos que provocaram profundas alterações no contexto. O primeiro está relacionado com a cisão da política do café-com-leite, entre São Paulo e Minas Gerais, com a imposição do paulista Júlio Prestes como candidato situacionista. Segundo, uma negociação do Partido Republicano Mineiro (PRM) e do Partido Republicano Riograndense (PRR), levou à formação da Aliança Liberal, e em seguida recebeu a adesão de João Pessoa, então Presidente da Paraíba. Esta movimentação política recebeu o apoio dos “tenentes”, que no início da década buscaram derrubar o Governo Central através de um movimento armado. A Aliança Liberal lançou a candidatura de Getúlio Vargas, Presidente da República e João Pessoa vice. Com isto, se alterou a conjuntura no Rio Grande do Sul. Uma aproximação política entre o PL e o PRR era quase inevitável, na medida em que as duas maiores lideranças do PL tornaram-se defensores desta aliança.

Novamente, o PL vai a Bagé¹⁶⁰ realizar um encontro para discutir o apoio à Aliança Liberal. Hábil na política, Vargas enviou um emissário para propor ao PL apoio e, em troca, ele assumiria teses defendidas pelo PL, especialmente aquelas relacionadas ao processo de votação nas eleições¹⁶¹. Ainda no mês de agosto do mesmo ano, o PL e o PRR juntaram-se na formação da Frente Única Gaúcha (FUG), com objetivo de garantir a eleição de Vargas para presidência. Mesmo assim, membros do PL não estavam convencidos que esta seria a melhor alternativa, e de alguma forma buscavam apoiar o paulista Júlio Prestes. Seguindo a posição partidária, Raul Pilla

¹⁶⁰ Bagé é um município simbólico para os federalistas. Além de ser um dos mais importantes núcleos dos maragatos, no interior do Estado, também foi o local em que Gaspar da Silveira Martins, em 1892, fundou o Partido Federalista.

¹⁶¹ Constituir uma Justiça Eleitoral e mudar o controle do processo de votação, que até então está no âmbito do Poder Legislativo.

fica indignado com a posição de seus correligionários que, além de não seguirem a orientação partidária, apoiariam uma candidatura que não representaria os interesses políticos do Rio Grande do Sul naquele momento. Em 1929, Pilla escreveu contra estes liberais, denunciando que Júlio Prestes representava uma candidatura reacionária e contrária aos princípios federalistas. Mas logo na seqüência, mudaria de opinião em relação a Getúlio Vargas e assumiria de forma fervorosa os princípios gasparistas, contra a posição formal de seu partido. Antes da vitória de Vargas, em 30, foi colocado na reunião do diretório qual seria a posição oficial do Partido Libertador, em função da derrota de Getúlio Vargas e diante da nova conjuntura que se apresentava em nível nacional. Questionavam se haveria ou não o apoio nesta segunda etapa, mantendo a Frente Única Gaúcha unida, assim como foi no processo eleitoral. Seria repassado o poder a Getúlio Vargas ou, seria formada uma junta provisória, com objetivo de fazer um processo de transição? Relata-nos Mem de Sá, que Assis Brasil presidia a reunião e analisava o cenário de forma pragmática. Então:

Silêncio (na platéia).

- Se não há ninguém que deseje a palavra, vou passar à votação. (Assis Brasil)

- Peço a palavra senhor Presidente. (Raul Pilla)

Era Raul Pilla que, vencendo a timidez, dirigia-se ao presidente: aceitava a argumentação, mas, a seu juízo, não deveria a revolução impor a posse de Getúlio Vargas, e sim, pelos ofícios de Governo Provisório, uma Junta Militar, preparar o povo para uma eleição honesta[...]e uma Assembléia Constituinte[...] Defendeu a tese com clareza e vigor lógico, embora a palavra não lhe fosse fácil.

- Está em votação. (*pausa*). Aprovado. (Assis Brasil)

- Sr. Presidente, requeiro que meu voto conste da ata, pois entendo que o Partido comete um grave erro. Só os que não conhecem o Sr. Getúlio Vargas podem ter ilusão a seu respeito. Ele não merece fé¹⁶². (Raul Pilla)

Neste momento de refundação dos velhos maragatos e a evidência das dificuldades, Pilla fez as citadas ressalvas. A documentação deste período do Partido Libertador foi destruída em agosto de 1954, por ocasião de um incêndio promovido pelos admiradores de Vargas, quando das manifestações populares ocorridas por ocasião do seu suicídio¹⁶³. Mesmo assim, ficou gravada na memória do próprio Raul Pilla que em 1962 solicitou, através de um ofício, que Mem de Sá recuperasse a escrita da ata daquele período. Ao que parece, este posicionamento de Raul Pilla

¹⁶² SÁ, 1981, p. 58.

era de grande ênfase simbólica entre os libertadores, pois cada vez mais se credenciava para a liderança do Partido Libertador em nível nacional.

Com a derrota de Getúlio Vargas, vários membros da Aliança Liberal não se deram por satisfeitos e buscaram reorganizar a FUG, na Câmara Federal, que teria como defesa central uma revolta armada. Os organizadores desta ação foram os membros do PRR, que representavam uma postura mais agressiva em relação às eleições presidenciais: Osvaldo Aranha e João Neves da Fontoura. Entretanto, no Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros orientou seus correligionários a aceitarem o resultado da eleição que dava vitória a Julio Prestes. Neste sentido, não havia razão para deflagrar um movimento insurgente contra o poder central. Ao que parece, a posição de Borges de Medeiros era isolada no contexto político.

Sobre esta conjuntura escreveu a Getúlio Vargas:

[...] se todas as tentativas apaziguadoras forem em vão, e desencadear-se afinal a tempestade, parece-me que só restará então, guardar a única atitude que nossas tradições e princípios poderão justificar: não apoiar e não defender (grifo meu) o poder responsável pela insurreição.¹⁶⁴

A Aliança Liberal deflagrou, em várias regiões do país, movimentos armados cujo objetivo era a renúncia de Washington Luís. Entretanto, os liberais do Rio Grande do Sul representados por Raul Pilla, ficaram isolados das decisões políticas por não participarem ou serem colocados de lado nos momentos de definições. Raul Pilla¹⁶⁵, então escreveu para Osvaldo Aranha, um dos coordenadores da Aliança Liberal reativada e articulador do levante, reclamando do papel secundário imposto ao PL, e especialmente a sua direção partidária. Osvaldo Aranha respondeu a Raul Pilla, afirmando que não havia fundamento nas preocupações e principalmente, a colaboração dos Partidos seria importante logo após a renúncia de Washington Luís.

A partir de três de outubro, com o movimento revolucionário insurgente, o PL reuniu-se para discutir a posição frente à possível derrubada de Washington Luís. A posição de Pilla era de

¹⁶³ SÁ, 1973, p. 83. “Desgraçadamente, todos os Livros de Atas, Arquivos e correspondências do Partido Libertador, de valor histórico e inapreciável, foram depredados e queimados pela horda fanática que, ante os olhos cúmplices da polícia, invadiu e incendiou a sede do Partido na manhã de 24 de agosto de 1954, data da morte do Sr. Getúlio Vargas”.

¹⁶⁴ Cf. LOVE. Joseph. **Índice cronológico dos papéis de Antonio Augusto Borges de Medeiros.** (1909- 1932). Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Volume 286, janeiro-março de 1970, página 275. Correspondência de Antonio Augusto Borges de Medeiros a Getúlio Vargas (19/06/1930).

¹⁶⁵ Cf. NUPERGS. Carta de Raul Pilla para Osvaldo Aranha. Agosto de 1930.

que fosse formada uma junta militar, a qual, num prazo máximo de três ou quatro meses, chamaria uma nova eleição para a Câmara dos Deputados, instituindo uma Assembléia Constituinte. Assis Brasil defendeu posição oposta a Pilla, afirmando que o poder deveria ser garantido a Getúlio Vargas, que seria, segundo justificativa, o chefe de um governo provisório. Novamente os dois maiores líderes do partido tinham posições divergentes e, na votação interna do PL, Assis Brasil saiu vencedor. Mesmo derrotado, Pilla manifesta-se contra a decisão do partido, defendida pelo seu presidente Assis Brasil. Além disso, argumentou que Getúlio Vargas era “*dissimulado e não merecia confiança... Uma vez sentado na cadeira presidencial, dela não sairia se não à força*”¹⁶⁶.

Ao final do processo revolucionário, os liberais foram recompensados com cargos importantes na estrutura administrativa do poder central, no qual Assis Brasil foi nomeado para o Ministério da Agricultura, abrindo espaço para Raul Pilla assumir definitivamente o PL no Rio Grande do Sul.

A nomeação de Flores da Cunha como Interventor acarretou preocupação por parte dos liberais, oportunidade em que Pilla escreveu para Getúlio, chamando atenção para aspectos conservadores e contraditórios da administração de Flores da Cunha, e que tais procedimentos faziam enfretamento às posições originárias do processo revolucionário. Pilla apontou dois aspectos de falha na administração estadual, sendo a primeira referente à manutenção das administrações municipais e a segunda, a “*falta de qualquer providência eficiente em relação à moralização da justiça*”¹⁶⁷.

Nas questões nacionais, a pauta era a reconstitucionalização da República, porém o quadro era de extrema fragilidade e posições adversas, e mesmo aqueles que apoiaram Vargas, não convergiam nas posições. O PL por sua vez, mantinha-se reticente quanto às movimentações políticas e expressou sua posição oficial com referência da conjuntura política¹⁶⁸.

A posição de Raul Pilla foi externada em artigos publicados nos jornais¹⁶⁹, apontando o perigoso movimento das legiões e chamando atenção para a ameaça que estas representavam à democracia, na medida em que legiões de revolucionários não se constituem em partidos políticos, que segundo Raul Pilla “é a instância política que forma a opinião pública”. A sua

¹⁶⁶ SÁ, 1973, p. 84.

¹⁶⁷ BELACH, 2001, p. 461.

¹⁶⁸ Jornal **O Estado do Rio Grande do Sul**, artigo publicado em 17 de novembro de 1930, expondo a posição oficial do Partido Libertador.

¹⁶⁹ A partir de 1930, Raul Pilla passou a escrever semanalmente nos jornais Diário de Notícias e também no Jornal Correio do Povo, expressando suas idéias e posicionamentos.

posição buscava consolidar uma Aliança Nacional Liberal e Democrática para fazer a manutenção quanto à vitória conseguida em 1930.

Outro aspecto a ser destacado neste período é a aliança estabelecida entre Pilla e Borges de Medeiros na defesa da constitucionalização. Contudo, dentro do PL as posições dos seus dois maiores líderes divergiam, pois, enquanto Raul Pilla defendia ações revolucionárias para o equilíbrio das forças no país, especialmente fazendo um apoio aos paulistas, Assis Brasil entendia que esta posição era precipitada.

Juntamente com outros grupos, Raul Pilla mais uma vez fez os movimentos iniciais, defendendo o constitucionalismo, através de publicação de artigos e contatos políticos. Em 1931, os principais líderes da FUG reuniram-se em Pelotas: Raul Pilla, Assis Brasil e Flores da Cunha com objetivo de firmar posição ao redor da realização de uma Assembléia Nacional Constituinte. Assis Brasil foi responsabilizado para proposição de uma reforma eleitoral. Tal projeto adequava-se às posições negociadas, que constavam no Programa de Governo do PL, em 1928. Qual seja: alistamento automático dos eleitores, voto secreto, apuração escrupulosa, voto feminino e representação proporcional.

Para garantir a sustentação de suas posições, Raul Pilla convocou um Congresso do PL, realizado em duas etapas: 14 e 19 de setembro de 1931. Neste congresso, Pilla apresentou uma série de moções, referente à política estadual e nacional e que são conhecidas como Decálogo do PL. Nestas moções dois pontos foram fundamentais: o primeiro relacionado à exigência imediata do processo de reconstitucionalização; o segundo refere-se à aproximação do PL com os partidos de outros estados, que tivessem uma defesa comum sobre os pontos interpostos pelo PL.

Como suas posições não foram consideradas, Raul Pilla, pelo PL, Borges de Medeiros e Flores da Cunha pelo PRR, se reuniram em Cachoeira do Sul para iniciar um movimento contra Getúlio Vargas, em apoio aos paulistas e conseqüentemente, à *reconstitucionalização*¹⁷⁰. Ainda em 1931, o Partido Libertador aprovou uma moção que exigia do Governo Federal a imediata reconstitucionalização do país.

A partir de 1932, o relacionamento da FUG com Vargas rompeu-se e no dia três de março de 1932, os representantes da FUG que ocupavam cargos no Governo exoneraram-se. Diante

¹⁷⁰ LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975. p. 270.

deste quadro, Pilla, João Neves, Collor e Luzardo lançaram, no dia 13 de julho, um manifesto cujo conteúdo era favorável aos paulistas¹⁷¹.

2.9 Uma Epopéia Revolucionária

Mem de Sá (1973) apresentou detalhes do episódio, com um tom, até de certo modo irônico quanto à luta dos líderes revolucionários Batista Luzardo, Borges de Medeiros e Raul Pilla. Os três, por deliberação da FUG, buscaram criar espaços de apoio aos paulistas. Porém, foram surpreendidos pelo recuo de Flores da Cunha. Perceberam que não teriam este apoio e as discussões e planejamento contra o governo de Getúlio Vargas, na prática, virava contra eles. Resolveram imediatamente levar a cabo esta grande mobilização em favor da reconstitucionalização.

O Cap. Martin de Cavalcanti, da Brigada Militar, fez o quanto lhe era possível, mas o interventor, homem afeito a movimentos militares, se antecedeu à ação rebelde, prendendo ou forçando a fugir daquela cidade (Santa Maria), todos os chefes comprometidos, quer civis, quer militares. E o Regimento de Cavalaria, ali sediado, não se amotinou, como se tinha por certo¹⁷².

A participação de Flores da Cunha em todos os momentos da elaboração do plano militar era de certa forma natural, na outra circunstância. Nesta de fortalecer uma movimentação militar, este sabia do planejamento, buscava demover os revoltosos, exatamente quando se pronunciassem contra o governo. Foi o que ocorreu. Todas as ações revolucionárias eram atacadas na sua origem, não dando espaço para uma reação consistente. Por certo que Borges de Medeiros e os demais líderes revolucionários, como Raul Pilla, sabiam do risco, pois mantiveram um inimigo de peso na trincheira. Não haveria mais condições de fugir desta situação.

¹⁷¹ TRINDADE, Héliog(Org.). **Revolução de 30: Partidos e Imprensa Partidária no RS (1928-1937)**. Porto Alegre, L&PM, 1980. p. 502. Manifesto lançado no dia 13 de junho de 1932. Borges de Medeiros e Raul Pilla, pela Frente Única Gaúcha, lançam manifesto convocando Flores da Cunha a apoiar a Revolução Paulista.

¹⁷² SÁ, 1973, p. 92.

Deflagraram imediatamente a ação revolucionária em honra à palavra penhorada com os paulistas, da contribuição que o Rio Grande do Sul daria para alcançar o êxito da ação política. Não era uma ação isolada, nos contornos dos maiores líderes da FUG, mas alcançava outras regiões do Estado gaúcho. “*Houve iniciativas outras, embora de menor vulto, em Vacaria, Otacílio Fernandes, em Soledade com o Cel. Carneiro, em Júlio de Castilhos com Marcial Terra*”¹⁷³.

Uma descrição interessante, do ponto de vista da história deste conflito armado no Rio Grande do Sul, foi de Mem de Sá que apresentou uma face corajosa dos líderes políticos gaúchos e ao mesmo tempo, a construção capenga da dita revolução.

De todos, o episódio digno de guardar, não obstante suas diminutas proporções, foi o de Serro Alegre, no Município de Piratini. Resultou ele da bravura quixotesca de Borges de Medeiros, Batista Luzardo e Raul Pilla. Sentindo perdida a causa no Sul, decidiram os três próceres demonstrar ao Rio Grande, a São Paulo e à Nação, que naquele rincão extremo ainda havia quem honrasse a palavra, mesmo que ao preço da vida. A saída dos três de Porto Alegre constituiu aventura rocambolesca próxima do ridículo e do sublime¹⁷⁴.

É possível demonstrar que as dificuldades de manter o acordo com os paulistas, levaram os líderes da FUG a imediatamente declarar o conflito armado. Nas correspondências de Raul Pilla aos seus partidários, seguidamente destacavam-se os aspectos da honra política, que deveria ter sido mantida com os paulistas. Não se conformavam desta traição que Flores da Cunha havia feito em relação a FUG. Sabiam que São Paulo confiaria na ação política dos gaúchos, vinculados à revolução constitucional de 1932. Estava colocado um problema político de grande monta, no qual se destacavam os encaminhamentos do ato em si.

Usaram canoas de leiteiro, velhos automóveis e até cavalos (Borges com quase 70 anos, Pilla, cidadão urbano) e saíram à procura de homens e colunas (a grande esperança inicial, como já dissemos, estava em Santa Maria). Pilla foi enviado ao Uruguai à procura de armas e munições. Borges e Luzardo, curtindo os rigores de um agosto especialmente áspero e chuvoso, cavalgaram dezenas de

¹⁷³ SÁ, 1973, p. 92.

¹⁷⁴ Idem, p. 93.

léguas, encarangados de frio, dedos enregelados (Borges nem podia preparar o seu cigarro crioulo), com pousadas incertas e refeições irregulares. Reuniram, ao todo, cerca de 200 homens, mal armados e com escassíssima munição, que finalmente foram surpreendidos por um corpo legalista de 600 soldados, perfeitamente aparelhados para luta¹⁷⁵.

Eis que não houve outra saída para os revoltosos do Rio Grande do Sul, que se render às forças militares da Brigada Militar. Foi um momento político, fim de um período, em que velhos maragatos unidos ao mais importante republicano do Rio Grande do Sul do início do século XX: Borges de Medeiros. Mem de Sá, de forma irônica, cita neste episódio, Borges de Medeiros, como um velho maragato, pela bravura com que se embrenhou nesta tarefa que tinha a derrota, como possibilidade real.

No dia 20 de setembro de 1932, Borges de Medeiros foi preso e Raul Pilla, que nesta oportunidade encontrava-se no Uruguai, em busca de armas para sustentar a “revolução”, escapou da prisão. Tornou-se exilado político no Uruguai e posteriormente, na Argentina. Neste mesmo período, Raul Pilla junto com Lindolfo Collor, João Neves e Luzardo, publicaram um manifesto em Buenos Aires denunciando Flores da Cunha, considerando-o traidor¹⁷⁶. Raul Pilla permaneceu fora do país, voltando somente em 1933, após a anistia política para candidatar-se ao Parlamento Gaúcho. Foi o único representante do PL eleito neste pleito, que estabelecia um processo constitucional com a elaboração da nova Constituição do Estado¹⁷⁷. A FUG foi novamente reativada e começou um processo de apaziguamento político no Estado.

Foi implantado pela primeira vez, após muitas negociações, um Governo Parlamentarista, atendendo às bandeiras históricas dos Liberais. Esta Lei foi elaborada por Raul Pilla e pelo jurista José Maria dos Santos, ficando conhecida como “*fórmula Pilla-Santos*”.¹⁷⁸ Em contrapartida, Raul Pilla e o Partido Libertador deveriam apoiar o Governo Flores da Cunha. Pilla não somente apoiou, como pela primeira vez assumiu um cargo no poder Executivo como Secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul¹⁷⁹.

¹⁷⁵ SÁ, 1973, p. 93.

¹⁷⁶ SILVA, Hélio. **1932: a Guerra Paulista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 76.

¹⁷⁷ Cf. ANAIS da AL- RS. Abril de 1935. Solar dos Câmaras AL-RS.

¹⁷⁸ Idem.

¹⁷⁹ Um dos poucos líderes formados em Porto Alegre, urbano, médico e assumindo a pasta da Secretaria da Agricultura, no Estado do Rio Grande do Sul.

Com a premência do Estado Novo, Flores da Cunha de aliado passou a inimigo, pois tinha interesses em candidatar-se à Presidência do Brasil e fugiu para o Uruguai. O novo presidente do Rio Grande do Sul, nomeado por Getúlio Vargas, foi o General Daltro Filho que imediatamente procurou Raul Pilla para que o PL integrasse a nova administração. Entretanto, Pilla buscou orientação partidária, através da convocação de um encontro, no qual posicionou-se contrário à entrada dos libertadores no governo do Estado, sendo derrotado. Neste momento, Pilla retirou-se do PL e da vida política por um longo período, até 1945. Entretanto, na seqüência dos turbulentos acontecimentos políticos, Getúlio Vargas deu um golpe de Estado. Raul Pilla, posteriormente a estes acontecimentos, dedicou-se exclusivamente a sua atividade profissional. Suspendeu todas as atividades públicas, inclusive de publicações em jornais, dos quais era colaborador¹⁸⁰. Estes são aspectos introdutórios da vida partidária de Raul Pilla, nesta passagem da década de 30.

Em 1945, após a renúncia de Vargas, ocorreu a reabertura política, dando espaço para a reorganização partidária. Raul Pilla foi indicado para ajudar na elaboração da plataforma política da UDN, embora se sentisse representante do extinto Partido Libertador. Porém, neste período já tinha ocorrido o falecimento de Assis Brasil, situação que tornava Raul Pilla o maior líder dos liberais no Brasil. O Partido Libertador ganha novamente vida e elege como seu presidente, Raul Pilla.

2.10 Raul Pilla: O Peso do Exílio

Depois dos episódios que levaram à prisão de Borges de Medeiros, que junto com Raul Pilla estava enfaticamente defendendo a constitucionalização do país, uma vez que Getúlio Vargas havia quebrado o acordo inicial de promover nova eleição, e até mesmo de nova constituição, Raul Pilla é exilado. No entanto, convém esclarecer que o posicionamento do biografado está relacionado com sua intervenção no Partido Libertador, por ocasião do apoio dado a Getúlio Vargas por parte do PL, com o endosso de Assis Brasil, embora com a contrariedade de Pilla a Getúlio Vargas.

¹⁸⁰ SÁ, 1973, p. 139.

Pilla estava com a razão. Assim o comprovaram largamente os fatos. Uma vez no Catete, Getúlio não queria ouvir falar em constituinte. Fechou o Congresso, cassou a torto e a direito, inclusive Ministros do Supremo dos mais eminentes e conspícuos. Os episódios que se seguiram, especialmente o desfecho de 1932, não podem ser arrolados como desvanecedores para o Rio Grande. Justiça se lhe faça, porém, lembrando que foi dele que partiram os primeiros protestos contra a situação implantada por Vargas¹⁸¹.

Retomando então, houve uma rápida movimentação militar de um grupo que se deslocou para o interior do Rio Grande do Sul, junto com Borges de Medeiros e Raul Pilla, porém sem as mínimas condições de fazer um enfrentamento militar contra as tropas do governo. Este capítulo da história do Rio Grande do Sul já é bastante destacado e encontra na Frente Única Gaúcha, uma ferrenha oposição a Getúlio Vargas. Inicialmente com a participação de Flores da Cunha, que junto às forças opositoras era favorável à derrubada de Getúlio Vargas. No entanto, com a pressão que sofreu do próprio Getúlio, Flores da Cunha novamente tornou-se fiel ao chefe.

Antecede estas forças armistício, o clima que os revolucionários do Rio Grande do Sul, junto com Borges de Medeiros foram criando no conjunto da população. O Jornal “O Estado do Rio Grande” tornou-se uma importante ferramenta de contestação a Getúlio Vargas e denunciava-o constantemente, buscando forçar o recuo do governo federal quanto à questão da Constitucionalização e manutenção do acordo que havia sido feito por ocasião da eleição, isto é, posteriormente, ao chamado “governo provisório”. Este instrumento de comunicação passou a refletir o pensamento da FUG, buscando demover Getúlio Vargas de sua empreitada de manter-se no Catete sob qualquer condição.

Ou Vargas convocava a Constituinte, ou a revolução eclodiria, mais semana, menos semana. São Paulo, maltratado, desfeiteado, subjugado irracionalmente, porque sem motivo, tornou-se a sede da reação. Lá, a conspiração corria escancarada. E no Rio Grande também se confabulava. Libertadores e republicanos. O apartamento de Lindolfo Collor, bem no centro da cidade, reunia diariamente os maiores da sedição¹⁸².

A FUG tinha uma estrutura política com respaldo e, de alguma forma, unia o Rio Grande do Sul em termos de encaminhamentos políticos. As negociações que estavam sendo realizadas

¹⁸¹ SÁ, 1973, p. 87.

¹⁸² Idem, p. 88.

ocorriam por dentro desta frente, e Borges de Medeiros era de grande importância. Quando foi planejada a ação militar, em apoio aos paulistas, foram colocados dois pontos centrais: o primeiro era a efetiva participação de Flores da Cunha, que na época era o Presidente do Estado, indicado sem eleição, por Getúlio Vargas. Flores da Cunha participava intensamente das agendas que discutiam a reconstitucionalização. Outro fator, que dava certa tranquilidade aos revoltosos, era referente a Borges de Medeiros, que por ter sido durante muitos anos Presidente do Estado, era cercado de grande simpatia pelos membros da Brigada Militar e, portanto, acreditavam que se houvesse uma opção de Borges pelo conflito, o Rio Grande do Sul sairia unido e com força para fazer o enfrentamento a Getúlio Vargas, em defesa da reconstitucionalização, o que não passou de um engano. Os dois fatores falharam na hora que deveriam funcionar. O primeiro, Flores da Cunha¹⁸³, se bandeou para junto de Getúlio Vargas, de onde se supõe nunca havia saído, executando no Estado do Rio Grande do Sul a perseguição aos revoltosos. O segundo fator também não surtiu efeito, pois a Brigada Militar não só atacou Borges de Medeiros, como o prendeu e entregou a Getúlio Vargas.

A operação militar no Rio Grande do Sul foi um fracasso, pois a população que era esperada para se rebelar contra Getúlio, não se rebelou, e apenas uma centena de homens seguiu junto com Borges de Medeiros, sem armas, sem estrutura e sem propaganda, a fim de desafiar o Presidente Getúlio Vargas.

Imediatamente deflagrada a Revolução no Rio Grande do Sul em apoio à movimentação ocorrida em São Paulo, Raul Pilla foi designado pelos revoltosos para deslocar-se ao Uruguai, com objetivo de buscar apoio, armas, munições e outros instrumentos bélicos. Não se tem conhecimento de documentos que apresentem o resultado deste deslocamento de Raul Pilla ao Uruguai. Quando ainda estava naquele país, o grupo que seguia junto com Borges havia sido dominado e rendido, de modo que Raul Pilla nem retornou para o Rio Grande do Sul, ficando exilado.

Mesmo no exílio, Raul Pilla se conservava na presidência do PL e, através de

¹⁸³ SÁ, 1973, p. 87. Segundo Mem de Sá, Flores da Cunha era um homem temperamental, romântico, de rompante e explosões, mas, do mesmo passo, fiel aos seus compromissos e amigos, sabia dominar, quando necessário, seus arrebatamentos. Uma série de episódios, como entrevistas, conferências e até cartas, revelam que Flores da Cunha vacilou, meses e meses. Certo é que sempre afirmou que não faria ou chefiaria a Revolução no posto de Interventor, mas dava a entender a muitos amigos, e em várias ocasiões, que, quando preciso, demitir-se-ia do cargo para ficar na planície com os companheiros de causa, a causa do Rio Grande, que ele estremecia sob todas as coisas. Também é certo que recebeu em Palácio próceres republicanos e libertadores, falando abertamente sobre a situação, para criticar a política e as manobras de Vargas.

correspondências, mantinha a unidade do Partido, criando condições de reuniões, acompanhando as dificuldades e recebendo informações sobre seus familiares. Como era um homem solteiro e sem filhos não tinha grandes preocupações nesta matéria, mas a preocupação era com seus pais. O contato partidário está fartamente documentado, como no caso das epístolas que mantinham orientações e estabeleciam a unificação do discurso. Raul Pilla tinha um grande cuidado com as correspondências, pois sabia que não podia confiar nos órgãos que controlavam sua distribuição, de tal modo, que na maioria dos casos não assinava estas correspondências, como também o envio era realizado sempre por amigos que se deslocavam para visitá-lo. Havia correspondências gerais para os correligionários e familiares, que em muitos casos eram enviadas pela via institucional, pois não eram todos os dias que os correligionários ou familiares o encontravam.

Pessoal

Caros Pilla e Maurício - antes de mais, meus parabéns pelo sucesso do Estado. O que está faltando é recebermos ao menos o artigo de fundo por avião, para aqui distribuímos por telegrama para jornais amigos. Aqui é que está o centro interessante do combate. É um sacrifício a fazer, mas utilíssimo. Luzardo, lutando bravamente para reforçar a situação financeira do nosso órgão. Creio que o êxito será certo. Do ponto de vista geral são necessários alguns esclarecimentos. A crise na candidatura foi exclusiva do Valadares, que é um homem hesitante e confuso. Ficou aterrado com as coisas da Bahia. E veio dar aqui de língua de fora[...]¹⁸⁴.

Esta correspondência possivelmente foi recebida do Estado da Bahia por Raul Pilla, sendo o tema central as eleições. O remetente é admirador do PL e está solicitando que as matérias que são publicadas no jornal “Estado do Rio Grande”, sejam enviadas para aquele Estado, para que pudesse difundir as idéias da constitucionalização. Há também uma reclamação de alguém, cujo nome é Valadares, que entrevistou no processo eleitoral da Bahia, gerando descontentamentos. Também os libertadores receberam materiais de outros estados da federação brasileira por ocasião do processo revolucionário que era instalado em 1932.

De São Paulo também chegavam documentos, relatando os acertos que estavam sendo feitos para fazer o enfrentamento a Vargas. Como era um período de muita tensão política, estava sendo abdicada a assinatura das correspondências. Os paulistas apontavam para a construção de

¹⁸⁴ Cf. NUPERGS, Arq. nº. 002, Doc. 345. Não há data na correspondência e também não está assinada. Mas é uma correspondência recebida por Raul Pilla que vai demonstrar as disputas internas que ocorrem dentro do próprio PL.

um acordo que buscasse unir todas as correntes ao redor de um mesmo programa de enfrentamento. Solicitavam o apoio de outros Estados a fim de angariar mais estruturas e homens para o conflito:

Missão Marcial Terra de São Paulo

Reuniram-se os representantes das mais caracterizadas correntes e, com ele falou nosso enviado. Decidiram enviar representante ao centro de Buenos Aires. Escolherão um nome que possa representar as diversas correntes de São Paulo. Pedem com urgência que seja remetido o programa da revolução[...]. Reuniram-se também alguns banqueiros que prometeram o máximo de auxílio. Não acham difícil conseguir o dinheiro[...]. É a força mais ponderável e ativa de São Paulo. Tem excelente organização em São Paulo e está estabelecendo núcleos nos municípios. Possui instrução militar. Possui armamento e munições[...]. A Federação, depois de ouvir nosso emissário, tomou, entre outras, as providências seguintes: a) a sua diretoria central ouviu as demais filiais no Estado e pediu autorização para assumir compromissos com o Rio Grande, sendo concedido essa autorização; b) outras reuniões houve para positivar a sua cooperação[...]¹⁸⁵.

Dentro deste clima de confronto, fica fácil compreender que este apoio trocado com os paulistas, tanto por parte de Borges de Medeiros, quanto de Raul Pilla, nutriu as perseguições de Vargas.

Do exílio, Raul Pilla tinha muitas recordações em termos de fotografias, correspondências e um período de muito estudo. Não havia outra coisa para fazer, aproveitou-o, encaminhou as correspondências para amigos e correligionários, conforme já foi mencionado. Passou o final de ano distante de sua família, exatamente a virada de 1932 para 1933, conforme nos mostra a seguinte epístola, recebida por Raul Pilla de um membro da família, cujo nome é “Beply”. É necessário observar que havia, em grande parte das correspondências familiares, a menção de problemas de saúde na família, embora da parte de Raul Pilla sempre destacasse que estava em perfeitas condições.

Quem nos tratou a todos foi o Dr. “Steffan”, sempre muito atencioso e solícito, perguntando sempre por ti. Ah! Esquecia-me do problema de saúde do Flávio,

¹⁸⁵ Cf. NUPERGS, Arq. 002. Doc. 347. Esta correspondência também não está assinada, mas, ao que parece, a FUG enviou algum gaúcho a São Paulo para que examinasse a situação pré-revolucionária. Ao final, recebe o compromisso, ao que consta, dos revolucionários paulistas, que possuem estruturas militares, para enfrentar Getúlio Vargas.

que muito o tem abatido e preocupado à Ema. Esperamos que a próxima ida deles para Cidreira, venha a fazer-lhes muito bem. Albertina e Ricardo já estão lá há uns 15 dias. Como vês, tivemos um péssimo fim-de-ano. Felizmente, têm sido boas as notícias que nos dás de sua saúde. Isso é que é o principal. Cuida-te e trata-te bem, pois adoecer no exílio, longe dos seus, deve ser uma tortura para todos[...]. Ângelo ainda não voltou de Livramento. Abraço e um feliz ano novo¹⁸⁶.

Logo na seqüência, outras correspondências do exílio demonstram a preocupação de Raul Pilla com as questões políticas, principalmente com a segurança de seus partidários, que podem estar sendo perseguidos pelo governo de Flores da Cunha.

Buenos Aires, dia 9 de janeiro de 1933.

Caro Schimth,

Somente hoje me chegou em mãos a tua carta. Agradeço e retribuo cordialmente os votos de felicidade que formulaste. Não concordo com as novas idéias do Lima. Naquele campo nenhuma semente pode germinar. É preciso não esquecer: são os piores inimigos que temos. Depois de nos utilizar, não trepidarão em trair-nos. São homens cuja vocação é o domínio sem limitações incômodas. Não nos convém a sua aliança, não obstante uma certa afinidade ideológica. Vocês estão enganados com o tenente Gaspo: não é quem imaginam, nem o que ele se inculca. Já tem diagnóstico tão claro, que dispensa a confirmação do especialista. Isto vai aqui em absoluta reserva, pois é um elemento que é preciso tratar com muito jeito[...].

Envio-te um abraço forte, extensivo a todos os bons companheiros¹⁸⁷.

Pilla mantém o controle partidário dos libertadores, mesmo estando no exílio, de tal modo que são constantes as correspondências que dão orientação, discutem estratégias partidárias e mencionam assuntos reservados com seus correligionários de maior confiança. Alerta sobre as dificuldades que vão sendo apresentadas e colocando restrições em relação à ação de seus companheiros, como os contatos que devem ser abertos ou suspensos. A preocupação com os rumos das correspondências era grande, pois escrevia sobre assuntos que, se viesse a público ou caísse em mãos erradas, poderiam comprometer ainda mais as frágeis relações políticas que estavam acontecendo naquele momento de exceção. Como ilustração desta preocupação, Pilla dificilmente assina uma correspondência, como também não menciona o nome completo dos seus

¹⁸⁶ Cf. NUPERGS, Arq. 002, Doc. 360.

¹⁸⁷ Idem, Arq. 002, Doc. 365

destinatários. Cada correspondência segue a confirmação da chegada da anterior, inclusive destacando a data que chegou¹⁸⁸.

Também Raul Pilla recebia dezenas de cartas de seus partidários no Rio Grande do Sul, que lhe escreviam para contar sobre os aspectos da realidade que estavam passando, ou como estavam observando o funcionamento do partido e de seus membros, reforçando a idéia de um partido de ideais fortes e modernos, como consta a seguir.

Pelotas, 10 de Janeiro de 1933

Caríssimo Pilla,

Recebi, com relativa demora e com a maior alegria, a sua apreciadíssima carta. Os seus amigos, pelas notícias de boa saúde, exultaram, deixando transparecer a admiração que lhe dedicam[...]. Os dias que aqui vivemos são tristíssimos. Somos menos que escravos. Entendo que nada podemos esperar do atual Governo[...]. A ditadura solta dos infernos, terminará queimando no fogo dos seus desatinos, o resto das nossas tradições[...]. Não são palavras de desalento. São expressões de revolta. Mesmo porque saberemos lutar, até os últimos instantes, com a coragem cívica, das nossas convicções idealistas[...]. (a correspondência está assinada de forma ilegível)¹⁸⁹.

Transparece a demonstração de uma presença forte dos municípios do interior do Rio Grande do Sul, destacando a liderança de Raul Pilla e realçando que havia, no eixo dos libertadores, a esperança de derrotar Getulio Vargas. A falta de confiança no governo, mas principalmente, a certeza de que estavam caminhando corretamente no tabuleiro das decisões políticas, movia estes grupos que estavam localizados no interior do Estado do Rio Grande do Sul. O exílio de Raul Pilla tornava-o um herói da luta contra a falta de democracia, estabelecida pelo governo de Getúlio Vargas. São elementos importantes, que devem ser levados em conta ao refletir sobre a incontestável liderança do biografado.

A revolução de 1932 foi militarmente esmagada no Rio Grande do Sul, assim como em São Paulo e em outros focos de rebeliões. Mem de Sá destaca, que no campo dos princípios

¹⁸⁸ Cf. NUPERGS, Doc. 366. "Esta carta vai por um portador seguro, que eu mesmo ignoro quem seja. Como ele poderá nos prestar várias vezes o mesmo serviço, tanto na ida como na volta, procura quem te entregou esta se quiseres responder. O Firpo está emigrado em Rio Branco, não sei por isso se poderá tratar da encomenda [em nenhum momento foi localizado nas correspondências de que encomenda se tratava]. O Ripoll já deve estar em viagem para cá. Mais um abraço do (a) Pilla. End. Avenida de Mayo, 1277, 3°."

¹⁸⁹ Idem, Arq. 002, Doc. 367.

políticos, a revolução havia saído vitoriosa, pois consagrou dois líderes importantes. De um lado Borges de Medeiros, que se redimiou diante dos maragatos, como no próprio Rio Grande do Sul, quando adotou a causa da constitucionalização e a luta contra aquele que havia ajudado criar: Getúlio Vargas. De outro, Raul Pilla assumia a liderança importante dos libertadores, que desempenharam o papel de ressalvar princípios políticos, como consta no seu programa de fundação.

Este gesto redimiu Borges de Medeiros perante o Rio Grande e, particularmente perante os maragatos e libertadores que toda a vida o haviam combatido. Lutou como um bravo. Caiu como um peleador. A revolução de 1932 foi, assim, militarmente esmagada, tanto no Rio Grande como, meses depois, também em São Paulo. Derrota no campo da luta, porém vitoriosa nos dos ideais e princípios. O ditador triunfante se viu forçado, pouco tempo depois, a convocar eleições e reunir a Assembléia Constituinte que o Brasil reclamava¹⁹⁰.

Contudo no exílio, Raul Pilla não se conformava com a situação, movendo os seus partidários e unindo-os ainda mais. Numa das muitas correspondências que escreveu, manifestou esta insatisfação como também demonstrava que, ao escrever, estava se adaptando com uma nova tecnologia da época: a máquina de escrever. Era freqüente a citação dos problemas financeiros que tinha no exílio, como também os problemas partidários, fruto desta dificuldade de disputa política.

Bueno Aires, 10 de janeiro de 1933

Meu caro Fernando - Recebi e agradeço sua carta de 4. A respeito do jornal, já eu lhe havia escrito uma carta, que se cruzou com a sua e na qual, devido a nossa crescente precariedade financeira, concordávamos com a idéia de desistir da compra do prelo para a Frente Única[...]. Assim que saiba da passagem dos nossos companheiros, avisá-lo-ei. O Luzardo ainda não partiu; Penso que o Ripoll também não; Eu infelizmente, ainda terei, que aturar Buenos Aires por muitas semanas[...]. Não repare a datilografia. É de um aprendiz com pouca vocação [...]¹⁹¹.

¹⁹⁰ SÁ, 1973, p. 94.

¹⁹¹ Cf. NUPERGS, Arq. 002, Doc. 368.

Nesta perspectiva, há a clara demonstração de que a conjuntura política no Brasil consome grande parte das preocupações de Raul Pilla, especialmente relacionadas às questões partidárias, ao tratar do tema financeiro. O biografado, como já foi mencionado, recebeu um grande esforço da família e de seus partidários a fim de arrecadar recursos para a sua manutenção no exílio. Até uma campanha feita no Rio Grande do Sul criou uma espécie de novo nome para nossa moeda: “Pilla”. Sim, usando a expressão, “me repasse tantos pillas”, substitui o nome da moeda corrente no contexto de 1930 – réis, fruto de uma campanha estadual dos maragatos na busca de recursos para manter seus exilados.

De outra forma, é conveniente mencionar que no exílio Raul Pilla era muito bem informado do que acontecia na política brasileira. Havia partidários seus que escreviam sistematicamente, informando-lhe de qualquer mudança que pudesse ocorrer nos cenários. Um exemplo é de um dos correligionários do Município de Pelotas, cujo nome era Urbano Garcia.

Pelotas, 16 de janeiro de 1933

Meu caro amigo e Dr. Raul Pilla

Em devido tempo recebi sua estimada carta[...]as informações dos emigrados. Passo a dar a minha opinião a respeito e a prestar por minha vez informações do que vai ocorrendo no Estado.

-CONGRESSO DO PARTIDO - não há dúvidas que se impõe a necessidade de reunirmos em Congresso os nossos Correligionários. É necessário atualizar o nosso programa, escolher os nossos candidatos à Constituinte ou fixar o critério para a escolha, estabelecer as bases para uma ação comum da Frente Única. Não vejo, porém facilidade para a realização deste Congresso. Contudo, devemos ao menos tentar esta convocação. Entendo muito necessário que o prezado amigo, o Luzardo e outros lutadores eminentes possam comparecer. E isso aconselharia a reunião do Congresso em Rivera[...] o nosso amigo Dr. Assis Brasil nos disse que não compareceria ao Congresso, mas que mandaria um trabalho escrito.

-ALISTAMENTO ELEITORAL- Apesar de iniciado tarde[...]vai sendo satisfatório. Temos maioria do eleitorado em muitos municípios. Não acreditamos, porém, que o voto seja secreto de verdade[...]. Se for respeitado o sigilo do voto, nossa vitória será certa. E assim seria preferível que a eleição fosse adiada, contudo, durante o adiamento fossem restabelecidas as garantias constitucionais.

DR. ASSIS BRASIL- Nosso presidente honorário foi convidado para chefiar uma embaixada que deverá ir a Inglaterra retribuir a visita do Príncipe de Gales. Este convite foi feito em carta escrito pelo Ministro Melo Franco, trazida por Péricles Silveira[...]. Dr. Assis em substância, respondeu o seguinte: não estaria fora de aceitar o convite, mas desejava frisar que pertencia ao Partido Libertador e que não abandonaria seu partido por coisa alguma. Que assim somente poderia aceitar o convite de tal natureza para servir os interesses da nacionalidade, e não os do governo, se pudesse fazer alguma coisa em prol de seus amigos exilados e de outros ameaçados. Pois não poderia dar as costas aos seus amigos e ir para o

estrangeiro, deixando o Estado na situação em que se encontra¹⁹².

Esta foi uma demonstração, através de um documento bem articulado, de que a construção de alternativas que pudessem amenizar os efeitos do cerco do governo sobre os “*rebeldes*” era constante. Ocupam centralidade nas preocupações de Raul Pilla os temas relacionados ao seu partido, pois como era o mais importante líder, sua ausência poderia trazer grandes prejuízos aos encaminhamentos necessários para a manutenção da disputa política, que considerava longe da derrota. No entanto, Raul Pilla não escondia suas preocupações com os encaminhamentos do Governo Federal. É o que manifesta através da seguinte correspondência, também demonstrando que havia uma importante estrutura organizada através da Frente Única Gaúcha, no interior do Rio Grande do Sul.

Buenos Aires, 17 de janeiro de 1933

Ilmo. Sr. Dr. Hemes Pinto Afonso, dd. Secretário do Diretório da Frente Única de Jaguarão.

Tenho a honra de acusar o recebimento do telegrama em que me comunicais da solene reorganização da Frente Única desse Município. Congratulando-me com este feliz acontecimento, não posso deixar de manifestar as fundadas esperanças que na triste situação atual da nossa pátria, despertam em todos os corações honestos e patrióticos, tais demonstrações do civismo imortal da nossa gente. Por mais torvos e carregados que se nos apresentem os horizontes políticos, por mais que a ditadura timbre em pisotear-nos, tenho fê que as virtudes morais dos gaúchos não tardarão em triunfar em todas as misérias. R.P¹⁹³.

Neste sentido, no início do ano de 1933, eram grandes as perspectivas de uma alteração no quadro político em relação aos exilados brasileiros. Esta expectativa ficou evidente através das correspondências expedidas e das recebidas, pois tanto da parte dos correligionários, companheiros políticos, quanto por parte dos seus familiares, era esperado o seu retorno. Neste período, já fazia praticamente meio ano deste exílio imposto pelo governo de Getúlio Vargas, aos líderes da movimentação no Sul do Brasil. A atividade política de Raul Pilla no exílio era intensa, pois como se viu recebia dezenas de correspondências e respondia a elas. Além do mais, tomava uma série de cuidados para evitar que houvesse alguma surpresa, no que se referisse a sua

¹⁹² Cf. NUPERGS, Arq. 002, Doc. 377.

¹⁹³ Idem, Arq. 002, Doc. 380.

segurança. Constantemente mudava de endereço, visando ressaltar este aspecto, inclusive, confidenciando para amigos, como foi o caso de Brito Velho.

Buenos Aires, 17 de Janeiro de 1933
 Prezado colega Dr. Carlos de Brito Velho - Porto Alegre
 Saudações cordiais. Dou em meu poder uma excelente carta do 8 do mês pp. Que me chegou às mãos com algum atraso, devido à instabilidade do meu paradeiro e eu com maior atraso, ainda respondo, pelo acúmulo da correspondência por mim recebida[...]¹⁹⁴.

A família Pilla, neste momento, atravessava grandes dificuldades financeiras, pois supriam as despesas de Raul no exílio. São inúmeras as correspondências em que se apresenta a preocupação do biografado com os pais e irmãos, bem como com a subsistência da família. Para ilustrar tal preocupação é interessante a correspondência de 1933, que dá a dimensão das dúvidas e dificuldades que o cercavam.

Buenos Aires, 18 de janeiro de 1933.
 Caros pais e irmãos;
 Hoje já vos escrevi pela via ordinária. Quero, porém aproveitar o portador que se me oferece para ser mais explícito. Não convém que comprem terras em meu nome, nem tenham dinheiro depositado nas mesmas condições. Depois do decreto de cassação dos direitos políticos, não será de admirar que venham outros confiscando os bens dos emigrados. Esta gente é capaz de tudo.
 Renovo o pedido já feito em outra carta, é preciso que providenciem para me mandar algum dinheiro, pois demorei aqui ainda, no mínimo um mês. Se não puder ser de outra forma, mande moeda brasileira que aqui se troca.
 O Anacleto Firpo consegui fugir de Pelotas, quando já embarcado para seguir para o Rio e se acha em Rio Branco. Foram tais as perseguições que lhe fizeram depois disso, que a família foi reduzida à miséria e teve de desmanchar a casa, indo hospedar-se na estância de um amigo. Mais um grande abraço. RP¹⁹⁵.

Fica explícito o destaque das dificuldades enfrentadas por Raul Pilla, na medida em que os membros mais ativos do seu partido também estavam sofrendo forte perseguição política por parte do Governo Federal.

Incentivava seus companheiros a entrar no mundo das novas tecnologias, como está claro

¹⁹⁴ Cf. NUPERGS, Arq. 002, Doc. 381.

¹⁹⁵ Idem, Doc. 384.

na correspondência que expediu para um de seus partidários, Crespin. Não descuidou também da memória histórica do processo que estava protagonizando no cenário político. Além de saber que sua correspondência poderia estar sendo monitorada, lida e analisada, guardava cópia de todas as correspondências expedidas, como nos relata:

Buenos Aires, 18 de janeiro de 1933.

Caro Crespin, recebi tua carta de 12 do mês corrente. Espero que depois desta última data, tenha recebido a carta em que eu te dava algumas instruções a respeito dos meus negócios. Como já terás notado, inauguro uma notável inovação: a máquina de escrever. A minha letra estava ficando horrível e muito trabalho havia de estar dando aos funcionários encarregados da censura. Além disso, era um trabalho desagradável, quando tinha que ficar com cópia das cartas (preocupação necessária nos tempos que atravessamos).

As notícias que destes a respeito do Rubens entristeceram-me bastante. Parecia que o rapaz havia tomado juízo e agora descarrilou de vez[...]. Livros: os livros devem ser remetidos para Rivera, onde os encontrarei quando voltar. Concordo plenamente com o destino reservado à coletânea literária do Rui (Barbosa). Política: acho muito pessimistas as tuas considerações. Defecções têm havido sempre e têm que havê-las nos tempos difíceis. Fazem uma seleção benéfica no seio do partido[...]. Das deserções verificadas no PL, só uma verdadeiramente me contristou. Com as outras folguei. Destes, ao menos, estamos livres. E que nos livremos o quanto antes dos maus elementos, se ainda os há. São os meus votos [...] RP ¹⁹⁶.

Nesta perspectiva, manifesta suas opiniões sobre pessoas e não sobre fatos políticos apenas. Ou seja, faz um juízo de valor sobre seus membros partidários, que nem sempre é de valorizá-los, mas de criar obstáculos para aqueles que, na sua avaliação, não se encaixam no perfil partidário defendido pelos libertadores, ou, de sua compreensão.

Este problema retorna posteriormente, quando Raul Pilla passou a intervir, na década de 50, no PL de São Paulo, acusando-os de querer dar um golpe no partido. Como um maragato, forjado nas disputas de seu tempo, tinha opinião clara sobre as defecções havidas no PL da década de 30. Busca, através destas opções, orientar seus correligionários para que, entre outras coisas, não deixassem de garantir o fortalecimento do Partido, nem que para isto, aqueles considerados “maus”, devessem sair. Também, como presidente do Partido Libertador, no exílio, fazia declarações públicas por escrito com o fim de influenciar nas decisões de líderes e membros dos demais partidos.

¹⁹⁶ Cf. NUPERGS, Arq. 002, Doc. 387.

Buenos Aires, 19 de Janeiro de 1933

Caro amigo e correligionário Cel. Turíbio Gomes

Tendo demorado apenas duas horas em Rivera, ao partir para cá (apenas o tempo necessário para arrumar as malas) não pude conversar com o amigo e, depois de aqui chegar, não havia ainda podido escrever-lhe por falta de portador seguro. Faço-o agora, aproveitando a viagem do nosso amigo Dr. Glycério Alves.

Como deve saber, vim a Buenos Aires a chamado do Dr. João Neves da Fontoura. Duas causas o motivaram: ratificar com a minha presença a escolha do Cel. Taborda como chefe militar interino, até a chegada do que fosse definitivamente designado, substituir aqui o Dr. João Neves, como representante da Frente Única Riograndense[...]. Passo agora a expor resumidamente a situação atual[...] o problema que julgo primordial é o financeiro[...]¹⁹⁷.

Busca todas as formas possíveis para manter o vínculo com a Frente Única Gaúcha, mas apontando os limites, se debate nesta questão das informações e principalmente dos conselhos que dava aos seus membros partidários. Ao que parece, Pilla estava em Buenos Aires na companhia de João Neves da Fontoura, que era um dos grandes líderes da Frente Única.

Mas, era um importante membro político daquele cenário, esperado por seus partidários e, em algumas ocasiões, apresentou manifestos, cujo objetivo era garantir que houvesse mais coesão em torno da proposta sustentada, num segundo momento pela FUG, particularmente no que tange ao apoio que foi prometido aos paulistas na luta contra o Governo de Getúlio Vargas.

Havia uma preocupação básica por parte do biografado no que se relaciona a esta matéria, pois sua preocupação centrava-se num problema moral, que estava afetando um compromisso que a FUG havia assumido com os paulistas e que não havia dado o resultado acertado. Tentando responder a este deslocamento de forças, ainda existente no Rio Grande do Sul, direcionando-se para São Paulo, Raul Pilla escreveu este manifesto repassado para os membros da FUG. O respectivo manifesto é um documento importante para a historiografia e recebeu uma transcrição na sua íntegra, para que houvesse melhor entendimento deste contexto e da expressão do Biografado no período posterior a 1930. A manifestação foi escrita no dia 20 de janeiro de 1933, buscando o fortalecimento da Frente Única Gaúcha.

¹⁹⁷ Cf. NUPERGS, Arq. 002, Doc. 385.

Buenos Aires, 20 de Janeiro de 1933.

APELO AOS CORRELIGIONÁRIOS DA FRENTE ÚNICA

A falência do Rio Grande na ajuda prometida a São Paulo, embora determinada por causas alheias aos sentimentos e à vontade da população gaúcha, agravou consideravelmente as enormes responsabilidades políticas do nosso Estado. Todos os sacrifícios lhe serão poucos para libertar o país do jugo que o arruína, moral e materialmente, e reaver para si mesmo a paz, a liberdade e a prosperidade perdidas. Ninguém, tanto como nós riograndenses, tem o dever de fazê-los. Ficaríamos desonrados por uma eternidade, a maldição da história pesaria inapelavelmente sobre nós, se, depois de haveremos faltado às promessas liberais de 1930, depois de termos falhado quase completamente com o nosso concurso armado na epopéia de 1932, nada fizessemos agora, presos também aos grilhões da mais negra servidão política, por resgatar a nossa dívida de honra para com a nacionalidade escravizada e escarnecida.

Todo o Rio Grande espera ansioso ouvir finalmente o clarim da redenção. Mas este não poderá soar por mais que o queiramos nós, os exilados, se todos os riograndenses dignos não se dispuserem a aceitar a sua cota no sacrifício expiatório. E convencidos de que não recusarão, e dispostos nós mesmos a tudo envidar pela grande causa, que nos abalançamos a fazer um veemente apelo a generosidade e ao patriotismo de nossos conterrâneos, para que, apesar da premente situação econômica e financeira – não tão caliginosa como a situação moral e política – concorram urgentemente com o máximo das suas posses para constituir o Tesouro da Libertação, cuja guarda será confiada à honra pessoal e política dos próceres exilados da Frente Única e Riograndense¹⁹⁸.

Esta declaração manifesta as tentativas que os exilados da FUG fizeram para desestabilizar o Governo de Getúlio Vargas, através do apoio que havia sido penhorado politicamente e materialmente a São Paulo. Para Raul Pilla, esta questão era latente e carecia de um aporte de recursos dos gaúchos aos paulistas, visando garantir a palavra que havia sido dada, por ocasião da luta pela constitucionalização. Outro documento, com caráter mais particular esclarece que, embora houvesse sido feito este apelo, foram muito poucos os recursos arrecadados. De outra forma, o caixa seria administrado pelos próprios exilados, que supostamente fariam este repasse para São Paulo, dando uma demonstração de confiança ao destino dos ditos recursos que seriam levantados.

O contato com a família era freqüente, sendo usadas principalmente as “vias ordinárias” do correio, dispensando o mensageiro, visto que estas correspondências poderiam passar pela censura sem problemas maiores. No entanto, Raul Pilla não deixava de oferecer informações para a família de sua rotina no exílio, como foi demonstrado na correspondência do dia 27 de janeiro de 1933. Fala da saudade de veranejar na praia de Cidreira, para onde a família

¹⁹⁸Cf. NUPERGS, Arq. 002, Doc. 390.

tinha por hábito de se deslocar todos os anos. Inclusive, na entrevista realizada com sua sobrinha Ruthe, mencionava o quanto Raul Pilla gostava de andar a cavalo, que chegara a ir até a praia de Cidreira. São características de um contexto assentado no início do séc. XX.

Raul Pilla pergunta a seus familiares sobre o retorno de Remo, que está nos Estados Unidos e também se preocupa com o andamento da fábrica de papel que mantinham no Bairro Partenon, em Porto Alegre, destacando que estava em crise e carecia de uma reforma para garantir sua manutenção. Solicita mais dinheiro para sua subsistência no exílio, afirmando que poderia deslocar-se para o Uruguai, a fim de facilitar ainda mais o contato com seus partidários. Mencionava que necessitava comprar livros. Reclamava do clima Argentino, dizendo que não era propício para manter uma boa saúde, e esclareceu que passava grande parte de seus dias nas praças lendo e passeando.

Os dias passaram, o final do período do exílio chegou e Raul Pilla era considerado a grande liderança dos libertadores, pois havia dedicado a sua vida, sacrificado a sua profissão para defender o processo de democratização no Brasil, condenando os atos de centralização do poder que estava sendo implementado por Getúlio Vargas.

Ao retornar ao Brasil, Raul Pilla foi homenageado na Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Para agradecer a programação que a Faculdade fez em sua homenagem, Raul Pilla pronunciou um discurso em que fez questão de registrar na obra “Palavras de um Professor”. Por ocasião deste evento, Raul Pilla cumprimentou o Diretor, os professores e os alunos. Agradeceu a luta desta unidade de ensino contra o exílio imposto ao Professor que havia sido, não só afastado do seu posto de trabalho, como do próprio país. Nesta homenagem o biografado não cansou de enfatizar o seu amor pela profissão de médico e principalmente de Catedrático desta instituição. Acentuou o amor pelo Rio Grande do Sul e sua participação na política. Disse que o ocorrido, que o levou para fora do Brasil não agrediu apenas a sua pessoa, mas agrediu principalmente o bom senso e o avanço democrático que vinha sendo construído lentamente.

Sei, porém, porque ao exílio chegaram os ecos do clamor, sei que médicos, professores e alunos deste e de outros estabelecimentos, por mim saíram a campo. Por mim? Só a vaidade poderia crê-lo. Pelo professor ferido nas suas prerrogativas, isto sim, e pelo professor obscuro, mas consciencioso e honesto, que na cátedra só tivera uma preocupação: o cumprimento do dever¹⁹⁹.

¹⁹⁹ PILLA, 1949, p. 8.

Em outra passagem, Pilla fez uma leitura de sua vida ou uma autobiografia, fazendo uma espécie de balanço do seu percurso até então. É um momento de ênfase na sua liderança política dentro e fora da Universidade. Destacam-se alguns aspectos desta leitura de si mesmo, pois por certo que este ato público carregava uma grande alegria, além da comoção da presença do biografado.

Todos vós sabeis que eu sou e sempre fui político. Desde os bancos acadêmicos, entendi que o cidadão se deve a si, à família e à coletividade. E desde então, a máquina política apanhou-me em suas rodas, para abandonar-me não sei quando e nem como. Sempre fui político ardoroso e ativo, embora o fosse muito mais pela convicção de um dever, do que por gosto e temperamento²⁰⁰.

Ressaltar que havia o cuidado de dividir suas atividades profissionais e de caráter político partidário. Era uma preocupação constante na suas intervenções esta divisão: “*Mas nunca na cátedra, nem durante as mais intensas e agitadas campanhas, saiu dos meus lábios uma única palavra sobre política*”. Também explicava a sua postura em relação aos aspectos vinculados com suas atividades e sua sistemática preocupação com a imagem pública.

Porque procedia eu assim? Veria eu no professor um simples e abstraído expositor da matéria, em vez de um educador da mocidade pelo verbo e pelo o exemplo? Ou recearia atrair sobre a cabeça do professor as iras dos dominadores? Não, senhores, nem uma, nem outra coisa. Nem o professor era uma abstração, nem receava as realidades do meio ambiente. Mas num país em que o empenho é a grande força social, entendi que o magistério deveria ser uma magistratura, onde as novas gerações aprendessem a cultivar a verdade e a justiça; e num país onde a política é facciosa, caudilhesca, apaixonada e violenta, entendi que a melhor lição do político militante a seus alunos seria deixar a política no limiar da Escola, não obstante lá fora pugnassem estrênuamente pelo que entendia ser o bem comum²⁰¹.

Foi uma autobiografia apresentada por Raul Pilla. Durante este evento e constantemente retomava aspectos como princípios gerais que deveriam balizar a sua prática política dentro e

²⁰⁰ PILLA, 1949, p. 9.

²⁰¹ Idem

fora dos muros da instituição acadêmica. Destaca-se que Raul Pilla faz uma diferenciação entre um professor participe do processo político de seu tempo e aquele que não participa, com vistas ao bem comum. Este segundo chamava-o de um ator nulo no processo de engrandecimento da política educacional. É uma dívida que o ser político deveria ter para com o seu semelhante, participar das transformações de seu tempo, pois se deve a si mesmo.

2.11 A Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul

Dia 12 de outubro de 1934, ocorreram as eleições para deputados estaduais constituintes e deputados federais. Neste pleito, Raul Pilla foi o único Deputado Estadual eleito pelo PL, conseqüência ou reflexo de seu trabalho desenvolvido na política do Rio Grande do Sul. Devido às recomposições políticas e ao novo modelo em debate, através de uma Constituição, Pilla é nomeado Secretário da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. Surge a questão relativa às razões que levaram o grande libertador a associar-se com o governo que havia relutado, ou traído. Este tema fica em aberto, pois as fontes documentais acessadas não trazem justificativas sobre esta matéria, apenas informam que o fato aconteceu. De origem urbana, assumiu a Secretaria de Agricultura, o que até poderia parecer estranho, mas em se tratando do líder libertador pode ser visto por outro ângulo. Mantinha uma forte base política entre os proprietários de terras, portanto, contava com o apoio da base política de seu partido e naquelas condições era uma alternativa de promover a reconstrução partidária.

Entretanto, as divergências com governo foram ainda maiores do que a superação delas, levando, depois de sete meses, à renúncia da Pasta por parte de Raul Pilla, retornando novamente para a Assembléia Legislativa Constituinte²⁰². Este retorno está marcado pelo entusiasmo da Casa Legislativa do RS, de ter um expressivo parlamentar em uma de suas vagas. Houve por ocasião da renúncia do Presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Deputado Hildebrando Westphalen, um apelo para que o Dep. Raul Pilla assumisse a presidência da Casa.

Em 1937, surge, porém, grave crise na Assembléia do Rio Grande, culminando com a renúncia do seu Presidente, Hildebrando Westphalen. Os Deputados

²⁰² Cf. ANAIS AL-RS: Imprensa Oficial, abril de 1935.

buscam uma fórmula de entendimento capaz de diminuir os efeitos da perigosa conjuntura. Apela para Pilla, que resiste em não aceitar o honroso encargo. Aprofundam-se as divergências, e no dia 25 de outubro resolvem todos a elevá-lo ao posto de Presidente²⁰³.

Raul Pilla manifestou-se após ter aceitado o cargo, demonstrando que havia uma admiração dos parlamentares que respeitavam a sua história política. Agradecia pela distinção e exaltava a qualidade política da Assembléia Legislativa do Estado gaúcho.

Se a intenção desta Casa, ao eger-me para sua Presidência, foi distinguir-me, devo confessar que nenhuma outra dignidade me poderia ser mais honrosa que a de poder dirigir o Poder Legislativo do nosso Estado. Espírito visceralmente democrático, entendi sempre que o Parlamento é o órgão vital da democracia[...] muito grato ficaria aos meus nobres colegas que teimaram em votar no meu nome, se o caso fosse somente de honrarias. Mas não o é, porque a espinhosa tarefa de dirigir os trabalhos desta Casa exige certos requisitos que eu absolutamente não possuo[...]²⁰⁴.

Destaca que não era do seu gosto pessoal assumir a função de Presidente da Assembléia Legislativa, mas a conjuntura exigia que assim o fosse. Estava chegando o dia em que Getúlio Vargas daria o golpe de Estado, criando o “*Estado Novo*”.

Pilla sublinhou durante sua vida a importância do Parlamento para o avanço da democracia, sendo resistente a assumir cargos em outro poder, embora tenha sido Secretário de Agricultura. No entanto, nesta oportunidade, quando assumiu a presidência da Assembléia Legislativa, não deixou de mencionar esta preocupação com relação ao Poder Legislativo, destacando que teria sido resistente para assumir a Presidência da Casa.

A minha desculpa estará somente em que resisti, o quanto pude, à imposição. E a minha esperança de não desfraldar por completo a confiança em mim posta reside unicamente em que ninguém haverá que possa ter mais forte sentimento de dignidade do Poder Legislativo e seja capaz de exercer as suas funções com

²⁰³ PILLA, 1980, p. 22.

²⁰⁴ Idem

amor, isenção e imparcialidade[...]”²⁰⁵.

Raul Pilla ficou poucos dias na Presidência da Casa Legislativa, pois logo em seguida os trabalhos legislativos são absorvidos pelo poder executivo, quando iniciou o Estado Novo, momento que a Assembléia Legislativa teve suas atividades suspensas. Importa destacar, que pela primeira vez na história da república, a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul foi dissolvida, tendo os seus trabalhos suspensos.

2.12 A Inversão dos Papéis

A Lei Eleitoral, promulgada no mês de maio de 1945, previa que um partido para existir deveria ser organizado ao menos em cinco Estados da Federação²⁰⁶. No mês de agosto do mesmo ano, os libertadores decidiram reorganizar o Partido, conseguindo estabelecer bases no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro e Pará. Entretanto, a hegemonia do partido permaneceria nas mãos dos gaúchos, pois Raul Pilla foi o único parlamentar do PL eleito no pleito de 45, transformando-se no parlamentar nacional, incansável defensor de um projeto parlamentarista para o Brasil. Nesta legislatura, Pilla integrou a Comissão Permanente de Educação e Cultura, Comissão de Inquéritos sobre os Atos Delituosos da Ditadura, Comissão Especial de Leis Complementares à Constituição e Comissão Mista de Leis Complementares.

²⁰⁵Cf. Jornal **CORREIO DO POVO**. Porto Alegre, 14 de junho de 1973, p.5 Esta publicação reproduziu um conjunto de informações sobre a vida de Raul Pilla, por ocasião de sua morte. Este trecho é parte do seu discurso de posse, na Presidência da Casa Legislativa Gaúcha.

²⁰⁶CARONE, Edgard. **A República Liberal – I: Instituições e classes sociais (1945-1964)**. São Paulo: Difel, 1985. CARONE, Edgard. **A República Liberal – II: evolução política (1945-1964)**. São Paulo: Difel, 1985.

Aqui está, colhido ao vivo, o problema dos problemas, o problema político por excelência, o problema da ação. Não nos governamos, ou o que vem a dar quase no mesmo, mal nos governamos. Se não nos governamos ou nos desgovernamos, como haveremos de resolver aqueles concretos problemas, a que se referem os espíritos presumidamente positivos e sensatos, se eles são, antes de tudo, problemas de governo?

Raul Pilla

3 O PENSAMENTO POLÍTICO DE RAUL PILLA

Raul Pilla, como já ficou registrado, foi um defensor do sistema político parlamentarista no Brasil, que o levou sempre que possível a tratar do assunto, promovendo intenso debate sobre sua importância. Buscou esclarecer a seus correligionários e à população leitora de jornais do que realmente se tratava ter uma solução política para o país, na sua avaliação, muito mais avançada e eficiente.

No que se refere aos espaços de discussão, dos quais Pilla participava, importa destacar a Câmara dos Deputados como um dos principais espaços em termos de importância. Na tribuna ou nas comissões, manifestava-se seguidamente quanto às matérias que o Congresso (Poder Legislativo) apreciava. Entre tantas manifestações, uma das mais evidente registradas é crítica ao Relatório do Deputado Afonso Arinos, por ocasião da Emenda Parlamentarista nº4.

Raul Pilla apresentou uma emenda à Constituição Federal em 1946, alterando o sistema político do Brasil, passando de presidencialista para parlamentarista. Ao ser apreciado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, o Deputado Afonso Arinos de

Melo Franco²⁰⁷ foi designado para ser o relator. A sua manifestação, através de um Relatório, foi contrária à implantação do sistema político no Brasil. Inconformado com tal relatório, Raul Pilla escreveu um documento paralelo, objeto de apresentação neste capítulo, devido a sua relevância, pois é base do pensamento político de Raul Pilla e do Partido Libertador.

O trajeto percorrido pela crítica de Raul Pilla é encadeado, e centra a sua argumentação, na chamada evolução cultural e institucional. Esta evolução traz a questão do sistema político: o parlamentarismo, segundo ele, avança na democracia de forma superior ao presidencialismo.

Nos escritos de Raul Pilla, o Relatório paralelo é síntese fundamental do pensamento dos defensores do parlamentarismo no Câmara dos Deputados brasileiros, na imprensa, no Partido Libertador, e na sociedade de modo geral.

Não é demais recordar que 1949 é um ano muito importante na vida de Raul Pilla, pois ele reencontra sua amada Esther Olinto. Já é um homem que tem 57 anos de idade.

No que se refere aos aspectos gerais de seus argumentos, o biografado acredita e defende que há uma ascensão da sociedade para a liberdade. Este processo seria reconhecido como uma marcha que se desloca de um ponto em direção a outro ponto, que é o desejado; saindo da opressão e caminhando em direção à liberdade. Neste ponto, reside o seu idealismo político e sua motivação, construindo o arcabouço teórico e político de sua vida, sob esta orientação. Reconhece, porém que há dificuldades: *“acidentado é o caminho, tem altos e baixos, desvios e retrocessos, mas visto de longe e de cima, a sua direção geral não muda”*²⁰⁸.

Declara que o homem vai, aos poucos, se libertando da natureza pelo trabalho, pela ciência, pela indústria e, principalmente pela democracia, liberta-se da escravidão imposta pelo seu semelhante. Compreende o trajeto da caminhada humana como um processo educativo e evolutivo. Ressalta que as dificuldades estão em todos os aspectos da compreensão humana.

Nas horas de confusão, nos dias de avassaladoras dificuldades, surgem os protestos salvadores, que, em troca da liberdade, propõem dar ao homem segurança. Não tarda, porém, a amarga desilusão e o povo transviado retoma o seu milenar caminho para a liberdade²⁰⁹.

²⁰⁷ Afonso Arinos foi um dos intelectuais mais importantes da política brasileira e, à época, defensor do sistema político presidencialista. Polarizou com Raul Pilla este debate sobre o sistema político que deveria ser implementado no Brasil. A mencionada Emenda Parlamentarista foi votada em 29 de março de 1949, cujo relator, dep. Afonso Arinos, apresentou parecer contrário.

²⁰⁸ PILLA, 1980, p. 554.

²⁰⁹ Idem, p. 554.

Pilla acreditava na trajetória da humanidade e de que nenhuma tese, por melhor que fosse, poderia substituir individualmente, o trajeto que é feito coletivamente pela sociedade. Naturalmente que está aclamando uma verdade intrínseca que substitui as ilusões de saídas salvadoras. Estes episódios pontuais são, inclusive, necessários para que o povo compreenda e amadureça com referências a suas próprias mazelas. Busca conceitualizar o que é liberdade essencial.

As liberdades essenciais concernem à personalidade humana. Definem-se nos chamados direitos individuais. Mas tais liberdades se abroquelam com a liberdade política. É mister que o Estado não só as garanta, mas seja também de tal forma organizado que contra elas não possa atentar²¹⁰.

De acordo com Mauro Gaglietti²¹¹, Raul Pilla se preocupa com o cidadão que é desconhecedor da importância da política na sua vida. Denota que é necessário apontar as dificuldades de informação e compreensão política que permeavam a sociedade brasileira, naquele período. O problema é que as pessoas buscam garantir individualmente seus interesses particulares e o direito privado, por desconhecimento dos direitos políticos coletivos.

Analisando o posicionamento de Raul Pilla, verifica-se que este discurso era recorrente nos seus escritos, de modo que no livro *Palavras de um Professor*, também argumentava com rigor sobre a participação política do cidadão. Num dos textos da mencionada obra, cujo título era “professor e a política”, preocupa-se em fortalecer a ideia da função política daqueles que irão representar o cidadão (uma tomada de consciência). Numa justificativa de sua retirada da função de professor, deslocando-se para uma cadeira no Parlamento Brasileiro, mais uma vez destaca²¹² as questões relacionadas com a participação do cidadão no meio dos temas de relevância coletiva: os direitos políticos da sociedade.

²¹⁰ PILLA, 1980, p. 555.

²¹¹ GAGLIETTI, 2005, p. 261.

²¹² PILLA, 1949, p.59.

Se esta é a grande falha, que haverá de mais adequado a um professor do que o exercício da atividade política? Se na cátedra da sua escola ele ensina a verdade e exemplifica a justiça, há também de exemplificar a justiça e ensinar a verdade da cátedra mais alta, donde fala não somente a seus alunos, mas à nação inteira²¹³.

Retornando ao texto de Raul Pilla, que refuta os argumentos apresentados por Afonso Arinos, contido no debate sobre a emenda parlamentarista de 1949, a discussão avança para temas do pensamento político mundial e estabelece paradigmas que constroem o caminho para a explicação do parlamentarismo. Raul Pilla aclama que a liberdade política é fundamental para garantia das liberdades individuais, colocando-a acima de todas, e demonstrando que sem esta todas as demais liberdades ficariam inviabilizadas. No entanto, passam necessariamente pela Carta Constitucional os avanços que a sociedade vai acumulando, construindo e concretizando. A emenda parlamentarista que buscava alterar a Constituição tratou de institucionalizar a mudança de sistema, que levaria ao efetivo amadurecimento do processo político brasileiro. No seu entender era chegada a hora de tal modificação²¹⁴.

Uma carta de direitos, sem o mecanismo político capaz de os garantir, pode valer pela manifestação de um estado de consciência coletiva, mas não passa de irrisão, do ponto de vista prático. Não há liberdade que por sua simples definição se imponha e por si mesma garanta. Ela requer uma armadura política para poder subsistir²¹⁵.

A sua luta política estava relacionada com as mudanças na carta de direitos (Constituição), pois somente esta poderia expressar os sentimentos de mudanças e avanços da sociedade. Segundo Raul Pilla, este posicionamento em relação à Carta Constitucional deve-se a uma simples razão: por um lado, a maioria da população é governada, pois vive um processo de opressão; de outro lado, está a minoria que oprime, tendo a possibilidade de oprimir os interesses da maioria. Neste ponto, Pilla manifesta uma interpretação de luta de classes, embora não tenha

²¹³ PILLA, 1949, p. 60.

²¹⁴ Depois de um longo período em que houvera no Brasil o “Estado Novo”, na sua avaliação o regime despótico havia acabado, pois era do curso do desenvolvimento político da sociedade brasileira. Era chegada a hora de implementar uma nova experiência política, que estaria avançando no leito da marcha da sociedade.

²¹⁵ PILLA, 1980, p. 554.

assumido qualquer simpatia pelo marxismo ao confessar que a minoria disporia de “*poderosíssimos e incontrastáveis*” meios para agir, era necessário estabelecer mecanismos para impedir que isto viesse a prejudicar, afetar e destruir o bem comum, que era no seu entender a liberdade política. Este é um dos problemas centrais dos governos, que ao administrar o Estado, são investidos de uma personalidade que transcende muitas vezes o funcionamento da máquina pública. As regras devem ser claras e transcritas, pois o poder deveria ser feito para homens e não para super-homens.

O Deputado Afonso Arinos buscou justificar a impossibilidade de aprovar o relatório favorável à adoção do parlamentarismo. Escreveu no citado relatório que as questões econômicas e sociais eram de mais relevo do que a liberdade política. Esta discordância ficou exposta no texto, contestado por Pilla, que a expressou nos seguintes termos:

Não tem, pois, sentido explicar-se, como fez o ilustre relator da emenda, Deputado Afonso Arinos, que hoje os problemas econômicos e sociais superam os problemas propriamente políticos, e que este perdeu toda a sua importância²¹⁶.

Na seqüência da discussão, Raul Pilla busca, como seguidamente fazia nos seus pronunciamentos, trazer exemplos de outras democracias, apelando principalmente para a Inglaterra, França e também os Estados Unidos. Neste debate, particularmente expõe que na Inglaterra, a questão da liberdade política havia sido, em parte, resolvida. No sentido contrário e comparativamente chamava a atenção para os países da América Latina, como o Brasil, que aos poucos vinham se afastando de uma linha mais democrática.

Busca trazer à baila a historização da representação política, usando como sustentáculo de seus argumentos os autores José Maria dos Santos, Alex de Tocqueville, entre outros. No tocante à polêmica com Deputado Afonso Arinos, menciona que os problemas sociais e econômicos não são mais importantes do que a liberdade política. Esta questão ocupa um espaço destacado nas discussões.

²¹⁶ PILLA, 1980, p. 554.

A história da antiguidade clássica refere-se a numerosos acontecimentos políticos, determinados por fatores econômicos; não é necessário professar o materialismo histórico para o reconhecer. A vida das sociedades, como a dos indivíduos, é uma na sua multiplicidade; tudo nela se entrelaça²¹⁷.

Raul Pilla não compreende um sistema de análise isoladamente como a chave das explicações da vida social. Apresenta um processo integrado entre o que a sociedade e indivíduo vivem e desejam. Entende que a questão do sistema de governo está, sim, diretamente relacionada com a liberdade política. Desafia o relator a apresentar argumentos que possam discordar desta afirmativa, pois como estudioso da matéria sabia que não encontraria argumentos consistentes que viessem a confrontá-lo neste debate. Diz ao relator que pensar apenas naquele tempo, apenas nas questões da economia, era ingenuidade. Na sua perspectiva, há necessariamente uma incompreensão histórica por parte do Relator, pois argumentar que um problema é central nos dias de hoje, e que este não possa ter sido em outras épocas é desconsiderar o processo histórico. São argumentos inconsistentes, na sua avaliação.

Sob o pretexto de criticar o Deputado Afonso Arinos, abre caminho para anunciar que o importante no debate daquele período estava realmente voltado para o regime político brasileiro. Era necessário comparar com outros países que fizeram, sob sua ótica, o desenvolvimento econômico.

Para poder sustentar a tese, que deveria considerar prejudicial, do ilustre Relator, necessário seria deitar ao lixo, por inútil a abundante literatura que, a respeito dos sistemas políticos da Inglaterra e dos Estados Unidos, começou a surgir no início do século passado e, até agora, não cessou de aumentar²¹⁸.

Desafia o relator, quando menciona que o mesmo entrou numa contradição, ao manifestar que o sistema político não teria relevância, tornando-o secundário no debate a respeito da emenda parlamentarista. Afirma que:

Se não fosse tão importante, o relator não teria escrito sessenta e sete páginas, a fim, de justificar a importância do regime presidencialista. Neste sentido, a

²¹⁷ PILLA, 1980, p. 554.

²¹⁸ Idem

medida de transformar o sistema político, se o mesmo fosse inócuo, era no mínimo causar um efeito psicoterápico sobre a sociedade, diminuindo sobremaneira a desesperança do povo, que naquele momento estava desencantado e descrente da política nacional²¹⁹.

Raul Pilla não se conformava desta aparente falta de importância dada ao parlamentarismo, e que assim ficasse justificada a manutenção do regime presidencialista por parte do Congresso Nacional. Na continuidade enfrentava o debate com referência à organização da democracia.

3.1 A Organização da Democracia

A pergunta inicial e provocativa feita pelo deputado Raul Pilla consistia na forma de como fazer avançar os direitos individuais, através da liberdade como um triunfo fundamental na vida da sociedade:

Se a liberdade é um atributo essencial da personalidade humana e a preservá-la e desenvolvê-la se destina à democracia, em que consiste essencialmente a organização democrática do poder?²²⁰.

Dentro deste raciocínio uma questão central é mencionada com destaque: a propósito da liberdade política, é preciso penetrar nas discussões sobre este tema, com base nos argumentos formulados pelo historiador Nelson Saldanha:

Na realidade, alguns dos grandes desdobramentos teóricos do problema das “formas de governo” estão justamente em planos doutrinários onde se conjugam a perspectiva filosófico-social, a política e a jurídica. O tema “governo” tem sido considerado de modos os mais diversos, mas na verdade o seu entendimento pleno tem de abranger estas três perspectivas²²¹.

²¹⁹ PILLA, 1980, p.554.

²²⁰ Idem

²²¹ BOBBIO, Norberto. **A teoria das Formas de Governo**. Brasília: Edunb, 1992, p. 9.

Longe das afirmações propostas pelo deputado Afonso Arinos, que apresentava como uma questão secundária o sistema de governo, Nelson Saldanha aproxima-se da posição de Raul Pilla sobre esta questão. A forma de governo é central e conjuga aspectos do entendimento do regime político, como fundamentais no desenvolvimento de uma sociedade. Raul Pilla conhece com muitos detalhes o processo histórico que desencadeia esta discussão sobre o regime político, especialmente no ocidente, focalizado no Brasil. Admite que este debate com relação às formas como podem ser implementados os governos, depende de cada época e de cada espaço. Cita como ilustração a questão das cidades-estados da Grécia Antiga. Lá havia a possibilidade da participação direta do cidadão na coisa pública. Com as cidades modernas e a densidade da população, esta participação continua acontecendo, porém de forma restritiva, na medida em que a mesma acontece de forma representativa. Destaca que o princípio fundamental é o mesmo: “*o governo nada mais é do que uma delegação do povo, que a este deve estrita e contínua prestação de contas*”²²².

A diferença fundamental está no instrumento legal que se estabelece. A existência de governantes e governados impõe que numa sociedade democrática se estabeleça numa relação de respeito às regras, e haja uma oposição ou sobreposição dos governantes sobre os governados. Isto seria por uma razão natural: na democracia quem governa é o próprio povo. O instrumento legal existiria para regular este governo do povo, através de seus representantes.

Raul Pilla defende um governo, que na democracia seja instrumento da sociedade. O governo não é a sociedade, é um instrumento da sociedade, que visa regular as relações sociais entre os indivíduos.

É possível analisar que ao defender a democracia como forma ideal de convivência social, Pilla estabelece os pilares de sua argumentação, na proporção em que compreende o parlamentarismo como um sistema político mais democrático em relação ao presidencialismo. Se há um processo evolutivo da sociedade na manutenção da coisa pública, o presidencialismo torna-se ineficiente para representar a sociedade nos seus propósitos, assentada na marcha histórica. Se a democracia não tem este enfoque, da participação da sociedade, então não é

²²² PILLA, 1980, p. 555.

democracia: “na democracia, quem governa é o próprio povo. Ou isto é uma verdade aproximada, ou não passa a democracia de mera ficção, como afirmam os autoritários”²²³.

Retoma, para justificar o seu pensamento, a questão dos Estados Unidos de que este era o princípio básico de sua formação no século XVII.

Já em 1641, para citar um exemplo, a Assembléia Geral de Rhode Island declarava por unanimidade que o Governo do Estado era uma democracia e que o poder pousava no corpo de homens livres, únicos que tinham o direito de fazer as leis e vigiar-lhes a execução²²⁴.

Neste ponto, reside tecnicamente a importância da democracia representativa. A impossibilidade de o cidadão participar das atividades de gerenciamento das questões de seu interesse delega para alguém que lhes seja procurador, ou representante. Raul Pilla vai buscar estudar a formação dos Estados Unidos, partindo de diversos autores, em especial estabelece um vínculo teórico com Tocqueville, quando analisa a obra *De la Démocratie em Amérique*²²⁵. Fortalecendo os seus argumentos ao redor do tema proposto e declara:

A Base, pois, do sistema democrático representativo é a delegação popular. Este é o eixo em torno do qual gira todo o mecanismo. O desenvolvimento da democracia passa então a aferir-se, necessariamente, por intermédio das suas instituições parlamentares. Quando o absolutismo se viu forçado a transigir, somente aos poucos foi cedendo às Assembléias representativas as prerrogativas que usurpara do povo²²⁶[...] Todo sistema que, no mesmo pé, põe

²²³ PILLA, 1980, p. 555

²²⁴ Idem, p. 556. Neste trecho de seu contra-relatório, Raul usa como nota o texto de Alex de Tocqueville. (1835 e 1840 são as datas de publicação, respectivamente, de dois volumes de *A democracia na América*, de autoria de Aléxis de Tocqueville). Considerando que Tocqueville foi contemporâneo de Comte e Marx, é evidente, porém, que Tocqueville se referiu aos fenômenos que Comte e Marx consideravam essenciais, a saber: a sociedade industrial e o capitalismo. No entanto segundo consta na obra, Tocqueville não conheceu os estudos de Augusto Comte; seguramente ouviu referências a ela, mas as idéias de Comte não parecem ter tido nenhuma influência no seu pensamento. Quanto à obra de Marx, ao que tudo indica, a mesma, em 1848, ainda não era conhecida, pois nessa época o *Manifesto Comunista* não passava de um panfleto de um emigrado político, refugiado em Bruxelas. Não há nenhuma prova de que Tocqueville tenha tido contato com esse livro, que teve grande influência em grande parte do mundo, em termos de revoluções e reformas sociais. Cf. Aron, 1967, p. 375. Apud Gaglietti, p. 320.

²²⁵ Raul Pilla tinha domínio de alguns idiomas, principalmente o Italiano (morou um ano na Itália, antes de ingressar na faculdade). Falar outra língua já vinha de berço, pois era filho de imigrantes Italianos. Falava e escrevia em francês, sendo que várias notas suas, conservadas no seu arquivo pessoal (que está localizado no NUPERGS), estão escritas em Francês.

²²⁶ Cf. ARRUDA & PILETTI. p. 167. O processo de centralização e absolutização do poder apresentaram três momentos bem demarcados: uma *etapa feudal*, em que os reis se esforçaram para destacar-se dos vassallos; uma *etapa moderna*, do século XV ao XVI, em que os reis procuram criar suas próprias instituições (conselhos, corpo de

um homem, embora eleito pelo povo, e a representação popular, encarnação e não apenas símbolo do povo, corresponde certamente a uma involução no caminho democrático²²⁷.

Entende que a democracia só ocorre com a garantia de que o parlamento é forte, autônomo e efetivamente representativo. Na sua concepção, se um parlamento cai, cai também a possibilidade de o povo se fazer representar e ouvir. O parlamento seria a expressão popular. Um não existe sem o outro. Quando os “inimigos” da democracia querem atacar o parlamento, estão atacando diretamente a soberania popular; e é exatamente neste ponto que reside o objeto das forças involutivas, que ao afetarem o parlamento, afetam isto sim, o povo, a sociedade como um todo. Para ele, povo forte é, em outras palavras, parlamento forte. Uma coisa está ligada à outra, argumenta Raul Pilla.

O sistema parlamentar de governo então representa as vontades populares, trilhando no caminho evolutivo da política, por conta do mecanismo adotado, que tornaria o processo de escolha mais democrático e garantiria a soberania popular. Embora assegurasse que este mecanismo democrático, ao menos em teoria, era mais perfeito do que aquele que havia sido adotado no Brasil, qual seja, o presidencialista.

De um governo que, depois de constituído, se subtrai à influência dos delegados do povo e corta os liames de dependência para com a coletividade, será mais ou menos democrático na sua origem, mas não o é em sua estrutura e funcionamento. Esta é a grande justificação doutrinária do sistema parlamentar. O povo não é, com ele, o soberano de um dia – o dia da eleição – mas verdadeiramente o senhor de seus destinos, porque, por intermédio dos representantes, a sua influência se está continuamente exercendo no governo²²⁸.

Sua proposta prevê que o próprio parlamento possa ser permanentemente acompanhado e, se necessário, obstruído, caso não atenda aos interesses daqueles que lhe delegaram esta tarefa, que é a sociedade:

funcionários, exércitos); e uma *etapa de consolidação*, séculos XVI a XVIII, em que a racionalização e a burocratização atingiram o apogeu e definiram a forma moderna do Estado.

²²⁷ PILLA, 1980, p. 556.

²²⁸ Idem, p. 557.

E, como os representantes se podem transviar, e os mandatários podem trair o mandato, o instituto da dissolução do parlamento restabelece as relações normais entre o povo e os seus representantes²²⁹.

Isto é, os homens são falíveis e o poder é provocador das fraquezas humanas, de tal modo que poderá ser retirada e posteriormente recomposta esta procuração que o povo lhes dá, porque é de interesse daqueles que deveriam administrar, mas pelas circunstâncias não o fazem, delegam. Para isto, Raul Pilla menciona esta preocupação:

Não há, nem até hoje foi sequer concebido mais perfeito mecanismo político que o do sistema parlamentar. É realmente a obra prima da arte política. E tão perfeita que contra ela se alega a mesma perfeição²³⁰.

Ao relator, quando questiona o sistema parlamentar, atribuindo perfeição ao presidencialismo, com o mesmo argumento pode ser usado em favor do parlamentarismo, porém, com propriedades teóricas mais consistentes. Refuta o argumento de que o parlamentarismo, “até que em teoria seria melhor, mas lá na Inglaterra”. O Brasil não teria a cultura política adequada que comportasse a sua implantação: *“mas esta seria simplesmente a confissão de nossa incapacidade de praticar a democracia”*²³¹. É dos pontos fundamentais da obra de Raul Pilla. Compreende que a instituição política construída para representar os indivíduos divide-se em três partes: a) A primeira é aquela efetiva, real, o instrumento que opera o funcionamento das instituições públicas através da Carta Constitucional, que se responsabiliza em manter o equilíbrio no seio da sociedade. Seria o próprio Estado. É no Estado, através de uma mudança na Carta Constitucional que Raul Pilla propõe que haja a transformação. É na forma de funcionamento do mecanismo, independente dos indivíduos, ou dos governantes. b) O segundo revela outra questão não menos importante que é a relação simbólica da representação na sociedade. O papel de um governo que representa em um tempo e espaço os interesses do conjunto da população. Um indivíduo sozinho representa os interesses sociais. c) O terceiro

²²⁹ ²²⁹ PILLA, 1980, p. 556

²³⁰ Idem, p. 557.

²³¹ Ibidem

aspecto que está contido no bojo da proposta defendida por Raul Pilla, é o de que um novo regime político precisa associar o governo ao Estado. Urge criar mecanismos que permita que o indivíduo possa dirigir a “coisa pública”, voltada para aquilo que é o interesse e o sentimento da maioria. Os indivíduos não poderão se apossar da máquina pública como se representassem a si mesmos.

Se utilizarmos mal um mau instrumento, um instrumento tosco e grosseiro, como é inegavelmente o presidencialismo, e mal utilizarmos também um instrumento melhor, como é o parlamentar, claro ficará não ser a democracia coisa que nos convenha. Felizmente, não passam de simples hipóteses, que fatos pretéritos desmentem, a afirmação de que somos inaptos ao meneio do sistema parlamentar²³².

O relator foi contestado na afirmativa de que a política brasileira não estava preparada para constituir um novo mecanismo político, que era o parlamentarismo. É um argumento que não se sustenta por si, pois também não estaria preparado para receber uma monarquia e recebeu, não estaria preparado para a implantação de uma república presidencialista, e recebeu. Pois, *“já que a nossa longa experiência presidencialista - mais de meio século de ditaduras, motins e revoluções – longe está de satisfatória”*. Segundo o Deputado Afonso Arinos, o sistema presidencialista não teria tido as condições ideais para demonstrar o seu desempenho, pois nos 50 anos que esteve implantado, as condições eram desfavoráveis, não sendo devidamente praticado: *“poderá haver maior insensatez do que insistir em manter um regime, que não se consegue praticar?”*²³³.

Como forma de prevenir o que poderia ocorrer no futuro, sobre a implementação do sistema político, Raul Pilla demonstra que os parlamentaristas brasileiros não aceitam as explicações de que o sistema presidencialista é melhor que o parlamentarista, nem em tese, muito menos quanto experiência. Defenderiam a implementação do parlamentarismo, pois não ter aceitado o relatório que o Deputado Afonso Arinos apresentara era uma demonstração que este debate não estava finalizado no Brasil. Para o biografado, esta questão parecia tão óbvia que o mesmo encontra grande dificuldade de aceitar que houvesse alguém, que pudesse pensar contrariamente ao sistema parlamentar. Porém, considera que tecnicamente o parlamentarismo é

²³² PILLA, 1980, p. 558.

²³³ Idem

superior, mas se mal conduzido, pode ser péssimo instrumento de exercício da cidadania. Existe uma relação entre os indivíduos e a técnica do instrumento político, que deve ser adotada.

3.2 A Formação Histórica dos Povos Americanos

Raul Pilla retoma questões históricas da formação política do Brasil, buscando compreender e justificar a implantação de um sistema parlamentarista. Considera que o Brasil não foge ao processo que vai da opressão para a liberdade. Está dentro do jogo evolutivo. Desde os tempos coloniais, até a formação do império, ocorre um processo de desenvolvimento político, embora com acidentes de percurso. Adiante será retomado.

A formação histórica dos povos americanos tem características comuns, com alguns aspectos diferentes na sua profundidade. Esclarece que “*comum a todos é serem transplantes da velha civilização européia em solo estranho; dizem respeito às diferenças, à raça e a cultura dos povoadores*”²³⁴. Também reafirma que há muitas diferenças no processo de colonização, principalmente considerando o ambiente e a formação dos vários povos nativos deste continente. Portanto, muito mais diferenças do que semelhanças, na medida em que a colonização se deu de forma diversa e com métodos diversos²³⁵. Esta é razão que diferencia a evolução política de uma ou de outra comunidade. América Inglesa foi colonizada de forma diferente pela Inglaterra. O território foi povoado com nativos Ingleses, com o objetivo de constituir um pólo produtivo, com mais autonomia em relação à Coroa. Já na colonização da América Espanhola e da América Portuguesa, o processo foi inverso. Não havia preocupação em desenvolver a colônia, mas sugá-la. Para fazer tal análise, Raul Pilla recorre à obra já mencionada de Aléxis de Tocqueville *De la Démocratie en Amérique*, especialmente para tratar da formação dos Estados Unidos.

Não é, pois, de admirar que os vivos e ativos surgissem no solo norte-americano, no século XVII, os princípios democráticos que, no continente europeu, dominado pelo absolutismo triunfante sobre os destroços do feudalismo, não se vislumbravam[...]. A colonização dos Estados Unidos foi

²³⁴ PILLA, 1980, p. 558.

²³⁵ Cf. ARRUDA & PILETTI p. 150. A partir de 1530, mudou a posição de Portugal em relação ao Brasil. O rei se convenceu, ou, foi convencido, de que poderia manter a posse da terra estabelecendo núcleos permanentes de povoamento, colonização e defesa. Mas a coroa também tinha esperanças de haver aqui riquezas minerais, em proporções semelhantes às encontradas pelos espanhóis em suas possessões. A decisão de colonizar o Brasil foi fácil, difícil foi encontrar a melhor forma de exploração.

feita por homens livres, que no novo mundo vinham buscar principalmente a liberdade²³⁶.

Para fazer este estudo do povoamento realizado por Portugal sobre sua nova colônia na América, é conveniente considerar que Raul Pilla se baseia nos escritos do jurista José Maria dos Santos²³⁷, cuja obra é *A Política Geral do Brasil*. A preocupação primária está voltada para o tema que trata de “Uma Visão do Brasil Colonial”. Em tal capítulo, Maria discorre sobre os primeiros passos desta formação, sendo parafraseado pelo líder libertador. Raul Pilla concorda com a posição de que a colonização brasileira foi *sui generis* no continente, pois não deslocou, num primeiro momento, as tribos indígenas, nem a elas se sobrepõe pela violência, mas aos poucos vai penetrando dentro deste mundo e instalando-se para dar guarida a um projeto que é incipiente, num primeiro momento²³⁸.

Quando a corte de Lisboa se interessa mais diretamente, mandando os seus primeiros grandes agentes oficiais, a admiração de todos eles se apodera, neste caso, como da tribo mestiça de João Ramalho, que, já senhora de grande parte do planalto paulista, nem mesmo se apura, nem quando seu patriarca aqui chegou. Por todo o território, até a embocadura do Amazonas, vão se espalhando núcleos semelhantes; os da costa, mantendo um contato com mais freqüência com o mundo exterior, mas todos da mesma origem, criados pela associação do homem europeu à raça autóctone²³⁹.

Raul Pilla está fazendo a diferenciação da forma como foi colonizada a América, discutindo que a ocupação do Brasil ocorreu diferentemente das demais culturas²⁴⁰. De forma

²³⁶ PILLA, 1980, p. 559.

²³⁷ Cf. GAGLIETTI, p. 95. Faz referências ao jurista José Maria dos Santos, afirmando que há uma aproximação entre Raul Pilla e Gilberto Freyre, no que tange ao entendimento da formação da civilização brasileira. O jurista José Maria dos Santos, co-autor do Manifesto de 12 de Março de 1946, é citado em *Casa Grande & Senzala* (1936) e, também em *Sobrados e Mucambos* (1936) como uma das principais referências de Gilberto Freyre, autor das obras para a elaboração de seus livros. Ver Freyre, 2003 p.391, 476 e 618; FREYRE, 2003b, p.95, 874.

²³⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. 12ª Edição. São Paulo: Difel - Difusão Editorial, 1984, p. 5. Analisa as etapas das três correntes humanas, que vão concorrer na tarefa da chamada “colonização”- o índio, o negro e o português.

²³⁹ PILLA, p. 561.

²⁴⁰ FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1997. A ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa. Não se trata de deslocamento da população, provocado por pressão demográfica ou de grandes movimentos de povos determinados pela ruptura de um sistema, cujo equilíbrio se mantivesse pela força. O comércio interno europeu, em intenso crescimento a partir do século XI, havia alcançado um elevado grau de desenvolvimento no século XV.

pacífica, a cultura Portuguesa foi se instalando no seio das comunidades indígenas. A questão dos africanos não fica bem explicada, pois compartilha da visão de José Maria dos Santos, que interpreta que os negros estavam vivendo na África um estágio de barbárie. Em outras palavras, acreditava que o negro não tinha alcançado as condições ideais para uma participação política numa “sociedade civilizada”. O indígena estava em situação diferente, pois não compreendia porque o deixavam vivo, se haviam vencido a batalha²⁴¹.

Raul Pilla compartilhava da opinião de que houvera a fusão de três raças²⁴² em todas as camadas da população no Brasil, por conta deste processo de ocupação do território brasileiro.

As três raças, vencendo todos os sofrimentos, todas as resistências, todas as vicissitudes naturais e inevitáveis, assim se uniram e solidarizaram-se, irmanando-se de sangue, e espiritualmente, se confundindo sob o amplo céu desta terra, na íntima e poderosa consciência de um grande, de um esplêndido e maravilhoso destino nacional²⁴³.

Convém considerar que o objetivo do texto não é fazer uma análise da formação cultural brasileira estritamente, mas estabelecer alguns pilares que pudessem sustentar o posicionamento relativo ao parecer do Deputado Afonso Arinos. Raul Pilla está convencido, a partir do estudo realizado por José Maria, de que foi diversa a chegada, o tratamento aos povos pré-colombianos e, por consequência os resultados também ao considerar:

Deste rápido esboço, verifica-se que as condições sociais e políticas, produzidas na América Portuguesa, foram muito diversas das que se verificaram na América Espanhola, e foram diferentes das que caracterizaram a América Inglesa, mas tiveram com estas um ponto de contato: o precoce desenvolvimento da democracia comunal[...]. Dadas tão fundas diferenças ocorridas na formação dos países americanos, ilegítima será toda a generalização que se fizer, sem as tomar na devida conta²⁴⁴.

²⁴¹ Cf. ARRUDA & PILETTI p. 160. Os primeiros trabalhadores brasileiros foram os indígenas do litoral que, no início do século XVI, em troca de espelhos, contas coloridas e outras bugigangas, ajudaram a extrair o pau-brasil e a erguer as primeiras vilas, que se rebelaram quando os colonos tentaram escravizá-los e obrigá-los ao trabalho diário. Muitos grupos quase foram exterminados e os sobreviventes fugiram para o interior; outros se abrigaram nas aldeias de catequese jesuíticas, que sempre lutaram contra a escravidão indígena.

²⁴² As três raças mencionadas por Raul Pilla são: nativa ou indígenas, européia e africana;

²⁴³ PILLA, 1980, p. 565.

²⁴⁴ Idem, p. 567.

Esclarece que os argumentos que generalizam a América, quanto a sua formação, assim como generalizam a questão da Europa, são falsos. Não se sustentam, pois: *“se a América pode genericamente se opor à Europa, preciso é não esquecer que há várias Américas, como há diferentes Europas. A Europa e América são, antes de tudo, expressões geográficas”*²⁴⁵.

3.3 O Desenvolvimento Político no Brasil

Raul Pilla examina a formação cultural das Américas e logo trata da formação política brasileira. O objetivo é justificar que há um processo político evolutivo constante no País. No início, as comunidades indígenas foram sendo absorvidas pela miscigenação com os portugueses e, em alguns casos, mantiveram-se alheias ao chamado processo civilizatório, estabelecido por tal cultura. A organização institucional e política, passa por este sistema de evolução, apontado por Raul Pilla como inexorável. Para apresentar mais esquematicamente a percepção de Pilla, os períodos históricos serão divididos, sendo:

3.3.1 Primeiro Reinado

Pilla compreende, que a independência do Brasil ocorreu por pressão interna, a partir de uma organização que vinha sendo sedimentada ao longo da ocupação territorial. Embora o contexto internacional tenha sido uma das razões, porém, não era a única.

A primeira Assembléia Constituinte Brasileira, foi convocada três meses antes da declaração da independência, em 3 de junho de 1822. Pilla assegura que com a criação do Conselho dos Procuradores Gerais das Províncias, efetivada através do decreto de 16 de fevereiro de 1822, fruto de um movimento constitucionalista democrático, o que indicava um processo de independência, segundo ele, já estava em andamento antes mesmo da data declarando formalmente o Brasil Independente politicamente.

²⁴⁵ PILLA, 1980, p. 567.

Retoma nos anais do Congresso Nacional, o discurso de D. Pedro I, no dia três de maio de 1823, por ocasião da instalação solene da Assembléia Constituinte, na qual revelara que “defenderia com a espada a Constituição elaborada pela Assembléia. Porém, se esta lhe fosse digna”. Este discurso compromete a elaboração da Carta Constitucional, pois o imperador se coloca como Juiz da obra que deve pertencer ao Brasil e, na visão do biografado, não ao imperador Dom Pedro I. Esta afirmação do Imperador, como não poderia ser diferente, gerou um grande descontentamento da parte dos constituintes, que insatisfeitos aprovaram posteriormente uma manifestação sobre seu pronunciamento, nos seguintes termos: *“a Assembléia confia que fará uma Constituição digna da nação, digna de si mesma e digna do imperador”*²⁴⁶. Está colocado um ponto de interrogação no futuro da Constituinte.

E, desde o começo, assentou o princípio eminentemente democrático de que o poder legislativo, na qualidade de órgão representativo da Nação, tem o direito de intervir na administração por meio de pedidos de informações sobre quaisquer atos e serviços públicos. Era a função inspectiva do parlamento que assim se fundava, não menos importante que a função propriamente legislativa²⁴⁷.

Raul Pilla destaca que um importante conflito que se estabeleceu no Brasil em termos institucionais foi o da elaboração e promulgação da Carta Constitucional de 1924. A dita Carta não foi aceita por Dom Pedro I, pois ele não a considerou digna. Foi uma intervenção do Poder Executivo sobre o Poder Legislativo, ao retirar esta atribuição do Congresso. Como sabemos, a Carta Constitucional de 1824 (primeira do Brasil) foi outorgada pelo Imperador.

Entretanto, acredita que poucas coisas foram alteradas pelo Imperador em relação à Carta Constitucional elaborada pela Assembléia Constituinte e não aceita pelo Imperador. As mudanças realizadas pelo governo imperial são consideradas inovações por Pilla. Destaca, no entanto, que nem a proposta inicial de Constituição e nem aquela que foi outorgada, contemplava a questão do sistema parlamentarista:

O projeto da Assembléia Constituinte estabelecia a tripartição dos poderes, que declarava simples delegação da nação (artigos 39 e 40). Atribuía o poder executivo ao imperador que demitiria e nomearia livremente seus Ministros de Estado e seus conselheiros particulares; reconhecia a Casa dos Deputados,

²⁴⁶ PILLA, 1980, p. 568.

²⁴⁷ Idem

atribuição de requerer, motivadamente, ao Imperador a demissão dos Ministros de Estado, que processassem nocivos ao bem público, e ao imperador reconhecia o direito de não deferir a requisição²⁴⁸.

A Constituição outorgada previu a existência de quatro poderes, sendo acrescido o “Poder Moderador”, além dos três já conhecidos: Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário. Contemplava ainda a divisão e harmonia dos poderes políticos, como um princípio conservador dos direitos do cidadão. O Poder Moderador seria a “chave” política à disposição do Imperador, cujo objetivo era garantir a manutenção da independência, o equilíbrio e a harmonia dos demais poderes políticos. O Imperador constou como chefe dos Poderes, Executivo e Moderador. Neste ponto, Raul Pilla está resgatando o processo constitucional brasileiro para demonstrar que o início de nossa vida constitucional não contemplou a possibilidade de implantar-se o parlamentarismo, que como é sabido, acreditava ser a única via capaz de propiciar um efetivo desenvolvimento para o País.

Vê-se claramente que o projeto da Assembléia não instituía o sistema parlamentar, não fazia depender os ministros da confiança do parlamento, nem admitia a dissolução deste, mas lhe lançava o germe na atribuição, reconhecida à Câmara de solicitar ao imperador a demissão de Ministros de Estado que lhes parecessem nocivos ao bem público²⁴⁹.

O biografado observa que no caminho da evolução política do Brasil, Dom Pedro I teria dado um duro golpe, a fim de manter uma monarquia autoritária, que não colocasse em risco a manutenção do monarca à frente do Poder Executivo²⁵⁰. Portanto, teria se afastado drasticamente de um sistema parlamentar. A Carta Constitucional outorgada em 1824 era presidencialista, na definição do biografado. Esta posição de Raul Pilla está ancorada na análise, de que constaram as expressões típicas do presidencialismo brasileiro na Carta, que é a livre demissão e nomeação de Ministros de Estado, a cargo do Rei²⁵¹.

²⁴⁸ PILLA, 1980, p. 569.

²⁴⁹ Idem;

²⁵⁰ Ibidem. Pilla analisa que nem o texto da Assembléia dissolvida, nem o da Comissão Imperial, consagravam o sistema parlamentar de governo[...]. Na própria Inglaterra não se praticava então, e só ali existia na doutrina dos Whig (Partido Político, criado durante a revolução gloriosa na Inglaterra, contra o Rei Carlos II).

²⁵¹ Raul Pilla considerava aquela constituição como superpresidencialista, graças à prerrogativa do Imperador de dissolver as Câmaras.

Menciona que está em disputa neste momento, a partir da independência do Brasil, não apenas a estabilização institucional, mas a expectativa de que o Imperador demonstrasse que o papel exercido pela monarquia deveria ser efetivamente representativo da nação. No momento em que a Câmara está nas mãos do imperador, a legitimidade da própria Câmara torna-se inviabilizada.

Pilla apresenta uma crítica feita por Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, quando emitiu o seu histórico voto perante a Câmara de Recife:

O Poder Moderador da nova invenção maquiavélica é a chave mestra da opressão da Nação brasileira, e o garrote mais forte da liberdade dos povos. Por ele, o imperador pode dissolver a Câmara dos Deputados, que é representante do povo, ficando sempre no gozo dos seus direitos o Senado, que é o representante dos apaziguados do imperador²⁵².

A Carta Constitucional de 1824 definiu: “*a monarquia hereditária e representativa*” (art. 36 e 37). O sistema parlamentar não foi contemplado por Dom Pedro I na primeira Carta Constitucional. No entanto, Raul Pilla aclara: “*apesar dela e contra ela*”. Defende que na monarquia houve o exercício, pelo menos em parte, do sistema parlamentarista, e naturalmente dentro de sua tese da evolução política, não deixaria de desenvolver e criar traços próprios.

Basta isto a demonstrar que o parlamentarismo do Império foi um fenômeno natural e necessário, foi expressão da consciência democrática da Nação, que manifesta que, já no período colonial, não cessaria de fortalecer-se após a Independência²⁵³.

A principal razão que o leva a este enfoque foi relacionada com a autocracia de Dom Pedro I, cujo resultado seria o enfrentamento de uma forte oposição. Compreende que houve um avanço da autocracia (apesar de Dom Pedro I) para a Democracia, exercida através do parlamento.

²⁵² PILLA, 1980, p. 570.

²⁵³ Idem. p. 571.

Toda vez que uma representação popular, animada de verdadeiro sentimento democrático, se defronta com um governo autocrático e o sobrepuja o governo, passando naturalmente de autocrático a democrático, passará inevitavelmente a ser responsável perante a mesma representação e a depender de sua confiança. Trata-se de uma verdadeira lei evolutiva, que somente em condições muito desfavoráveis não se manifesta inteiramente²⁵⁴.

Confiante de que a evolução política ainda estava em curso, demonstrou que o imperador teve de enfrentar o sentimento da nação que estava buscando sua autonomia, que finalmente consegue ao proclamar, mais tarde, a república. O que estava implícito nesta luta era o combate ao poder pessoal de um indivíduo. Portanto, as transformações políticas brasileiras estão animadas por um certo *“espírito democrático que ronda a sociedade brasileira”*. Desde a Constituição de 25 de março de 1824, e naquela oportunidade, o espírito da liberdade estava presente na organização política brasileira. Lembra que Dom Pedro I suspendeu as garantias constitucionais, logo em seguida emudecendo a imprensa e criando comissões militares de julgamento. Era um clima de temor e desconfiança quanto ao papel do Imperador. No dia seis de maio de 1826, foi obrigado, pelas circunstâncias, a reunir-se com o Parlamento brasileiro. O parlamento se impôs ao Imperador, na medida em que condenou enfaticamente o que estava acontecendo, quanto às práticas de violências, torturas do exército no Ceará e em Minas Gerais. Diante deste quadro, o parlamento votou uma recomendação a Dom Pedro I, de que afastasse imediatamente os responsáveis, e evitasse que atrocidades ocorressem em outros pontos do país. *“Essa deliberação da Câmara dos Deputados constituía uma invasão das atribuições do Poder Executivo e infringia a separação dos poderes, estabelecida pela Carta de 1824”*²⁵⁵. Neste sentido, a afirmativa vem dar suporte a Raul Pilla, que esclarece esta sua preocupação.

Outro exemplo usado é ilustrativo, e trata da proposta de orçamento enviada à Câmara em 1827. A Comissão responsável para analisar a proposta orçamentária, diz não estar de posse das informações financeiras do governo, colocando então como necessidade, o exame das finanças. Para tal, o Ministro José Feliciano Fernandes Pinheiro, declarou através de ofício, não estar obrigado, perante a Câmara dos Deputados, de prestar-lhes as informações requeridas. Os deputados individualmente passaram a tratar direto com o Imperador, passando por cima dos Ministros de Estado. Era a demonstração de ineficiência do sistema presidencial, assegura Raul

²⁵⁴ PILLA, 1980, p. 571.

²⁵⁵ Citação feita por Raul Pilla, referente à obra de Olímpio Ferraz de Carvalho, que escrevera um ensaio sobre o sistema parlamentar.

Pilla. Mas os problemas não terminavam com a falta de comunicação da Câmara com o Poder Executivo.

Nesta época o sistema parlamentar não havia ainda conseguido implantar-se. Na Inglaterra, Jorge IV seguia as tradições absolutistas de Jorge III. Como os Whigs, naquele país, os parlamentares brasileiros lutavam pela prática do governo parlamentar²⁵⁶.

Raul Pilla busca apresentar uma argumentação, demonstrando que o sistema parlamentar tem raízes profundas na cultura brasileira. Retoma o episódio da saída de Dom Pedro I que, ao não resistir às pressões políticas que lhe foram impostas pela sociedade e abandonou o trono. Caiu mais do que um imperador foi derrotado um símbolo que estava sendo colocado “*goela abaixo*” para a sociedade brasileira. O poder pessoal do governante, no entender de Pilla.

O sete de abril não tinha por fim a queda do monarca, mas somente a demissão de um Ministério que não merecia a confiança da nação. Bem se está vendo, que o sistema parlamentar tem raízes profundas no sentimento do povo e na tradição nacional. Ele nasceu com a nossa nacionalidade, surgiu na palavra altiva e eloqüente dos nossos primeiros legisladores, vibrou sempre na tribuna da Câmara dos Deputados e produziu a queda do primeiro imperador²⁵⁷.

Raul Pilla busca vários argumentos, a fim de comprovar que o Deputado Afonso Arinos havia cometido mais uma incongruência entre a luta histórica do parlamento brasileiro e seu relatório, quando tratava do veto da respectiva Emenda nº4 que instituía o sistema parlamentar. Na seqüência, avança para questão da regência, buscando mais uma vez identificar traços, que através do parlamento possam justificar um sistema parlamentar no Brasil.

²⁵⁶ PILLA, 1980, p. 573.

²⁵⁷ Idem, p. 575.

3.3.2 A Regência

Com o encerramento do primeiro reinado, inicia-se um novo período da história brasileira, que se prolongou até 1840, o qual Raul Pilla define como “tormentoso”, dado às várias mudanças que ocorrem no cenário político nacional. Esclarece que: “*nos nove anos que durou a regência, foi o país convulsionado por cerca de quarenta levantes, revoltas e revoluções*”. A instabilidade tomou conta do Brasil. O problema foi a forma traumática após a abdicação de Dom Pedro I. “*A bem dizer, a Regência tomou a revolução apenas o seu lado estritamente nacionalista, sem conseguir alçar-se à verdadeira significação doutrinária que ela encerrava*”²⁵⁸.

Raul Pilla busca demonstrar que houve uma movimentação popular em favor do Congresso Nacional, em detrimento a Dom Pedro I. Este movimento teria sido o germe da democracia e se instaurou na vida política brasileira e nas instituições políticas que passaram a ser reféns deste sentimento nacionalista.

A revolução havia posto o problema político em seus termos exatos e insofismáveis: os ministros, isto é, o governo deve depender sempre da confiança pública, expressadas nos votos do parlamento[...]. O senado vitalício, ainda nomeado por Dom Pedro I, constituía em barreira contra a reforma constitucional concebida pela Câmara dos Deputados[...]. A única alteração constitucional foi a supressão do Conselho de Estado²⁵⁹.

Quando Padre Feijó é investido no cargo de Regente Uno, os problemas políticos continuaram os mesmos, com agravante de que tornou mais nítida esta provocação que a oposição manteve por longo período contra Dom Pedro I.

É na sessão legislativa de 1837 que se tem talvez o espetáculo mais impressionante e sugestivo desse inominável esforço do sentimento liberal, contra o princípio autoritário. Logo na abertura, no dia 3 de maio, a resposta à fala do trono apresenta-se clara e decisiva. Ela reconhece

²⁵⁸ PILLA, 1980, p. 576.

²⁵⁹ Idem

que a cooperação do parlamento como o Poder Executivo é a base de uma situação normal no regime representativo²⁶⁰.

Define o sentido da mencionada cooperação a que estava se referindo: “*Mas esta cooperação, a Câmara dos Deputados faltaria aos seus mais sagrados deveres se a prestasse a uma administração que não goza da confiança nacional*”. Os liberais atacam o recém empossado governo, gerando retaliações e manifestações em contrário, por parte do governo. A oposição a um governo considerado de pouco diálogo com a Câmara dos Deputados se fortalecera a partir de episódios que foram ocorrendo, e desgastava este papel centralizador adotado pela então administração federal de Padre Feijó, no período da Regência. Para ilustrar esta afirmação, outro exemplo é usado pelo biografado:

Desejoso de dar uma lição aos deputados, ele (Feijó) fez publicar no Correio Oficial a notícia de novos ministros, acompanhada de um artigo no qual se dizia que o Poder Executivo era independente do Poder Legislativo, o qual chamou de caprichoso²⁶¹.

Estava no centro político a discussão da relação que se estabeleceria entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo. De um lado, o Poder Executivo se mantinha sob o abrigo do manto de uma Constituição outorgada, da qual recebe plenos poderes, e do outro lado os Deputados, solicitando que pudessem influir ao menos na nomeação do ministério. Foi neste ponto a divergência que Raul Pilla apresentou aos Congressistas, de que eles tinham na mão uma oportunidade desejada pelos parlamentares de outros tempos e que não tiveram a possibilidade de influenciar nos rumos da nação, através de um novo Sistema Político: o parlamentarista. Afirma, no entanto:

Se a maioria do país fosse partidária do presidencialismo, o Regente Feijó teria sido sustentado por ela. Mas o que aconteceu foi justamente ao contrário: levantou-se contra uma tempestuosa oposição, que o obrigou, antes do tempo, a entregar o poder aos adversários. O sistema parlamentar triunfava, em 1837, do presidencialismo de Feijó, que não encontrou apoio no sentimento da nação. Feijó foi um dos precursores do presidencialismo no Brasil²⁶².

²⁶⁰ Ibidem

²⁶¹ PILLA, 1980, p. 578.

²⁶² Idem

Faz um comparativo, igualando o poder do Imperador com o do Presidente da República num sistema presidencial. Mas a luta política no Brasil trouxe um resultado expressivo no avanço político, e por consequência na reestruturação do poder institucional. Menciona que, após a saída de Padre Feijó do comando, impôs-se uma condição política da qual não deixava de bradar como mais democrática do que anteriormente:

Araújo Lima, pela província do Rio de Janeiro, ao perceber que enfrentaria grande oposição ao assumir o lugar de Padre Feijó anunciou à Câmara: "a administração atual se sujeita a todas as condições do sistema representativo; exige por consequência o apoio dos representantes da nação, e assim que este apoio lhe faltar ele se retirará". Era um dos princípios básicos do sistema parlamentar, que assim se estabelecia²⁶³.

Os liberais, chefiados por Antonio Carlos, levantaram a questão da maioria do imperador, que ainda tinha 12 anos. Situação que ao declarar o imperador maior de idade, grande parte dos problemas relacionados às disputas em torno do sistema de governo foram solucionados. Surge, no contexto brasileiro, o Segundo Reinado e por consequência um momento de transição na cultura política do Brasil.

3.3.3 Segundo Reinado

No segundo reinado, Raul Pilla identifica a consolidação da luta política da primeira metade do século XIX e o avanço rumo ao sistema político mais democrático no Brasil. Esta evolução na democracia, segundo defenderá, inclinou-se para o sistema parlamentar. Para justificar este aspecto, Pilla ilustra com vários episódios que ocorreram ao longo deste período. Esclarece que: *“a constituição não era parlamentarista e, pelo contrário, a tal sistema se opunha, quando o imperador conferia a prerrogativa de nomear e demitir livremente os*

²⁶³ PILLA, 1980, p. 579.

Ministros de Estado”²⁶⁴. No entanto, Dom Pedro II também se apegou à Constituição para justificar os seus procedimentos de nomear e demitir Ministros de Estado, quando considerava, no início, um direito natural e inerente à função de representação, da qual estava investido. Porém, ressalva:

Só lentamente, com o correr dos anos, foi ele reconhecendo os princípios do governo parlamentar. Isso explica que alguns ministérios tenham caído por ação direta ou reflexa do imperador, e não por votos das câmaras²⁶⁵.

Raul Pilla analisa neste ponto que a democracia representativa começa a ser efetivamente alicerçada, abrindo caminho para relação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo. O desfecho desta mudança foi a convocação para o Ministério do Sr. Francisco Paula de Souza Neto, que para aceitar o cargo, colocou apenas um condicionante: a instituição de uma presidência do Conselho de Ministros. Com o apoio do Imperador, fez publicar o Decreto nº523, de julho de 1847 e alcançou, um passo importante para desenvolvimento democrático do Brasil. Surgia, então, o papel de chefe de Governo, configurando claramente um governo de gabinete, condição do Sistema Parlamentar.

Raul Pilla considera este evento de suma importância, quando estabelece, na prática, um sistema parlamentar mesmo longe daquilo pleiteado com a Emenda nº4. A base eleitoral também avançava, mesmo que lentamente, pelas características conjunturais do Brasil e do próprio governo. Foi o que aconteceu no Paraná em 1855, promovendo uma reforma eleitoral conhecida como “*lei dos círculos*”, segundo a qual, cada um dos círculos em que se subdividia a província elegia um deputado e o seu suplente, com uma base eleitoral ampliada (voto distrital). Desta forma, permitiu que as regiões fossem representadas no parlamento provincial. Entretanto, Raul Pilla observa que, como todo o remédio tem efeitos colaterais, a reforma eleitoral no Paraná teve algumas complicações. Havia um controle maior dos chefes locais e a dependência dos eleitos em relação a estes chefes.

A questão eleitoral tornou-se importante para aristocracia que estava alojada no poder. De qualquer forma, o País ficou mais representado no parlamento, pois além de aumentar o número de parlamentares, aumentava também a chance da oposição eleger mais líderes.

²⁶⁴ Idem

²⁶⁵ PILLA, 1980, p. 579.

A evolução, que para o sistema parlamentar se vinha fazendo, não procedia regularmente: tinha intermitências e recuos. Tal foi o que se verificou com a queda do segundo Gabinete Zacarias. Determinou a escolha de um senador pelo Rio Grande do Norte. Da lista tríplice, o imperador, sem consultar o Gabinete, mandou lavrar o decreto de nomeação de Sales Torres Homem, relegando os dois candidatos liberais. Zacarias abandonou o poder por não concordar com o imperador²⁶⁶.

Nesta oportunidade, a Câmara dos Deputados era formada em sua grande maioria por liberais: contava apenas com dez conservadores. Seria natural, segundo as regras que haviam já sido adotadas de forma tácita, que os liberais pudessem escolher quem deveria assumir a nova função de chefe do gabinete ministerial. Segundo Raul Pilla, o Imperador interrompeu a evolução política, quando adotou uma postura autoritária, derrubando uma tradição que vinha sendo construída aos poucos. Esta não foi a única vez que Dom Pedro II entregou o poder à minoria dos parlamentares.

Em 1868, depois de vinte anos de funcionamento regular do sistema, a substituição dos liberais por conservadores (em minoria no parlamento) causou a impressão de um golpe de Estado mencionado por Raul Pilla, como um dos episódios políticos marcantes no embate político nacional. Logo no dia seguinte à organização do gabinete, Nabuco de Araújo levantou no Senado o primeiro protesto, denunciando através de um discurso.

Pois sem dúvida, senhores, vós não podeis levar a tanto a atribuição que a Constituição confere à coroa, de nomear livremente os seus Ministros; não podeis ir até o ponto de querer que nessa faculdade se envolva o direito de fazer política, sem a intervenção nacional, o direito de substituir situações como lhe aprouver. Ora dizer-me: não é isto uma farsa? Não é isto um verdadeiro absolutismo, no estado em que se acham as eleições em nosso país? Vede este sorites fatal, este sorites que acaba com a existência do sistema representativo: o Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar Ministérios; esta pessoa faz a eleição, por que há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Eis aí está o sistema representativo do nosso país²⁶⁷.

Segue uma ocasião em que Nabuco de Araújo participava da reunião do Conselho de Estado, em que sustentou nesta oportunidade que haveria um princípio que seria elementar na

²⁶⁶ PILLA, 1980, p. 580.

²⁶⁷ Idem, p. 581.

política brasileira: *o rei reina e não governa*. Neste ponto, segundo Raul Pilla, estava a questão central que demonstrava a evolução política construída pelo Congresso Nacional. Era gestado o Sistema Parlamentar de governo.

Porém, o Imperador insatisfeito com os ataques que vinha sofrendo especialmente dos liberais, neste mesmo dia dissolve, através de um Decreto Imperial, a Câmara dos Deputados.

Novamente retoma-se o poder pessoal do Imperador. Na avaliação de Raul Pilla era insustentável a manutenção de tal situação, pois a tendência era a democratização da nação brasileira. Observa que no pleito eleitoral seguinte os liberais se abstiveram de participar, e no seu lugar escreveram um manifesto cujo conteúdo relaciona-se à inexistência de garantias no processo eleitoral, expressando:

E tudo está dito, quando se diz, em última análise, que a vontade que nomeia os Ministros é a mesma que elege o parlamento, que depois os vem apoiar; que a vontade que cria e muda as situações políticas é a mesma que as confirma por seus mandatários eleitos²⁶⁸.

A discussão não mais se centralizava na relação do Imperador com a Câmara dos Deputados, mas deslocou este eixo para questões relacionadas ao processo eleitoral. Raul Pilla, como liberal, defendia as liberdades individuais e se associa à preocupação mencionada pelos antigos liberais, quanto à impossibilidade de manter o processo eleitoral da forma como estava, naquele período. Convinha examinar a abertura da participação da população, cada vez mais na escolha das casas legislativas, impedindo que o Imperador fosse uma espécie de proprietário do Poder Executivo, do Legislativo e também do Poder Moderador (agora transformado em Conselho de Estado).

Este conjunto de proposições provoca, em 1870, um manifesto publicado pelos republicanos, cujo conteúdo reportou a apologia de uma república, atacando o poder pessoal do Imperador. Houve, a partir deste momento, um recuo do Imperador com referência a estas questões, em face de suas prerrogativas constitucionais, segundo Raul Pilla:

Ao ter de nomear Ministérios, ouvia os presidentes das duas casas do Parlamento e os chefes políticos em evidência; já não interferia na escolha dos

²⁶⁸ PILLA, 1980, p. 582.

Ministros e, ao presidente do Conselho, deixava a liberdade de constituí-lo com pessoas de sua confiança; consultava os Ministros a respeito da nomeação dos senadores. Em suma, estava se submetendo às regras do regime parlamentar²⁶⁹.

Neste ponto da retomada histórica de Raul Pilla, novamente visualiza-se os indícios da chamada evolução política no Brasil, ao caminhar em direção a um sistema republicano de governo. Identifica-se mais um elemento que é importante mencionar, para ilustrar este progresso em termos políticos. Segundo ela, foi dado mais um passo no caminho do aperfeiçoamento das instituições representativas pelo Gabinete Saraiva, de 28 de março de 1880.

No entanto, o Gabinete Sinimbu que precedera o de Saraiva, apresentara um programa da reforma eleitoral em que sua manifestação como Presidente do Conselho, junto à Câmara dos Deputados, também foi marcante:

Creio não haver neste país quem desconheça que, nas circunstâncias atuais, com as provas repetidas que temos tido, as nossas instituições não podem marchar com segurança para um futuro tranqüilizador, senão conseguirmos efetuar a reforma eleitoral pelo sistema de eleição direta²⁷⁰.

Então, aquele mencionado poder representativo não era tão representativo e, de acordo com as circunstâncias já exibidas, no colégio eleitoral era reduzido o número de eleitores que poderiam participar. A proclamada reforma eleitoral foi aprovada no dia 9 de janeiro de 1881, embora trazendo deficiências, especialmente quanto às garantias dos eleitores, sublinha Raul Pilla.

Esta mudança no sistema eleitoral permitiu que a oposição imprimisse uma derrota ao governo, em que o resultado obrigou a Coroa a mudar o gabinete, e de política em relação ao parlamento. Já neste cenário há a presença forte de Rui Barbosa, que se manifestou favoravelmente ao pleito dos liberais, pois entendia que esta seria a grande constituição do sistema representativo no Brasil. Os liberais compreenderam esta mudança na legislação eleitoral como uma revolução. Na eleição foram eleitos 75 liberais e 45 conservadores.

Raul Pilla conclui as afirmativas sobre o segundo reinado convencido que:

²⁶⁹ Idem, p. 583.

²⁷⁰ PILLA, 1980, p. 582

A constituição do Brasil imperial era antiparlamentarista, dava ao monarca o direito de nomear e demitir livremente os Ministros de Estado sem nenhuma atenção aos votos do Parlamento; não determinava que os Ministros se retirassem do poder, quando perdessem a confiança da maioria do Parlamento; não dava ao imperador direito de dissolver a Câmara dos Deputados, senão em caso de salvação pública; não o obrigava a escolher os Ministros entre os membros do Parlamento; não reconhecia a figura do presidente do Conselho de Ministros; não estabelecia a responsabilidade política dos Ministros perante a Câmara, nem perante o Senado, mas unicamente a responsabilidade criminal; atribuía, enfim, ao Imperador poderes quase iguais aos de chefe de Estado em República Presidencial²⁷¹.

Destacava, no entanto que:

Apesar de tudo isso, o sistema parlamentar firmou-se no Brasil imperial e funcionou com relativa regularidade durante perto de cinquenta anos de paz e prosperidade. Ele não foi uma imposição da lei, uma norma estabelecida a golpes e decreto, mas uma lenta conquista do Parlamento e da opinião pública em luta diuturna e pertinaz contra as prerrogativas constitucionais do chefe de Estado²⁷².

O biografado visualizava na postura dos republicanos boas intenções, mas que os mesmos teriam sido derrotados por um golpe militar que levou à república, afirmando: “*a questão militar, porém, veio quebrar esta evolução feliz, com o infausto acidente de 15 de novembro*”²⁷³.

3.3.4 A República

Raul Pilla acreditava num processo de involução política brasileira, a proclamação da república naquele momento. Chamando-a de deformação republicana, certamente não pelo regime em si, mas pela opção ao sistema presidencial. Acreditava que além de ter sido uma surpresa a proclamação foi, pelo exposto, um retrocesso. Houve efetivamente a investidura do

²⁷¹ PILLA, 1980, p. 585.

²⁷² Idem

²⁷³ Ibidem

poder pessoal do Presidente da República e dos Presidentes dos Estados, o super-poder pessoal. Busca discutir estas questões, ancorado em alguns pontos:

Como explicar a tão clamorosa involução? Como justificar que a república houvesse revigorado disposições constitucionais, em desusos no Império e, a certos respeito, as tivesse excedido?²⁷⁴.

São considerações que Raul Pilla levanta no debate com o Deputado Afonso Arinos, demonstrando que a República nasceu num momento inconveniente e sem o devido processo construído. Embora reconheça que teoricamente a república abarca a evolução política, porém da forma como foi realizada, infringiu uma derrota para processo democrático no país.

À parte a idéia federativa, que surgira já no primeiro reinado e no segundo era sustentada pela corrente mais avançada do Partido Liberal, apresentava o movimento republicano um caráter meramente negativo: combatia o poder pessoal do imperador, como combatiam os partidos monárquicos, visava à substituição da Monarquia pela República, mas, na feição particular que esta deveria ter, ninguém se detinha. Parecia subentendido que a República se faria substituindo o Monarca vitalício e hereditário por um presidente eleito e temporário, mas conservando o mesmo mecanismo de governo²⁷⁵.

Raul Pilla reclama da infâmia do presidencialismo que foi introduzido com a república, sem ao menos sofrer um debate sobre o sistema político. Este foi, na sua análise, o grande pecado da República. O presidencialismo foi contraditório em relação ao movimento em favor da república, pois se combatia exatamente o poder pessoal do Monarca e, proclamada a República, imediatamente foi aplicado um sistema político, que de acordo com o biografado, centralizava o poder, portanto contraditório. No manifesto de 1870, constava que: *“a soberania nacional só pode existir em uma nação cujo Parlamento tenha a suprema direção, e pronuncie a última palavra nos negócios públicos”*²⁷⁶.

Raul Pilla esclarece que o movimento republicano caiu em contradição, pois, quando estava no movimento de defesa da república apresenta para a sociedade as bases que serão

²⁷⁴ PILLA, 1980, p. 585.

²⁷⁵ Idem, p. 586.

²⁷⁶ Ibidem, p. 587.

construídas. No entanto, não deram o devido encaminhamento para discussão quanto ao sistema de governo. Estava lá no Manifesto, mas não se aprofundou esta participação do Parlamento no modelo republicano, de tal forma que a interpretação lógica desta questão está relacionada com uma involução política. Em face destes problemas, aponta que foi feito aquilo que era o mais fácil. Desconstituir a monarquia, sem trazer de fato um modelo que se preocupasse centralmente com a democracia representativa. Havia a necessidade de retomada deste tema, compreendendo que a maior comprovação desta evolução deveria estar expressa na Constituição. Raul Pilla lembra aos presidencialistas que: “*é necessário apresentar o sistema pelo qual esse ideal venha a reagir sobre a vida coletiva, ou indicar com exatidão as modificações a introduzir, para tal fim no sistema existente*”²⁷⁷. Polarizou o debate, no qual a maioria dos deputados era contrária à idéia. O objetivo de fazer este desafio frente aos presidencialistas é porque considerava o regime presidencialista mal explicado e ausente de um debate de princípios políticos que possam garantir a linha da evolução política no Brasil.

O sistema presidencial tinha uma democracia “embrionária” e foi “abortada” pelos republicanos por oposição ao governo monárquico. Observa que houve um gesto autoritário que percorreu os republicanos, os quais buscaram comparar-se à república dos Estados Unidos, apontando que esta estava trajada de democracia, mas não passaria de um jogo de cena, pois não privilegiava o Parlamento:

O governo federal dos Estados Unidos, com a sua velha organização de um grande autocrata, cercado de auxiliares irresponsáveis e assistido de um Parlamento puramente orçamentário, logo lhes pareceu o modelo ideal da forma republicana, visto o seu profundo antagonismo com os nossos hábitos políticos do segundo reinado²⁷⁸.

Segundo Pilla, os republicanos estavam sob influência dos Estados Unidos e não permitiam a discussão, como também não consideravam o processo histórico que havia sido estabelecido na política brasileira. Fizeram a imitação do modelo dos EUA, como se as condições políticas dos norte-americanos, fossem iguais àquelas ocorridas no Brasil. Portanto, foram movidos pela propaganda, sem observar os princípios políticos alicerçados na realidade deste

²⁷⁷ PILLA, 1980, p. 588.

²⁷⁸ Idem

país. Raul Pilla considerou que o processo de discussão a respeito do sistema de governo ficou estigmatizado, impedindo a realização do debate. Aqueles que propuseram que houvesse o debate foram acusados de monarquistas. Outro problema associado com este episódio foi a intensa participação dos militares nos momentos de definições. Moldaram a estrutura do país de acordo com aquilo que acreditavam, não considerando o processo histórico brasileiro. Compreende que o momento de assentar o parlamentarismo teria sido com o a elaboração de uma nova constituição republicana, o que efetivamente não houve.

Raul Pilla chama atenção para o fato de que o debate sobre o tema estava contaminado, cercado de interesses e impedindo sobremaneira o avanço da linha evolutiva, porém ressalva a participação do grupo influenciado pelas idéias positivistas, declarando:

Só havia nessa Assembléia Constituinte um grupo realmente ativo, coerente, sabendo mais ou menos o que queria: o grupo positivista. Embora pequeno, pesou muito – nefastamente – sobre a Constituinte. A ele aderiram em regra todos os militares, que se julgavam obrigados a concordar com o positivismo, porque era a doutrina de Benjamim Constant. A ignorância de quase todos sobre as questões políticas mais elementares chegava a limites estupendos²⁷⁹!

O positivismo não era bem visto por Raul Pilla, especialmente por ter uma identidade autoritária, refletindo esta postura no espírito da Nova Constituição. Além do mais, conhecia bem a história do Rio Grande do Sul, especialmente as disputas entre os Republicanos Positivistas (com Júlio de Castilhos) e dos Federalistas (com Gaspar da Silveira Martins) em que o positivismo tinha fortes bases no RS. O governo aproveitou que os ventos estavam favoráveis aos seus interesses e passou a olhar para o Parlamento como um instrumento de afirmação presidencial no Poder Executivo: “*Era um vergonhoso retrocesso. Mister é que nele nos detenhamos*”²⁸⁰.

Raul Pilla faz um exame da primeira Constituição republicana brasileira, visando identificar quais os pontos que teriam sido os mais afetados pelo suposto retrocesso: cita, também, o Decreto nº 200-A, de oito de fevereiro de 1890, que instituía comissões distritais e municipais de alistamento. Requer que seja chamada a atenção do leitor para um aspecto que então era recorrente e fundamental na visão do biografado: a questão eleitoral. Isto porque, segundo o artigo 21, à comissão distrital cabia alistar, por *conhecimento próprio*, isto é, de forma

²⁷⁹ PILLA, 1980, p. 589.

²⁸⁰ Idem, p. 590.

arbitrária, os cidadãos que reunissem as qualidades de eleitor. Ao contrário do que ocorria no período imperial, em que o eleitor solicitava a sua inscrição dentro dos requisitos preestabelecidos, agora isto estava suplantado. A comissão eleitoral tinha total autonomia de ir até ao eleitor e definir quem tinha e quem não tinha as condições de exercer o direito ao sufrágio. Neste sentido, as Comissões Eleitorais detinham grande poder, colocando sob suspeita, o processo eleitoral.

Analisa, ainda, o Decreto nº 511, de vinte e três de junho de 1890, que também tratava do processo eleitoral, cujo conteúdo está relacionado a determinar quem podia e quem não podia ser candidato a cargos públicos:

O seu art. 2º declarava inelegíveis, ao Congresso Nacional, os Governadores, os chefes de polícia, os comandantes das armas, bem como os demais funcionários militares que exercessem comando de forças de terra e mar equivalente ou superiores, os comandantes dos corpos policiais, os magistrados, os funcionários administrativos demissíveis, independentes de sentença; mas no seu artigo 4º suspendia estas incompatibilidades para a eleição do primeiro Congresso. Quer dizer: eram elegíveis, quando menos o deveriam ser por causa do regime ditatorial então vigente, todos quantos poderiam utilizar o poder em próprio benefício²⁸¹.

Então, a chave de compreensão deste debate tem dois enfoques claros: de um lado, a escolha do governante que seria definido por um colégio eleitoral pouco representativo, abarcando principalmente os interesses das oligarquias, e do outro, relaciona-se principalmente à forma como este governante exerceria o seu papel junto à função em que foi investido. Para ser democrática, a ampliação do colégio eleitoral é uma das questões básicas que está sendo apresentada por Pilla. Estes traços da política republicana foram: *“ao organizar a república, o sistema parlamentar, lentamente instituído pelo costume, foi substituído pelo sistema presidencial”*.

Examinando o texto de Raul Pilla, vê-se claramente sua mágoa por conta daquilo que chamou de sistema presidencial transplantado para o Brasil, desde o modelo norte-americano. Coloca esta questão nos termos de ausência de uma reflexão que pudesse abranger uma

²⁸¹ PILLA, 1980, p. 591.

estratégica para o país. Não aceita que conquistas feitas durante décadas houvessem sido retiradas da vida pública brasileira como se nada tivesse acontecido.

Raul Pilla apela para o processo histórico, visando avivar a memória dos parlamentares a fim de corrigir um retrocesso que teria sido criado sem uma sustentação de princípios que fosse plausível.

Como se vê, inversamente ao parlamentarismo que se desenvolveu naturalmente, contrariando a letra da Constituição, o presidencialismo foi imposto ao Brasil pela ditadura republicana. Em três meses apenas, a Assembléia Constituinte Republicana substituiu a Monarquia pela República, organizou a Federação, trocou o sistema parlamentar pelo presidencial, fez, em suma, as mais amplas e mais profundas transformações políticas já ocorridas no Brasil, quando quaisquer destas questões, por si só, demandam meses e meses de debates numa assembléia livremente formada²⁸².

Para examinar os limites do sistema político brasileiro, Pilla analisa os países latino-americanos e seus processos políticos históricos.

3.4 A Relação do Brasil no Sistema Político Latino-americano

Raul Pilla reconhece que o processo que levou à Proclamação da República no Brasil era praticamente irreversível, mesmo sendo o Partido Republicano minoritário, alcançou um feito de extrema importância. Porém, busca reafirmar ter vigorado, neste período que sucede à nova Constituição, uma ditadura. Apontando que: “*estabelecido o dissídio entre o Congresso Nacional e o Presidente da República, esta nenhuma solução encontrou, senão o golpe de três de novembro*”²⁸³. A consequência desta relação política levou o Marechal Deodoro da Fonseca a renunciar o governo. Este episódio que leva o Marechal Floriano Peixoto, então vice-presidente da República, ao poder, recriou mais uma vez a força do Presidente da República. Floriano Peixoto deveria convocar novas eleições, porém resolveu manter-se no poder até final do

²⁸² PILLA, 1980, p. 593.

²⁸³ Idem

quadriênio. Para tal, adotou uma série de medidas. Uma delas foi a substituição de governadores que não apoiavam e oficiais de sua confiança, desestruturando momentaneamente a oposição. Outro acontecimento que está no cenário desta permanência de Floriano Peixoto refere-se à Revolução Federalista no Rio Grande do Sul de 1893. Interviu nas questões locais, a partir de uma disputa que já estava andamento no Estado gaúcho.

Neste sentido, este conflito reflete os recuos nas relações políticas internas no Brasil, assegura o biografado. A dita ordem civil só teria sido restaurada com a chegada de Prudente de Moraes ao Governo central. Posteriormente, Campos Sales, também teria dado seqüência, porém com as finanças “anêmicas”.

Será preciso descrever as oligarquias estaduais, rememorar a política dos governadores, mencionar a hipertrofia do executivo e historiar os levantes e revoluções que temos tido? Ao nosso intento, basta frisar que os vários movimentos armados e as memoráveis campanhas políticas de Rui Barbosa visaram, justamente, a combater a hipertrofia do Poder Executivo e a exacerbação do poder pessoal, que o presidencialismo produziu no País, retrogradando-o ao tempo do Primeiro Reinado e da Regência²⁸⁴.

Raul Pilla busca descrever, a partir de dados que estão à sua disposição que o Poder Executivo, ao governar autoritariamente, inclusive nos estados, promovia um retrocesso político. Ao mesmo tempo, o atraso político ocorria em vários sentidos, pois não promoveu o desenvolvimento econômico e social. Pilla, ao mencionar este suposto passo atrás na política, diz que o Brasil teria perdido o “barco” do desenvolvimento econômico. “*Instrutivo seria o diagrama que traduzisse, de um lado, as variações do regime político e, do outro, os distúrbios ocorridos*”²⁸⁵. Não se cansa de mencionar que o sistema político está assentado na ordem, na unidade e no progresso do país.

Ver-se-ia que o Segundo Reinado, caracterizado pela prática do sistema parlamentar, foi uma larga quadra de paz interna, e que constantemente perturbados foram o Primeiro Reinado, a Regência e a República, que se caracterizaram pelo poder pessoal inerente ao presidencialismo.²⁸⁶

²⁸⁴ PILLA, 1980, p. 594.

²⁸⁵ Idem

²⁸⁶ Ibidem

Em 1949, Pilla demonstra à Câmara Federal, através de seu relatório, que os problemas a serem enfrentados, ainda não haviam sido tratados da forma adequada: a questão do sistema político principalmente. Retoma a experiência do Segundo Reinado, defendendo que, embora houvesse uma Constituição que assegurasse ao Imperador o poder pessoal, este teve presente a relação da sociedade, através da Câmara dos Deputados e o Governo Imperial. Sempre que houve superpoderes a determinados homens, a negociação ficou tangenciada, ou relegada e, por conseqüência, à implementação de governos autoritários, que não correspondiam aos interesses da coletividade. Daí surgem as rebeliões, as tensões entre grupos partidários que no Brasil não aceitaram que este tipo de relação se estabelecesse internamente. Este sentimento nacional conserva, na sua essência, a formação político-cultural do Brasil.

3.5 O Entrave da Evolução Democrática na República

A questão da implantação da República no Brasil foi objeto de estudo realizado por Raul Pilla. Buscou aspectos que, no seu julgamento, representaram recuos e aqueles que viu como evolução. No entanto, para fazer este aprofundamento se utilizou, da obra de Olímpio Ferraz de Carvalho. Indagando se o sistema parlamentar se estabeleceu no império, apesar da carta de 1824, por que assim não sucedeu na república? Ao apontar as razões deste abandono das idéias parlamentaristas, Pilla compreendeu que um sistema mais democrático não fora implementado. Muitas especulações poderiam ser formuladas a respeito desta mudança comportamental dos republicanos. No entanto, sabe que a luta dos republicanos era para aniquilar a monarquia e aniquilando-a, poderiam soterrar os seus vestígios, que no caso era o exercício do parlamentarismo de fato. Outro aspecto que pode ser especulado é o fato de que os parlamentaristas, liberais ou não, tinham algum compromisso com a monarquia, razão que leva os republicanos a uma medida de endurecimento.

Não se estabeleceu na República, porque a Constituição de 1891 trancou todas as portas para aquele sistema: erigiu em norma de governo a irresponsabilidade ministerial, proibiu, como se fosse um crime, o comparecimento dos ministros no Congresso, separou completamente o Poder Executivo do Poder Legislativo, a ponto de não estabelecer entre eles senão comunicação escrita. A carta constitucional do Império não fazia tão rigorosa e absoluta separação, como se os dois poderes não se pudessem avistar. Ela permitia aos senadores e deputados serem nomeados para o cargo de Ministro de Estado, ou Conselheiro, sendo que os Senadores continuavam tendo assento no Senado e os deputados deixavam vagos os seus lugares na Câmara, e precediam-se as novas eleições nas quais podiam ser reeleitos e acumular as duas funções.²⁸⁷

Pilla responde que a Constituição de 1891 é responsável pelo entrave de aproximação entre o Poder Executivo e o Legislativo. Na sua opinião, a engrenagem institucional se configurava neste limitador principal. Mas outros são acrescentados. “*O Monarca nomeava e demitia livremente os Ministros de Estado e podia, além disso, dissolver a Câmara dos Deputados; exercia o Poder Executivo e dominava o poder legislativo*”²⁸⁸. Considera então que o excesso de poder do Monarca era perigoso para a própria monarquia, abrindo espaço para a efetivação de um sistema parlamentar.

O imperador passou a dissolver a Câmara dos Deputados toda vez que entendia necessário fazer uma consulta à nação²⁸⁹. Apontando de forma ácida que “com as nossas constituições republicanas impossível seria tal evolução, já que nenhuma delas admite a dissolução a qualquer pretexto[...]. Sendo uma garantia para o Poder Legislativo, era também um impedimento à sua evolução para o sistema parlamentar”²⁹⁰.

Com a proclamação da República, foi instituída uma ditadura no país, bem como ditaduras regionais nos estados da República. De acordo com Raul Pilla, estes governos regionais, que eram ditatoriais, apoiavam Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto e estes faziam o caminho inverso: apoiavam os governos regionais, como no caso do Rio Grande do Sul. Esta postura tem origem na política dos governadores cujo interesse, era a manutenção dos poderes pessoais, tanto no governo federal, quanto nos governos regionais. Havia uma política mútua de

²⁸⁷ Raul Pilla usa este trecho como referência no seu texto. É uma crítica ao parecer do Deputado Afonso Arinos sobre a emenda parlamentarista. Extraíu esta passagem, com a qual concorda, de Olímpio Ferraz de Carvalho, e encontra-se na p. 595 do texto.

²⁸⁸ PILLA, 1980, p. 596.

²⁸⁹ Idem

²⁹⁰ Ibidem

sustentação dos interesses de partidos e mesmos grupos minoritários. Raul Pilla considerava inconcebível esta relação, pois quem estava no poder, lá poderia se eternizar devido ao mecanismo político. Segundo ele, o resultado deste mecanismo estava em impedir o processo natural de evolução política no Brasil.

A constituição republicana de 1891 dimanava de uma Assembléia Constituinte, tinha, portanto, mais títulos a respeito do que a Carta violenta e arbitrariamente outorgada pelo Imperador. Começou, além disso, a vigorar em plena e prolongada ditadura, isto é num ambiente em que a tendência era antes restringir que dilatar as franquias democráticas. E, como se não bastassem tantos fatores adversos, veio juntar-se-lhes, como intérpretes da Constituição e das leis, o Supremo Tribunal Federal que, débil na defesa dos direitos assegurados na Constituição, se apegou sempre à rígida e literal interpretação das suas disposições, quando este era o interesse do governo²⁹¹.

Raul Pilla apresenta o fato de alguns políticos importantes questionarem o Supremo Tribunal Federal, afirmando sobre a sua incapacidade de exercer a função de equilibrar as relações políticas no país. Neste sentido, mais uma vez ficava precária a evolução política no período da república, especialmente por esta forma do Supremo Tribunal Federal exigir que a Constituição fosse cumprida: ao *“pé da letra”*. O biografado está propondo uma burla ao dispositivo constitucional que institui o sistema político, quando explica que no império as coisas funcionavam de forma democrática entre o executivo e o parlamento. Embora não estivesse contemplado na Constituição Outorgada, de fato era exercido no segundo reinado, destacou.

Depois deste percurso breve na história política brasileira, Pilla refuta mais argumentos do relator, Deputado Afonso Arinos. Menciona que a legislação e as condições políticas construídas com a república não permitiam que o sistema parlamentar fosse aprovado e exercido na sua globalidade, inclusive sendo retirando da pauta do debate político no Brasil. A sua função, portanto, é recolocar na pauta o tema do sistema político.

²⁹¹ PILLA, 1980, p. 597.

3.6 A Lacuna e a Contradição

Na argumentação proposta por Pilla, em defesa da mencionada Emenda Constitucional - EC n.º4, aponta que o relator apreciou a matéria sem considerar o sistema de forma comparativa, ou mesmo tratá-lo como uma simples fórmula de organização do poder. Apresentou a discussão como algo de pouca importância no tocante ao sistema parlamentarista. Pilla sugere que o Brasil sairia para outro patamar da evolução política, dando exemplo até mesmo para América e para o mundo se aprovasse uma fórmula mais democrática, no caso, o sistema parlamentarista. Coloca todas as suas energias, visando convencer os parlamentares a discutirem e enxergarem a importância deste sistema. Tece críticas, mais uma vez, ao relator por não levar em conta uma apreciação mais detalhada da emenda propriamente dita.

Escusou-se o Relator de tal apreciação, a nosso ver indispensável. Se um mecanismo político vale alguma coisa, vale antes de tudo por ser um mecanismo e como tal se deve julgar. Talvez, a justificação da omissão se encontre na parte final do parecer, quando diz que no Brasil “os sistemas de governo variaram, mas não os fatos objetivos da política”. Logo – conclui – aqueles não são os responsáveis por estes. Os responsáveis são outros e devemos encará-los de frente, não procurar ladeá-los nem evitá-los, através de mudanças de rótulos e de fórmulas²⁹².

Pilla retoma o tema do presidencialismo, avançando no aspecto do desenvolvimento, destacando que a democracia só existe plenamente em condições objetivas de distribuição de renda, privilegiando melhores condições de vida para a população. No entanto, o relator, busca retirar da pauta da Câmara dos Deputados o debate sobre o sistema político, tirando de foco este debate de princípios que balizam uma democracia. Apresenta outros fatores que considera mais importantes: *“os monstros que temos que abater são outros, que não o presidencialismo. São a miséria, a ignorância, a enfermidade, o isolamento, a improdutividade das massas populares nacionais”*²⁹³. Dito isto, Pilla contra-ataca, destacando a existência, no pronunciamento do Relator, de uma contradição: *“a esta conclusão da inabilidade dos regimes políticos chega o*

²⁹² PILLA, 1980, p. 599.

²⁹³ Idem

*Deputado Afonso Arinos, depois de haver escrito sessenta e seis páginas cheias de erudição em defesa do presidencialismo[...]*²⁹⁴. Era flagrante a contradição:

Esta é a contradição em que incide a maioria dos defensores do sistema presidencial: sentido-lhe difícil à defesa, quer do ponto de vista prático, quer do ponto de vista doutrinário, resolvem a questão eliminando-a²⁹⁵.

Pilla tratou de desqualificar o argumento do Relator, pois este mencionou que haveria um complô contra o sistema presidencial. Expõe que as tarefas que o país tem pela frente que seriam grandiosas e não se restringiriam às questões meramente políticas. Para Raul Pilla, está implícito que começam pelo sistema político as transformações econômicas e sociais, pois são centro das discussões. Menciona mais um ponto de fragilidade no Relatório do Deputado Afonso Arinos: “*sustentam uma tese e acabam suprimindo-a*”. Acusa os presidencialistas de darem continuidade ao que chamou de “*irresponsabilidade democrática*”, dizendo que formam o time do “*deixar como está para ver como é que fica*”.

Pilla trata da impossibilidade de discutir alternativas para melhorar o Brasil, dentro de uma perspectiva que é difícil para a democracia. A visão política e o espírito empreendedor dos políticos defensores do presidencialismo são claros. Apontadas as contradições, saiu no contra-ataque demonstrando a superioridade do sistema parlamentar.

De toda a forma, cumpre notar aqui que o Sr. Afonso Arinos nada articulou contra as virtudes intrínsecas do sistema parlamentar, contra os predicados do seu mecanismo, contra a sua evidente superioridade funcional ante os critérios essenciais da democracia representativa²⁹⁶.

3.7 O Combate das Idéias do Relator Quanto ao Parlamentarismo no Império

O biografado aceita a idéia de que nenhum sistema político, por melhor que seja, seria perfeito. Porém, está convencido por todos os argumentos possíveis de que o sistema parlamentar

²⁹⁴ Ibidem

²⁹⁵ PILLA, 1980, p. 599

²⁹⁶ Idem

é muito superior ao presidencial, do ponto de vista da efetivação real da democracia representativa. Posiciona-se contrariamente à idéia apresentada pelo Relator, de que não teria havido nenhum tipo de parlamentarismo durante a monarquia no Brasil.

Novamente, Raul Pilla chama atenção para a marcha da evolução que vai lentamente sendo construída. Compreende que acusar a não existência de uma espécie de sistema parlamentar durante o segundo reinado, é desconhecer o processo histórico ou agir de má fé, visando unicamente criar obstáculos ao andamento desta marcha da sociedade. Ao discordar do Relator, impunha esta pecha de desatento, ou de juízo desfolcalizado, pois não entendia como alguém poderia defender, num período de abertura política no Brasil, com um processo de renovação Constitucional instalado, o imensurável poder pessoal de um individuo.

Ora, em todo o decorrer do Segundo Reinado, nunca Ministro algum foi nomeado sem prévia e, às vezes, bem laboriosa consulta às várias correntes de opinião representadas no Parlamento, e só um único Ministério foi demitido sem haver pedido a sua demissão. Foi este o de Antonio Carlos, de 24 de julho de 1840 – O Ministério da Maioridade – destituído por decreto de 23 de março de 1841. Mas, aí, o imperador estava ainda nos seus 15 anos de idade²⁹⁷.

Mais uma vez, recorre a argumentos históricos para socorrer a emenda parlamentarista que está em tela e sob avaliação da Comissão de Constituição e Justiça. Para refutar os argumentos do Deputado Afonso Arinos, Raul Pilla usou as mesmas fontes que haviam sido referidas pelo Relator, a fim de estabelecer as contestações. O Deputado Raul Pilla faz a seguinte citação, retirada do mesmo autor usado pelo Relator:

O eficiente segredo da Constituição Inglesa pode ser descrito com a estreita união, a quase completa fusão dos Poderes Executivo e Legislativo. O traço de união é o Gabinete. Por este novo nome entendemos uma comissão do corpo legislativo escolhida para ser o corpo executivo. A legislatura tem várias comissões, porém esta é a mais importante²⁹⁸.

Enfrentou o relatório do Deputado Afonso Arinos, considerando os mesmos autores, e esclarecendo que não houve honestidade na menção destes clássicos, pois eles não defendiam

²⁹⁷ PILLA, 1980, p. 604.

²⁹⁸ Idem

exatamente aquilo que o Relator lhes atribuía. Afirmara que o Relator omitira parte importante do pensamento do mencionado pensador, e logo na seqüência se pronuncia sobre outro pensador: Carré de Malberg, que defendeu: “*colocar permanentemente o Gabinete a mercê do Poder Legislativo*”²⁹⁹. Sobre estes dois pensadores Raul Pilla esclarece qual é exatamente o ponto de divergência que estabelece com o Relator, quanto a esta matéria:

Não me parece também que este último autor tenha sido invocado acertadamente na sustentação da tese de nunca houve parlamentarismo no Brasil. Se o que realmente caracteriza o sistema parlamentar é a onipotência do Legislativo, forçoso será reconhecer que tal sistema não se praticou no Brasil³⁰⁰.

Busca aprofundar o debate, lançando mão da tese sobre o parlamentarismo, afrontando o Relator e, busca apontar suas fraquezas e, a ineficiência de sua argumentação, demonstrando qual deveria ser o principal debate sobre o sistema parlamentar.

Duas doutrinas principais existem a respeito da essência do sistema parlamentar. Uma, que nele reconhece a existência de dois poderes equípolos – o Legislativo e o Executivo – que mutuamente reagem entre si. Outra, que no Legislativo vê o poder dominante, senão exclusivo, e considera o Executivo como simples dependência do primeiro. À primeira doutrina filiam-se constitucionalistas como Esmein e Duguit, à segunda o invocado Carré de Malberg.³⁰¹

Portanto, sua tarefa é desmistificar os argumentos do Relator, quando demonstra a que corrente pertence Carré de Malberg: daquela que o pensamento aponta para a supremacia do poder legislativo sobre o executivo. Com isso, Raul Pilla neutraliza o argumento usado pelo Deputado Afonso Arinos, tratando de esclarecer que ao não examinar o pensamento dos autores na sua plenitude e no devido momento histórico, faz com que se perca a validade de sua argumentação. Entretanto, não deixa de mencionar que o francês Carré de Malberg, não era um ingênuo e não usaria este ou aquele argumento, como se fosse um partido político. Cita um ponto da escrita de Carré, que será destacada:

²⁹⁹ PILLA, 1980, p. 605

³⁰⁰ Idem

³⁰¹ Ibidem

A Constituição de 1875, na França, pensou em consagrar a dualidade orgânica dos poderes. Estabelecia, porém, ao mesmo tempo o regime parlamentar, que, segundo as suas origens inglesas, funda-se, é verdade, num princípio dualista, o domínio do Executivo pelas Assembléias. O parlamentarismo pretende certo equilíbrio entre os Poderes Executivo e Legislativo, mas, em razão das fortes prerrogativas conferidas ao corpo legislativo, este equilíbrio é de fato instável. Em realidade, esta espécie de governo tem um caráter misto que dela faz também um regime transitório: o termo normal da evolução começada com a forma parlamentar é a supremacia plena do parlamentarismo[...]³⁰².

Raul Pilla retoma a questão teórica, destacando que mesmo o parlamentarismo defendido por Carré é superior a um sistema presidencial, como no caso do Brasil. Este debate se avoluma entre o Relator e o crítico da relatoria, na medida que estão sendo discutidas as questões teóricas do sistema parlamentarista. Pilla não nega, no entanto, que haja diferenças na implementação do parlamentarismo de uma região para outra. O que considera é que a experiência parlamentarista no Brasil já teria sido exitosa, não havendo como negar esta face da história brasileira, de forma particular no segundo reinado. O sistema francês - reconhece Raul Pilla - é na essência diferente daquele que está em pauta, pois a Câmara dos Deputados não poderia ser dissolvida, a não ser pelo próprio Senado. Neste aspecto, o sistema parlamentar não pode sofrer a intervenção do Poder Executivo, cuja atribuição reduz-se a depender também do Senado, na questão constitucional. Já o sistema brasileiro que está sendo proposto não é pronto, ao contrário, é vivo para amoldar-se no contexto. Para Raul Pilla o sistema parlamentar adapta-se às circunstâncias específicas de cada lugar. Assevera que mesmo na França é superior ao presidencialismo brasileiro. Cita igualmente o sistema parlamentar inglês:

O governo parlamentar, que os ingleses denominam mais freqüentemente governo de gabinete, supõe desde logo o governo representativo, de que é variedade. Supõe também a separação jurídica do Poder Legislativo e do Poder Executivo, com todas as suas prerrogativas, é atribuído a um chefe, monarca ou presidente da república, em nome e por ordem de quem se praticam todos os atos que constituem o exercício deste poder. Mas todos estes atos, ou quando menos, os mais importantes, devem ser previamente deliberados e decididos pelos Ministros, estatuinto em Corpo e como em conselho deliberante. De outro lado, o titular do Poder Executivo tem, por certo, o direito formal e aparente de nomear e revogar os Ministros; mas seu poder efetivo, quanto à escolha, está singularmente restringindo por uma série de regras e condições

³⁰² PILLA, 1980, p. 606.

que devem satisfazer o Ministério e constituem a própria essência do governo parlamentar³⁰³.

Avança para temas que estão em debate no cenário brasileiro e Raul Pilla e mais uma vez discute e desafia o Relator:

Depois de haver invocado os autores estrangeiros em favor de sua tese negativista – e já vimos com eficácia conseguiu, o ilustre Relator passa a invocar o testemunho de autores nacionais. Parece-me que ainda mais infeliz foi ele neste tentame.³⁰⁴

Trata de demonstrar que o parlamentarismo não foi apenas criado na teoria e posteriormente transformado em lei. Na prática, o parlamentarismo é fruto do desenvolvimento histórico, que se produz freqüentemente em oposição ao texto legal. Para explicar como mais clareza esta idéia, o biografado propõe então dividir em dois pontos que são conseqüências: a) a primeira é que desde cedo se estabeleceram duas tendências, duas doutrinas, duas escolas – Raul Pilla chamou de áulica ou imperial. Esta se apegava exclusivamente ao “*pé da letra*”, ou à interpretação literal da Constituição, defendendo integralmente as prerrogativas do Monarca. b) a segunda tendência era a democrática, pois insistia que mesmo constando na Carta Constitucional as prerrogativas do Monarca, permitiriam o compromisso dos Ministros de Estado para com o Parlamento. Predominou, no segundo reinado, o que consta na letra “b”, e a conseqüência foi a presença do Parlamento na escolha e acompanhamento dos Ministros, e o aprofundamento das relações dos Ministros com o Parlamento.

Raul Pilla tenta associar o Relator ao grupo áulico, chamando-o de conservador e sem espírito democrático, quando em 1949, ainda está reproduzindo práticas que há muito deveriam ter sido superadas na política brasileira. Estas práticas vão desde não apresentar as informações corretamente, até trazer várias informações para confundir o leitor pouco atento. Na crítica ao Relator, Pilla o chama de publicista do império, ligado aos grupos oligárquicos – aqueles que não visualizavam um Brasil adaptado e integrado num contexto mundial, de desenvolvimento político, econômico e social.

³⁰³ Idem, p. 608.

³⁰⁴ PILLA, 1980, p. 609.

3.8 O Presidencialismo dos “Patriarcas” da Filadélfia

Portanto, não sendo parlamentarista a Constituição do Império, o Brasil não estava obrigado a praticar tal sistema, senão a monarquia representativa. Mas, os aspectos da cultura do povo e da formação política teriam levado ao efetivo exercício do sistema parlamentar. Situação diferente ocorrera com o sistema presidencial que teve uma imposição de minorias, de forma arbitrária, agiram na sustentação deste sistema, em prejuízo aos interesses públicos, afirma Raul Pilla.

É que, para o ilustre Relator, o presidencialismo representa, no Brasil e no Continente Americano, uma fatalidade histórica, para não dizer meramente geográfica. É um fenômeno americano, isto é, que se verificou na América e só na América pudera ter-se produzido, da mesma forma que o parlamentarismo é um fenômeno europeu. Nem um e nem outro sistema se podem transplantar utilmente, por lhes faltar, então, o ambiente adequado³⁰⁵.

Identifica os argumentos do Deputado Afonso Arinos e não os aceita como verdadeiros. Não há honestidade intelectual no Relatório, segundo Raul Pilla. Refuta estes argumentos de que *“temos necessariamente o regime que podemos ter e é inútil procurar modificá-lo ou substituí-lo. Nós, americanos do Sul, do Centro e do Norte, não podemos ser senão presidencialistas, porque somos americanos. É esta a palavra grave da ciência”*³⁰⁶.

Interpreta que o Relator confirmou o parlamentarismo como um sistema europeu, enquanto o presidencialismo é um fenômeno americano (toda a América). Raul Pilla recorre ao sistema parlamentarista do Canadá, para contestar que o presidencialismo é um fenômeno, apenas Americano. Cita outros exemplos, como o sistema parlamentarista que estava funcionando em Cuba, embora com alguma distorção, supõe, não podendo ser usado como exemplo satisfatório. Lembra o sistema parlamentarista que por algum período funcionou no Chile. Discorda que o parlamentarismo seja um sistema europeu:

³⁰⁵ PILLA, 1980, p. 618.

³⁰⁶ Idem

E, na Europa, encontram-se desde o modelar parlamentarismo das nações escandinavas e o singular governo colegial da Suíça, até ditaduras constitucionais, mais ou menos bem caracterizados³⁰⁷.

Então aquela universalidade continental, proposta pelo Relator foi refutada, e Pilla esclarece que não existia só parlamentarismo na Europa, como não existe apenas presidencialismo na América. A existência de sistema políticos é diversa, pois cada país tem sua trajetória e características peculiares, em cada momento histórico e de acordo com as conformações geográficas. Mantém, na sua essência, características gerais e nada impede que, se a experiência for bem sucedida, não possa ser aplicado em outra região, pelo menos na essência do sistema político.

Sustentar o contrário, afirmar que os regimes políticos são produtos diretos, imediatos e fatais do ambiente, e só nele podem subsistir, mais errôneo seria que afirmar que o café, originário da Arábia, não se pudesse aclimar no Brasil, ou a batata e o tomate, procedentes da América, não pudessem prosperar no continente europeu³⁰⁸.

Raul Pilla faz uma ressalva sobre o sistema político que esteve em funcionamento no Chile. Em 1925 foi substituído pelo presidencialismo, através de uma Carta Outorgada pelo presidente da república, de forma arbitrária, através de um movimento armado. A formação histórica do Chile e as mudanças Constitucionais foram objeto de análise do biografado: a) 1833 – a primeira Constituição, elaborada por 36 membros e promulgada pelo presidente Joaquim Prieto, criou o sistema presidencial; b) 1874 foram feitas várias alterações na constituição, mas não chegou ser uma nova constituição. Foi reformada com a revogação de 35 artigos e manteve sistema presidencial; c) 1891, após vários conflitos, que culminaram com a queda do Presidente Balmaceda³⁰⁹, os parlamentaristas venceram, pois o parlamento tornou-se supremo no país. Raul

³⁰⁷ Ibidem, p. 620.

³⁰⁸ PILLA, 1980, p. 621.

³⁰⁹ Idem, p. 623. “Membros do Congresso, em número de 89, assinaram um *Ato de Deposição*, declarando Balmaceda destituído do Cargo de Presidente da República, mas o ato não surtiu efeito, e a luta continuou até 28 de

Pilla cita, no entanto, que algo curioso aconteceu: os parlamentaristas em vez de reformarem a Constituição, apenas introduziram as regras que caracterizavam o parlamentarismo, sem a supressão do presidencialismo escrito na Constituição. Foi implementada a supremacia do Parlamento sobre o Poder Executivo, entretanto sofreu um revés. Em 1925, o parlamentarismo construído no Chile não resistiu e foi suprimido:

Os males do Chile, portanto, no período que vai de 1891 a 1925, não podem ser lançados à conta do sistema parlamentar, mas a das suas falhas e imperfeições[...]. O governo ficou dominado pelo Congresso, que lhe fazia imposições prejudiciais aos interesses públicos³¹⁰.

Justifica que o exemplo do Chile não pode ser adotado para implantação do sistema parlamentar no Brasil, quando declara:

Na instrutiva lição do Chile foi que nos inspiramos nós, os parlamentaristas da última Assembléia Constituinte, para recusar as fórmulas de transição que com tanto empenho nos eram propostas. Seria insensatez retirar uma peça de um mecanismo perfeito, a pretexto de simplificá-lo³¹¹.

Raul Pilla confirma que o sistema parlamentar no Chile estava muito longe daquilo que os parlamentaristas no Brasil estavam discutindo e apresentando. O biografado não se dá por satisfeito na sua proposta, pois o argumento do Relator, Deputado Afonso Arinos, era de peso ao apresentar experiências sul-americanas, cuja consequência pesava contra os parlamentaristas brasileiros. Pensava, então, numa saída argumentativa para este beco em que o relator os havia colocado, então:

Qual será este regime fatal e necessário? Será que se pratica no Brasil ou será que se executa nos Estados Unidos? E, se é dos Estados Unidos, qual devemos tomar por modelo, o que se definiu na Constituição da Filadélfia e foi superado,

agosto, dias em que as tropas revolucionárias derrotaram completamente as forças do governo em Placilla, caindo na luta 1.400 mortos e 3.500 feridos. A 29 de agosto Balmaceda renunciou à presidência e recolheu-se à legação Argentina, onde se suicidou no dia 19 de setembro”.

³¹⁰ PILLA, 1980, p. 624.

³¹¹ Idem

ou o que se veio por fim a praticar? Impõe-se a indagação, porque há diferenças fundamentais entre estas várias coisas³¹².

Compara os Estados Unidos como modelo mais próximo do Brasil. Ressalva que o sistema político americano alterou-se significativamente e alerta: “*quem quiser julgar somente a Constituição Federal, incidirá em grave erro*”³¹³. Entendia que a Constituição dos Estados Unidos era apenas um arcabouço geral, mas que o seu fundamento não estava expresso na Constituição. Cita a análise de Tocqueville e dois publicistas norte-americanos: Story e Boutmy, que destacaram nos seus estudos o caráter binário das instituições americanas, não sendo possível analisá-las de forma isolada. Explicar que existe uma diferença entre o que está expresso na Constituição Federal e o efetivo funcionamento das instituições dos Estados Unidos.

Concentra o argumento na forma de organização dos Estados Unidos, buscando explicar a origem do sistema presidencial, que passa por uma atitude firme do próprio Congresso que foi criado de forma provisória, antes mesmo da formação do Estado Federal. No início era uma república que, no fundo, era simples aliança de Estados soberanos, para ser uma federação. Para tal, não havia regras gerais que pudessem ser discutidas e votadas, aplicáveis aos demais estados. Pilla defendeu que houve a necessidade de tornar mais rígidas as regras gerais e um governo centralizado na ação fora do período de guerras³¹⁴. Esta era a fórmula para manter-se num processo de desenvolvimento econômico.

Cessadas as urgências da guerra, tornou-se a confederação uma sombra sem corpo. Não era verdadeiro governo o que não tinha o poder de ditar leis ou apenas podia fazer sem sanção, e não possuía o direito de cobrar impostos e taxas para atender as próprias despesas. Iminente era a ruína da confederação e o próprio Congresso foi que, reconhecendo a sua impotência, convocou uma Assembléia para revisar as disposições vigentes e pôr a Constituição Federal em condições de corresponder às necessidades do governo e à manutenção da União³¹⁵.

³¹² Ibidem, p. 625.

³¹³ PILLA, 1980, p. 625

³¹⁴ A propósito desta questão da guerra, Raul Pilla, explica que há efetivamente uma unidade nacional, quando se trata da defesa das particularidades. Esta teria sido a motivação inicial da criação da federação dos Estados Unidos: a guerra.

³¹⁵ PILLA, 1980, p. 627.

Raul Pilla conclui sua argumentação sobre a formação do presidencialismo nos Estados Unidos afirmando que: “*se o que existia nos Estados Unidos era o presidencialismo, então no Brasil nunca houve presidencialismo*”³¹⁶. O que se chamou no Brasil de presidencialismo, não passou de despotismo. A conclusão de Raul Pilla está dentro de um debate acalorado que necessariamente buscava convencer os parlamentares da necessidade da liberdade política que, segundo já foi referido, se afasta e muito do sistema presidencial. Ressalta que o presidencialismo dos Estados Unidos é diferente daquele chamado de presidencialismo no Brasil pela liberdade que os estados e municípios têm nos EUA, o que falta no Brasil:

E suma, o presidencialismo brasileiro, artificialmente imposto ao País, difere do presidencialismo norte-americano: a) por lhe ter faltado a base verdadeiramente democrática, que nos Estados Unidos se encontram nos Estados e Municípios; b) por ter envolvido grandemente o primitivo presidencialismo norte-americano. Não existe suposto determinismo continental; o que se verifica são fatores históricos intercorrentes que têm influenciado, em vários sentidos, a formação das instituições políticas americanas. Nenhuma base tem a teoria de um sistema específico do Continente. Admiti-lo, seria afirmar que, diferente das do europeu, são as leis psicológicas gerais a que obedece o habitante deste hemisfério³¹⁷.

3.9 A Suposta Incompatibilidade Federativa

O relator afirmara que era incompatível o regime parlamentar de governo, com organização federal dos estados, isto é, a existência do parlamentarismo criaria barreiras para a federação. Como respeitar as imensas diferenças regionais que existem entre cada uma delas, tanto na vocação política como na sua formação cultural? Era uma questão relevante:

Se, geralmente falando, o governo parlamentar não exclui a organização federativa, nada impede que realizemos a reforma proposta, isto é, que associemos a nossa federação, não mais ao presidencialismo, mas ao

³¹⁶ Idem, p. 629.

³¹⁷ PILLA, 1980, p. 630.

parlamentarismo. Será tão brasileiro como o atual: apenas será diferente e corresponderá à outra fase da vida nacional³¹⁸.

O federalismo não é incompatível com o sistema parlamentar, assim como o presidencialismo, com todos os seus problemas, também não teria sido, assegura Raul Pilla e menciona:

Se o parlamentarismo não é teoricamente incompatível com a federação e, por outro lado, a federação presidencialista que se instituiu em 1889 representa apenas uma fase do movimento federalista brasileiro, parece que, sob este aspecto, haveriam de desaparecer todas as objeções do Sr. Afonso Arinos à emenda parlamentarista³¹⁹.

Outro tema que fora citado pelo Relator era o da onipotência parlamentar enquanto sistema de governo. Raul Pilla recorre à literatura da época, citando um importante jurista, cujo nome é Dicey,³²⁰ para embasar este debate sobre esta matéria.

O princípio da soberania parlamentar significa, nem mais, nem menos, que o parlamento, assim definido, tem, de acordo com a Constituição Inglesa, o direito de fazer ou não fazer uma lei qualquer, significa, mais, que nenhum homem e a nenhum corpo, reconhece a lei inglesa o direito de desprezar ou pôr de lado as leis feitas pelo parlamento[...]é a autoridade legislativa ilimitada³²¹.

Pilla menciona quais são as afirmações que Dicey havia prescrito na sua obra, pois entendia que mais uma vez, o Relator forçava uma interpretação com uma certa distância do que este autor escreveu:

Os sinais que permitem reconhecer a subordinação de um corpo legislativo (corpo legislativo não soberano) são: primeiro, a existência de leis que afetam a constituição deste corpo, leis a que devem obedecer e que não pode modificar; em segundo lugar, uma distinção acentuada entre as leis ordinárias e as leis

³¹⁸ Idem, p. 631.

³¹⁹ PILLA, 1980, p. 633.

³²⁰ Ibidem. Raul Pilla usa várias notas da obra de Dicey, **Introduction à l'Étude Droit Constitutionnel**. Este autor foi citado no relatório do Deputado Afonso Arinos, como um teórico que questiona o parlamentarismo. O biografado estuda-o e, com veemência, contesta os dados apresentados pelo relator.

³²¹ Ibidem, p.634.

fundamentais; enfim, a existência de uma ou várias pessoas judiciais ou de outra categoria, que tem autoridade para estatuir acerca da validade ou constitucionalidade das leis votadas por este corpo legislativo³²².

Ou seja, a afirmação de que o Relator havia feito uma confusão relativamente às idéias deste autor, a propósito do Relatório, foi demonstrado por Raul Pilla. O que Dicey eleger sobre o parlamentarismo tem a concordância de Raul Pilla, que não só sublinha estas afirmações, como vai mais longe: diz que o regime inglês não tem nada a ver com a proposta que está na pauta de discussão, e principalmente não contempla a discussão que está sendo feita.

Clara está agora a questão. Dicey opôs à federação não foi o sistema parlamentar, se não o sistema da soberania ou da onipotência do parlamento, característica do regime Inglês, mas que falta, como ele expressamente consigna, em países unitários, como a Bélgica ou França, e falta necessariamente nos países federativos. Aliás, cumpre notar que Dicey nunca emprega expressões equívocas, que possam induzir a extensões ilícitas: fala sempre em constituição inglesa, Parlamento inglês, sistema britânico e, quando quer referir especificamente ao mecanismo parlamentar, diz sistema parlamentar britânico, e não genericamente, sistema parlamentar³²³.

O biografado solicita uma resposta para os questionamentos que fez, ao redor do tema da federação proposto pelo Relator. Acusa o Relator de usar falsamente o pensamento de Dicey. Havia sim uma condenação que Dicey faz, que estava, porém exclusivamente restrito ao Sistema Parlamentar Inglês. Revela que Dicey está citando em particular o Sistema Parlamentar inglês e apontando suas imperfeições, do qual Pilla compartilha.

3.10 O Conceito de Federação

Raul Pilla manteve a preocupação de definir o sentido das palavras, que no seu entendimento, deveriam ser analisadas na emenda parlamentarista. Ao fazer isto, poderia

³²² Ibidem, p. 635.

³²³ PILLA, 1980, p. 642.

convencer seus colegas deputados a se manifestar em favor do sistema parlamentar. Trata de apresentar o sentido do federalismo para destacar que não há contradição entre ele e o parlamentarismo. Isto porque, no Relatório do Deputado Afonso Arinos, havia esta provocação, apresentando argumentos para que votassem contra a dita emenda. A provocação era de que não havia possibilidade de instaurar um regime parlamentar por ser este contrário ao sistema federativo no Brasil. Pilla declara que:

É que nenhuma contradição existe entre os conceitos de parlamentarismo e federação. O que esta supõe são duas esferas distintas de poderes governativos: a dos interesses gerais, ou nacionais, e a dos interesses locais, ou dos Estados-membros³²⁴.

De acordo com Raul Pilla, se o relator estivesse “conectado” à realidade dos fatos não ousaria fazer a defesa de uma incompatibilidade entre federação e parlamentarismo. Para ilustrar este argumento, Pilla se utiliza de Rui Barbosa. Rui também foi usado pelo Relator para demonstrar a incompatibilidade do parlamentarismo e da federação no Brasil:

Contra a compatibilidade do parlamentarismo com a federação, tem-se invocado a autoridade de Rui Barbosa. O ilustre Sr. Afonso Arinos não poderia deixar de brandir a mesma arma, e com tanto maior razão, quanto ao nosso sumo publicista parece dever-se a origem do infundado preconceito³²⁵.

Refuta a idéia de que Rui Barbosa teria apontado a incompatibilidade do parlamentarismo com o federalismo. Cita que apenas uma vez, quando Rui Barbosa era candidato à presidência da república (1910) contra o Marechal Hermes da Fonseca, teria se referido a esta questão. Porém, defende que era uma situação eleitoral, e que estava em disputa o cargo de Presidente da República. Rui Barbosa foi associado pelo empresariado e pela imprensa como o candidato revisionista da Carta Constitucional, trazendo, portanto a instabilidade institucional. Do outro lado, o Marechal Hermes da Fonseca, foi colocado como símbolo da segurança e da manutenção da estabilidade. Pilla se orienta a partir de uma afirmativa de Rui Barbosa, na qual manifesta que:

³²⁴ PILLA, 1980, p. 643.

³²⁵ Idem, p. 645.

Se no cargo, tiver eu ensejo de ser útil à revisão, sem quebra de minha lealdade aos votos que me elegerem, com as minhas simpatias, a minha influência, os recursos de persuasão ao meu alcance, de muito bom grado, e a todo o poder que eu possa, o farei sem dúvida alguma³²⁶.

O que se depreende deste debate, era o eventual perigo apontado pelos republicanos de uma revisão no sistema político brasileiro, a ser feito por Rui Barbosa. Portanto, havia um temor dos republicanos em relação a Rui, destaca Raul Pilla, muito mais na propaganda do que de fato. Era uma estratégia eleitoral dos republicanos, associarem Rui Barbosa ao caos, à instabilidade, à mudança irresponsável. A estratégia eleitoral dos republicanos foi correta, na medida em que conseguiram derrotá-lo.

De acordo com o biografado, Rui Barbosa nunca teve uma posição radicalizada no mencionado período apresentado pelo Relator, e sim como consta no próprio programa de governo: *“adotadas estas precauções tranqüilizadoras contra as demasias do espírito de reforma, poderia ela encetar-se, como convém, no terreno das nossas instituições constitucionais, moderada, gradual e progressivamente”*³²⁷.

Implica destacar que os federalistas nutriram, por longo período, admiração e respeito por Rui Barbosa, e tornaram-se estudiosos do seu pensamento político. É o caso do ex-ministro e amigo de Raul Pilla, Paulo Brossard. Retomando a obra biográfica de Brossard é possível destacar 25 páginas em que menciona este político brasileiro.

E através do Rui é que foi possível acompanhar, porque ele dominou o cenário político de 1889 até a sua morte. Fui tomando conhecimento de coisas da maior importância que aconteceram, que eu não sabia e que ninguém sabia[...], isso é que me fez entrar na obra do Rui, e quanto mais eu entrava mais ia apreciando³²⁸.

O Relator menciona Rui Barbosa no Relatório, desconsiderando este vínculo que os maragatos em geral mantinham com o líder político da história brasileira. Raul Pilla conhecia

³²⁶ PILLA, 1980, p. 645. Este trecho Pilla extraiu de um discurso de Rui Barbosa (durante sua campanha presidencial).

³²⁷ BARBOSA, Rui. In. PILLA, 1980, p. 646. Esta passagem, Raul Pilla, extraiu do discurso de Rui Barbosa, pronunciado no dia 15 de janeiro de 1910, por ocasião da plataforma de governo apresentada ao país, quando candidato à Presidência da República.

³²⁸ WALLS, Luiz. **BROSSARD: 80 anos de história política**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004, p. 35.

bem o seu pensamento e não aceitava argumentos que viessem a defender o sistema presidencial, atribuídos a Rui.

Importa reafirmar que Pilla estava em sintonia com as discussões da época, relacionadas aos aspectos da federação, especialmente sua construção, seus efeitos e importância. Assim como acrescentar, uma citação de um episódio ocorrido com Rui Barbosa, que é ilustrativo de sua personalidade e do seu posicionamento político:

Não menos clara é posição de Rui Barbosa. Em maio de 1889 realizou-se no Rio de Janeiro, no escritório da Tribuna Liberal, o Congresso do Partido Liberal que aprovou a reforma do Programa, elaborada por uma comissão especial. Do projeto dissentiu Rui Barbosa, por ser radical quanto à federação e recusar a transação nele proposta; apresentou um substitutivo, que teve o apoio de mais 18 congressistas³²⁹.

À época do Império, assegura o Relator, Rui Barbosa tinha a consciência da impossibilidade de um sistema parlamentar, visto que nunca fora implementado: *“por isso mesmo estavam certos aqueles que, desde o início do império, achavam viável a monarquia federal. A parte a ser modificada seria outra: a do aparente parlamentarismo monárquico”*³³⁰. O Relator estava preocupado, principalmente em afirmar que a posição proposta na Emenda Parlamentarista estava inadequada com a história da construção política no Brasil. Destaca que mesmo os liberais na época do Império teriam reconhecido que não era possível formalizar um sistema parlamentarista, devido a esta suposta incompatibilidade com o federalismo. No entanto, Raul Pilla não concorda:

É, com efeito, digno de nota que os principais arautos da idéia federalista, no Império, pertencessem ao Partido Liberal, ou, de modo mais geral, se filiassem àquela corrente que, contrariando os partidários das prerrogativas da Coroa, pugnava pela correta prática do sistema parlamentar[...]. Joaquim Nabuco, nos memoráveis discursos proferidos na Câmara dos Deputados, nas sessões de 14

³²⁹ PILLA, 1980, p. 654.

³³⁰ ARINOS, Afonso. In PILLA, 1980, p. 654. Este pequeno trecho, Raul Pilla extraiu do Relatório do Deputado Afonso Arinos, na página 46. Raul Pilla fica indignado com esta posição, pois, supostamente o Relator insinuou que os parlamentaristas do final do período imperial haviam se convertido ao federalismo e, por consequência, abandonado a idéia do parlamentarismo por ser considerado incompatível com o federalismo. Pilla refuta frontalmente este argumento.

de setembro de 1885 e 8 de agosto de 1888, defende ardorosamente a reforma federalista, estuda as objeções contra ela levantadas, como a invocada incompatibilidade entre Monarquia e Federação, mas nenhuma palavra diz a respeito da incompatibilidade com o sistema parlamentar, ou, quando menos, sobre a necessidade de o alterar³³¹.

Raul Pilla manifesta, no seu documento, que os liberais no final do império não haviam abandonado a idéia do sistema parlamentar, ao contrário, defendiam a constitucionalização do mesmo, que até então estava apenas nas práticas políticas. Não aceita o argumento do Relator que apontou o contrário, afirmando sobre a mudança de pensamento dos liberais.

3.11 Um Exemplo de Federação: Canadá

A federação no Canadá não é exemplo para o Brasil, defende-se Raul Pilla. O Relator havia mencionado que o modelo defendido pelos parlamentaristas no Brasil seria algo semelhante ao Canadá. Para tal, ataca as pretensões do Relator em apontar qual era de fato a perspectiva política do sistema parlamentar: “*O ilustre Relator tem uma inegável habilidade em deslizar sutilmente de uma idéia para outra e entre elas estabelecer a confusão*”³³². Em se tratando do caso do Canadá, Pilla sustenta que o Relator escamoteou a realidade dos fatos e não respeitou nem os autores, que no seu relatório foram citados:

Trata-se do federalismo europeu, ao qual se aplicou, que é o parlamentarismo. Não devemos esquecer, por outro lado, que a submissão, no Canadá, das províncias ao Poder Central é ainda acentuada pelo fato de que os governadores das províncias são nomeados pelo Governo Geral, tal e qual no Império. Podemos chamar isto de uma federação?³³³.

Pilla aponta que há uma diferença essencial entre os dois casos. No primeiro, no Brasil, o governo provincial era nomeado pelo Governo Central, que o substituía, quando achava mais

³³¹ PILLA, 1980, p. 654.

³³² Idem. p. 655.

³³³ Ibidem, p. 658.

adequado. Não existindo autonomia dos governos provinciais, quanto à escolha do governante. O segundo caso, era o Canadá, onde a nomeação dos governos provinciais era feita pelo Primeiro Ministro. O parlamentarismo também era exercido nas províncias, e seus governos tinham o respaldo das comunidades locais demonstrando autonomia relativa destas províncias. Há um chefe de governo e o primeiro ministro em cada região. Era o chamado governo partilhado.

Pilla cita o exemplo, também levantado pelo Relator, que se refere à questão da federação na Austrália, e mais uma vez destaca que houve a incompreensão do Deputado Afonso Arinos frente a esta questão, pois além de não colocar adequadamente o tema da federação e do parlamentarismo no Canadá, inventa outra história para poder justificar o seu veto. De acordo com Raul Pilla o relator se equivocou:

Assim, e contrariamente ao que ao Sr. Afonso Arinos se afigurou, nenhuma limitação foi introduzida no parlamentarismo australiano. O que ele estranhou na Constituição australiana é o que está sagrado, ou pela praxe, ou pelo texto constitucional, em todos os países de governo parlamentar, sejam eles federativos ou unitários³³⁴.

Pilla esclarece que existe um poder centralizado e um poder descentralizado. Aponta detalhes das divergências com os presidencialistas brasileiros e polemiza o tema da democracia. Nesta reflexão cita as experiências dos outros países, por considerá-las de extrema importância na obtenção de exemplos positivos no desenvolvimento do Brasil.

É o que se verifica em todos os países parlamentares. Na Inglaterra, o Rei é ouvido pelo Primeiro Ministro nas questões mais importantes; na França, o Presidente da República podia excepcionalmente presidir o Conselho de Ministros. Na extinta República Alemã, o Gabinete exercia a sua atividade de acordo com um regulamento aprovado pelo Presidente do Reich (art. 55). Na Tcheco-Eslováquia, cujo regime se podia considerar modelar, o Presidente da República tinha o direito de assistir às reuniões do Conselho e presidi-las, solicitar ao governo ou a um dos seus membros informações sobre assuntos da sua competência (art. 82); tinha o direito de convocar em sua residência o Conselho de Ministros, ou os Ministros individualmente (art. 83)³³⁵.

³³⁴ PILLA, 1980, p. 658.

³³⁵ Idem

Estas características gerais estabelecem, mais uma vez, um contraponto aos argumentos do Relator. Pilla afirma que a democracia é um governo coletivo, ao contrário do pensamento de muitos parlamentares brasileiros daquele período. Não aprovar a emenda parlamentarista, era apostar num governo centralizado.

É importante fazer especulações sobre este tema, haja vista que este debate não está esgotado naquele contexto. O fato de que os políticos que são lapidados nas disputas na política, de modo geral, acalentam o sonho de se tornarem o Presidente da República. Desencadeia as discussões parciais e de interesse de certos grupos econômicos e políticos. O Estado sofre um prejuízo ao não ser planejado de forma estratégica.

3.12 A Relação entre Presidencialismo, Parlamentarismo e Centralização

O Relator fez um adendo ao seu relatório, afirmando que: “*o parlamentarismo é um sistema de governo não somente instável, mas centralizador*”(p.60). A pergunta imediata de Raul Pilla: “*se é instável, como poderá ser centralizador?*” É uma notável contradição. Pilla traz aos parlamentares um conjunto de questionamentos que serão destacados:

Donde lhe terá vindo a idéia de que o sistema parlamentar é centralizador? Das circunstâncias de serem unitários, além de regidos pelo sistema parlamentar, países como a Inglaterra, a França, a Bélgica, a Suécia, etc.? Mas o Canadá? E a Austrália? E a África do Sul? Afirma o Sr. Afonso Arinos que não são federações do tipo americano. Conceda-se. Serão, porém, países centralizados ou unitários? Se não o são, onde está a imaginada tendência centralizadora do parlamentarismo³³⁶?

Surgem questionamentos detalhados por Raul Pilla. Adverte que, se realmente o parlamentarismo é centralizador, ou com tendências centralizadoras, absorveria para si todas as atribuições do poder executivo. Entretanto, destaca que não existe exemplo na realidade que possa sustentar o argumento do Relator quanto à questão, nem mesmo a experiência britânica estaria sustentada neste grau de centralização. Considera que se o parlamentarismo pode ser

³³⁶ PILLA, 1980, p. 658.

considerado centralizador, então o presidencialismo além deste atributo, ainda seria autoritário e retrógrado. Os Estados Unidos é presidencialista, cada vez mais centralizado, especialmente com a relação à arrecadação e gasto do governo federal. Então ocorre a submissão dos entes federados, que perdem sua autonomia em favor do bem maior, que na maioria das vezes está vinculado na contra-mão das aspirações locais. Neste aspecto está o maior problema do presidencialismo: submeter os entes federados aos interesses de um supergoverno.

Raul Pilla associa o parlamentarismo à democracia. Compreende que se realmente há um diferencial no parlamentarismo, está na organização de governos que possam ser administrados coletivamente. Discute a suposta federação organizada na América e, principalmente, a fajuta democracia representativa. Diz que não há federação, porque não há democracia nas relações institucionais e governamentais. No modelo presidencialista é que residia o limite do avanço da democracia.

Não tem havido realmente regime federativo na América Latina, como não tem havido realmente democracia representativa. Embora as Constituições escritas consagrem formalmente a Federação, o que tem havido é a vassalagem dos governantes estaduais ao senhor nacional, que dispõe soberanamente da força armada e tem o privilégio de emitir moeda³³⁷.

Raul Pilla recorre a Joaquim Nabuco para sublinhar o seu argumento, pois além de ser contundente, demarca o debate político brasileiro. Ao mencionar Joaquim Nabuco, demonstra que este já havia apontado a falência do princípio federativo na América Latina. Esta referência foi retirada do discurso feito por Nabuco na sessão da Câmara dos Deputados de 8 de agosto de 1888, quando havia se manifestado sobre a instauração de uma monarquia federativa e afirmara:

Quem tem estudado a história das Repúblicas na América, vê que em quase todos estes Estados se tem travado uma luta constante entre o princípio federal e o princípio unitário, em que, em toda a parte, exceto nos Estados Unidos (e dos Estados Unidos direi duas palavras de passagem) em toda a parte as repúblicas, para existirem, têm tido necessidade de anular o princípio federativo, isto é, o princípio da autonomia local[...]. É que os presidentes destes Estados têm-se visto forçados, no interesse das suas reeleições ou na sua

³³⁷ PILLA, 1980, p. 659.

permanência no poder, a destruir as independências locais, onde se aninhavam os seus rivais[...]³³⁸.

Esta intervenção de Joaquim Nabuco coaduna com a posição de Raul Pilla no que diz respeito a esta matéria. Mostra a existência de uma letra morta nas Constituições, pois na prática acontece algo contrário aos princípios democráticos estabelecidos. Pilla faz uma retomada histórica, quanto à formação dos discursos político no Brasil, atestando que não era novidade que tal tema tenha vindo à baila. Ou seja, ao fazer a retomada histórica, está explicando aos Parlamentares que a construção dos princípios democráticos no Brasil vem de raízes sólidas, embora com muitos limites: *“aí, fica expressa pela voz de Joaquim Nabuco a verdade que o perpassar dos anos só tem feito confirmar: as federações republicanas e presidenciais são necessariamente centralizadoras”*.³³⁹

O parlamentarismo é instável, no entanto é responsável e democrático, assegura Raul Pilla. Assim sendo, mantém a tese do parlamentarismo convergente com o federalismo, ao contrário da afirmação feita pelo Deputado Afonso Arinos sobre esta matéria.

O biografado menciona que há um equívoco na interpretação do Relator quando busca causar confusão e ao confundir, declarar que o defensor do parlamentarismo levava uma posição conservadora e autoritária. Raul Pilla responde à provocação do Relator:

Foi justamente para acabar com a controvérsia que a Emenda Constitucional de 1926 incluiu o governo presidencial entre os princípios que, sob pena de intervenção federal, deveriam os Estados respeitar em sua organização. Se a Emenda parlamentarista revela força centrípeta do sistema, o que revelará a emenda constitucional de 1926, cuja inspiração foi apurar ainda mais o caráter presidencial das nossas instituições³⁴⁰?

Pilla desafia o Relator, explicando que há uma sensível inclinação, no cenário político brasileiro, pela substituição do sistema político, direcionado para o parlamentarismo, ainda mais em se tratando da Constituição de 1946. Segundo Raul Pilla, foi atenuada, na letra da

³³⁸ NABUCO, Joaquim. In: PILLA, 1980, p. 660.

³³⁹ Idem.

³⁴⁰ Ibidem.

Constituição, a exigência do sistema presidencial. Isto se deve à conjuntura política de uma nova abertura, após o fim do Estado Novo. É bom destacar que alguns deputados não enxergavam no sistema presidencial, o avanço para a democracia, buscava consolidar na nova Carta Constitucional de 1946. Abertura para discussão e uma possível implementação, do sistema parlamentar.

Em síntese, neste item há uma chamada de atenção para a compatibilidade do sistema parlamentarista com a federação, defendida por Raul Pilla. Avança neste tema, propondo inclusive que a implementação do parlamentarismo, como sistema de governo, também seja realizada nos Estados e Municípios.

3.13 O Parlamentarismo e o Judiciário

Outro problema apontado pelo Relator era de que poderia advir com o sistema parlamentarista uma incompatibilidade com o Poder Judiciário. Poderia colocá-lo no segundo plano, no processo de controle constitucional:

A supremacia da Constituição sobre as leis ordinárias é assunto que independe dos sistemas de governo. Podem admitir esta superlegalidade constitucional os países unitários ou federais, monárquicos ou republicanos, parlamentaristas ou presidencialistas. Mas uma consequência é forçada: desde que se admita o princípio da supremacia da Constituição, surge o problema do controle da constitucionalidade das leis. Este controle, como bem definiu Léon Duguit,³⁴¹ exprime “a garantia do respeito do legislador pelo direito”³⁴².

Raul Pilla contesta os detalhes do relatório, na medida em que compreende que o Relator apresenta um conjunto de informações com um objetivo único: confundir. Aponta que o mesmo incidiu numa “*contradição profunda, substancial, irremovível, ao manter a supremacia da Constituição Parlamentar*”. Haveria uma confusão do Relator sobre esta matéria.

³⁴¹ DUGUIT, Léon. vol. III, p. 714. In: PILLA, 1980, p. 664. Esta referência foi utilizada por Raul Pilla no seu relatório de contestação ao relatório do Deputado Afonso Arinos.

³⁴² Idem

A primeira, em relação à assimilação do sistema parlamentar ao da soberania do Parlamento que são coisas diferentes, apresentadas no mesmo espectro. Pilla defende que é impossível a verificação judicial da constitucionalidade das leis, porque não se estabelece separação entre leis fundamentais e leis ordinárias. Portanto, não há julgar, onde não há o que distinguir. Deve existir, é a condição fundamental da lei que estabelece os princípios essenciais da constitucionalidade.

O Relator apresenta que a instituição de um sistema parlamentar enfraquece os demais poderes, especialmente o judiciário, que ficaria refém de um parlamentarismo poderoso. Raul Pilla contesta, ao afirmar que todos os poderes estão submetidos à Carta Maior e, como isto, não existe mais ou menos poder de atuação do Poder Constitucional, atribuído para as instituições públicas. Cada uma destas, tem um papel bem definido na Constituição, e são regidas por leis fundamentais ou essenciais, abandonando a idéia das leis fundamentais e ordinárias³⁴³. O alerta do relator é de que poderia haver um abuso do poder legislativo, no exercício do poder. Pilla considera este argumento irrelevante, pois não refletiria uma realidade ainda não construída e que, principalmente estabelece uma supremacia do poder legislativo que também poderia ter, como no presidencialismo, a função de legislar. O Relator busca demonstrar, que há no sistema presidencialista uma relação mais equilibrada entre os poderes, o que não ocorreria no sistema parlamentar. Esta falta de equilíbrio apontada pelo relator em relação ao sistema parlamentar afetaria principalmente o poder judiciário, uma vez que poder executivo estaria à mercê do poder legislativo. Pilla contesta esta afirmativa.

Em verdade, nenhum motivo especial se encontra no sistema parlamentar disciplinado por uma Constituição escrita e rígida, para que a representação nacional seja menos respeitosa dos limites que ali lhe traçam. A função comum dela, em ambos os sistemas, é legislar; e legislando, tanto no presidencialismo, como no parlamentarismo, pode ela exceder-se. O que distingue o poder legislativo, num e noutro sistema, são as suas relações com o poder executivo³⁴⁴.

³⁴³ PILLA, 1980, p. 665. “[...] É que, nesta matéria, navega o ilustre Relator em pleno mar de confusões. A primeira já ficou demonstrada: é a assimilação do sistema parlamentar ao da soberania do Parlamento. Neste, sim, é impossível a verificação judicial da constitucionalidade das leis, porque nenhuma separação se estabelece entre a lei fundamental e as leis ordinárias. Não há julgar, onde não há o que distinguir[...]”.

³⁴⁴ Idem, p. 665.

Há a defesa da independência do poder judiciário não existindo, portanto, incompatibilidade entre sistema parlamentar e poder judiciário. Para esta afirmação, o biografado usa como Patterson, na sua obra: *Presidential Government in the United States*.

A doutrina da separação dos poderes, quando aplicada às divisões políticas do governo, o poder executivo e o legislativo, é artificial e não pode se manter na prática. Entretanto, um judiciário independente, o poder de revista judicial, não é incompatível com a proposição acima (página 247)³⁴⁵.

A desconstrução passa a mostrar que não há entraves no parlamentarismo que impeçam a livre ação do poder judiciário, que assim como os demais poderes estariam submetidos às leis do país. A questão colocada neste tema se refere às atribuições do judiciário de declarar a constitucionalidade de uma lei. Esta necessidade de avaliar a constitucionalidade estaria vinculada a certa irresponsabilidade do Congresso na aprovação das leis, sugere o Relator. No parlamentarismo, esta questão seria superada, na medida em que o parlamento teria maior responsabilidade de seus atos. A Constituição deveria ser mais rígida sob o aspecto da elaboração das leis. Raul Pilla conclui esta matéria, certo de que a confusão havia sido esclarecida:

Ficou, pois, cabalmente demonstrado que a possibilidade de contraste judicial das leis depende, não da feição especial do mecanismo constitucional – parlamentarismo ou presidencialismo - mas do princípio da soberania da Constituição, que somente com uma Constituição escrita e rígida pode prevalecer. A outra explicação não recorre aos autores[...]. Replicará, talvez, o ilustre Relator que, se é uma condição necessária a rigidez da Constituição para que se verifique o contraste judicial das leis, a forma presencial de governo é que o postula. Eu poderia concordar com ele, se ele por seu lado, reconhecesse que o sistema presidencial, sem esta válvula, se reduz a mais insuportável das tiranias³⁴⁶.

Para avançar nos aspectos relacionados ao federalismo, Raul Pilla alerta que:

³⁴⁵ PILLA, 1980, p. 670.

³⁴⁶ Idem

A organização federativa é o princípio da supremacia da Constituição e do contraste das leis, com o Poder Judiciário. Uma nação unitária, seja parlamentar ou presidencial, poderá adotá-lo, sem a menor a dúvida; mas uma federação dificilmente poderá prescindir dele³⁴⁷.

Para aprofundar esta matéria, Pilla retoma Petterson³⁴⁸, fazendo citações com relação ao seu pensamento político. Uma das citações é dentro do contexto de pormenorizar a relação do Poder Judiciário com o Poder Legislativo. Petterson indica que a supremacia do judiciário leva à supremacia do poder presidencial, no sistema político presidencial, pois, dá-lhes o domínio da burocracia e vice-versa.

Em suma, a pretensa superioridade do presidencialismo sobre o parlamentarismo, quanto aos aspectos jurídicos, é uma simples ilusão, que conduz a um governo praticamente irresponsável. A verdadeira solução, que é a responsabilidade política, encontra-se no governo de gabinete. Tal a reforma que, há muito, se vem reclamando nos Estados Unidos³⁴⁹.

3.14 A Influência do Regime nos Militares

Raul Pilla abre um tema específico sobre esta questão dos militares, pois considera que estes estavam ligados às revoluções republicanas e à constituição do regime presidencial. A motivação desta discussão associa-se ao pronunciamento do Relator, que defendeu que o sistema político presidencial não teria relação com as revoluções e levantes que ocorreram no Brasil. Afonso Arinos as atribui como uma herança do período imperial, apenas. Refere-se à Guerra do Paraguai como modelo de militarismo, ou seja, intervencionista e centralizador. A seguir, Pilla continua examinar o Relatório do Deputado Afonso Arinos.

Os críticos do presidencialismo se esquecem desta verdade, de que a chamada “questão militar” foi iniciada no império e, no fundo, tem a sua primeira

³⁴⁷ PILLA, 1980, p. 671.

³⁴⁸ PETERSON. In: PILLA, 1980, p. 678.

³⁴⁹ Idem, p. 680.

manifestação impressionante na queda de Zacarias, em 1868. O exército já era então um terceiro partido, que cortava com a espada o nó górdio liberal-conservador³⁵⁰.

Para explicar esta questão, Pilla recorre a comparativos com a profissão de médico. Diz que preceitos lógicos básicos não podem ser esquecidos pelo Relator. “*Em biologia e, ainda mais, em Sociologia, dada a complexidade dos fenômenos, intervêm sempre causas múltiplas*”³⁵¹. Não há uma única causa de uma situação tão delicada e complexa: “*assim, a Patologia Geral, distingue em medicina: causas eficientes, determinantes, predisponente, adjuvantes*”³⁵². Ao comparar o assunto em tela com a medicina, busca compreender que existe, no mínimo, uma afirmação que não pode ser sustentada no debate sobre este tema dos militares. Ao redor da questão de Zacarias, tão citada pelo Relator, Raul Pilla recorre novamente à obra de José Maria dos Santos, que escreveu um capítulo exclusivo sobre este episódio. Destaca que José Maria apontou que:

Não havia realmente nenhuma questão de caráter ou significação militar entre Caxias e Zacarias. O que se verificou foi, em certo momento, a suspeita por parte do chefe militar conservador de que já não dispusesse da plena confiança do gabinete liberal³⁵³.

A questão militar era importante neste debate, pois trata da organização do Estado brasileiro. Pilla busca no texto de José Maria, referências.

Segundo José Maria dos Santos:

Foi somente a “questão militar”, partindo de uma deselegante e áspera disputa de vantagens materiais, que ligou e confundiu todas as opiniões do exército contra os governos do império, fossem eles, indiferentemente, liberais ou conservadores³⁵⁴.

³⁵⁰ PILLA, 1980, p. 680.

³⁵¹ Idem, p. 684.

³⁵² Ibidem

³⁵³ Ibidem

³⁵⁴ Ibidem

Pilla concorda com o Relator, no que tange ao início da questão militar, que surgiu no Império. Apresenta, porém, outros aspectos desta questão, não tratados pelo Deputado Afonso Arinos.

Diverso foi, porém, o militarismo que depois se manifestou na República, se é que tal nome merece. Não foi nunca, a não ser, talvez, na situação que motivou a campanha civilista, um movimento de classe, que na classe tivesse a sua origem e os seus motivos. O que vemos, sim, é a intervenção dos militares na política, com a força que as armas lhes emprestam, mas geralmente solicitada pelos próprios políticos, quando não provocada pela tensão da situação política do País. Trata-se evidentemente de um fenômeno político, determinado por causas políticas e comum à América Latina³⁵⁵.

O biografado esclarece para o Relator que existe uma relação de causa e efeito nesta questão militar, longe do simplismo apresentado no relatório. Esta relação está entre o presidencialismo e os freqüentes levantes militares na América Latina, que não são coincidentes, mas relacionados. Havendo uma relação dos militares com o fortalecimento do poder pessoal do Presidente.

Desde o Período Regencial, com Padre Feijó, o sistema vem sendo pessoal e a questão militar anda lado-a-lado com tal situação. Explica como foi o funcionamento desta questão militar em outros países, como a França e, posteriormente na Itália. Embora concorde que há aspectos diferentes em cada um dos casos, a essência é a mesma.

O sistema parlamentar criou condições de desenvolvimento da democracia, ao contrário do sistema presidencial que se manteve, nas situações mais agudas, de mãos dadas com a força militar. Enfim, Pilla associa o presidencialismo com o militarismo.

³⁵⁵ PILLA, 1980, p. 684.

3.15 A Transformação de Rui Barbosa

Raul Pilla retoma o tema relacionado com as posições de Rui Barbosa³⁵⁶, por considerá-las importantes. O Deputado Afonso Arinos havia questionado a posição de Rui Barbosa, que em 1910, na sua plataforma de governo, apontou alguma incompatibilidade da federação com o parlamentarismo, apontando, segundo o Relator, a necessidade de fortalecimento do sistema presidencialista. Como já foi dito, Pilla contesta esta afirmação, destacando que esta situação não estava bem explicada e de posse do último trabalho publicado por Rui Barbosa, cujo título era: *Imprensa e o Dever da Verdade*, de 1920. Esclarece que há uma confusão sobre quem elaborou a Constituição de 1891. Foi atribuída a Rui Barbosa. Defende a existência de um conjunto de grupos que a elaboraram, tendo Rui Barbosa como revisor final. Neste ponto, Pilla afasta a idéia de que o presidencialismo tenha sido de autoria de Rui Barbosa, na medida em que apenas havia mantido uma decisão previamente construída pelas comissões.

Sobre se Rui Barbosa era parlamentarista ou não, Pilla manifesta a seguinte opinião:

Quem ler o que ficou escrito a respeito das circunstâncias que levaram à adoção do sistema presidencial na República, pode bem admitir que Rui Barbosa o aceitasse como uma simples contingência. Eu, porém, prefiro sustentar uma tese menos radical: que Rui Barbosa nunca foi antiparlamentarista, que ele nunca deixou de reconhecer a superioridade teórica do regime parlamentar³⁵⁷.

Pilla exime Rui Barbosa da aprovação do sistema presidencial na constituição de 1891, ao afirmar que, se há alguma responsabilidade, foi a de estar num posto em que, numa situação protocolar, tão somente aprovou a Constituição. O biografado identifica uma fala de Rui, na tribuna do Senado no dia 21 de outubro de 1898, na qual se defende, apontando os ranços e os limites do Poder Executivo, ao mencionar:

³⁵⁶ Raul Pilla tinha concordância com a obra de Rui Barbosa. Tal fato foi colocado em correspondências, nas quais solicitava a seu irmão que encaminhasse tal obra, para que pudesse ler durante o exílio.

³⁵⁷ PILLA, 1980, p. 688.

Se há uma coisa de estranhar na nossa história política, pelo menos é esta impressão causada no meu espírito, é que, se há um poder forte, um poder onipotente, cujo pedido de faculdades não se possa tomar a sério, um poder que só carece de ser limitado, contra o qual os direitos constitucionais têm necessidade de se rodear de novas garantias, é o poder Executivo³⁵⁸.

De forma pormenorizada, Pilla manifesta que houve, na postura de Rui Barbosa, um amadurecimento político perceptível nos seus discursos, nos quais, ao fim, apontava de forma drástica os problemas do presidencialismo. Compreende que houve uma transformação neste discurso, e que Rui Barbosa sofreu uma espécie de conversão para o parlamentarismo, graças a este amadurecimento intelectual e as dificuldades do sistema presidencial.

Tão evidente e impressionante foi a conversão de Rui Barbosa (se de conversão pode rigorosamente falar) que, na campanha presidencial de 1919, Moniz Sodré, em longo discurso de combate, lhe apontava a evolução parlamentarista por uma de suas palpáveis contradições e incorrigíveis incoerências. Entre outras coisas, dizia o orador: “[...] atualmente já muito outra é a sua opinião. O parlamentarismo, esse grande inimigo da República, passou a ser a sua única salvação. Já não existem essas incompatibilidades essenciais com o regime federativo. Ao contrário”³⁵⁹.

Depois deste trajeto, define como necessária a reforma, saindo do presidencialismo e caminhando para o sistema parlamentar. Comprova que, no quadro de 1949, a reforma não só é urgente, mas acima de tudo, necessária. É na direção da linha evolutiva.

³⁵⁸ BARBOSA, Rui. In: PILLA, 1980, p. 689. Esta passagem está entre aspas e Raul Pilla atribui a Rui Barbosa, num discurso pronunciado em 21 de outubro de 1898, no Senado Federal.

³⁵⁹ SODRÉ, Moniz. **Rui Barbosa e a História**. In: PILLA, 1980, p. 699.

3.16 A Oportunidade da Reforma Parlamentarista

O Relator apontou um problema de oportunidade de apresentação da dita emenda, ao afirmar que:

O momento escolhido não foi feliz, visto que a atualidade brasileira se apresenta toldada de dúvidas e apreensões, não só pelas vacilações inevitáveis no processo de adaptação do aparelho do Estado às normas da legalidade democrática, depois de tantos anos de ditadura, como também porque tal situação geral se vê ainda agravada pelo delicado problema do termo coincidente de todos os mandatos executivos e legislativos, desde a União Federal ao mais remoto Município³⁶⁰.

Depois de ter usado um conjunto de argumentos refutados por Raul Pilla, agora acrescenta ao seu relatório a questão da inoportunidade para apresentação da emenda parlamentarista. Pilla contesta esta afirmação do Relator, revelando que há um fator simples na conferência desta opinião: “*sendo ele contrário ao mérito da reforma, esta sempre lhe parecerá inoportuna*”³⁶¹. O biografado questiona esta posição de forma categórica, discordando frontalmente da inoportunidade. Sustenta que há um problema de análise e concordância com um novo sistema, e que, em nenhum momento, o Relator colocaria como oportuno:

Alegar, contra as causas fundamentais da reforma, a existência de causas transitórias que também a favorecem, como as dificuldades da atual situação política do País, é simplesmente absurdo³⁶².

³⁶⁰ PILLA, 1980, p. 699. Esta nota se atribui ao Deputado Afonso Arinos, página 5, do Relatório cujo tema está em pauta: A questão da emenda parlamentarista.

³⁶¹ Idem

³⁶² Ibidem

Defende que é justamente nos momentos de maiores dificuldades, de retomada democrática que as mudanças são aceitas e incorporadas com mais facilidades. Então, naquele momento de abertura democrática, interpreta o biografado, é que surge a necessidade de experimentar um novo sistema político, no caso o parlamentarismo.

Para tal, Pilla aborda a existência de um caráter experimental do sistema parlamentarista, dando a oportunidade aos presidencialistas e à sociedade como um todo, de experimentar este novo regime político. Esta experiência tiraria todas as dúvidas sobre o funcionamento do novo sistema, e se por ventura, não fosse bem sucedida, imediatamente suspenderiam a experiência.

Como tive a ocasião de dizer ao eminente Sr. Gilberto Freyre, uma experiência sociológica o que alvitramos. Nenhum de nós tem algum interesse particular ligado à reforma³⁶³.

Patenteia um espírito desprovido de interesses particulares, diante da possibilidade de implementação do parlamentarismo. Ou seja, recua na implementação definitiva do sistema parlamentar e convida os congressistas a experimentarem, na prática, um sistema ainda mais democrático e, portanto, um avanço substancial no rumo da democracia.

3.17 Presidencialismo: Símbolo do Atraso

O Deputado Afonso Arinos, ao finalizar o seu relatório, chama a atenção da Câmara dos Deputados para alguns aspectos do sistema presidencial implementado no Brasil, com os seguintes argumentos:

Falar-se do presidencialismo brasileiro em tese – diz ele - sem atentar na sua profunda modificação histórica, é um simples absurdo. O General Dutra é Presidente da República, como foram Campos Sales ou Afonso Pena. Mas o presidencialismo brasileiro de hoje tem, como naquele tempo, a mesma identidade que o parlamentarismo de Attle com o de Gladstone, ou o de Queuille com o de Mac-Mahon³⁶⁴.

³⁶³ PILLA, 1980, p. 701.

³⁶⁴ Idem

Raul Pilla reporta para o argumento de que, se existe uma boa perspectiva para o governo de Gaspar Dutra, isto se deve à característica pessoal, cujo desdobramento está no seu bom relacionamento com os diferentes setores da sociedade. Porém, Pilla alerta que se o Presidente fosse novamente Getúlio Vargas, as coisas ficariam outra vez nas mãos do governante. A defesa não visa questionar as pessoas, mas a estrutura da máquina pública. Neste ponto, chama a atenção para as questões partidárias, que seriam fortalecidas num sistema parlamentarista, ao contrário do que ocorre no presidencialismo.

E, justamente, porque nada se mudou substancialmente em nosso mecanismo político, é que aumentou posteriormente a já numerosa corrente parlamentarista, manifestada na Assembléia Constituinte. Pediam, muitos, uma derradeira experiência com o regime, antes de abandoná-lo. Verificaram, porém, durante esta experiência de três anos, que nada mudara substancialmente e, por isto, vieram engrossar a corrente reformista³⁶⁵.

O biografado identifica que há uma mobilização no Congresso Nacional em busca de substituição do sistema político, e este poderia ser aceito num caráter experimental, para a tranqüilidade daqueles que se sentissem inseguros a sua implantação definitiva.

3.18 Perfis Parlamentares

O Relator aproveitou a oportunidade e buscou definir o perfil dos deputados parlamentaristas, ao atestar que era um movimento oposicionista ao governo e que visava apenas, o poder. O Deputado Afonso Arinos fez uma interpretação com base num jornal carioca de 1917, escrito por Manuel Duarte, cujo conteúdo tentava associar os parlamentaristas do Congresso Nacional de 1949, a oposição ao governo:

³⁶⁵ PILLA, 1980, p. 704.

A verdade é, entretanto, que à parte da opinião pública e jornalística que se mostra adepta do parlamentarismo, não o faz senão por espírito oposicionista. Como os Governos, entre nós, são presidenciais, a maneira mais radical de combatê-los é propugnar o advento de um regime em que a figura do chefe do Estado, que agora centraliza todos os ataques, desmaie e se amesquinhe diante do outro poder[...]. Muitos parlamentaristas, de 1949, se devem reconhecer neste retrato³⁶⁶.

Com este posicionamento do Relator, Raul Pilla contesta o que está sendo questionado quanto à validade do sistema. A resposta do biografado não é menos ríspida ao referir esta matéria, demonstrando que se há algum problema psicológico, este vem dos presidencialistas. Neste contraponto, Pilla não esquece de sua posição de professor e se coloca diante dos presidencialistas com certa arrogância, sem poder medir o tamanho dos efeitos que deveriam constar na sua contestação.

Já que o ilustre Relator me arrastou ao terreno das explicações psicológicas, vou explicar o processo aos presidencialistas. Medeiros de Albuquerque já fizera a indagação em seu admirável livrinho[...]. Assim os defensores do regime presidencial entre nós – diz Medeiros de Albuquerque - se agrupam em três categorias principais[...] - os que estão atualmente com o poder e sentem que, com outro regime, não o conseguiriam alcançar; os que, esperando um dia chegar à presidência, não querem ver-lhe diminuídas as prerrogativas; os coerentes, que, ou por terem aceitado com entusiasmo sincero, em 1891, o novo sistema[...]³⁶⁷.

Pilla destaca que deputados coerentes são uma minoria, porém estes reconheciam a superioridade do parlamentarismo. O biografado concorda que há imensas dificuldades políticas e econômicas no Brasil, que necessitam ser considerada. Mas se associa àqueles que enxergam a questão político-partidária, como um dos limites. Percebe que no sistema presidencial, os partidos políticos são frágeis, ao contrário do que ocorreria no parlamentarismo. A propósito desta discussão, Raul Pilla finaliza o seu relatório, destacando a importância da grandiosidade partidária para realizar as transformações democráticas no Brasil.

³⁶⁶ ARINOS, Afonso. **Carlos Peixoto e seu Presidencialismo**. In: PILLA, 1980, p. 704. Esta passagem, segundo Raul Pilla, consta no parecer do Dep. Afonso Arinos, página 42. O Artigo mencionado é datado de 1917.

³⁶⁷ PILLA, 1980, p. 705.

O tema dos partidos políticos foi suscitado pelo Dep. Afonso Arinos, mostrando que o presidencialismo seria mais democrático, na proporção em que permite a diversidade de partidos políticos, enquanto no parlamentarismo este item estaria prejudicado, pois os exemplos de dualidades partidárias impediam que grupos menores pudessem se manifestar através do parlamento. Pilla refuta esta tese, indicando que o parlamentarismo funciona bem, tanto com o bipartidarismo como o multipartidarismo, ao contrário do que apresentará o Relator, que o presidencialismo teria maior democracia.

Nada é, porém, mais falso do que isto. Nenhuma mudança se produz no mecanismo político propriamente dito[...]. A única diferença está em que a dualidade partidária, se resolve mais facilmente, e quase automaticamente, as crises ministeriais, e negociações mais ou menos laboriosas exigem elas com a multiplicidade. Decorre isto, porém, da situação político-partidária do País, e não do mecanismo político que manifesta aqui, mais uma vez, a sua admirável flexibilidade, adaptando-se bem a todas as situações³⁶⁸.

Contrariando Afonso Arinos, Raul Pilla confessa que no parlamentarismo há efetivamente uma adaptação melhor em relação aos demais sistemas políticos, quando é flexível e aceita alterações que sejam do interesse público. Enquanto que no presidencialismo esta questão não está resolvida: “*ele não funciona absolutamente, não funciona pelo menos, sem perder as suas características essenciais*”³⁶⁹.

O biografado compreende que esta questão partidária é fundamental para o exercício da democracia. Partido forte é indicativo de democracia sadia, enquanto que, partido fraco indica democracia à mercê dos interesses particulares. Apresenta o parlamentarismo como a única forma e solução de fortalecimento dos partidos políticos, no momento em que as negociações de gerenciamento da máquina pública passam necessariamente pelos partidos políticos e pelo Congresso Nacional. Este mecanismo impede que atitudes pessoais, centralizadoras e parciais, sejam mantidas na vida política brasileira:

³⁶⁸ PILLA, 1980, p. 709.

³⁶⁹ Idem, p. 710.

O dilema que hoje se formula imperiosamente é o seguinte: ou mantemos a representação proporcional e adotamos o sistema parlamentar único, que verdadeiramente comporte a multiplicidade partidária; ou mantemos o presidencialismo e renunciamos à representação proporcional, regredindo à representação majoritária. Presidencialismo e representação proporcional com multiplicidade partidária são coisas contraditórias; forçosa se faz a opção³⁷⁰.

Destaca que a Constituição de 1946 extinguiu os partidos regionais, criando a figura de partidos nacionais, pois Raul Pilla era membro fundador do Partido Libertador, que teve na sua essência este caráter regional, e naquele momento de ampliação para tornar-se nacional. Esta era uma questão de unidade partidária, tendo por desdobramento criar uma identidade nacional, mesmo dentro de toda a diversidade política do Brasil. Compreendia que, nas condições daquela época, era necessário o fortalecimento dos partidos nacionais para garantir a existência de uma democracia brasileira. Esta nova composição colocaria em risco a sensível democracia brasileira, pois diz o Relator: *“a sua adoção viria a tirar, cada vez mais, a força dos governos locais, estaduais e municipais, entregando-a à direção nacional dos partidos”*³⁷¹. Ou seja, a força política sairia do âmbito das pessoas enquanto autoridades e canalizaria para as entidades partidárias, que passariam gerir o governo. Entretanto, Raul Pilla considera que não é exatamente este enfoque que está sendo apresentado sobre as questões partidárias:

Se esta é a realidade, quanto ao sistema parlamentar que funciona facilmente com dois grandes partidos, mas funciona satisfatoriamente com muitos, que é que se verifica quanto ao sistema presidencial, nesta última condição? Ele não funciona absolutamente, não funciona, pelo menos, sem perder as suas características essenciais[...]. Tem-se, pois, necessariamente, uma evolução do regime presidencialista no sentido parlamentarista, mas uma evolução imperfeita e, quase diria, abortiva: Governo de Gabinete sem responsabilidade política³⁷².

Esta discussão, sobre a questão dos partidos políticos, não está esgotada no debate do Relatório de Afonso Arinos. Pilla busca provar que somente no parlamentarismo é que há um

³⁷⁰ Ibidem

³⁷¹ PILLA, 1980, p. 710

³⁷² Idem

fortalecimento da instituição partidária, necessária na democracia e na responsabilidade governamental. Afirmar categoricamente que:

Presidencialismo e representação proporcional com multiplicidade partidária são coisas contraditórias; forçosa se faz a opção. Qual seja, a dos espíritos visceralmente democráticos”.³⁷³

3.19 A Questão do Socialismo

Este tema foi suscitado pelo Relator, como forma de alicerçar o seu argumento, esclarecendo que haveria um risco de que com o parlamentarismo, o governo acabasse tornando-se socialista: “*costuma-se afirmar que o parlamentarismo é o processo mais apto a construir o socialismo e, como tal, o regime próprio de nosso tempo, em que o mundo marcha para o socialismo*”³⁷⁴.

Raul Pilla refuta esta tese do Relator, que associa o parlamentarismo ao socialismo, querendo justificar o veto no Relatório. Afirmar que não conhece ninguém na literatura que tenha defendido a idéia de que o parlamentarismo é o caminho para construção do socialismo, levando em conta dois aspectos importantes:

A primeira, sendo o parlamentarismo, por excelência, o governo da opinião pública, para que uma reforma social se realize pacificamente e sem abalo, basta que ela chegue a conquistar a maioria do eleitorado[...]. Segunda: tamanhos são os poderes pelo socialismo conferidos aos órgãos governativos, tão fundos desce, com ele, a regulação da vida econômica dos cidadãos, que, fora do sistema parlamentar, degenera ele fatalmente na mais terrível das ditaduras pessoais. Senão a única, pelo menos a melhor e a mais segura maneira de conciliar o socialismo com a democracia é o parlamentarismo³⁷⁵.

³⁷³ Ibidem

³⁷⁴ PILLA, 1980, p. 710.

³⁷⁵ Idem

Neste sentido, aclara que o Relator buscou confundir os parlamentares ao colocar este tema no Relatório. Mesmo que fosse verdadeiro, ao que faz constar, a presença do socialismo seria por absoluta vontade da maioria da sociedade e não por causa do parlamentarismo. Mesmo que a sociedade escolhesse o socialismo como sistema de governo, ainda assim, o parlamentarismo seria o mais adequado para garantia de um processo democrático no país. Compreende que a emenda parlamentarista tem, em si mesma, um grande mérito: a discussão política com o Congresso Nacional do Brasil e com a sociedade.

3.20 Um Fino Elogio, Uma Meia Vitória

Raul Pilla debate sobre o parlamentarismo, descrevendo a importância de aprofundar a democracia na conjuntura brasileira, e assenta os argumentos que serão retomados ao longo dos anos que seguirá na Câmara Federal. Faz um elogio ao Relator, ressaltando a importância deste Relatório para a política brasileira, de forma de crítica.

Ao terminar minha contestação ao erudito parecer do Sr. Afonso Arinos, quero sinceramente agradecer-lhes o serviço prestado à causa parlamentarista. Não creio que ninguém pudesse reunir contra ela maior número de objeções, nem contra ela argumentar com mais empenho e sutileza[...]. Antes de conhecer o trabalho do Sr. Afonso Arinos, eu era convictamente parlamentarista; depois de o haver lido e criticado, mais ainda se robusteceu a minha convicção parlamentarista. Este é o principal mérito do longo e erudito parecer³⁷⁶.

Argumenta que o Relatório presta um serviço à causa parlamentarista, pois o Deputado Afonso Arinos não conseguiu lançar argumentos suficientemente sólidos para impedir que houvesse a continuidade desta causa parlamentarista. Busca validar os princípios gerais do velho Partido Libertador, do qual o biografado considerava-se guardião.

Para ilustrar o fim deste tema, será apresentada uma manifestação do Deputado Afonso Arinos alguns anos depois, aceitando que efetivamente, sob todos os aspectos, realmente teria

³⁷⁶ PILLA, 1980, p. 721.

sido convencido da superioridade do parlamentarismo. Passou a defendê-lo durante o resto de sua vida política, concluindo em 1988, quando da elaboração da nova Carta Constitucional do Brasil. A respectiva manifestação data de setembro de 1961, por ocasião da aprovação do parlamentarismo no Brasil, segue:

Senhor Presidente, permita-me, também, o Congresso, alguma recordação pessoal. Fui, por duas vezes, o Relator na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, que emitiu parecer contrário à adoção do sistema parlamentar de governo. Por duas vezes esse parecer foi vitorioso na Comissão Especial. Mas depois dos acontecimentos de novembro, em que a experiência da vida política veio solicitar meditação mais profunda sobre as conclusões de natureza profundamente teórica e jurídica, que me tinham sustentado na redação daqueles votos vitoriosos, amadureci na convicção, na sincera, na sofrida, na dramática convicção de que o sistema presidencial falhou no nosso País³⁷⁷.

Foi a comprovação de que o pensamento político de Raul Pilla sobre o parlamentarismo tornou-se vitorioso, pelo menos enquanto doutrina política. Embora tenha se pronunciado com muitas restrições quanto à aprovação desta Emenda (dada a ocasião que foi apresentada), ainda mantinha alguma esperança de que desse certo o funcionamento do parlamentarismo de 1961, no Brasil.

³⁷⁷ PILLA, 1980, p. 722. Discurso do Deputado Afonso Arinos no dia 3 de setembro de 1961, na Câmara dos Deputados por ocasião das discussões sobre a votação do Regime Parlamentarista de Governo.

*Revolução é subversão, por muito que mal soe o termo agora;
ainda quando pacífica, é sempre mutação rápida, repentina;
somente depois, a evolução,
embora em novas bases,
retoma o seu curso.*

Raul Pilla

4 NO AVANÇAR DO TEMPO: O REINICIAR DA VIDA

O período posterior à ditadura Vargas, no Brasil (1945), é retomado com entusiasmo e esperança no que diz respeito à construção de novos rumos para a política brasileira, por aqueles participavam da vida partidária. Raul Pilla retoma a vida partidária e passa a reorganizar o Partido Libertador buscando alternativas para garantir o projeto de implementação do parlamentarismo³⁷⁸. No Rio Grande do Sul, o líder maragato se destacava como uma das maiores

³⁷⁸ A partir deste momento (1946) é que Raul Pilla se projeta como uma grande liderança nacional, sendo eleito Deputado Federal e rearticulador do Partido Libertador no Brasil. Sai das fronteiras do Rio Grande do Sul em direção ao cenário nacional. Vai morar no Rio de Janeiro, sede da capital da República. Outro aspecto importante deste período foi pessoal. Raul Pilla busca incessantemente reencontrar a sua amada Esther. Participa intensamente da vida social do Rio de Janeiro (exposições, concertos e atividades culturais diversas) tentando encontrá-la, visto que não

lideranças liberais, sendo referência na manutenção da “*brasa*” dos maragatos. Ainda em janeiro de 1945, começava a articulação da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República, em oposição a Getúlio e ao Estado Novo. Em agosto de 1945, Raul Pilla convoca um Congresso do Partido Libertador, em Bagé, e profere o seguinte:

As forças democráticas do país, até então completamente sufocadas, começaram a articular-se, não somente para obrigar o Sr. Getúlio Vargas a convir nas eleições, mas também para lhe impugnar a candidatura, que certamente surgiria quando não mais possível fosse evitar o pleito. Quando começaram as combinações, em janeiro deste ano, recebi um emissário dos elementos políticos que estavam se articulando no Rio e São Paulo. Embora despido de toda a autoridade formal, pois já não existia ela para ninguém, dei o meu apoio individual à candidatura democrática e conclamei os verdadeiros libertadores a prestar-lhe a sua solidariedade e a reorganizar o partido³⁷⁹.

Nesta correspondência, é evidente a participação de Pilla nos aspectos de rearticulação do pós-período autoritário, instituído por Getúlio Vargas. É possível perceber que há uma preocupação básica do biografado, ao afirmar que seu apoio não está ancorado numa decisão partidária e que passa necessariamente por um aspecto de cunho particular. Pilla havia se afastado da vida política, em 1937, por ocasião de uma derrota sofrida dentro de seu partido, como já mencionado no capítulo II.

Esta disputa ainda estava no cenário político de Raul Pilla, que faz uma consulta aos seus companheiros mais chegados, buscando rearticular o extinto PL, através da publicação de um manifesto. A correspondência mencionada acima destaca ainda:

Reuni e ouvi os companheiros que se encontravam ao meu alcance e o manifesto foi resolvido numa assembléia dos libertadores mais prestigiosos que se encontravam em Porto Alegre; Orlando da Cunha Carlos, entre eles. E contra o meu parecer e com o meu protesto, a quase unanimidade resolveu que só eu, e

sabia onde morava. Segunda Ruthe Pilla, a partir de 1947, seu tio Raul Pilla morou em sua residência no Rio de Janeiro, pois estava hospedado num hotel. Explica também que seu tio Raul gostava muito de ouvir ópera e, na medida em que tinha o problema da surdez, ouvia com um som muito alto, criando problemas com a vizinhança. Outra razão deste deslocamento de Raul para a casa de sua sobrinha, estava no fato de que a mãe de Raul havia solicitado, pois teria achado o filho muito magro e imaginava que era por causa da comida. Todos sabiam que Raul era muito exigente na qualidade e no tipo de alimentação.

³⁷⁹ Cf. NUPERGS, carta de Pilla a Sílvio Faria Correa, em 20-05-1945.

não um grupo de companheiros e antigos membros do Diretório, deveria assinar o manifesto³⁸⁰.

Nesta oportunidade, havia oposição a Raul Pilla dentro do PL e, este propôs que o respectivo manifesto não era do PL, pois era uma iniciativa pessoal, portanto, deveria responder de forma particular. Havia membros do PL que se mantiveram dentro do Governo Vargas (1937-1945), apoiando e operando a política autoritária condenada por Pilla. Este momento é importante na vida do PL, como também na vida de Raul, pois começa demarcando uma posição e propondo aos seus correligionários uma retomada partidária, vinculada à tradição federalista. Agora sem Assis Brasil, as condições eram favoráveis ao projeto idealizado por parte da tradição liberal brasileira: criar o parlamentarismo no Brasil. Neste contraponto feito pelos seus ex-integrantes do PL, contrários a Raul Pilla, surgiu a publicação de um manifesto cujo título era “Advertência”. O objetivo deste manifesto era desautorizar Raul Pilla a falar em nome dos libertadores. Ao passo em que se colocavam como alternativa na sobrevivência do PL.

Na lei orgânica do PL, a partir de 1947, foi reestruturada, mostrada a força dos federalistas, ao refundar o Partido. Registraram no seu estatuto, o programa do antigo Partido Federalista fundado por Gaspar da Silveira Martins em 1892. Houve, de fato, uma disputa feita em dois tempos, sendo que num primeiro, em 1945 em que ficou suspensa uma definição sobre os rumos do partido e, num segundo momento foi votada a mudança política no estatuto partidário. Esta mudança passou a vigorar a partir de 1947, dois anos após a retomada do PL, evidenciando que os Federalistas não estavam mais dispostos a ceder espaço para os ex-republicanos. Este programa havia sido suspenso para que coubessem Assis Brasil e os ex-republicanos, no ano de 1928. A herança dos federalistas estava novamente sendo retomada e, ao que parece, não havia disposição de muitas negociações para buscar um programa adaptado com alianças, ou contemplar interesses deste ou de outros grupos. O que foi aprovado foi um Programa que era praticamente uma cópia do programa maragato, do Partido Federalista.

Neste momento, em 1947, a discussão se encaminhava para outro patamar, buscando princípios que haviam sido colocados de lado e que, naquela oportunidade, haviam gerado muitos debates e uma certa apreensão. Com isso, o PL também esteve por um período formalmente inexistente. Havia, como nos relata Mem de Sá, uma espécie de Partido clandestino, presidido

³⁸⁰ Idem

por Raul Pilla que quase todos os finais de semana, num lugar afastado, reunia-se para manter coesa a esperança de reabertura política.

Com a Constituição de 1946, foram criados, no Brasil, os Partidos Nacionais, situação mais trabalhosa e principalmente a dificuldade de manter a unidade interna num partido, tendo em vista a grande diversidade e, principalmente as dimensões territoriais do país, associado com as dificuldades de comunicação. Em 1945 Raul Pilla se elege Deputado Federal e assume em março de 1946, no Rio de Janeiro. Passa a organizar politicamente os libertadores, tornando-se o Presidente Nacional do Partido.

E como Deputado Federal e Presidente Nacional do Partido Libertador, manteve-se até à extinção de todos, por força do Ato Institucional nº2, 1965. Não haverá exagero, portanto, mas simples expressão da verdade, em afirmar que Pilla foi líder do Partido desde 1922 até 1965, por quase quatro décadas e meia[...]. A partir de 1945, depois de Nacional, por força de lei, o Partido Libertador era fora do Rio Grande, mais conhecido como o “Partido de Raul Pilla”³⁸¹.

É possível deduzir que Raul Pilla e seu grupo partidário foram os grandes vencedores da disputa interna no PL. Havia, posterior à refundação, uma liderança incontestável dos gaúchos entre os libertadores, que tratavam de reorganizar o Partido nos mais diferentes estados da federação. Como Deputado Federal, Raul Pilla teve a oportunidade de percorrer o Brasil, organizando o Partido com o cuidado de construir entre os seus membros o conhecimento das linhas do programa partidário. Este deslocamento visava recriar intervenções e confirmar o que era o parlamentarismo. Era tal intensidade que nos documentos acessados à leitura que se depreende é de um Raul Pilla despreocupado com o tamanho do Partido Libertador, mas sim com um partido doutrinador e com a qualidade de seus membros.

Com permanente disposição com que se deslocava pelo Brasil, promovendo palestras e debates de propaganda do parlamentarismo, onde quer que fosse convidado a proferi-las³⁸².

³⁸¹ SÁ, 1973, p. 132.

³⁸² Idem

Na eleição de 1945, Pilla foi o único parlamentar eleito pelo partido à Câmara Federal, tornando-se, portanto, uma liderança importante no cenário político, pois tinha que fazer o PL crescer e, dentro deste contexto, mantinha grande responsabilidade, levando Mem de Sá (1973) afirmar: “*não erro asseverando que, de 1945 a 1966 - período que desempenhou seus mandatos, ninguém ali desfrutou de mais alta consideração*”³⁸³.

Raul Pilla vai morar, então, no Rio de Janeiro e busca um reencontro com sua amada. Aspecto fundamental para compreender a personalidade do biografado, pois este amor era muito importante na vida de Pilla.

4.1 O Grande Reencontro

Este capítulo sobre a vida amorosa de Raul Pilla é mencionado com ênfase, dada a importância que assume na vida de um político de expressão no cenário nacional. Até 1949, Raul Pilla é considerado como um eremita, pois se dedica exclusivamente ao trabalho e à política. Pela análise das correspondências, percebe-se que era um homem educado, mas com um certo grau de frieza e racionalismo. Na vida particular estava centrado em si, num perfil psicológico de introspecção e não dava espaço para brincadeiras que fossem alheias ao seu trabalho: “*quando chegava a um grupo, as conversas amorteciam, para permitir que todos o cumprimentassem. Se havia anedotas e risadas, eram suspensas até que o ‘velho’ passasse*”³⁸⁴. A exceção era quando os seus sentimentos brotavam com a possibilidade de reencontrar a sua amada Esther³⁸⁵, que foi uma das razões de sua ida para o Rio de Janeiro, como Deputado Federal.

Depois de estar morando três anos na capital nacional, Raul Pilla finalmente reencontra Esther durante uma exposição de artes, no dia 14 de outubro de 1949. Foram apresentados,

³⁸³ Ibidem, p.133.

³⁸⁴ SÁ, 1973, p. 133.

³⁸⁵ Tio Raul quando foi morar lá em casa, em 1947, saía muito e poucas vezes o encontrávamos. Como político era muito ocupado e nas folgas fazia o seu programa predileto: participar de concertos e apresentação de óperas. Fiquei sabendo que ele havia ficado um pouco aborrecido comigo, por tê-lo convidado para morar lá em casa, pois como nós morávamos no outro lado da cidade ele havia confidenciado para amigos que isto lhe atrasaria o encontro de sua amada Esther. Confidenciava tio Raul que só aceitou o convite por ter entendido que nós não tínhamos condições de pagar o apartamento e precisávamos dele para ajudar neste pagamento. Soubemos disso anos depois. (Entrevista realizada com Ruthe Pilla, conforme já citada).

depois de 30 anos e Raul Pilla ficou extremamente emocionado. Aquela paixão que estava guardada por décadas vem à tona. Numa conversa, conseguiu o endereço de Esther e descobriu que o seu pai, Olinto de Oliveira estava vivo, embora com idade avançada. Também foi informado que Esther havia casado, tinha duas filhas e estava viúva. Imediatamente, encaminhou uma publicação cuja importância foi destacada por Mauro Gaglietti³⁸⁶, homenageando Olinto de Oliveira³⁸⁷. É uma obra que traz no seu bojo discursos autobiográficos e está colocada num contexto de reaproximação com Esther. Foi um presente para Olinto de Oliveira, pois o mesmo havia impedido que este relacionamento tivesse tido andamento em 1919, conforme já mencionado no capítulo II. Raul Pilla passou a se preocupar com a reaproximação, e apresentou-se através desta obra para assegurar que era um homem conhecido e respeitado, porém, não escondia seus sentimentos em relação a Esther.

Será apresentada a primeira correspondência que foi encaminhada no final de 1949, por Raul Pilla a Esther Olinto. É um documento de extrema importância, quanto aos aspectos afetivos e políticos de Pilla:

Senhora, não sei se haverá, nos usos e costumes da sociedade, justificativa para o ato a que me abalanço, escrevendo esta carta, nem para ela encontrei a caridosa absolvição de V. Ex^a. Sei, contudo, que nenhuma ação há, perante a minha consciência, mais nobre e mais imperativa, podendo em mim, agora, o dever que antes não alcançava a força inacessível do meu sentimento. Sabe já V. Ex^a. a que sentimento me refiro; terá percebido, também, o que ele é para mim na vida, e o que nele há de elevado, de superior às fracas e tolhidas possibilidades do meu espírito, isto, porém, não me autorizaria a mais uma vez importunar a V. Ex^a., sendo o meu dever, tão somente, encerrar-me em mim mesmo, na religiosa adoração de caro ideal inatingível. A este sacrifício, inefável e doloroso, já por duas vezes consagrei, Senhora, toda a coragem, toda a determinação de que sou capaz, e julgo poder afiançar que me não teriam falecido as forças, se não fosse o conflito, inevitável e torturante, entre o que V. Ex^a. me fizera comunicar, e a significação verdadeira de todos os seus atos, ainda os mais contraditórios, ainda os mais angustiantes, ainda os que pareciam

³⁸⁶ Gaglietti, 2005, p. 261.

³⁸⁷ Idem. Neste ponto, Mauro Gaglietti constrói uma argumentação observando que a questão do livro autobiográfico “Palavras de um Professor” estava vinculada a uma homenagem que Raul estava prestando à Faculdade de Medicina e ao professor Olinto de Oliveira, por ocasião de um discurso em que condenava o positivismo na Sociedade de Medicina, em 1898. Esta afirmação se deveu em função de que Olinto de Oliveira havia sido presidente da Associação de Medicina de Porto Alegre. Contudo, a motivação desta obra foi outra: um presente ao Olinto de Oliveira.

desmentir, de forma cabal e completa, qualquer benévolo sentimento de V. Ex^a. a meu respeito³⁸⁸.

Esta primeira parte da correspondência, de um total de 17 páginas, apresenta Raul Pilla movido por uma auto-explicação para aproximar-se a Esther. De forma sutil, as razões vão aflorando e, destaca os aspectos que são históricos de sua parte, principalmente, com a negativa que havia recebido por Olinto de Oliveira. Trata do conflito pessoal de tomar a iniciativa de aproximação, e que o universalismo de seu sentimento o move pessoalmente na sua atividade de trabalho. Ou seja, nesta primeira parte há efetivamente a preocupação de uma apresentação geral dos seus sentimentos, razão que o move na elaboração da correspondência. Na segunda parte, apresenta não só aspectos de sentimento, mas vai tornando mais específicas as suas razões, com menos sutilezas.

Senhora, chegado é o momento de falar a V. Ex^a. com a máxima franqueza, há situações na vida que não admitem rodeios e em que só a sinceridade absoluta nos absolve ainda as mais absurdas ilusões, os mais insanos atrevimentos. Se resolvi escrever a V. Ex^a. foi por estar convencido, de que os meus sentimentos, ao menos em parte, são por V. Ex^a. retribuídos. Perdoe-me o arrojo insensato desta afirmativa; mas é uma convicção poderosa, inabalável, que se foi cimentando através de longos anos e que a história toda do meu coração documenta. Não há nesta um único fato que a desminta, por que todos eles, em sua aparente diversidade e contradição, mais se reforçam e maior relevo, maior significação adquirem[...]. Se fosse necessário a V. Ex^a., julgar minhas alegações, reavivar a lembrança dos mais remotos, do que a estas últimas semanas se não se referem, julgo que fácil seria a V. Ex^a. interrogar pessoas da sua intimidade e convivência, que melhores e mais insuspeitos testemunhos dariam do que eu³⁸⁹.

Nesta altura da correspondência, Raul Pilla está se referindo necessariamente ao pai de Esther, que fez a negativa para que pudesse ocorrer uma conversa entre eles, em 1919. Na seqüência, Raul Pilla menciona o quão difícil está sendo esta aproximação, pois Esther não está mais disposta a reiniciar um relacionamento. Embora, na sua avaliação, haja necessariamente

³⁸⁸ Cf. NUPERGS. Correspondência de Raul Pilla para Esther Olinto. Outubro de 1949. Ainda não catalogada. (Está na pasta de documentos particulares de Raul Pilla)

³⁸⁹ Cf. NUPERGS. Correspondência de Raul Pilla para Esther Olinto (continuação).

uma inclinação e reflexão no sentido de examinar o pedido. O encerramento da correspondência confirma a insistência para que haja esta aproximação. Coloca como uma questão fundamental de sua existência e, no mínimo, um encontro para conversarem sobre os sentimentos de um possível relacionamento.

Senhora

Vou terminar esta carta. Rogo a V. Ex^a. que me receba ao menos com indulgência, se outra cousa não lhe mereça. Lembre-se, porém, que é já esta a terceira vez que submeto, ao seu julgamento, tudo o que sou e, ao seu arbítrio, tudo o que poderei ser. Lembre-se que há, em tais questões, uma lei fundamental e única, que a ninguém é licito desprezar: a lei do sentimento. Lembre-se, encarecidamente lho rogo, que não pode V. Ex^a. deixar de ouvir neste debate o depoimento do seu coração e que será nula, insanavelmente nula, a sentença que contra mim proferir sem tal testemunho[...]. Sou de V. Ex^a. respeitoso admirador. Raul Pilla ³⁹⁰.

Foi escrita com um grau de formalidade e ao mesmo tempo dramática, pois Raul Pilla sabia que tinha a grande chance de sua vida para alcançar seu objetivo, aproximando-se de sua amada. Busca, com todas as forças, construir este caminho, embora saiba quão pedregoso seria esta aproximação, com o pai de Esther ainda vivo, pois ele poderia intervir contrariamente ao seu interesse. Raul Pilla está chamando atenção de Esther para a necessidade de uma autonomia na tomada desta decisão, e que ela deve principalmente ouvir os seus sentimentos. Não deixar a decisão na mão de outras pessoas, era sinônimo de independência e liberdade de escolha. Era, de acordo com os documentos, a esperança de reaproximação de sua amada.

Já em 1919, Raul Pilla escrevia com frequência correspondências a Esther, as quais apresentavam sua luta desesperada de aproximação. Conforme consta na correspondência de Olinto de Oliveira, respondendo a Pilla, no capítulo II deste trabalho, a maior parte destas correspondências foram destruídas, restando, portanto, poucas que chegaram até o nosso conhecimento. É importante mencionar a aflição do biografado ainda no primeiro período do seu interesse por Esther, quando menciona:

Algum dia virá, talvez num momento de infinita tristeza e mortal angústia, um de nós lançando os olhos no passado o veja estéril e vazio, e volvendo a vista

³⁹⁰ Cf. NUPERGS. Correspondência de Raul Pilla para Esther Olinto (continuação).

para o futuro, o prefigure mais desconsolado, mais ermo e mais triste. E de cada um de nós, que poderá então que veste? Coisas, cinzas frias. Coisas, porém, que ordenam seu calor e seu brilho, que nada produziram de útil e fecundo. Mas nesta ocasião, atrevido em que nos haveremos de sentir completamente sós e abandonados nos desertos da vida, eu terei, ao menos, o consolo de que não concorri para tamanha desolação³⁹¹.

Neste relacionamento afetivo de Raul Pilla, o seu grande sofrimento estava relacionado à não correspondência de sua amada Esther. Ela não manifestava nada por escrito, para perturbação do jovem apaixonado que não sabia o que acontecia no universo particular da sua amada.

Ainda em 1919, Raul Pilla fez novamente várias tentativas de enviar correspondências a Esther Olinto, buscando aprofundar o seu relacionamento, mas não tinha um retorno positivo. A seguir, é reproduzido mais um trecho de uma correspondência de 1919. Depois, avançaremos para 1949, 30 anos depois.

Senhora, não olhe. Causará, por certo, estranheza que mais uma vez eu me dirija a V. Ex^a. a fim de impetrar uma solução razoável e justa, na malfadada questão de sentimentos, a que fomos arrastados. Muitas e mal logradas tem sido as tentativas que já fiz, mas perseverando e porfiando ainda, cumpro tão somente a promessa firme e solenemente empenhada a V. Ex^a. em minha última carta[...]. V. Ex^a. está em débito para comigo, e tem plena consciência disso. Sabe-o, conhece-o melhor do que ninguém. Foi inteiramente, e sem reservas, que me entreguei ao seu amor e deste sentimento, do qual V. Ex^a. foi o artífice consciente do quanto caprichosa, eu lhe dei com a máxima confiança e em toda a plenitude do meu coração, os mais preciosos e sagrados penhores³⁹².

Esta foi uma das últimas correspondências que Raul Pilla enviou a Esther, ratificando que não mais recuaria na sua posição de ter uma conversa com ela e com sua família. Esta foi uma das motivações da correspondência de Olinto de Oliveira, do dia seis de fevereiro de 1919, encerrando qualquer possibilidade deste relacionamento.

A partir da localização de Esther Olinto, em 1949, Raul Pilla não recuou na insistência de mais uma vez aproximar-se, e grande parte de sua energia pessoal estava vinculada a este relacionamento. Escrevia muitas epistolas, solicitando uma reaproximação, inclusive aceitando conversar com Olinto de Oliveira.

³⁹¹ Idem. Correspondência de Raul Pilla para Esther Olinto, do dia 15 de outubro de 1918.

³⁹² Cf. NUPERGS. Correspondência de Raul Pilla para Esther Olinto do dia 2 de fevereiro de 1919.

[...] E agora senhora, a derradeira súplica. Qualquer que seja a vossa decisão, não deixais sem resposta esta carta, como deixaste as que outrora vos escrevi. Sabereis se em meu lugar houvesse estado, que a mais cruel forma de responder não é recusar: é não responder.

Respondei-me, pois, senhora, peço, suplico, imploro. Respondei ao menos para que de vós me fique alguma cousa, para que eu possa estreitar ao meu peito e levar aos meus lábios. Já pensastes, Senhora, na total privação que sempre me deixastes de qualquer sinal vosso? De mim vós tendes os pedaços palpitações de meu coração vos fui deixando ao longo do caminho. E eu de vós o que tenho tido? Nada. Nenhuma linha, nenhuma palavra. Nada. Haverá mais pobre amor do que o meu?

Enviei-me, pois, Senhora, se lhe vos aprouver. Mas deixais comigo o instrumento do suplicio, que será também a minha coroa de glória.

Niterói, 21 de novembro de 1949. Raul Pilla³⁹³.

É um gesto de um homem desesperado, que busca um retorno, que implora uma resposta. Raul Pilla, já com 57 anos, não pode deixar passar mais tempo para que possa frutificar algum laço amoroso mais consistente. Até que finalmente, depois de toda uma existência, recebe a primeira correspondência de Esther.

No segundo capítulo foi mencionada a intromissão do Dr. Olinto de Oliveira no relacionamento, podendo supor que as correspondências enviadas por Raul Pilla não chegavam até Esther, pois eram interceptadas e destruídas, razão pela qual sempre faltava uma carta-resposta. Até o dia que:

Senhor Raul Pilla,

Venho agradecer-lhe muito comovida a gentileza de sua carta, cujas expressões não poderiam deixar de sensibilizar mesmo uma mulher de cabelos brancos, como eu. Vivo hoje cumprindo com os meus deveres para com as minhas filhas e os meus velhos pais, inclinando-me, cada vez mais, para o serviço de Deus, onde encontro a serenidade ideal do meu espírito. Em atenção à gentileza de seu gesto, não me furtaria a um encontro, como por acaso, em uma exposição de arte ou oportunidade análoga, onde um aperto de mão significasse, melhor que estas linhas, o meu agradecimento pelo muito de delicadeza e de sinceridade da sua narrativa.

Atenciosamente,

Esther Olinto de Medeiros

³⁹³ Cf. NUPERGS. Correspondência de Raul Pilla para Esther Olinto do dia 21 de novembro de 1949.

Rio 25 de novembro de 1949³⁹⁴.

Raul Pilla vibra de alegria por este retorno, esperado por tantos anos³⁹⁵. Não deixa a oportunidade passar, e imediatamente responde à correspondência, fazendo um breve agradecimento:

Senhora,
 Não sei como agradecer-vos o bem que vossa carta me fez. Sinto-me, por ela, como elevado e engrandecido. É o cúmulo da felicidade que me é lícito esperar, a vossa bondade, ainda mo oferece, admitindo, que, como por acaso, nós possamos nos encontrar e trocar um aperto de mão.
 Que poderia eu mais desejar, se este feliz acaso não tardasse muito?
 De toda a forma, Senhora, obtivestes com a vossa generosa carta, mais um título à minha imperneedora gratidão. Que Deus vos pague, com infinitas preces, o imenso benefício que agora me dispensais.
 Sou, como sempre, o vosso humilde servo;
 Raul Pilla
 Niterói, 29 de novembro de 1949³⁹⁶.

Esta correspondência por si já nos dá a dimensão da indescritível felicidade que acompanha Pilla neste momento de sua vida. É um amor incondicional pela sua amada que busca extravasar através da escrita. Mas, Raul não estava disposto a contar com a sorte e, premido pelo tempo, não deixa de pressionar para a realização deste encontro. Considerava fundamental, para sua saída de férias, que esta questão estivesse mais ou menos encaminhada, pois, os Deputados da época não tinham as facilidades atuais. Ao sair de recesso, só retornariam sob circunstâncias drásticas de instabilidade política. Solicita, então:

Senhora,
 temo tornar-me importuno, temo abusar de vossa condescendência, escrevendo-vos mais uma carta. Vós, porém, que tão compassiva e compreensiva tendes mostrado para comigo, ides ver que eu não poderia deixar de agora a vossa presença.

³⁹⁴ Idem. Correspondência de Esther Olinto de Medeiros do dia 25 de novembro de 1949.

³⁹⁵ SÁ, 1973, p. 144. Mem de Sá ao se referir ao amor de Pilla por Esther: “*Só uma vez amou. E atravessou a existência com este amor único*”.

³⁹⁶ Cf. NUPERGS. Correspondência de Raul Pilla para Esther Olinto do dia 29 de novembro de 1949.

Prometestes-me um encontro, como por acaso, em uma exposição de arte ou oportunidade análoga. Cabe-vos, segundo me parece, a iniciativa. Sucede, porém, que partirei a 14 do mês corrente, para o Maranhão, no cumprimento de um compromisso, que não me é possível adiar e mal terei tempo, depois de voar do extremo norte ao extremo sul, a fim de estar, pelo Natal, com minha mãe. No Rio Grande ficarei retido por vários deveres, até a reabertura do Congresso em 15 de março, a não ser que a situação política exija, antes, a minha presença no Rio[...].

Creio ter amplamente justificado a necessidade desta carta, a terceira que vos escrevo em 15 dias. Mas, ainda quando não a tivesse suficientemente justificado, da vossa bondade, que não sei como exaltar e agradecer, haveria eu de receber um generoso perdão. Se vós, Senhora, não vos compadeceis de mim, quem haveria de fazê-lo? De seu vosso fiel servo.

Niterói, 4 de dezembro de 1949. Raul Pilla³⁹⁷.

Havia, neste caso, uma justificativa que garantia um canal de comunicação entre Raul e Esther. Ele não gostaria de viajar sem ter ao menos um encontro com sua amada, e era tudo o que precisava naquele momento, até que a resposta foi imediata. Logo na seqüência encaminhou às pressas a publicação do livro *Palavras de um Professor*, visando quebrar qualquer desconfiança que pudesse haver sobre sua pessoa.

Senhor Raul Pilla,

Ainda convalescente de uma gripe que me atacou nos últimos dias, não sei quando poderei sair. Nestas condições, penso que seria preferível o Senhor vir fazer uma visita ao meu pai, que continua também doente. Esta visita poderá ser feita segunda ou terça-feira próxima, às 15:30 horas.

Atenciosamente Esther O. de Medeiros

Rio 9 de dezembro de 1949³⁹⁸.

Este era o dia tão sonhado, tão esperado por Raul Pilla que foi visitá-lo e levou de presente o livro “*Palavras de um Professor*”, com uma dedicatória para Esther. Ao que parece, de imediato, a família não havia percebido a dedicatória, especialmente ao Sr. Olinto de Oliveira. Era tudo o que Raul esperava e sonhava. O dito livro havia alcançado o seu alvo. O agradecimento constou nos seguintes termos:

³⁹⁷ Cf. NUPERGS. Correspondência de Raul Pilla para Esther Olinto, de 4 de dezembro de 1949.

³⁹⁸ Cf. NUPERGS. Correspondência de Esther Olinto a Raul Pilla, do dia 9 de dezembro de 1949.

Senhor Raul Pilla,

Recebi, com grande contentamento, a notícia de que assistiu na véspera do Natal, a missa da meia-noite. Também fui à missa a mesma hora e, como sempre comunguei.

Só depois que saiu daqui é que vi a dedicatória tão bonita e de palavras tão elevadas com que dedica o seu livro ao papai. Creia que me tocou profundamente o coração. Nos seus escritos deixa transparecer como manteve sempre acesa a chama do ideal, e, apesar do que diz, não parece que o perpassar dos anos lhe tenha modificado a sensibilidade para as melhores e mais belas coisas da vida. Habitualmente vou à missa das 8 horas[...]. Duas almas que se unem seguem mais suavemente pelo caminho da vida[...]³⁹⁹.

Era o sinal que Raul precisava para aprofundar o seu relacionamento com Esther. São dezenas de cartas reforçando a cada dia os seus sentimentos e começa neste momento uma grande mudança na vida particular de Raul Pilla. Retoma a juventude de forma tardia, busca encontrar o seu amor, dedicando grande parte do seu tempo para escrever correspondências e visitá-la. É possível visualizar, através das correspondências, uma espécie de solidariedade de seus companheiros e amigos políticos, buscando facilitar de todas as formas este relacionamento. Levando cartas, repassando recados, visto que a agenda política de Raul Pilla era ainda intensa, pois viajava o Brasil para tratar do tema do parlamentarismo e da organização partidária.

Até que no dia 26 de dezembro de 1950, Raul Pilla e, a partir de agora, Esther Olinto Pilla formalizam o casamento, sendo anunciado na imprensa e para os amigos. Notícia que Pilla esperava anunciar por mais de 30 anos. Depois do casamento, Raul Pilla seguia viajando em função da sua atividade política. Durante estas viagens, as cartas eram sistemáticas entre o casal.

Antecedem a esta mudança, na vida pessoal do biografado, algumas curiosidades. A família Pilla mantinha uma residência na praia de Cidreira, no Rio Grande do Sul, onde passava o verão. Raul Pilla, em quase todos os verões até o casamento, passava junto à família. Numa das correspondências, escrita a Esther em 1950, ele relata:

Senhora Minha,

Escrevo da praia da Cidreira, onde vim parar alguns dias com a família, antes de (ainda não sei) retornar ao Rio, onde me arrasta o coração, ou retornar a minha rápida peregrinação pelo o Estado. Conheceis esta praia, pois aqui

³⁹⁹ Cf. NUPERGS. Correspondência de Esther Olinto para Raul Pilla, do dia 29 de dezembro de 1949.

estivestes uma vez, algumas horas; foi naquela primeira época do meu amor, em que tudo ainda eram esperanças. Melhorou muito a edificação, pois os antigos ranchos cobertos de “colmo” foram substituídos por chalés, cobertos de telhas francesas e existem até algumas construções de alvenarias; mas é a mesma praia simples e rústica, em face do mar aberto, na qual eu também tenho feito o meu retiro espiritual tão necessário às almas sensíveis, condenadas a viver neste agitado mundo moderno. Daqui, sempre me pareceu mais fácil estabelecer comunicação com a alma minha gentil; que se partira. Era como se uma corrente magnética se estabelecesse mais facilmente ao longo do mar, de praia a praia, da Cidreira ao Rio⁴⁰⁰.

Esta questão dos sentimentos afetivos de Raul Pilla era um dos eixos centrais de sua existência e não permitia que aquele amor distante fosse apagado pelo tempo, pois, a cada dia e a cada ano, este sentimento ia sendo renovado e como se estivesse “*empoeirado*”. O encontro entre eles era a renovação deste laço, que se manteve até o final dos dias de cada um. Outra curiosidade é a admiração e o encantamento que Raul Pilla tinha pelas águas termais do município gaúcho de Iraí, no norte do Estado. Todos os anos, até reencontrar Esther, o biografado se hospedava durante um mês de verão, num hotel do município para fazer uma espécie de retiro espiritual. Era sagrado fazer esta ponte de Cidreira a Iraí para o descanso anual. No final do ano, como sempre, foi descansar no Rio Grande do Sul e imediatamente deslocou-se para Cidreira e posteriormente, para Iraí, de onde enviou dezenas de cartões postais. Esther lhe agradece:

Sr. Raul Pilla,

Recebi, e muito agradeço, os jornais e as lindíssimas vistas de Iraí, que teve a gentileza de enviar-me. Parece realmente uma paisagem de grande beleza e muito pitoresca. Deve ser maravilhoso repousar assim, em um lugar agreste e com todo o conforto do mundo moderno, depois de tantas vezes no movimento e da agitação de uma grande cidade como o Rio. A natureza no sul é tão mais bonita e suave que no Rio, pelo menos é melhor compreendida e sentida pelos gaúchos; é mais do nosso feitio[...]Com atenciosas saudações;

Esther Olinto de Medeiros

Rio de Janeiro 9 de fevereiro de 1950

Recebi a carta no dia 29 de janeiro e os jornais e fotografias em 1º de Fevereiro⁴⁰¹.

⁴⁰⁰ Cf. NUPERGS. Correspondência de Raul Pilla para Esther Olinto, de 8 de janeiro de 1950.

⁴⁰¹ Cf. NUPERGS. Carta de Esther Olinto de Medeiros para Raul Pilla, do dia 9 de fevereiro de 1950. Ainda eram as primeiras correspondências que Esther estava enviando para Raul Pilla.

Cada notícia que Raul Pilla recebia de sua amada era motivo de comemoração. Não eram muitas no início de 1950, bem menos do que ele enviava a ela, o que pode ser até natural pelo entusiasmada aproximação, esperada durante grande parte da sua vida.

Durante os anos que sucederam o início do casamento de Raul Pilla, alguns acontecimentos submeteu o casal a um afastamento, sempre reclamado por Esther e pelo próprio Raul Pilla. A agenda de organização do PL no Brasil era intensa, exigindo muitas viagens. De outra forma, Olinto de Oliveira em idade avançada, recebeu todo o cuidado da filha Esther, que o acompanhou até a morte (1959). Outro fator foi a mudança da Capital Federal para Brasília, que os afastou ainda mais. Esther permaneceu aproximadamente mais dois anos no Rio, a fim de acompanhar seu pai que estava muito doente. Enquanto isto, Pilla morava num hotel em Brasília e organizava um apartamento para o casal nesta mesma cidade.

Neste período, as correspondências eram sistemáticas entre os dois. Esther tinha grande cuidado com as roupas de Raul e, principalmente com a alimentação. Preocupa-se, pois sabia que se alimentar em restaurantes todos os dias era algo difícil e não aconselhado. Nestas mensagens, Esther demonstra pequenos hábitos do biografado, que são curiosidades significativas dos costumes de uma época. Com a mudança de Raul para Brasília, Esther lhe envia uma cuia e bomba de chimarrão⁴⁰², para que possa preservar o hábito de chamarrear de manhã. As roupas eram enviadas para o Rio de Janeiro, por ocasião de visitas que Raul Pilla fazia em casa, para que Esther pudesse lavá-las e passá-las. Um dos pratos prediletos de Raul era a coalhada, um hábito adquirido na infância.

Raul Pilla preparou um apartamento para o casal em Brasília e aguardava a sua esposa com muita ansiedade. Era necessário que ela gostasse e pudesse se acostumar com uma realidade diferente daquela do Rio de Janeiro. Foram muitas as cartas trocadas pelo o casal, revelando particularidades de cada um, das angústias e sofrimentos. Raul Pilla chamava Esther, nas correspondências, depois de casados de “Teteca”. Esther lhe chamava de “Duduca”. Era a forma carinhosa do casal se tratar. Raul tinha uma preocupação constante com o excesso de peso, buscando controlar, através de uma alimentação mais balanceada. Seguidamente tocava este ponto, pois ao que parece, depois de casado, havia aumentado alguns quilos, gerando um cuidado maior.

⁴⁰² Cf. SÁ, 1973, p. 144. O autor na mencionada obra se refere a Raul: “O homem, filho de modestos imigrantes Italianos, de tal modo se integrou na vida e na sociedade riograndense, que se faz necessário lembrar sua origem para não supor que ele é brasileiro de 400 anos. Aliás, jamais residiu na zona colonial, tornando-se estudante e líder acadêmico em Porto Alegre”.

4.2 Da Tribuna da Câmara Federal do Brasil

Raul Pilla foi Deputado Federal por 20 anos, iniciou em 1946 e encerrou em 1966. Não era um deputado que fazia muitas intervenções no plenário. Ao contrário, raramente ocupava a tribuna para fazer algum pronunciamento. Os seus discursos eram planejados, estudados e escritos, sendo na tribuna da Câmara um leitor de seus textos. Discutia com os demais parlamentares questões de princípios gerais. Suas intervenções eram ouvidas pelos colegas, governantes e amigos, que acompanhavam o conteúdo de seus discursos, como numa aula para os alunos da universidade. Será apresentada apenas uma síntese destes discursos, pois foram vinte anos de trabalhos parlamentares. É fundamental que compreendamos as características dos discursos do biografado na qualidade de Deputado Federal, que têm como horizonte a defesa, a escolha e implementação de um sistema parlamentar e, portanto, os seus discursos caminham para esta direção, a começar pelo primeiro deles, na sessão de doze de março de 1946, cujo tema era: O parlamentarismo e a questão social.

O discurso, que foi o primeiro realizado no plenário da Assembléia Constituinte, trouxe no seu bojo a linha de atuação parlamentar do biografado, sobretudo do debate das questões temáticas, tônica de suas intervenções.

Constitui hoje a questão social uma preocupação dominante. Mas se ela se deve resolver, e deve ser pacificamente resolvida, dentro das normas da democracia, nenhuma dúvida pode haver quanto a ser o sistema parlamentar o que melhor quadra o objetivo⁴⁰³.

Na primeira parte de sua primeira intervenção na Tribuna Parlamentar Constituinte, Raul Pilla já afirmara qual era seu objetivo como político e como cidadão brasileiro. A defesa sistemática do sistema parlamentar⁴⁰⁴. Acreditava que só era possível aprofundar a democracia no

⁴⁰³ PILLA, 1980, p. 97. Cf. Anais da Câmara Federal do Brasil. Sessão do dia 12 de março de 1946.

⁴⁰⁴ PILLA. Raul. **Parlamentarismo ao Alcance de todos**. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara Federal, 6ª Edição, 2000. Nesta cartilha, que na sua origem foi chamado de Catecismo Parlamentar, Raul Pilla busca dialogar com a sociedade pouco letrada, pois escreve de forma dialogada e simples, para que o cidadão tenha conhecimento do que era o parlamentarismo.

Brasil com a implantação de um sistema desta natureza, e, por conseqüência, viria o desenvolvimento econômico e social. Ou seja, o aprofundamento da democracia seria para o país o primeiro instrumento que levaria ao desenvolvimento, pois era produtor das liberdades.

Verdadeiro regime de opinião, onde servo, e não senhor, é governo, oferece ele as mais favoráveis condições à consecução de reformas econômicas e sociais, desde que reclamadas pela consciência nacional. Não uma pessoa, nem um reduzido grupo de pessoas, mas a representação popular é quem vai traçar a orientação do governo. Basta, pois, que seja uma aspiração suficientemente forte e generalizada para lograr realizar-se mediante o simples jogo do mecanismo parlamentar. Por isto, parlamentarismo e socialismo foram sempre na Europa sistemas estreitamente vinculados. Poderiam os socialistas não ser republicanos: mas parlamentaristas eram-no, necessariamente⁴⁰⁵.

Neste sentido, a obra de Mauro Gaglietti (2005) sobre os discursos de Dionélio Machado e Raul Pilla, apresenta pontos de contato entre suas intervenções que fazem todo o sentido. As questões levantadas são centrais no cenário político, e não foram escamoteadas pelo líder libertador, que de forma objetiva e clara atacou esta questão. Embora Raul Pilla não se considerasse um socialista, visualizava avanços neste sistema político.

Destaca-se que Dionélio Machado também era Deputado Estadual no Rio Grande do Sul, mas pelo Partido Comunista Brasileiro. Mantinha uma linha de argumentação que se coadunava com aquela defendida por Raul Pilla, líder do Partido Libertador.

Ambos destacaram, em sua época, o problema central da tradição liberal, a saber: a necessidade de *controlar* o poder e impedir que seu exercício se faça de forma tirânica ou despótica (antidemocrática ou autoritária, no vocabulário contemporâneo). Porém, a democracia como questão fundamental da política envolve o problema da criação e preservação da *autoridade* democrática, e os parlamentares reconheceram a necessidade da existência do poder, tanto para evitar os Estado de beligerância generalizada, entrevisto por Hobbes, quanto para coordenar a organização ou as ações voltadas à realização de fins coletivos⁴⁰⁶.

⁴⁰⁵ PILLA, 2000, p. 26.

⁴⁰⁶ GAGLIETTI, 2005, p. 329.

Portanto, Pilla visualiza no cenário político que o único meio encontrado de diminuir o poder do governante era a mudança do sistema político, para criar o que ele chamou de um sistema de opinião, qual seja, o sistema parlamentarista. Novamente associa o aspecto político como primordial para alcançar o pleno desenvolvimento social e econômico. Tenta associar os presidencialistas a um sistema que não tinha as condições de caminhar e promover as mudanças que eram necessárias ao país. Mais uma vez, menciona que o socialismo parlamentar era uma excelente alternativa para o Brasil, pois acreditava que era sensível aos clamores da opinião pública:

Socialismo com o regime presidencial, é socialismo tolhido, paralítico, entrevado; socialismo com o regime parlamentar é, pelo contrário, socialismo desimpedido e capaz de promover as reformas compatíveis com as condições do país⁴⁰⁷.

Na discussão Raul Pilla indicava aos parlamentares que estavam fazendo a nova Carta Magna do Brasil, para que pudessem considerar os seus argumentos como verdadeiros, pois, pelo que consta no seu pronunciamento, de fato o sistema presidencial não dava nenhum passo no rumo do aprofundamento democrático. O biografado busca apresentar, como já foi visto, que, durante o segundo reinado, houve no Brasil uma experiência parlamentar muito importante para o processo de democratização que estava em voga naquela oportunidade. Era necessário, agora com o país amadurecido, retomar este tema e implementar no Brasil uma República Federativa Parlamentarista.

Durante a sessão plenária, o tempo de exposição do Deputado Raul Pilla estava se esgotando, porém, a sua linha de raciocínio ainda distante do ponto final leva o Deputado Acúrcio Torres, encaminhar à mesa, uma solicitação, prorrogando por mais 15 minutos a manifestação do deputado libertador: “*vou apelar mais uma vez para a Casa. Se ninguém se insurgir contra mais essa infração que a Mesa faz ao Regimento, concederei, com todo o prazer, a prorrogação solicitada. (palmas)*”. Era a força e profundidade do discurso elaborado por Raul Pilla nesta ocasião. As manifestações eram atentamente acompanhadas pela Casa Legislativa, que naquela oportunidade estava num processo constituinte.

⁴⁰⁷ Cf. **Anais da Câmara dos Deputados**. In: PILLA, 1980, p. 97. Discurso proferido na Sessão da Câmara Federal, do dia 12 de março de 1946.

Depois desta manifestação, que é um marco das intervenções de Raul Pilla no Congresso Nacional por se tratar da primeira, importa enfatizar o caráter de construção de uma alternativa política para o Brasil.

No dia 11 de abril do mesmo ano, Pilla retorna novamente à tribuna para fazer uma manifestação temática sob o título: Mecanismo da Democracia. Foi um discurso de inferência no debate entre os líderes das maiorias da oposição e da situação, sobretudo porque ambos concordavam que a democracia deveria ser praticada a partir da nova Constituição. Raul Pilla intervém para vincular este discurso no seu projeto parlamentarista:

Não sei, Sr. Presidente, se bastaria este compromisso vago para que a democracia tomasse realidade e consistência em nosso País[...]. Seja como for, a nós, a esta Assembléia, que um futuro próximo dirá se foi grande ou mesquinha, se soube ou não elevar-se à altura de sua missão. Cabe, por certo, a maior tarefa, a mais pesada responsabilidade nesta obra de restauração democrática, que se promete, talvez, mais do que realmente se deseja⁴⁰⁸.

Portanto, visualiza um cenário onde o “*barulho é maior do que a chuva*”, ou seja, não acredita precisamente que o Congresso seja capaz de alcançar naquela Constituinte, aquilo que no seu ponto de vista seria o desejado. No entanto, deixou registrado que a história poderia julgar o processo desencadeado, explanando que efetivamente havia condições de construir caminhos e canais para o diálogo com a sociedade. Este era o mecanismo da democracia que não poderia ficar apenas nos discursos, mas deveria constar no papel e ser executado na prática. Como podemos imaginar, este mecanismo passava necessariamente pela implantação do sistema parlamentarista. Raul Pilla não apontava alternativa que não fosse esta, para garantir o aprofundamento democrático. Porém, o sistema parlamentar suscita outros avanços, especialmente vinculados aos aspectos eleitorais.

Sublinhava na sua intervenção na tribuna, esclarecendo, o que é a democracia. E responde: “*é simplesmente o governo do povo, pelo povo e para o povo. Nem mais e nem menos*”⁴⁰⁹. Acredita que as coisas mais importantes na vida da sociedade não são aquelas mais complexas, ao contrário, são as mais simples.

⁴⁰⁸ Cf. **Anais da Câmara dos Deputados**. In: PILLA, 1980, p. 107. Discurso de Raul Pilla do dia 11 de abril de 1946, na Tribuna da Câmara dos Deputados.

⁴⁰⁹ Idem

Na democracia direta, o povo delibera e elege os seus magistrados, os seus governantes, os executores da sua vontade. Na democracia indireta, elege também os seus representantes, os cidadãos que por ele hão de deliberar, segundo certas regras definidas. A primeira condição da democracia é, pois, a eleição popular, a escolha de governantes e representantes. Não basta, porém, eleição para a caracterizar. Se assim fosse, a monarquia absoluta, desde que eletivo fosse o soberano, como o foi em Roma e no Império Germânico, também poderia se considerar democracia. Outros requisitos são necessários para que ela se caracterize. Não há democracia sem eleição; pode haver, porém, eleição sem democracia⁴¹⁰.

Este elemento da participação popular no governo de uma democracia é tão central, quanto o sistema político, para Raul Pilla. A sua preocupação estava vinculada junto com o seu partido, no sentido de ampliar cada vez mais o sufrágio da população. Defende a necessidade de estabelecer a limitação do tempo de submissão dos eleitos aos interesses da sociedade, evitando o aspecto vitalício da função pública. Destaca que só o mecanismo popular não é suficiente para garantir a democracia plena, é necessário criar todas as condições de ampliação do controle durante o exercício desta mesma função pública. Então, este mecanismo era o sistema parlamentar, o qual garantia a instabilidade necessária para que o governante não ficasse imune de ser cobrado fora do período eleitoral. Neste ponto visualizava, no seu discurso, a fragilidade do sistema presidencial: o governante eleito passa durante o seu período de administração praticamente incólume a qualquer avaliação externa. A defesa é de que o Presidente da República deva ser o magistrado supremo do país, só intervindo nas questões, quando estas fossem indiscutivelmente necessárias.

Este discurso de Raul Pilla exige duas sessões para ser lido na tribuna do Plenário da Câmara dos Deputados. Trata de detalhar as razões que o levam a construir esta argumentação sobre o mecanismo democrático, como essencial para o aprofundamento da democracia. Retoma experiências de outros países, como também de períodos anteriores⁴¹¹, fazendo este recorte espacial e temporal, apontando as experiências históricas, para serem examinadas pelos parlamentares. A síntese final destas intervenções sobre o tema proposto pelo biografado é de

⁴¹⁰ Cf. **Anais da Câmara dos Deputados**. In: PILLA, 1980, p. 107. Discurso de 11 de abril de 1946.

⁴¹¹ Mencionado no capítulo III, especialmente relacionado às experiências de outros autores sobre o parlamentarismo.

que, sob qualquer circunstância, a democracia será aprofundada, trazendo o desenvolvimento, quando o exercício do sistema político for parlamentarista. Faz a retomada histórica de outras experiências para embasar a sua tese, sobretudo, não deixar os presidencialistas se moverem dentro da Assembléia Constituinte. De qualquer forma, havia poucos deputados que, em tese, não aceitavam o parlamentarismo como o mais adequado, para aprofundar o mecanismo da democracia. A dificuldade estava localizada em convencê-los a votar na mudança proposta. Entre a tese e implementação havia um caminho curto a ser seguido e que se, em tese funcionava, na prática, como nas outras democracias, deveria funcionar.

Novamente, no dia 5 de julho de 1946, Raul Pilla retorna à tribuna para discutir a nova Constituição, pois tinha clareza sobre a importância do momento histórico que estava diante dos parlamentares. Afinal, estavam elaborando a nova Constituição e, neste momento, o Brasil poderia ganhar muita força na implementação de um sistema político, e consolidar a incipiente democracia brasileira. Afirma com convicção:

Em verdade, uma Constituição pode reduzir-se a duas coisas: a declaração dos direitos e a organização dos poderes. Tudo o mais é secundário e, portanto, dispensável: pode deixar-se à legislação ordinária. E a própria declaração de direitos, por mais solene e completa, pode ser letra morta, se a efetividade destes direitos não está garantida pelo mecanismo constitucional. Se o sistema de governo que se institui é realmente democrático, se ele consagra a responsabilidade dos governantes, os direitos terão vida e realidade. Se o que com ele se estabelece é, de fato, o governo pessoal e, irresponsável, precário se tornarão os direitos e vãs as demais disposições que o diploma contiver⁴¹².

Nesta perspectiva, adota uma estratégia no Parlamento Constitucional que é no mínimo curiosa. Num primeiro momento, discute o regime político em tese, alcançando a concordância dos presidencialistas mais ferozes e com isso abre o canal para fazer estas afirmativas, mencionadas acima. Isto é, se concordavam que o parlamentarismo é melhor em tese, como não seria melhor na prática. Nesta estratégia, Raul Pilla coloca constrangimento aos defensores do presidencialismo.

⁴¹² Cf. **Anais da Câmara dos Deputados**. In: PILLA, 1980, p. 160. Discurso de Raul Pilla na Sessão do Congresso Nacional Constituinte, do dia 5 de julho de 1946.

É importante entender que, para o biografado, o sistema político era o eixo a partir do qual todo o resto se organizava, ou seja, as definições de outros aspectos na Carta Constitucional, sem que esta questão não estivesse sedimentada, seria secundário. Era a base da discussão da Carta Magna.

Ninguém mais do que Silveira Martins desfechou terríveis apóstrofes contra a Monarquia. Ele foi, entretanto, quem, depois de proclamada a República, levantou a bandeira parlamentarista. Rui Barbosa foi um dos artífices máximos da república presidencial. É, todavia, nos seus discursos e escritos que se vão encontrar as mais veementes críticas ao presidencialismo brasileiro, e uma cada vez mais acentuada apologia do sistema parlamentar. Hoje, Sr. Presidente, só o desconhecimento da sua formidável obra permitiria continuar a considerá-lo o pálio sob que se pudesse abrigar o regime presidencial⁴¹³.

Raul Pilla está preocupado, neste momento, em precaver argumentos que seriam apresentados contra o parlamentarismo, usando Rui Barbosa como sustentáculo. Adianta-se a estes argumentos, que inclusive constam no Relatório do Deputado Afonso Arinos, no que tange à Emenda parlamentarista apresentada. É relativo a Rui Barbosa que transformou a sua visão ao longo do tempo, especialmente na última fase de sua vida, em que teria passado a ser um defensor do sistema parlamentar como única alternativa de aprofundamento da democracia.

O biografado também está preocupado, no debate político, de buscar o convencimento de seus colegas da importância deste debate conceitual, pois a primeira vitória passaria por este diálogo com a representação na Câmara dos Deputados. Para aprofundar tal discussão, destaca que a democracia é a síntese da diversidade. Isto é, país em que as minorias não têm voz na sua defesa, não poderia ser configurada como democracia. Aliás, ter voz era uma defesa intransigente de Raul Pilla, direcionado no Congresso. Sustentava nas suas intervenções a idéia de que as minorias teriam, sim, um papel fundamental na elaboração dos novos preceitos constitucionais, que estavam em tela.

Contudo, não é democracia a exclusão das minorias: é poder autoritário. Em tese, Raul Pilla está buscando trazer os parlamentares constituintes, para o terreno em que é forte: do debate

⁴¹³ Cf. **Anais da Câmara dos Deputados**. In: PILLA, 1980, p.160. Discurso de Raul Pilla na Sessão da Câmara Federal Constituinte, do dia 5 de julho de 1946.

político. Tinha a convicção de que sob seus argumentos, outros argumentos não poderiam sobrepor. Este era seu forte e era neste campo que acreditava que poderia ampliar os adeptos do parlamentarismo na Câmara dos Deputados. Considerava os argumentos irrefutáveis e que levariam os parlamentares a uma elevação de suas consciências e, portanto, não teriam a coragem de apenas usar o voto para dar uma resposta que certamente, poderia não a mais lógica, a mais democrática e principalmente, a que traria mais desenvolvimento para a sociedade. Nesta perspectiva, em agosto de 1946, pronuncia mais um discurso na Tribuna da Câmara, nesta direção.

Regime político, embora eletivo, onde a minoria não está devidamente representada, não é regime democrático.

Esta é uma verdade que passou em julgado.

Não basta, porém, Sr. Presidente, que a minoria se faça representar; preciso é, também, que esteja adequadamente representada, de acordo com as suas forças.

O regime democrático só pode funcionar, normalmente, quando as várias correntes de pensamento político têm, nas assembleias, representação correspondente a sua capacidade. Assim, grande aperfeiçoamento do regime democrático foi a adoção do sistema de representação proporcional⁴¹⁴.

Esta discussão de Raul Pilla está embasada a partir da emenda parlamentarista, para fazer constar na nova Constituição. Tratava desta questão da representação e das dificuldades das minorias se fazerem presentes através do sufrágio, na Câmara dos Deputados e nos espaços parlamentares. Relacionava o artigo 134, que era um projeto substitutivo:

O sufrágio é universal e direto, o voto é secreto e fica assegurada a representação proporcional dos partidos políticos nacionais, pela forma que a lei prescrever⁴¹⁵.

Neste ponto da discussão, Pilla admite que esta emenda foi apresentada porque o Partido Libertador se sentia prejudicado nas eleições, devido à forma como estava prevista a representação na Câmara dos Deputados. Neste ponto, destaca no seu discurso ao ser questionado da justificativa de tal emenda:

⁴¹⁴ Cf. **Anais da Câmara dos Deputados**. In: PILLA, 1980, p. 165. Discurso de Raul Pilla na Tribuna da Câmara Federal do dia 26 de agosto de 1946, cujo título era: A Representação das Minorias.

⁴¹⁵ Idem

Eu mesmo posso apresentar um exemplo, que me diz respeito diretamente. É o caso do Partido Libertador, nas últimas eleições. O quociente partidário estava em cerca de 30 mil eleitores, que estes teriam o direito de eleger um deputado. O PL, no entanto, levou às urnas 56 mil e tantos votos e só elegeu um deputado. Perdeu 26 mil e tantos votos, em benefício da maioria⁴¹⁶.

Pilla considera que há um expressivo número de votos que, de alguma maneira, foram utilizados para ajudar a eleger mais um deputado no partido da maioria, o que, na prática considera um esbulho eleitoral. Esta era a razão da sua intervenção, através da mencionada emenda na Constituição. Outros aspectos poderiam ser trazidos à baila para servirem de contribuição na substancialização deste trabalho, porém os aspectos por hora mencionados já dão conta de compreender alguns detalhes da vida política do biografado.

4.3 O Parecer de Afonso Arinos

Na sessão de 29 de novembro de 1949, Raul Pilla sobe na tribuna da Câmara Federal para atacar o Relatório do Dep. Afonso Arinos. No capítulo III, foi mencionada com destaque esta questão do relatório, como também o contra-relatório apresentado pelo biografado. Ocorre que este debate está relacionado com o conjunto da Casa Legislativa, quando examina esta matéria. A defesa de Raul Pilla, de que esta questão deveria ser primordial, não surtiu efeito na Câmara dos Deputados, ficando a discussão de forma secundária. Ao ser votado na Comissão de Constituição e Justiça, o Parecer do Dep. Afonso Arinos havia sido aprovado e foi remetido, como de praxe, para o plenário, para que a Câmara dos Deputados pudesse votar o mencionado Parecer. Se aprovado, manter-se-ia o sistema presidencial, com o voto do Relator. Ao contrário, seria apreciado o sistema parlamentar e, sua instituição no País. Por esta razão, o autor da emenda que seria votada ocupa a tribuna.

⁴¹⁶ Cf. **Anais da Câmara dos Deputados**. In: PILLA, 1980, p. 165. Discurso de Raul Pilla na Tribuna da Câmara Federal do dia 26 de agosto de 1946.

Que se pode opor, Sr. Presidente, à reforma que preconizamos? Nada, absolutamente nada; pelo menos nada de consistente. Repetem-se apenas aquelas vagas e batidas objeções, que não resistem ao conhecimento do sistema e à análise dos fatos. Uma voz não houve, na Assembléia Constituinte e nesta Câmara, que soasse para defender o sistema presidencial e apregoar-lhes as excelências; houve-as, apenas, para tentar algumas restrições ao sistema parlamentar. E destas, quantas já não se converteram? Quantos, que começaram combatendo do lado de lá, não se acham hoje do lado de cá da paliçada⁴¹⁷?

Nesta altura, em que o projeto é encaminhado para a discussão ampla e definidora, o biografado usa a estratégia de combater os presidencialistas e buscar agregar os defensores do parlamentarismo. Sufoca nos argumentos aqueles que buscavam a manutenção do sistema instituído, pois não apresentaram soluções razoáveis do ponto de vista do aprofundamento da democracia, abrindo espaço para Pilla avançar no seu convencimento e na esperança de lograr êxito na provação da dita emenda.

Faz um balanço do tamanho da bancada daqueles que defendiam o parlamentarismo, no início da Assembléia Constituinte, e que neste momento eram muitos e significativos: “*éramos pouco mais de meia dúzia. Uma centena e meia somos hoje*”. Foi um trabalho consistente que o biografado desenvolveu neste período, particularmente na Assembléia Constituinte de 1946. Nesta mesma oportunidade, mais uma vez, questiona o Parecer de Afonso Arinos.

Quem ler o parecer, poderá ficar impressionado, se não conhece a matéria. Esvai-se, porém, a impressão, mal a reflexão e a crítica começam a exercer o seu ofício. Não há advogado capaz de tornar boa uma causa má; há-os, sim, capazes de bem vesti-la, e apresentá-la. Mais não fez, e mais não podia fazer o Sr. Afonso Arinos. E, porque mais não fez, nem mais podia fazer, quero eu deixar-lhes aqui os nossos agradecimentos: o seu brilhante parecer foi a pedra de toque que aos mais duvidosos vem comprovar a excelência de nossa causa⁴¹⁸.

⁴¹⁷ Cf. **Anais da Câmara dos Deputados**. In: PILLA, 1980, p. 221. Raul Pilla, discurso proferido na Tribuna da Câmara Federal, no dia 29 de novembro de 1949, por ocasião da discussão do parecer de Afonso Arinos, sobre a emenda de implantação do regime parlamentar no Brasil;

⁴¹⁸ PILLA, 1980, p. 221

Na seqüência Raul Pilla cobra dos congressistas, que concordam em tese com o parlamentarismo, mas que na prática fugiam de fazer esta implementação, o voto favorável à dita emenda. Foi uma espécie de cobrança de uma dívida que estava pendente na tribuna do Assembléia Constituinte: *“desta contradição padecemos e estamos morrendo. Morreremos fatalmente, se não resolvermos já e já. Não se pode querer uma coisa e fazer a coisa oposta”*⁴¹⁹.

Era a contradição que o Pilla não admitia entre os Deputados, pois considerava que este tema era central e todos concordavam, mas estavam inseguros em fazer esta mudança proposta. Aconteceu que, ao avançar das discussões, Pilla quase implorava aos deputados para que votassem em novos rumos da história brasileira, por um ato de coragem, sem medo de mudar. Era um convite, era um desafio, era uma súplica que o defensor do parlamentarismo fazia aos seus colegas.

Este tema sofre um detalhamento ainda maior, porém os aspectos ainda são extensos. Para encerrar o seu discurso, Raul Pilla busca alertar os seus colegas deputados: *“podemos realizar uma tal revolução e não o faremos já, agora, enquanto é tempo? Pois seremos varridos pela revolução cruenta que fatalmente virá, se não mudarmos de rumo. E ninguém dirá então que o não tenhamos merecido”*⁴²⁰. Depois do Assembléia Constituinte não ter aprovada a sua Emenda nº4, Pilla permaneceu por longo período sem usar a Tribuna da Câmara dos Deputados.

4.4 Falando da Tribuna: Temas Diversos

Sobre as revoluções, as lembranças de Raul Pilla não eram as melhores, pois condenava terminantemente os tais regimes de exceção, considerando-os um prejuízo inominável para a conquista da cidadania de um povo. Fez uma menção em específico ao Estado Novo, instituído a partir de 1937, no Brasil. No dia 29 de outubro de 1952, em plena atividade política, Raul Pilla propõe, através de um discurso, que se comemore a queda do Estado Novo. Isto se devia ao fato de que Getúlio Vargas foi deposto no dia 29 de outubro de 1945. Tornou-se uma data que demarcava a retomada democrática no Brasil.

⁴¹⁹ Cf. **Anais da Câmara dos Deputados**. In: PILLA, 1980, p. 221. Discurso do dia 29 de novembro de 1949.

⁴²⁰ Cf. **Anais da Câmara dos Deputados**. In: PILLA, 1980, p. 221. Discurso do dia 29 de novembro de 1949.

Homenageava principalmente aqueles que efetivamente participaram do processo de restauração da democracia, e por conseqüência das liberdades individuais e políticas. Raul Pilla atribui esta tarefa de discussão e influência política nos negócios das coisas públicas, como algo fundamental e indispensável para que a existência do Congresso fosse atuante e honrada. Mesmo não tendo aprovado a sua emenda parlamentarista, apostava na função do Congresso Nacional, visando o diálogo com a sociedade e as transformações na mecânica da instituição política no Brasil. Voltando para os aspectos de críticas ao Estado Novo, Raul Pilla disse não visualizar nenhum democrata dentro da Casa Legislativa que pudesse contrariar a homenagem que estava mencionando, em favor daqueles que desbancaram o Getúlio Vargas da cadeira presidencial.

O movimento de 29 de outubro foi, em verdade, um acontecimento necessário. E, muito mais do que isto, foi um acontecimento feliz. Operou pacificamente uma transformação, que perigosamente se realiza sem perigosas convulsões. Já se tem dito que o difícil não é estabelecer a ditadura; o difícil é sair dela⁴²¹.

O objetivo desta intervenção era explicar para os parlamentares que a democracia no Brasil era frágil, pois os mecanismos para ensejar tais funcionamentos eram “paralíticos”. Lembrar tal acontecimento tinha um sentido de prevenir. Pilla tinha consciência que no Brasil só um sistema parlamentar poderia garantir a estabilidade política e que era necessário então, deixar claro que este tema, embora votado, ainda não estava concluso e equidistante de um novo debate.

Esta participação de Raul Pilla no plenário da Câmara dos Deputados deu-se no início de uma nova Legislatura. Este fato movia-o novamente, na busca de implementar esta discussão dentro do Legislativo Federal, conquistando cada vez mais parlamentares. Até que no dia 16 de junho de 1953, depois de tramitada na Comissão de Constituição e Justiça e novamente com o parecer contrário do Relator, que era ainda o Deputado Afonso Arinos, vai a plenário para ser votada esta emenda. Raul Pilla ocupa novamente a tribuna para tranquilizar e solicitar o voto em seu favor:

⁴²¹ Cf. **Anais da Câmara dos Deputados**. In: PILLA, 1980, p. 243. Discurso de Raul Pilla na tribuna da Câmara dos Deputados, no dia 29 de outubro de 1952, por ocasião do aniversário do fim da era Vargas.

Na há, portanto, por que temer a reforma. Não é uma tentativa que se faça sem orientação, às cegas, apenas por tentar alguma coisa. Não há reforma mais bem fundamentada que esta. Entretanto, alguns temem ou, quando menos, hesitam. Raciocinam, como se toda a mutação fosse em si um mal, ou trouxesse consigo perigos inevitáveis. Mas há mudança e mudança. Há a mudança desejável e há a mudança condenável. Há a mudança necessária e a mudança inútil e nociva. E há também a pior de todas as mudanças, a que se vai fazendo lentamente, imperceptivelmente e só se nos manifesta tarde demais, quando a gangrena já tomou conta do País⁴²².

Era um apelo que o Pilla fazia, especialmente para os parlamentares que não tinham acompanhado a votação na outra legislatura. Confirmava a oportunidade de mudança, de transformações necessárias para a estrutura política do país. Chamou a atenção dos deputados: “*nunca tanto como aqui, neste momento, o querer foi poder*”. Mais uma vez derrotado.

No entanto, uma das mais marcantes manifestações do Raul Pilla no Câmara dos Deputados, na década de 50, ocorre na defesa do Impeachment do Presidente Getúlio Vargas. Ataca o Presidente da República, pedindo a sua saída, pois atribui que, todos os males do presidencialismo, foram sedimentados por Getúlio Vargas. Era uma questão central na sua intervenção, mencionar que a crise era extremada e que só a saída de Vargas poderia resolver este impasse.

Não direi que é grave a crise política por que estamos passando, porque é gravíssima. No momento mesmo em que estou falando, não sei se não estaremos já ante o irremediável. Em jogo estão as próprias instituições democráticas, que tão mal têm funcionado entre nós. Por esta crise, que antes se diria, a dissolução de uma nacionalidade, há um responsável máximo. É o homem que maior poder já exerceu em toda a história da pátria, o homem que tendo todo poder para fazer o bem, preferiu exercê-lo em benefício exclusivo das suas incomensuráveis ambições e lançou o país no caos⁴²³.

Esta manifestação contribuía para aumentar a pressão sobre o governo de Vargas, em 1954, pois o entendimento de Raul Pilla era de que Getúlio não tinha mais condições de governar

⁴²² Cf. **Anais da Câmara dos Deputados**. In: PILLA, 1980, p. 281. Discurso de Raul Pilla na tribuna da Câmara dos Deputados, do dia 16 de junho de 1953, por ocasião da votação da emenda parlamentarista, outra vez.

⁴²³ Idem, p. 297. Discurso de Raul Pilla na tribuna da Câmara dos Deputados, do dia 23 de agosto de 1954, por ocasião da defesa do *impeachment* de Getúlio Vargas.

o País, devido às suas características de teimosia, insensibilidade e por conservar-se no cargo. Compreende que a Câmara dos Deputados tinha que exercer seu papel e declarar suspensas as funções do presidente. Foi um momento forte da intervenção de Pilla na Câmara, que coloca o Presidente da República “num beco sem saída”. Até que no dia seguinte, Raul Pilla novamente ocupa a Tribuna para fazer uma rápida manifestação, por ocasião da morte de Getúlio Vargas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, diante da morte, curvamo-nos respeitosamente, todos, tantos os que acreditamos na sobrevivência da personalidade humana, quanto os que supõem que tudo se aniquila com a desagregação da matéria. Esta é a minha postura ante o esquife do Sr. Getúlio Vargas. Que a paz do Senhor desça sobre sua alma⁴²⁴.

Este momento de comoção no país levou os admiradores de Getúlio Vargas a se manifestar com violência e como consequência invadiram a sede do Partido Libertador, em Porto Alegre, destruindo todos os documentos da memória do PL. Atearam fogo nas sedes dos partidos de oposição a Getúlio Vargas. A polícia não tomou iniciativa no sentido de conter as manifestações e o vandalismo. Porto Alegre foi aturdida por incêndios, brutalidades e turbulências de toda ordem, que ocorreram sem intervenções do corpo da segurança pública⁴²⁵.

Nestes aspectos das manifestações de Raul Pilla na tribuna da Câmara Federal, está a visão do papel de um parlamentar e o dever público de manifestar-se claramente sobre os aspectos de seus posicionamentos para o país, a fim de comprovar lisura nas práticas políticas e principalmente de ouvir e não se emudecer.

Ocasões há, porém, que ainda num deserto, onde somente as pedras poderiam ouvir, é necessário falar, clamar e conclamar. Ninguém houve, ninguém quer ouvir? Pois é preciso bradar, Sr. Presidente, para que um País de surdos não se transmude num País de surdos-mudos[...]. Não falo por falar, falo por dever; falo para que não digam que não ouviram, porque não houve quem falasse; falo

⁴²⁴ Cf. **Anais da Câmara dos Deputados**. In: PILLA, 1980, p. 300. Discurso de Raul Pilla na tribuna da Câmara dos Deputados, no dia 24 de agosto de 1954, em função da morte do Presidente Getúlio Vargas.

⁴²⁵ SÁ, 1973, p. 143.

sobretudo, para ficar em paz com a minha consciência, a que sempre obedeci e a que hoje, mais do que nunca, devo obedecer⁴²⁶.

Esta manifestação de Raul Pilla na tribuna no Congresso tinha por objetivo defender os direitos constitucionais que cercavam os parlamentares. Era uma defesa ao Deputado Carlos Lacerda, que havia recebido uma ameaça de morte, devido às críticas que fizera ao governo. Ainda havia uma solicitação do partido do governo, de que o Congresso permitisse que o supracitado deputado fosse processado por calúnia e difamação na justiça comum. Pilla está defendendo o direito do parlamentar falar, o mesmo está, sobretudo, protegido pela Constituição. Se este direito não fosse assegurado ao deputado opositor, a nenhum deputado seria lícito reivindicar e, portanto, o parlamento brasileiro estaria descaracterizado dos seus direitos fundamentais. O de falar.

É justo mencionar que Pilla foi crítico dos governos, principalmente ao governo de Juscelino. Foi opositor da construção de Brasília, escrevendo um estudo⁴²⁷ no qual menciona os problemas que iriam advir desta construção. Dentro desta questão, pronunciou-se também contrário à construção da Universidade Federal de Brasília, apresentando através de um discurso na Tribuna da Câmara, as razões que o levavam a este entendimento. Embora admitisse que era um projeto importante para vida acadêmica brasileira, porém a questão colocada era da localização de tal instituição e naquele tempo. Por que Brasília? Ensejando em 1960, uma manifestação quanto a esta construção.

Haverá, pois, necessidade de uma universidade em Brasília? Contesto, formalmente, que haja tal necessidade. Só pelo fato de ser Capital, Brasília não requer uma universidade. O conceito de capital é muito outro, muito diverso: Capital é apenas o centro político e administrativo do País. Para que este centro funcione, e funcione efetivamente, não se faz mister uma universidade nele[...]. Portanto, a argumentação vem a confirmar o que diziam os adversários da

⁴²⁶ Idem, p. 351. Discurso de Raul Pilla na tribuna da Câmara dos Deputados, no dia 14 de maio de 1957, numa crítica ao sistema presidencial. Raul Pilla está prevendo que a democracia vai tornar-se aos poucos insustentável, em função das práticas políticas que estavam sendo adotadas no país. A crítica acalorada ao Governo de Juscelino Kubitschek.

⁴²⁷ Cf. NUPERGS. Arq. 002. Sustenta que era inaceitável a construção de Brasília, visto o dispêndio de recursos para viabilizar tal feito.

fundação de Brasília, que não seria verdadeiramente capital e não será, pelo menos por muitos anos, porque está isolada no planalto⁴²⁸.

A preocupação sobre esta questão é justificada, pois acredita que necessária se fazia a organização do ensino primário e secundário. Posteriormente se implantaria uma universidade federal. Pois alguns deputados haviam justificado a sua preocupação em função de um local para seus filhos estudarem. Isto é, ao permanecerem durante o ano inteiro, suas famílias também iriam residir em Brasília, situação que denotava a necessidade de criação da mencionada universidade. Aspecto duramente criticado por Raul Pilla.

4.5 A Implantação do Regime Parlamentarista no Brasil

Havia dois grandes sonhos que Raul Pilla alimentara durante sua vida. Um de caráter pessoal, no campo afetivo, que era encontrar Esther Olinto. Isto já havia se realizado e neste momento, no início da década de 60, o seu amor já morava também em Brasília. Sonho realizado. O outro e não menos importante, foi uma das motivações da sua vida pública e estava relacionado com a implantação do parlamentarismo no Brasil. Por duas vezes, apresentou a Emenda que alterava a Constituição e, nestas duas vezes, foi rejeitada. Entretanto, o contexto político que levou à renúncia do Presidente Jânio Quadros, em 1961, elevou a tensão das posições políticas. Mas o que de importante se deve destacar é que a oposição a Jango, que era o vice-presidente de Jânio Quadros, tinha preocupação com uma espécie de esquerdismo irresponsável, do chamado trabalhismo brasileiro, capitaneado no Rio Grande do Sul, pelo Governador Leonel Brizola, alcançando grande força simbólica com a morte de Getúlio Vargas.

Foi construída no Congresso Nacional, como saída para a crise política que impedia a posse de Jango como Presidente da República (João Belchior Goulart), a aprovação de uma Emenda Constitucional, que há muito havia sido demarcada por Raul Pilla e seus colegas do Partido Libertador: a emenda parlamentarista (também chamada de Emenda Pilla). Era um

⁴²⁸ Cf. **Anais da Câmara dos Deputados**. In: PILLA, 1980, p. 420. Discurso de Raul Pilla na tribuna da Câmara Federal, na sessão do dia 21 de outubro de 1960, por ocasião de uma discussão sobre a Universidade Federal do Brasil.

objetivo da vida política de Raul que estava sendo alcançado. O contexto no qual está sendo construída esta saída era da aprovação de forma urgentíssima à dita emenda. Pilla foi consultado sobre seu possível apoio e para tal, manifestou-se na tribuna da Câmara dos Deputados, apresentando preocupações sobre a aprovação, pois visualizava que a busca de saídas para a crise era um dos limitadores, fazendo a seguinte intervenção.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, dada a gravidade da hora preferi escrever, como faço habitualmente, o meu discurso, para o que eu aqui dissesse tivesse toda a precisão e concisão possível. Se eu fosse apenas um doutrinador do parlamentarismo, votaria neste momento contra a Emenda à Constituição que institui o sistema e já se achava em curso na Câmara dos Deputados dois meses antes de manifestar-se a atual gravíssima crise política⁴²⁹.

Pilla havia apresentado a emenda parlamentarista pela terceira vez na Câmara Federal. Nas duas primeiras foi derrotado na intenção de ver o sistema parlamentar funcionando no País. No entanto, sob outro contexto solicitaram que Raul manifestasse apoio à implementação do parlamentarismo naquele quadro de crise.

Sr. Presidente, votaria contra o sistema de Governo que tenho defendido durante toda a minha já longa vida pública, votaria contra ele porque, após setenta anos de deformação presidencialista, seria submetê-lo a uma rude e perigosa prova, instituí-lo na presente situação. Mas, além de propugnador do parlamentarismo, sou cidadão brasileiro[...]. Sendo para mim um instrumento, nada mais do que um grande instrumento, e não por um ideal abstrato, faltaria eu a meu dever de cidadão se hesitasse em sotopor o sistema parlamentar ao supremo interesse da paz e de tranqüilidade do País. Voto a favor da Emenda Parlamentarista, embora, como propugnador do sistema, pudesse ser grande contradição votar contra ela nesta oportunidade; voto a favor Sr. Presidente, porque desnatural seria sacrificar o fim que é o bem comum, ao instrumento, que é por natureza secundário⁴³⁰.

⁴²⁹ Cf. **Anais da Câmara dos Deputados**. In: PILLA, 1980, p. 437. Discurso de Raul Pilla no plenário da Câmara Federal, do dia 1º de setembro de 1961, por ocasião da renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart. Foi aprovada a Emenda que criava o regime político parlamentarista no Brasil.

⁴³⁰ PILLA, 1980, p. 437.

Raul Pilla justificou o porquê de ter votado a favor da implantação do parlamentarismo, criando as condições políticas para que Jango pudesse assumir o comando do país. Tancredo Neves, então Deputado, assumiu a função de Primeiro Ministro e organizaram, através do Congresso Nacional, um governo de gabinete, conforme previra a lei que criou o sistema regime parlamentar. Menos de um ano depois, porém, Tancredo Neves renuncia o cargo de Primeiro Ministro, devido às dificuldades de conciliação entre suas funções e as do Presidente João Goulart. Este não admitia que o parlamentarismo tivesse sido feito no Brasil, sob medida para seu governo. Criou todas as dificuldades possíveis, a fim de não permitir que o Primeiro Ministro pudesse dar cabo às tarefas que lhe competiam. Na seqüência, Raul Pilla manifestou-se preocupado com os destinos do parlamentarismo, pois acusa a existência de uma conspiração que visava impedir o funcionamento do sistema parlamentar, que tinha como mentor o Presidente da República. Com a renúncia de Tancredo Neves, Raul Pilla vai novamente à tribuna alertar de que previra com bastante antecedência o que estava acontecendo. Esta solução que havia sido construída para resolver o impasse da posse do vice-presidente, não passava de um jogo de cena que não poderia se sustentar na vida, pois além de tudo, poderia sepultar definitivamente um projeto da grandeza do parlamentarismo. A situação novamente se agravava, colocando um impasse entre a Câmara dos Deputados e o Gabinete da Presidência da República. Pilla chamava-os de conspiradores contra o sistema, pois não havia mais condições políticas de montar um novo gabinete. Quinze meses depois de implantado, caiu o sistema parlamentar.

Mas aqui estamos diante de uma conspiração que também denunciei desde os primeiros dias do novo regime. A respeito desta conspiração não podia haver dúvida, uma vez que, no momento mesmo que assumia o compromisso, o Sr. Presidente da República punha em dúvida a sinceridade com que aceitava a composição, reclamando naquele momento mesmo o plebiscito, o qual, realizado nas condições por S. Exa. Desejadas, começaria por ser uma violação do Ato Adicional. E, daí por diante, nunca cessou de desenvolver-se sua ação, ora mais ou menos clara, ora sub-reptícia⁴³¹.

Indignado com os encaminhamentos que estavam sendo feitos para desestabilizar o sistema parlamentar, Raul Pilla mais vez vai à tribuna denunciar questões que envolviam a

⁴³¹ Cf. **Anais da Câmara dos Deputados**. In: PILLA, 1980, p. 448. Discurso de Raul Pilla na tribuna da Câmara Federal, no dia 12 de julho de 1962, por ocasião das dificuldades de implementação de um novo gabinete parlamentar. O título de seu pronunciamento era “uma conspiração”.

extirpação do novo sistema. Este pronunciamento demarcava que o maior defensor do sistema parlamentar, não estava mais crendo na sua existência, a partir das manobras realizadas pelo governo para declarar o seu fim.

Estamos, assim, representando ou ajudando a representar uma farsa em que uns são atores, outros simples comparsas, mas que terminará num tremendo desastre para a Nação brasileira. Parlamentarismo em mão de caudilho não poderia deixar de ser farsa, como farsa é a simples democracia no infeliz continente latino-americano. Previ-o Sr. Presidente, no discurso que, nesta mesma sala, proferi, encaminhando a votação do infeliz substitutivo à Emenda Parlamentarista. Previ-o, mas aceitando o sacrifício que, nós, parlamentaristas, fazíamos pela pacificação da família brasileira⁴³².

A existência do parlamentarismo no Brasil ficou inviabilizada, técnica e politicamente. Embora estivesse na Constituição brasileira, ainda assim era necessário que os homens estivessem convencidos de que esta alternativa era capaz de manter o Brasil num percurso de avanço nos rumos democráticos. Depois de quinze meses o regime foi extinto.

Em seguida, Raul Pilla faz uma advertência ao Congresso Nacional, destacando que as dificuldades piores ainda estavam por vir, se aquele comportamento do governo e dos parlamentares não se alterasse. Retomo aspectos mencionados no cap.I.

Sr. Presidente, chegado ao fim de uma carreira, que o é também de uma existência, triste, melancólica, acabrunhador é o espetáculo que me oferece a nossa vida pública. Eu também, como em certa ocasião o velho Fausto, alimentei um grande e velho sonho. Sonhei em minha adolescência, continuei sonhando anos a fio, parece que ainda continuo sonhando, ver o Brasil e, com ele, toda a América, que me parecia o continente da fraternidade, transformado naquele país ideal, dos devaneios do sábio que se deixou tentar pelo diabo, para, finalmente, libertar-se dele. Mas, Sr. Presidente, se ainda creio, já comecei a descreer. O belo e antigo sonho se está dissipando, em face da triste realidade nacional[...]⁴³³.

⁴³² Cf. **Anais da Câmara dos Deputados**. In: PILLA, 1980, p. 462. Discurso de Raul Pilla na tribuna da Câmara dos Deputados, no dia 28 de novembro de 1962, cujo título era **A farsa do parlamentarismo**.

⁴³³ Idem, p. 482. Discurso proferido na sessão de 21 de agosto de 1963, na Câmara dos Deputados. (já citada na página 20, intencionalmente)

Raul Pilla está destacando as preocupações o lhe afetam e de alguma forma, começa a retirar-se da vida pública por não ter alcançado o objetivo político de sua vida: implantar um sistema parlamentarista no Brasil. Ataca o caudilhismo de João Goulart, chamando-o de uma desgraça para a vida pública e apresenta a fragilidade dos partidos políticos que não são movidos por princípios, mas por interesses. Destaca que a reforma política seria um item que deveria ocupar as páginas do Câmara Federal, com objetivo de fortalecer os partidos, dando-lhes condições de influenciar no funcionamento e na dinâmica política do Brasil. O discurso pronunciado acima foi o último feito no Congresso antes do golpe militar, ou golpe na democracia. Encerra esta fase fazendo as seguintes considerações:

Aí está, apenas e mal esboçada, a situação diante da qual se encontram os partidos, que deveriam dar vida à orientação a esta, não se diga, democracia. Diante dela se encontram também todas as classes e todas as instituições, mas aos partidos, por sua própria natureza e função, é que especialmente cabe o dever de considerar e reagir. Eu suponho, porém, e temo, que eles continuarão absorvidos em seu jogo político, se político se pode chamar sem menoscabo da palavra⁴³⁴.

Até que no final de março de 1964, o Presidente João Goulart é deposto e o Brasil mergulha numa grave crise política institucional, situação que leva ao golpe de Estado pelos militares brasileiros. Num primeiro momento, Raul Pilla apoiou a “*revolução de 64*”, posteriormente mudou de opinião. Quando saiu da Câmara Federal, ainda publicou um livro, cujo título era: “*A Revolução Julgada*”. Fez um apanhado de suas manifestações por ocasião deste período de exceção que se instalou novamente no Brasil. Tornou-se opositor do golpe militar, quando vislumbrou que o rumo seria muito pior do que se podia imaginar, e num discurso de 11 de junho de 1964, assim se pronunciou:

Vou concluir, Sr. Presidente. Por mais suspeito que eu possa parecer por meus antigos e arraigados compromissos com as idéias, não vejo nenhuma contra-indicação à imediata realização da reforma parlamentarista. Já fui um entusiasta, embora comedido por temperamento. Mas hoje, Sr. Presidente, quando, com verdadeiro desencanto, me estou preparando para deixar a vida

⁴³⁴ Cf. **Anais da Câmara dos Deputados**. In: PILLA, 1980, p. 482. Discurso de Raul Pilla do dia 21 de agosto de 1963. Título: “*Uma advertência*”.

pública, a isto levado, mais do que pela idade, já provectora, pelo espetáculo de inconsciência democrática que se me oferece quando se procura suprimir a possibilidade de verdadeiros partidos ideológicos, para só admitir a existência de duas ou três grandes, mas simples organizações eleitorais[...] o estabelecimento do sistema parlamentar de governo: este é o caminho[...]⁴³⁵.

Na seqüência houve várias manifestações de Raul Pilla, no sentido de propor a reforma parlamentarista para o governo que estava se instalando. No entanto, cada vez mais o presidencialismo tornava-se um superpresidencialismo. O biografado cala-se, quando percebe que não teria condições de apresentar o seu protejo de um sistema parlamentar para o Brasil. Ao longo de sua trajetória na Câmara dos Deputados, quando percebia a mínima possibilidade de implantar o novo sistema, lá estava o líder libertador rerepresentando sua emenda. Na fase final de sua presença na Câmara, alguns adversários haviam se tornado aliados do projeto dos Libertadores, que era a questão do novo sistema, como alternativa para o regime militar. É o que decorre da posição do Deputado Afonso Arinos que se tornou amigo de Raul Pilla e defensor do sistema parlamentar, passando a defendê-lo.

4.6 Um Duro Golpe

Em 1964, além de perder o insipiente sistema parlamentar⁴³⁶ que estava “engatinhando”, Raul Pilla tem uma outra grande perda em sua vida: a sua amada Esther, com uma saúde fragilizada, veio falecer no final de 1964. Foi sepultada junto de seus pais, no Rio de Janeiro. Mais uma vez, o velho maragato caminhava só, separado do grande amor de sua vida, agora por uma circunstância irreversível. Raul, impossibilitado de propor grandes mudanças, cala-se e vê a democracia que tanto havia defendido, ser tirada à força do povo brasileiro.

⁴³⁵ PILLA, 1980, p. 491.

⁴³⁶ REALE, Miguel. **Parlamentarismo Brasileiro**. São Paulo. SP: Saraiva, 1962. O Jurista Miguel Reale escreve esta obra mostrando os limites do referendo, demonstrando que o regime parlamentar criava todas as condições de equilíbrio entre os poderes da República Federativa do Brasil. Demonstra que o parlamentarismo estava associado à maturidade política do Brasil. Condena frontalmente o regime presidencial, por compreender que o presidente da república pode colocar o País à mercê de suas vontades. Ao contrário, ocorreria com o parlamentarismo.

O Partido Libertador que também era a grande conquista dos maragatos do Rio Grande do Sul, junto com os demais partidos, foi declarado extinto pelos militares em 1965. Era a desgraça no seu quadro mais terrível, o fim de uma vida pública devotada às instituições democráticas. Depois da morte de Esther e da extinção do PL, Raul Pilla anuncia, na tribuna da Câmara dos Deputados, o fim de sua carreira política.

Defensor de idéias conseguiu formar uma imagem de si próprio que fez questão de citar ao fim de sua vida pública.

O meu caso, porém, é diferente. Não sou político por gosto da atividade política, senão pela alta compreensão, que sempre tive do dever cívico. A minha tendência natural era antes para o ensino, talvez para a pesquisa. Mas, convencido, desde a adolescência, de que a vida pública andava pouco satisfatoriamente neste País, e que tal devia ao sistema de governo instituído pela república – o malfadado sistema presidencial - fui, natural e irresistivelmente, levado ao seio do Partido Federalista do Rio Grande do Sul, que, logo nos primeiros anos do novo regime, desfraldara a bandeira da república parlamentar e federativa e por ela lutar em sangrenta e heróica luta de três anos, levando-a até o Estado do Paraná⁴³⁷.

É uma retomada que o líder, agora do ex-Partido Libertador, faz no Câmara dos Deputados, como uma autobiografia de sua trajetória política. Enfatiza que sua entrada no Partido Federalista foi por princípios e não por interesses pessoais. Visualizava no Partido Federalista mais do que um partido político: *“muito mais que uma organização eleitoral, o partido político é, para mim, comunhão de ideais”*⁴³⁸. Justifica que sua militância política teve o traço fundamental da comunhão de ideais: *“Alistei-me, pois, no Partido Federalista, que, além de ideais que eu alimentava, me oferecia também, o exemplo de abnegação e no sacrifício no sustentá-los”*⁴³⁹.

Assegurou a importância da fidelidade partidária com vínculo direto aos princípios políticos que cada partido adota, os quais são princípios dos indivíduos em si, coletivamente. Portanto, manter-se no mesmo partido era, na sua manifestação, a efetivação dos princípios pessoais na organização partidária. Neste sentido, os princípios estariam irretocáveis no contexto político, pelo menos enquanto partido.

⁴³⁷ Cf. **Anais da Câmara dos Deputados**. In: PILLA, 1980, p. 526. Discurso de Raul Pilla da tribuna da Câmara dos Deputados, do dia 23 de março de 1966. Neste discurso Raul Pilla busca explicação às razões da renúncia de seu mandato de Deputado Federal.

⁴³⁸ PILLA, 1980, p. 526

⁴³⁹ Idem;

E, se, em 1928, o Partido Federalista deu lugar ao Partido Libertador, eu não mudei de Partido, porque nada mais era o Libertador senão a projeção histórica do heróico e histórico Partido Federalista, que assim se renovava e ampliava. Posso, pois, dizer que, ao longo de mais de meio século de vida pública, nunca mudei de partido, porque, tanto eu, como ele, nos mantivemos fiéis aos mesmos ideais, cada vez mais vivo na consciência de todos. Poderia eu mudar agora, depois de mais de meio século de lutas? E mudar como? E mudar para onde? E mudar para quê⁴⁴⁰?

Pilla não se conformava com a extinção dos partidos políticos, empregada pela ditadura militar. Afirmava que se as relações partidárias são meras organizações formais, o resultado imediato seria a esbulho dos compromissos políticos pelos seus representantes públicos. A este processo que fora criado para dar guarida à ditadura, Pilla chamou de concepção puramente mecânica da democracia. Está criticando a criação da ARENA e do MDB. Também com os militares, retomou-se o sistema presidencial com toda a força, obrigando Raul Pilla a manifestar-se contra esta consagração do modelo político no Brasil. Destacava que ainda mantinha esperança de um dia o Brasil alcançar uma verdadeira democracia, porém, não naquele momento.

Mas a minha idade propecta já não me permite esperar por esta nova era. Estou com a minha já longa carreira política naturalmente encerrada. Definitivo é o ostracismo que agora começa e eu não devo e nem posso evitá-lo⁴⁴¹.

4.7 O Último Pronunciamento

Antecede à renúncia do mandato político um pronunciamento de Raul Pilla, cujo título era “*Retirada que não é fuga, mas protesto*”,⁴⁴² em que faz uma crítica aguda contra a organização do Estado pelos militares.

⁴⁴⁰ Cf. **Anais da Câmara dos Deputados**. In: PILLA, 1980, p. 526.

⁴⁴¹ PILLA, 1980, p. 526

⁴⁴² Idem

Diante desta situação, a que nós não podemos contrapor, porque somos um poder desarmado, isto é, um poder sem poder, eu não me conformo e faço a única coisa a meu alcance: retiro-me da triste cena⁴⁴³.

Esta era uma decisão que vinha sendo maturada por Raul Pilla e anunciada como forma de pressão, ao visualizar que o sistema parlamentar poderia ser a grande saída para uma democracia brasileira equilibrada. Todavia, ao perceber que sua voz não tinha eco no governo militar, passou então a enfrentá-los através de suas manifestações públicas. Apontando uma espécie de caminho por onde a “*revolução*” deveria ter trilhado e não trilhou. Mas neste momento em que os canais democráticos estavam interrompidos e a submissão do Congresso Nacional era visível, como também a impossibilidade de fortalecimento dos partidos políticos, a questão se complicava ainda mais.

A revolução (uso a expressão apenas por falar impessoalmente), em vez de reformar o regime, veio agravá-lo enormemente, com o seu discricionarismo, já estabelecendo-o nos costumes, já instituindo-o nas leis, com suas emendas da Constituição. O que ela nos trouxe e está querendo impor ao País é um superpresidencialismo, isto é, a agravação de todos os males que, como derradeiro e desesperado recurso, a provocaram. É uma revolução às avessas, que se desenvolve e perfaz contra si mesma. Este foi o erro máximo da Revolução. Erro tamanho e tão evidente, Sr. Presidente, que quase se diria um crime, crime perpetrado sob a fascinação do poder pessoal, que domina quantos deles se aproximam⁴⁴⁴.

Era o inconformismo de um político que havia lutado por muitos anos na busca de implementação de um sistema, que teoricamente aprofundava a democracia no Brasil. Ao visualizar esta impossibilidade conjuntural, pois a democracia estava completamente destroçada, esbulhada e enchocalhada, retirou-se do parlamento.

A última parte do discurso é importante para compreender com mais nitidez a posição de Raul Pilla frente ao golpe militar de 1964. Quando o apoiou o golpe não previu as dificuldades que adviriam deste processo. Ao perceber o tamanho do prejuízo político em que o Brasil havia

⁴⁴³ Ibidem

⁴⁴⁴ Cf. **Anais da Câmara dos Deputados**. In: PILLA, 1980, p. 546. Último discurso de Raul Pilla na Câmara Federal. Dia 31 de agosto de 1966, por ocasião de sua renúncia ao mandato de Deputado Federal.

se metido, colocou-se contrariamente àquilo que estava sendo imposto no cenário político brasileiro: o regime militar ou, definido como superpresidencialismo.

Considera o regime militar no Brasil, naquele momento, um desatino e uma calamidade. Ter derrubado o populismo era um ato de grande importância para o Brasil, mas ter instaurado um regime autoritário era muito pior, pois as conseqüências seriam grandes, quando a democracia foi sufocada, e por conseqüência a sociedade desprotegida.

A despedida

Creio, Sr. Presidente, haver cumprido o que prometi. Retiro-me da vida pública combatendo. Analisei os erros e malogros da Revolução. Fi-lo talvez com paixão – a paixão do patriotismo decepcionado - mas também com a isenção que somente um revolucionário como eu pode ter.

Chegado é o momento da despedida. Nada mais poderia justificar a minha presença nesta Casa, onde, veterano já de tantas lutas cívicas, militei vinte anos a fio. Devo, porém, dar o meu depoimento sobre ela. Se muitos têm sido os seus erros, se muitos são os seus pecados – erros e pecados que apenas refletem as insuficiências nacionais - posso afirmar que é ainda o Congresso o que de melhor apresenta a nossa vida pública. Nele conheci grandes e nobres espíritos de que guardo uma edificante lembrança e, ainda na generalidade dos seus membros, sempre encontrei receptividade para os altos ideais. Conquanto abafado, paralisado, humilhado pelo Poder dos poderes, é ele a grande caixa de ressonância na qual chegam e tomam voz as aspirações nacionais. Oxalá não o esqueçam nunca mais os cidadãos desta malfadada República⁴⁴⁵.

Foi o fim de uma vida pública devotada ao seu partido e à causa parlamentarista, como um sistema que poderia dar ao Brasil condições políticas para alcançar o desenvolvimento sustentável e soberano. Raul Pilla retirou-se do Câmara Federal com esta crítica importante contra o regime militar, porém não pôde impedir que o processo que estava em curso no país fosse suspenso⁴⁴⁶.

⁴⁴⁵ Cf. **Anais da Câmara dos Deputados**. In: PILLA, 1980, p. 546.

⁴⁴⁶ Raul Pilla deixou registrado em 1967, o seu último trabalho escrito. O livro, cujo título a Revolução Julgada: a Crise Institucional. Reuniu os discursos proferidos na tribuna do Congresso Nacional a partir de 21 de agosto de 1963, até o último, no dia de sua despedida: 21 de agosto de 1966. A dedicatória do livro carrega o seguinte conteúdo: “à memória de minha esposa, inspiração de minha vida”. Era a síntese que fazia no seu último trabalho, sobre si mesmo.

4.8 Retirada Definitiva

Raul Pilla voltou para Porto Alegre, de onde não sairia mais. Agora sem ter alcançado os seus grandes objetivos da vida, particularmente os aspectos vinculados a sua vida política. O parlamentarismo havia se tornado uma idéia que teria passado pelo Congresso Nacional brasileiro durante vinte anos. Com o regime militar, ficou mais distante este projeto.

A partir de 1966, Raul Pilla morou na Rua Santo Antonio, esquina com a Av. Independência, no prédio que havia sido construído na década de 50 pela família Pilla. Não mais escreveu para jornais, exceto em ocasiões específicas até a publicação do AI.5, pois considerava a censura um crime contra a liberdade dos indivíduos. Ocupou-se com pequenos prazeres de sua vida, vinculado ao mundo das artes, como nos relata o seu amigo, Mem de Sá.

Podia parecer frio, distante e indiferente. E invariavelmente sobrepunha a razão ao coração. Quem o conheceu de perto sabe, porém, que todas as manhãs, na sacada de seu apartamento, chamava os pássaros para dar-lhes de comer na palma da mão. E que se extasiava com a música, especialmente a lírica. E com a poesia. Conhecia e amava tão profundamente Camões⁴⁴⁷.

Morava só e com alguma freqüência velhos correligionários faziam visitas, como também seus sobrinhos. Não teve filhos, tendo que suportar a solidão de uma velhice, decepcionado com os rumos da política brasileira. Até que em 1973, contraiu uma infecção respiratória, dando fim a sua vida, mais precisamente no dia 7 de junho de 1973.

Tio Raul tinha uma enfermeira que cuidava dele à noite. Ela não percebeu que ele estava com muita febre e caiu da cama, na madrugada. Quando ela o achou estava com muito frio. Imediatamente foi levado para o hospital Fêmina, na Av. Independência não resistiu à infecção pulmonar. Quando cheguei ao hospital de manhã, eu era única pessoa da família que entrei para visitá-lo. Ele olhou-me, como se estivesse se despedindo e faleceu. Foi na minha presença⁴⁴⁸.

⁴⁴⁷ SÁ, 1973, p. 145.

⁴⁴⁸ Depoimento de Ruthe Pilla, conforme entrevista já mencionada;

A morte de Raul Pilla repercutiu por todo o País, sendo destacada pelos grandes jornais de circulação nacional, como também os jornais locais: “*Jornal do Brasil*”, “*Correio do Povo*”, “*Diário de Notícias*”, “*O Estado de São Paulo*”, “*O Globo*”, “*O Diário de Pernambuco*”, entre outras dezenas de órgãos de imprensa registraram com destaque a figura do médico, jornalista e político Raul Pilla. Deixou para a sociedade brasileira a convicção de que o sistema parlamentar poderia se tornar a grande conquista do século XX.

Raul Pilla foi enterrado no cemitério São Miguel e Almas de Porto Alegre, no túmulo da família. Novamente separado de sua amada Esther, para sempre. Na lápide de sua catacumba consta uma espécie de síntese de sua vida: “*Semper Fidelis*”⁴⁴⁹.

4.9 O Sistema Parlamentar não Morreu

Esta discussão retornou ao Congresso Nacional do Brasil com a Constituição de 1988. Por incrível que pareça, o Relator do projeto que fazia constar na nova Constituição era o Deputado Afonso Arinos, agora com idade avançada, colocava-se como o grande defensor do sistema parlamentar. O Senador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, ao se manifestar sobre esta questão posicionou-se a favor do parlamentarismo, destacando que este sistema poderia enobrecer a política brasileira, criando condições de ser estabelecido um equilíbrio. Menciona, que a idéia parlamentarista era muito forte na Assembléia Constituinte de 1988, porém aos poucos foi se esvaziando. Defendeu na ocasião, que a discussão do sistema político era o eixo fundamental nas definições dos rumos do país para as próximas décadas.

Imaginávamos que esta tese seria decidida na Assembléia Nacional Constituinte, onde todas as pesquisas feitas entre os parlamentares demonstravam que a imensa maioria de senadores e deputados era

⁴⁴⁹ Expressão usada pelo amigo Mem de Sá, antes de seu falecimento. Ainda é importante destacar na última entrevista de Raul Pilla para a “*A Folha de São Paulo*”, os seguintes elementos sobre o fim da ditadura militar: “*É claro que à mocidade, especialmente à mocidade universitária, caberá um importante papel, como tem ocorrido, em todas as grandes reformas políticas e sociais. O seu idealismo, o seu entusiasmo, o seu impulso são indispensáveis. Mas grandes obras exigem, também, experiência e reflexão, e estas não são apanágios da mocidade. É necessária a mocidade, mas não só a mocidade*”;

absolutamente favorável à adoção do parlamentarismo. Pesquisa feita entre parlamentares das Assembléias Legislativas dava o mesmo resultado. Surpreendentemente, com o decorrer do tempo, aquelas mesmas pesquisas que mostravam a imensa maioria favorável ao parlamentarismo, no Congresso Brasileiro, terminaram por fazer com que vencesse a emenda que derrubou o parlamentarismo no Plenário do Congresso Nacional⁴⁵⁰.

Com a derrota do parlamentarismo no decorrer da Constituinte de 1988, atribuída por Pedro Simon a importantes setores da sociedade, que se manifestaram claramente a favor do presidencialismo, especialmente aqueles partidos que visualizavam no horizonte político a possibilidade de chegar até ao cargo de presidente. Cita a grande imprensa, a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), a CUT, a FIESP, os Partidos Políticos (PT, PCB, PC do B, PDT, parte do PMDB) e outros. Numa manobra dos parlamentaristas no Congresso, foi possível encaminhar esta matéria do parlamentarismo para um plebiscito, ocorrido em 1993. Transcorrido o plebiscito e mais uma vez o sistema presidencial sai vitorioso no Brasil.

Nos dias de hoje, ainda há aqueles que compreendem a importância do sistema parlamentar para o desenvolvimento político do Brasil. Em tese ele é aceito, mas na prática em que foram estruturadas as instituições públicas, parece que cada vez mais tem aumentado a distância entre o sonho dos defensores do parlamentarismo e a vida do dia-dia. Lembra-nos Paulo Brossard que, com a derrota do parlamentarismo, cada vez mais lhe parece um traço do caráter nacional, não apostar na autonomia, na soberania e independência de decisões, dando a entender que o Brasil não tem preparo político par exercer o sistema parlamentar⁴⁵¹. Brossard que era amigo pessoal de Raul Pilla, membro do Partido Libertador e defensor do sistema parlamentar, destaca que na ocasião em que assumiu a Presidência do Supremo Tribunal Federal, aconteceu algo inédito: coordenar o plebiscito que faria opção pelo sistema de governo.

A rigor, o presidencialismo, que venceu com cerca de 69% dos votos válidos, correu o risco de também de não comemorar muita coisa [...]. Perto de 40% do

⁴⁵⁰ SIMON, Pedro. **O Parlamentarismo**. Brasília: Congresso Nacional, 1992. p. 5.

⁴⁵¹ WALLS, 2004, p. 529. “Essa indolência, essa preguiça para o pensamento, para a reflexão, e ao mesmo tempo essa disponibilidade para qualquer coisa, desde que haja alguém com poder fazendo o jogo para deixar passar, isso aí me parece um traço do caráter nacional. De modo que, como um movimento de idéias, eu acho difícil chegarmos ao parlamentarismo”.

Brasil esteve absolutamente ausente ou desinteressado das duas questões que o plebiscito levantava⁴⁵².

A partir de 1995, mais uma vez foi criada no Congresso Nacional uma Comissão Especial destinada a proferir parecer à proposta de Emenda a Constituição nº. 20-A de 1995, que estabelece o parlamentarismo como sistema de governo no Brasil. No Rio Grande do Sul existe um grupo que se reúne mensalmente para tratar das discussões sobre esta matéria, buscando recolocar na pauta nacional o tema do parlamentarismo. Tal movimento tem como Presidente de Honra o Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal-STF, Paulo Brossard de Souza Pinto. Entretanto, os trabalhos correntes estão a cargo de Nelson da Fonte Pilla⁴⁵³, que participa de debates, palestras nas universidades, na sociedade civil, buscando esclarecer a importância do sistema parlamentar e pautar novamente este debate na Câmara dos deputados, visto que a referida Emenda à Constituição está tramitando, sendo debatida e analisada. Portanto, as discussões continuam, embora atenuada na divulgação pública, se compararmos com outros momentos, os quais já foram, repetidamente mencionados.

É necessário esclarecer que este movimento, embora importante, ainda é incipiente. O MPB (Movimento Parlamentarista Brasileiro)⁴⁵⁴ tem Raul Pilla como Patrono e se caracteriza como uma entidade civil, sem fins lucrativos, de natureza política e suprapartidária, de âmbito nacional e duração indeterminada. O MPB foi fundado em 15 de outubro de 1998, no Estado do Rio Grande do Sul, destinando-se a divulgar e discutir a causa parlamentarista, além de apoiar as iniciativas no sentido de implementar no País este sistema de governo.

⁴⁵² WALLS, 2004, p. 528.

⁴⁵³ Nelson Pilla é sobrinho de Raul Pilla, filho do Remo Pilla.

⁴⁵⁴ Página eletrônica do MPB- www.parlamentarismo.org.br. Sede em Porto Alegre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto em que Raul Pilla esteve inserido - no Rio Grande do Sul do início do século XX - lhe permitiu participar ativamente da construção política, que foi protagonizada junto ao Partido Federalista e, posteriormente através do Partido Libertador. Embora tivesse uma personalidade introspectiva, era considerado por seus correligionários como um pensador político, em condições de contribuir para a formulação de princípios políticos, e mantê-los nos debates. Buscava repassar, através dos seus pronunciamentos e escritos em jornais, posições claras sobre a realidade, até com certa independência, pois nas situações mais agudas de decisões partidárias, manteve-se autônomo em relação aos seus partidários e, em algumas ocasiões, de forma solitária. Ao exemplificar esta afirmação, é importante destacar o sentimento de contrariedade em relação à posse de Getúlio Vargas, em 1932. Na ocasião, Pilla comprovou firmeza política, enfrentando o debate interno no seu partido, como o apoio de 1936 ao Governo de Daltro Filho no Estado, ao qual foi contrário. Mas sua convicção, de que o governo das idéias é preponderante em relação ao governo dos homens, o trouxe novamente à cena política, sendo uma referência, principalmente como defensor do sistema parlamentar de governo.

Na Câmara dos Deputados, se destacou na defesa intransigente do espírito público no grupo dirigente do País, como uma forma de fazer política que defendesse um mecanismo impessoal: o parlamentarista.

Manteve-se, durante os longos anos de sua vida pública, retomando a tradição liberal, visando a necessidade de controlar o poder e impedir que o exercício fosse realizado de forma tirânica ou autoritária:

A triste verdade é que não há democracia nestes países ibero-presidencialistas. E que ela não surge, nem quando, com o sigilo, o voto se torna realidade. Os cidadãos votam; descontados alguns casos de fraude, às vezes escandalosos, o seu voto é computado. Mas, com isto o que se estabeleceu no Brasil, não foi a democracia, senão a demagogia. Antes não contava o voto dos cidadãos, porque falsas eram as eleições. Tínhamos uma democracia meramente convencional, sem base popular. Agora, o cidadão vota realmente, mas não o preparam, não o educam para votar. A antiga ditadura presidencial, sem apoio na massa ausente e, por isto, comedida, tornou-se agora plebiscitária⁴⁵⁵.

Este processo autoritário estaria vinculado, em muitos casos, ao próprio sistema eleitoral, como já foi referido. Neste sentido, Raul Pilla visualiza os aspectos da escolha de governantes por parte da população como fator primário para o exercício de uma democracia. Através da afirmação anterior, fica claro que a proposição do biografado é de que a essência da democracia passa pelo problema da criação e preservação da autoridade democrática. Para Mauro Gaglietti⁴⁵⁶, estes princípios apontados por Raul Pilla buscavam evitar que houvesse um estado de beligerância generalizada quanto à coordenação e organização de ações voltadas aos fins coletivos, como fora apresentado por Hobbes.

A personalidade de Raul Pilla pode ser compreendida com mais propriedade, quando se estabelece uma diferenciação entre o pensador político, fruto de cuidadosas investigações e dos julgamentos de valor da realidade e o médico, que se constitui na pesquisa e na cátedra, justificando as razões de sua ação política. Max Weber apresenta esta distinção ao defender que o cientista não tinha o direito de possuir, a partir da sua profissão, preferências políticas e ideológicas. No entanto, todo o cientista é um cidadão, poderia ele assumir posições apaixonadas em face dos problemas econômicos e políticos, mas não deveria defendê-los a partir de sua atividade profissional. Para Weber, há uma clara divisão entre o cientista, homem do saber, e do político, homem de ação e de decisão comprometido com as questões práticas da vida. No entanto, defende que haja um entrosamento entre a ciência e o político: “*o que a ciência tem a oferecer a esse homem de ação, segundo Weber, é um entendimento muito claro de sua conduta, das motivações e da consequência de seus atos*”⁴⁵⁷.

⁴⁵⁵ Cf. **Anais da Câmara dos Deputados**. In: PILLA, 1980, p. 406. Discurso na Sessão da Câmara dos Deputados no dia 7 de maio de 1959.

⁴⁵⁶ GAGLIETTI, p. 329.

⁴⁵⁷ MARTINS, Carlos Benedito. **O que é Sociologia**. 38ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p. 62.

Pilla defendeu o sistema parlamentar com características próprias, construídas no contexto brasileiro. Embora o mecanismo geral do sistema avançasse para o aprofundamento da democracia, ainda compreendia que o Estado era formado por homens e poder. Era necessário construir condições de alterar o poder, já que os homens não poderiam sofrer alteração. Esta mudança no mecanismo é que poderia recriar um poder singular, assentado no contexto de uma época e de uma cultura. A propósito desta discussão, em Aristóteles se encontra esta afirmativa de construção de um poder submetido à realidade dos homens, visto que o poder é dos homens, para os homens, podendo ser mudado, quando se compreenda necessário: *“mas seria necessário introduzir uma tal forma de governo, que se pudesse fazer facilmente adotar, segundo o que já se achasse estabelecido, e dar-lhe uma aplicação geral; porque não há menos dificuldade em reformar um governo, que estabelecê-lo desde o princípio”*⁴⁵⁸. Este era um dos argumentos usados com insistência por Pilla para convencer os parlamentares a adotar o sistema parlamentar, para permitir uma nova organização do poder no Brasil: a transformação política.

Esta insistência na mudança do mecanismo político levou o biografado a fazer uso da tribuna em vários momentos para apelar aos seus colegas parlamentares, no sentido de visualizar um futuro político, capaz de colocar o país em condições superiores aos demais países ibero-americanos. Acreditava que o sistema presidencial não se mantinha por questões de clareza, de um projeto político em longo prazo, porém, o contrário. Buscava evidenciar ao parlamento que havia um medo de mudança que estava baseado na ignorância do funcionamento do parlamentarismo. Colocou-se na função de divulgar as razões técnicas do novo sistema, tentando caracterizá-lo como o mais adequado para o momento político brasileiro. Para ilustrar estas afirmações, deste papel de pensador político que se tornou Raul Pilla, lançamos mão da seguinte passagem: *“a ignorância, o erro, o preconceito, a falta de experiência, de reflexão e de previsão, eis as verdadeiras fontes do mal moral. Os homens só prejudicam a si próprios e a seus associados, porque não tem noção de seus verdadeiros interesses”*⁴⁵⁹. Na seqüência desta discussão, convém destacar mais um ponto que nos parece contribuir com estas intervenções feitas por Pilla, na Câmara dos Deputados:

⁴⁵⁸ ARISTÓTELES. **A Política**. Rio de Janeiro: Editora Ediouro, 2002, p. 112.

⁴⁵⁹ PLEKHANOV, Guiorgui Valentinovitch. **O Papel do Indivíduo na História**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2000. p. 4. O autor é da primeira geração de marxistas russos. Foi o principal propagandista do materialismo histórico e dialético. Em sua geração, os seus textos tiveram grande repercussão junto aos movimentos sociais.

A história nos prova que, em matéria de governo, as nações foram, em todos os tempos, joguete de sua ignorância, de sua imprudência, de sua credulidade, de seus terrores, pânticos e, sobretudo, das paixões daqueles que souberam adquirir ascendência sobre a multidão. Como enfermos que se agitam sem cessar em seu leito, sem encontrar posição conveniente, os povos mudaram, amiúde, a forma de seus governos; mas nunca tiveram nem o poder, nem a capacidade de reformar o fundo, de remontar a verdadeira fonte de seus males; viram-se incessantemente sacudidos por paixões cegas⁴⁶⁰.

Este era o pano de fundo do discurso de Raul Pilla, ao acreditar na necessidade de uma vigilância constante por parte da população, que viesse a impedir desvios de caminhos, ou mesmo não cumprimento de programas assumidos durante o processo eleitoral. Assevera-se em dizer que: *“a grande reforma, a reforma básica, a reforma preliminar e indispensável, sem a qual as outras reformas, ou não terão sentido, ou não terão eficácia e a substituição deste sistema político desastroso pelo que menos imperfeitamente realiza a democracia representativa”*⁴⁶¹.

Pilla considerava a existência de um supremo interesse do País, para destacar a que o parlamento brasileiro deveria estar submetido. Deprendia, então, que o parlamentarismo era este interesse supremo que ansiava a sociedade. Como alguém que teve a possibilidade de ser iluminado com a razão, buscava repassar esta clarividência aos seus colegas parlamentares. Por isso, retoma seguidamente o seu papel de professor diante da platéia (parlamento), como o portador da verdade, do conhecimento e do caminho mais adequado para o futuro da pátria. É uma postura perigosa adotada pelo biografado, pois ao construir esta imagem de si próprio, se coloca numa posição que lhe obriga a fazer opções dentro desta mesma lógica. Esta foi uma das razões pelas quais publicou, já no final de sua vida, a obra “Revolução Julgada”. Tinha por objetivo deixar um registro como justificativa de suas práticas, no período que antecede ao processo que desencadeia a ditadura militar de 1964 no Brasil. Embora fosse favorável à desestabilização do governo de João Goulart, porém com vistas à retomada do parlamentarismo e construção de um ambiente de ordem social. Ao perceber que os militares não dariam espaço para os civis assumirem novamente a estrutura governamental, e conduziriam um super

⁴⁶⁰ PLEKHANOV, p. 25.

⁴⁶¹ Cf. **Anais da Câmara dos Deputados**. In: PILLA, 1980, p. 672. Discurso na Sessão da Câmara dos Deputados no dia 6 de maio de 1959.

presidencialista, colocou-se numa posição crítica em relação ao modelo militar, uma das razões de sua retirada da vida pública.

Esta posição de Pilla vem de uma longa tradição teórica, para alcançar com destaque o período vivido no Brasil, após a ditadura Vargas. Para dar suporte a esta afirmação, podemos ancorar o argumento numa passagem que foi discutida por Bobbio, ao fazer uma releitura de Hobbes:

Um sistema político baseado, ao mesmo tempo, na dupla distinção entre as duas partes do poder, o parlamento e o rei, e entre as duas funções do Estado, a legislativa e a executiva, bem como na correspondência quase perfeita entre essas duas distinções – o poder legislativo emana do povo representado no parlamento; o poder executivo é delegado ao rei pelo parlamento⁴⁶².

A origem do poder vem da população, da sociedade que concorda e participa, através do parlamento, do mecanismo político. Pilla, no século XX, defende um aprofundamento deste processo que podemos considerar como democrático, pois visualizava que o poder executivo presidencialista estava dotado de tal força política, que poderia ser comparado a um governo absolutista. O parlamento teria se tornado mero coadjuvante no cenário político presidencialista. *“Se o Presidente da República é tudo isto, que papel representamos nós, Deputados e Senadores, nesta máquina política? Nenhum papel, senão o de escudar, legitimando o poder pessoal do Chefe da Nação”*⁴⁶³.

Porém, Raul Pilla era um estudioso também da obra de Montesquieu, situação que lhe permite estar em sintonia com um debate de profundidade teórica, sustentado na realidade brasileira, pois é um protagonista do processo de construção política no Brasil. Esta sintonia pode ser verificada logo no início da obra do mencionado autor, quando trata da limitação do poder do monarca:

⁴⁶² BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas e governo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992. p. 115. Esta discussão apresentada por Norberto Bobbio sintetiza o pensamento de autores clássicos sobre a teoria política. Afirma que: *“ama constituição que poderíamos chamar, de acordo com a interpretação de Bodin, democrático-monárquica, ou seja, em que a soberania do Estado pertence ao povo, e o governo, entendido como exercício do poder executivo, ao rei”*.

⁴⁶³ Cf. **Anais da Câmara dos Deputados**. In: PILLA, 1980, p. 372. Discurso na Sessão da Câmara dos Deputados no dia 6 de maio de 1959.

A autoridade exorbitante, concedida subitamente a um cidadão, em uma república, constitui uma monarquia, ou mais que uma monarquia. Em casos como esse, as leis proveram a constituição, ou a ela se acomodaram; o princípio do governo se antepõe ao poder do monarca, mas, em uma república em que um cidadão faz com que seja atribuído a si mesmo um poder exorbitante, o abuso desse poder é maior, pois as leis que o não previram nada fizeram para limitá-lo⁴⁶⁴.

Pilla retoma com insistência esta questão da centralização do poder na república, acusando o sistema presidencial de permitir que este poder estivesse nas mãos de um único governante, e desconsidera a representatividade no parlamento da coisa pública:

Verdadeiramente, nada influímos, apesar do sufrágio popular, no andamento da coisa pública; somos procuradores sem poderes, mas ineficientes como instrumento da democracia, somos, contudo, indispensáveis para alimentar a ilusão democrática e sustentar a ditadura constitucional[...]. Nenhum monarca dispõe hoje de tamanho arbítrio⁴⁶⁵.

Estas discussões não estão esgotadas e adentram na teoria política, que não é foco deste trabalho. No entanto, alguns elementos do pensamento político de Raul Pilla dão seqüência a uma longa tradição do pensamento ocidental, defendendo com ênfase a construção de mecanismos mais vigilantes e vigiados, para que os homens possam ter liberdade, mas que esta liberdade tenha em vista o bem comum. A construção política do biografado estabelece, na pauta do Câmara dos Deputados no Brasil, entre 1946 até 1966, discussões de fundo, sobre estes mecanismos. Este foi o foco político de Pilla, que objetivou, através do seu exemplo e sua discussão, confirmar aos demais parlamentares o papel do parlamento, sobretudo, o papel dos partidos políticos na construção da democracia. A questão dos partidos era de grande relevância

⁴⁶⁴ MONTESQUIEU. *Do Espírito das Leis*. Tradução: Jean Melville. 1ª Edição de 1748. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005. p. 28.

⁴⁶⁵ Cf. *Anais da Câmara dos Deputados*. In: PILLA, 1980, p. 406. Sessão da Câmara dos Deputados no dia 7 de maio de 1959.

para o fortalecimento dos canais de participação da população, e para garantia de compromissos firmados com o eleitorado.

Impende enfatizar, por fim, que as questões afetivas de Raul Pilla, especialmente com Esther, mostra uma rara figura, marcada pela paciência, sem descuidar da persistência. Tem um fim melancólico, pois, não alcançou o êxito político pelo qual havia lutado por tantos anos. Ao contrário, assistiu o presidencialismo cada vez mais fortalecido e dotado de superpoderes.

Mas o projeto do sistema parlamentar ainda não está finalizado, especialmente porque há um conjunto de parlamentares que se denominam parlamentaristas, o que pode fazer com que, a qualquer momento, este tema volte à cena.

ANEXO A

Alcides Cordeiro

Recebi a tua carta com os incluzos 20/000 rs;
 como estiveres muito occupado com a impressão de
 tua, deusei em retirar-la do correio. Não há que
 colozias novas; como me agora que o melhor é or-
 ganizar uma lista das que existem nas nossas
 papelerias: fá-la hei amanhã e ta enviarei em
 post-scriptum. Quanto ao termómetro, andei pro-
 curando mas não me recibí ainda, sem ulteriores
 informações, mandar-to hei amanhã.

Terminei finalmente a miucha porquissima
 tua; estou esperando o Marino, ou menos Tomé
 de que o que ele levou para imprimir e
 escrevi e imprimir a miucha, ta única atenuante.

Falei ao Tomás a respeito da tua recommenda-
 ção, ainda não soube nada. Felicito-te calorosamente
 pelo rumo que vao tomando as cousas al'. Era fator
 que conseguisses vencer. Não se a cousa não há-de
 virar, como se há-de transformar num fidejussor
 transatlântico.

O Argemiro casou ante-ontem; fui o padri-
 nho. Ele seguirá daqui a dias para São-Bonje. É
 he o abraço que lhe mandaste

Vamos agora ao principio da tua carta. (o
 que vai agora escrito tem um caracter estritamente
 te confidencial). É inútil negar o que já percebeste

21 11 2005

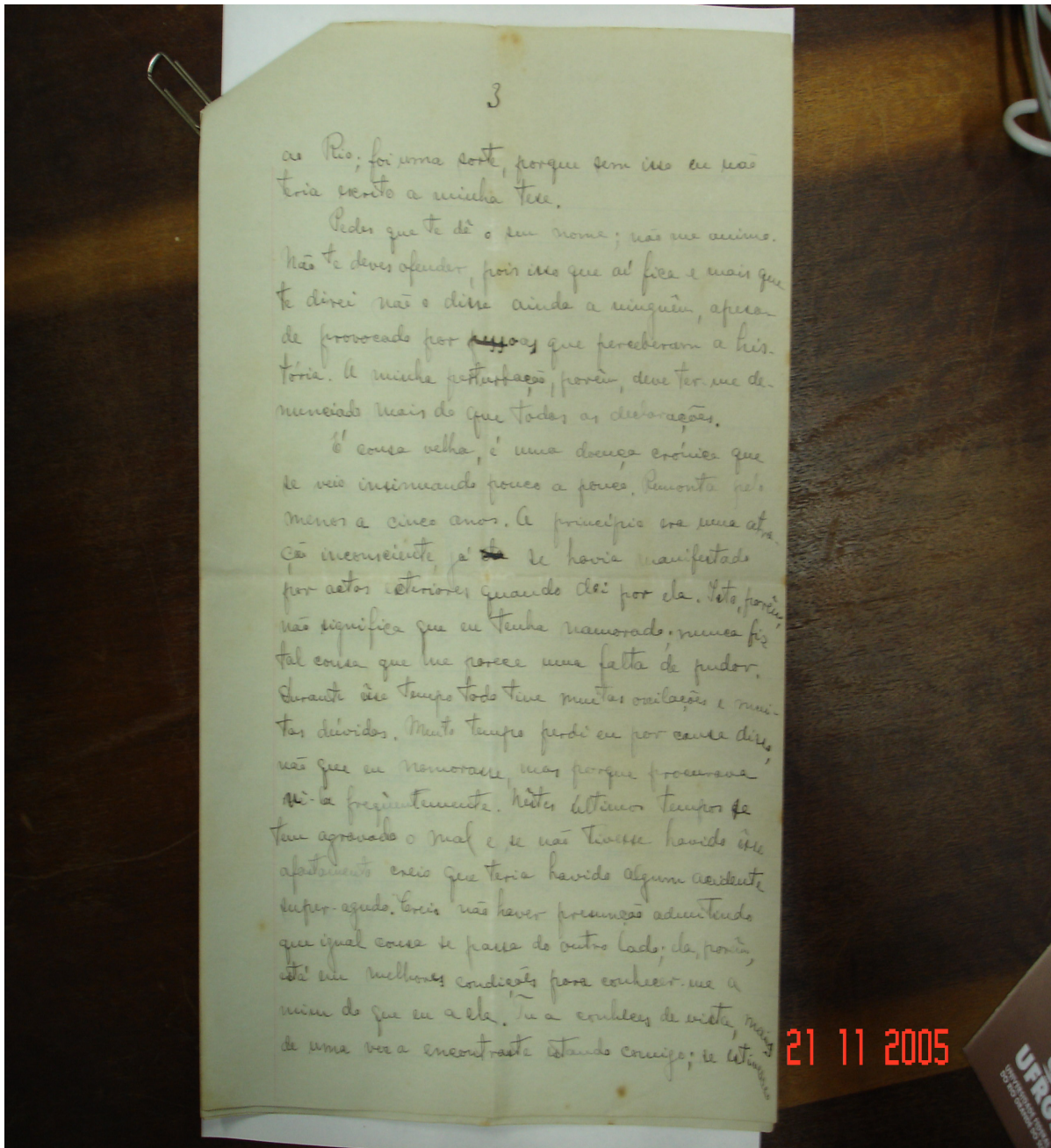
Correspondência de 1916, em que Raul Pilla escreve para o amigo Alcides.

ANEXO B

e eu poderia esconder a todos meus a ti. Estou
 infectado, não há dúvida nenhuma. Se é o que
 tu chamamos o mal do amor, não sei. Ugué consegue
 todas as dúvidas. Não descobri ainda um processo
 de auto-diagnóstico. Há certos sinais que me fazem
 crer que é aquele mal; faltam-me porém, outros sinais
~~mais~~ mais decisivos. Não conheço de perto a que
 tu chamamos a minha Santa e que eu creio antes
 uma Tulcineia (dadas as minhas qualidades de
 Luisote Sarrafa). Nunca lhe falei, isto é que
 está a falha do quadro clínico. Compreendes que
 por mais atraentes que sejam as exterioridades
 de uma mulher, isto tem pouca importância para
 as naturezas como a minha; só as qualidades do
 espírito é que me podem verdadeiramente subju-
 gar, o resto é o fundo do quadro. Ora, são justame-
 nte estas qualidades que eu descobri e sobre
 as quais não me animo a pedir informações. Há
 um círculo vicioso. Não resolvo as minhas dúvidas
 porque temo comprometer-me, e eu dou dor que
 não recebam, depois de comprometidos, quem se
 sabe que praticam a maior assunção de
 sua vida. Por isso tudo, o meu procedimento é o
 de um mussulmano fatalista. Demais, há quasi
 dois meses que a minha auto-observação está
 parada, pois a minha Tulcineia parece ter ido

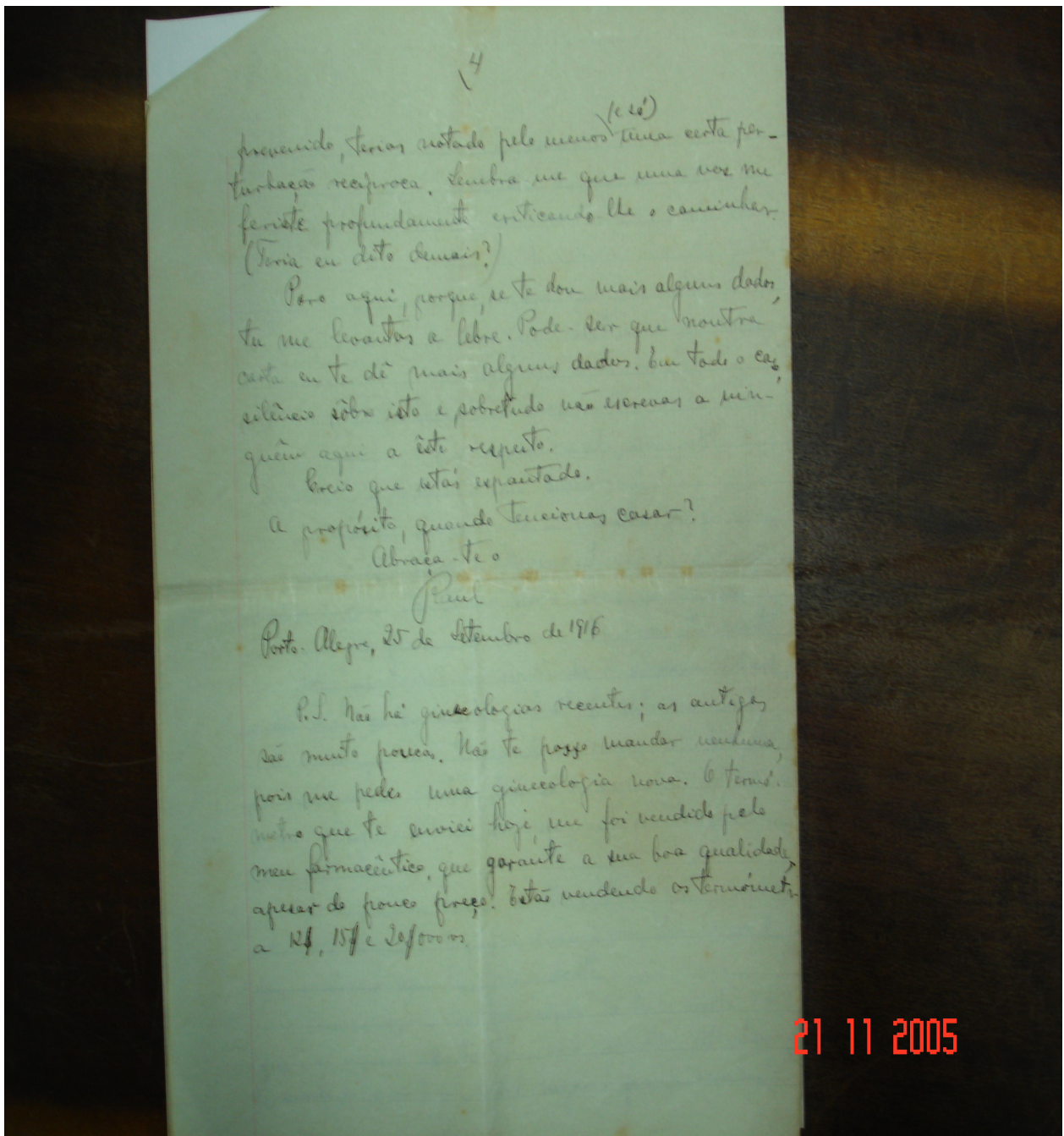
Continuação- Opção do autor de garantir como anexo B, embora seja a continuação
 da mesma correspondência de 1916.

ANEXO C



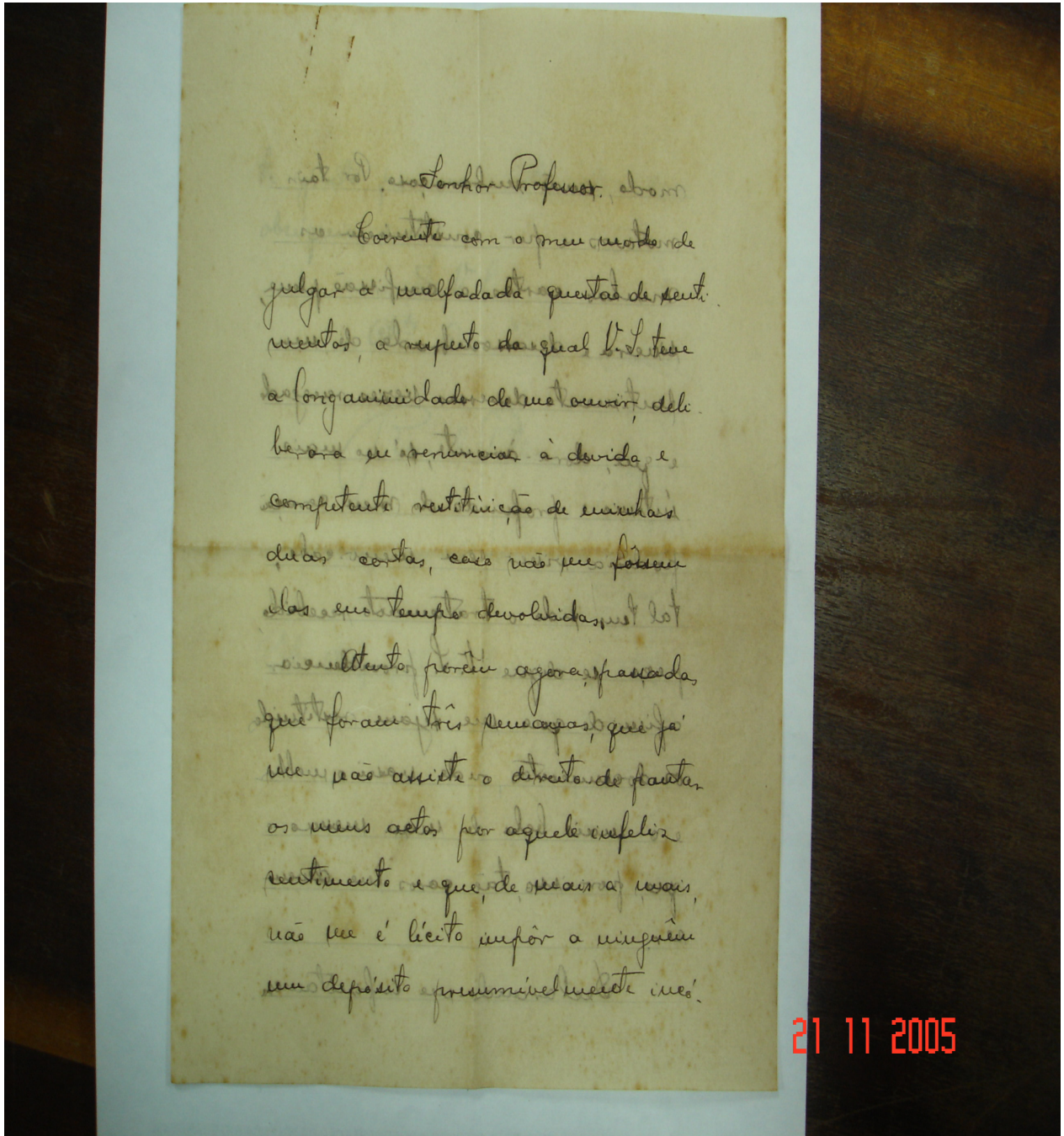
Continua a correspondência 1916 - Segue em outro anexo devido serem assuntos que estão segmentados.

ANEXO D



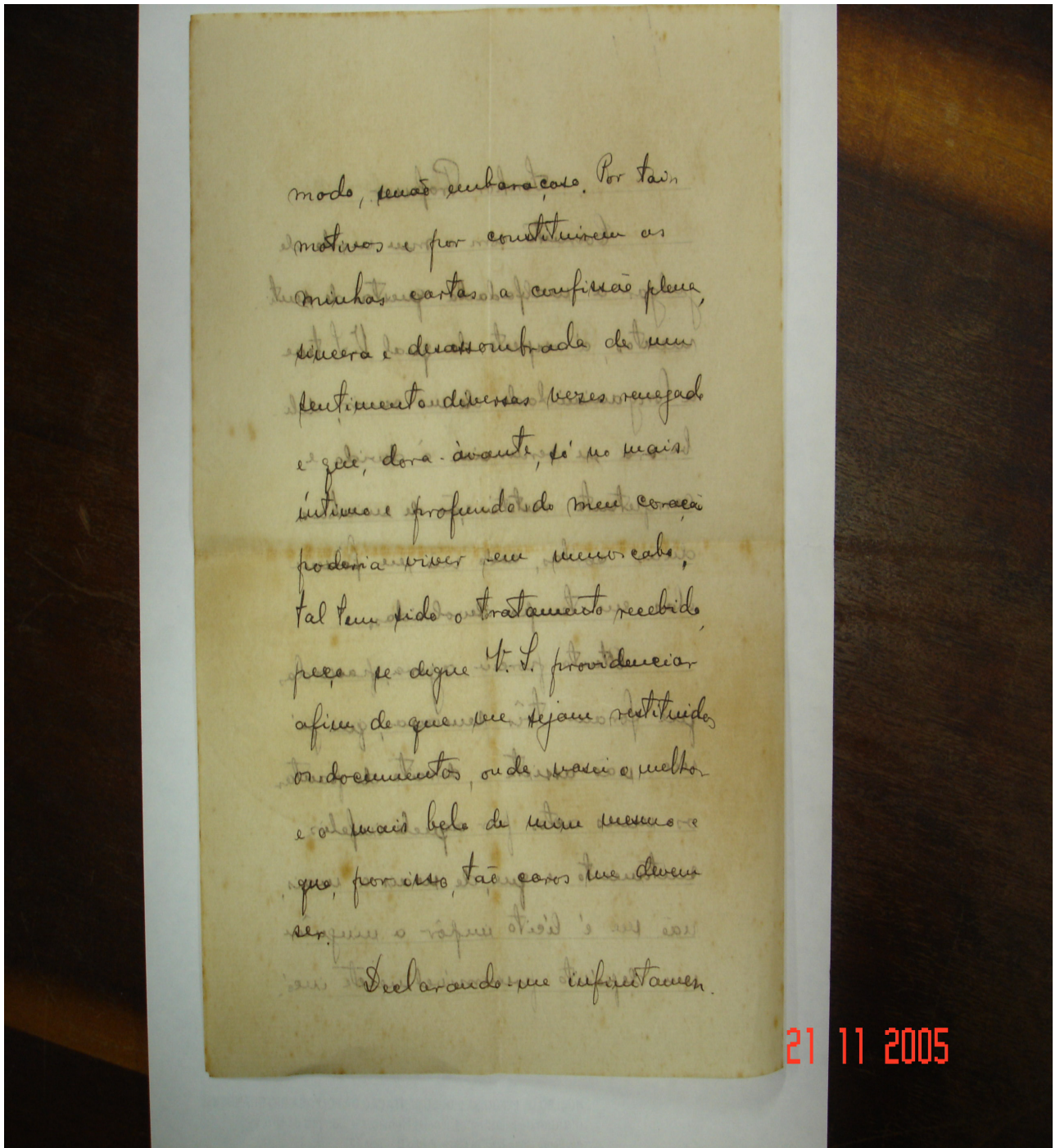
É conclusão da correspondência de 1916, encaminhada para o amigo Alcides. Não há maiores informações acerca desta correspondência.

ANEXO E



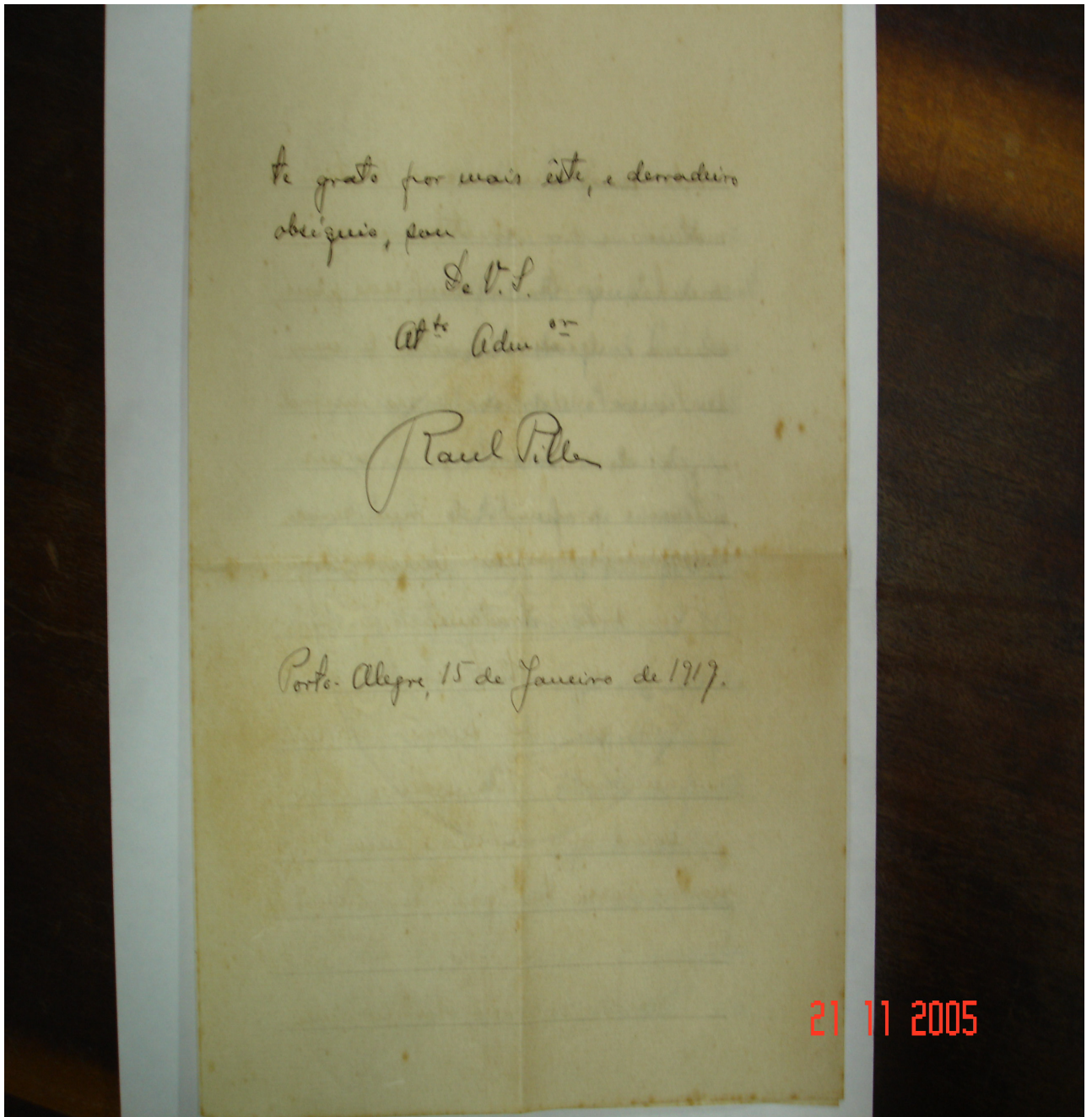
Esta correspondência de 1919, a primeira que se tem conhecimento para Olinto de Oliveira, em que Raul Pilla faz a solicitação para namorar com Esther.

ANEXO F



Continuação da correspondência de 15 de janeiro de 1919, endereçada a Olinto de Oliveira.

ANEXO G



Se grato por mais este, e derradeiro
obriguis, seu

Se V. S.

At^{to} Adu^{or}

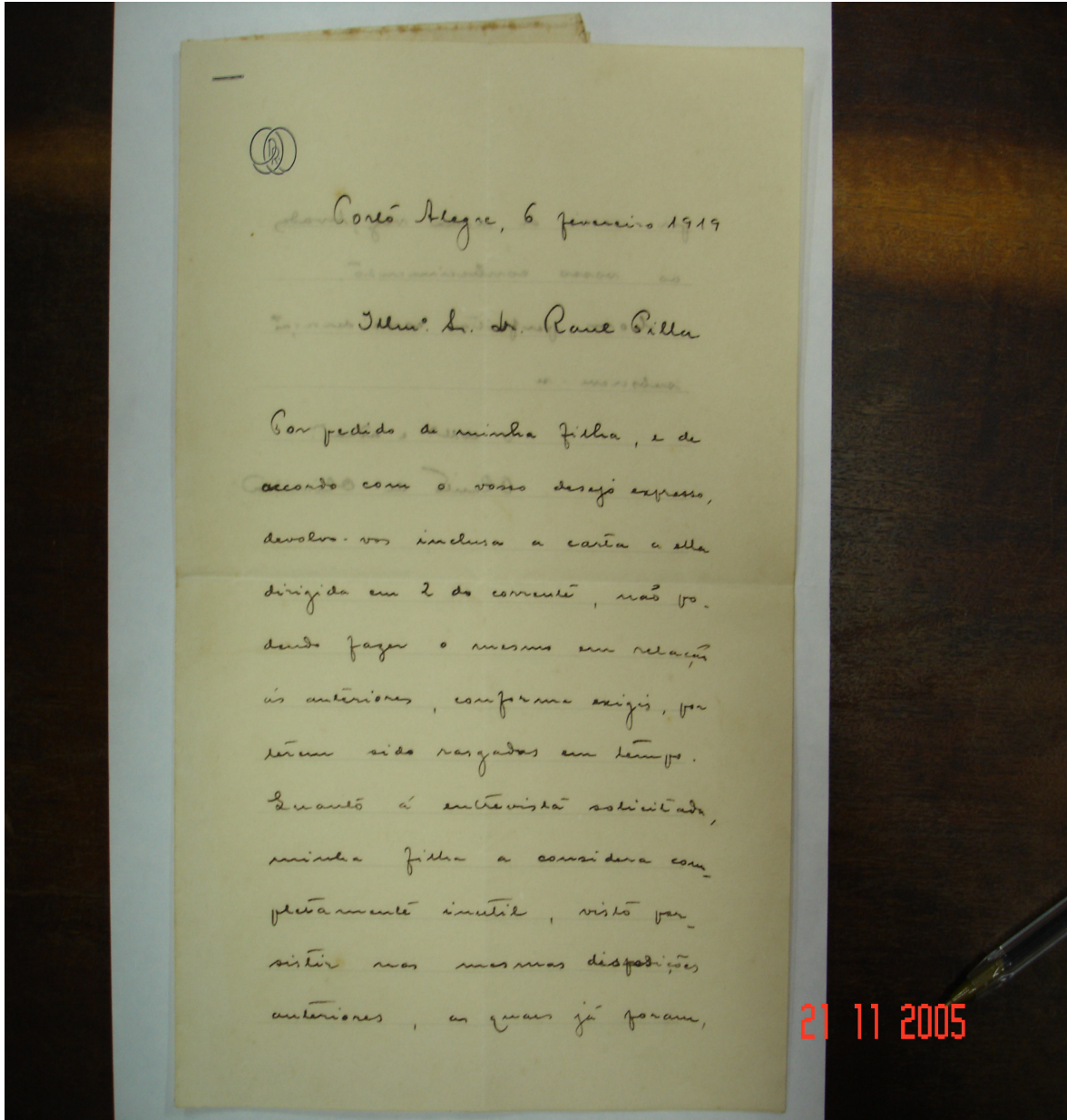
Raul Pilla

Porto Alegre, 15 de Janeiro de 1919.

21 11 2005

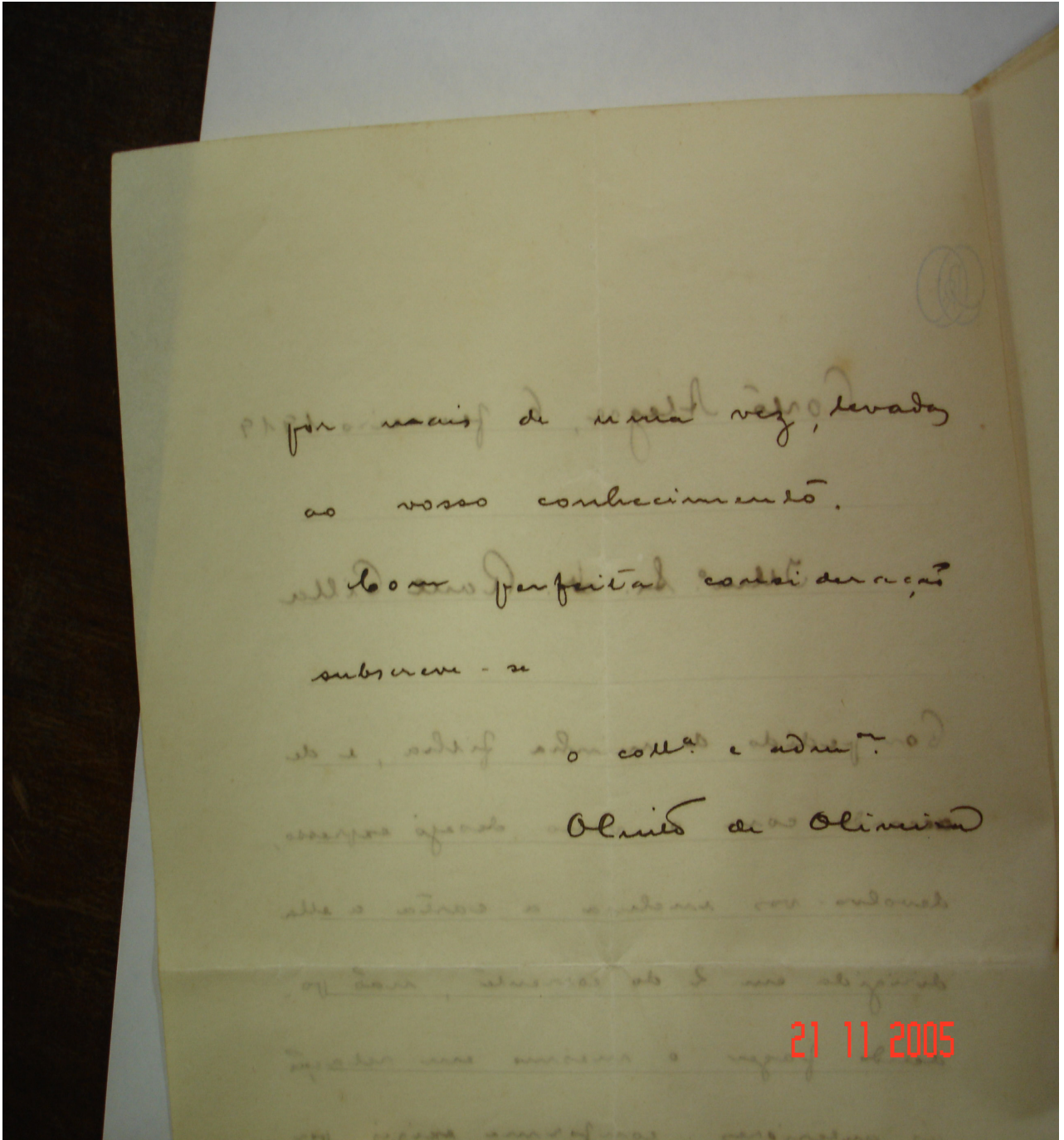
Conclusão da correspondência de Raul Pilla para Olinto de Oliveira de 15 de janeiro de 1919.

ANEXO H



Primeira da parte da resposta que Olinto de Oliveira endereçou para Raul Pilla, fazendo a negativa de um encontro com sua filha Esther.

ANEXO I



Conclusão da correspondência de Olinto de Oliveira para Raul Pilla, de 1919. Logo em seguida Olinto vai morar no Rio de Janeiro e leva Esther Olinto.

ANEXO J



9 – Baptista Luzardo abre o Congresso Libertador e Raul Pilla define a posição do Partido – 1931

Raul Pilla discursando num Congresso do Partido Libertador e, como de costume o discurso é lido, não de improviso. As pernas cruzadas demonstra uma personalidade introspectiva.

ANEXO L



Raul Pilla entre autoridades partidárias, que nesse período de 1932, antecede a luta armada e posteriormente o exílio. Dedicava-se quase exclusivamente na luta política.

ANEXO M



13 – Encontro com Pilla no exílio: Mário Amaro, Assis Chateaubriand, Alfredo Simch – Rivera – novembro 1932

315

Raul Pilla já no exílio, recebendo amigos que vão seguidamente visitá-lo. Destaca-se a figura de Assis Chateaubriand, que se tornaria uma das maiores expressões do mundo das comunicações no Brasil.

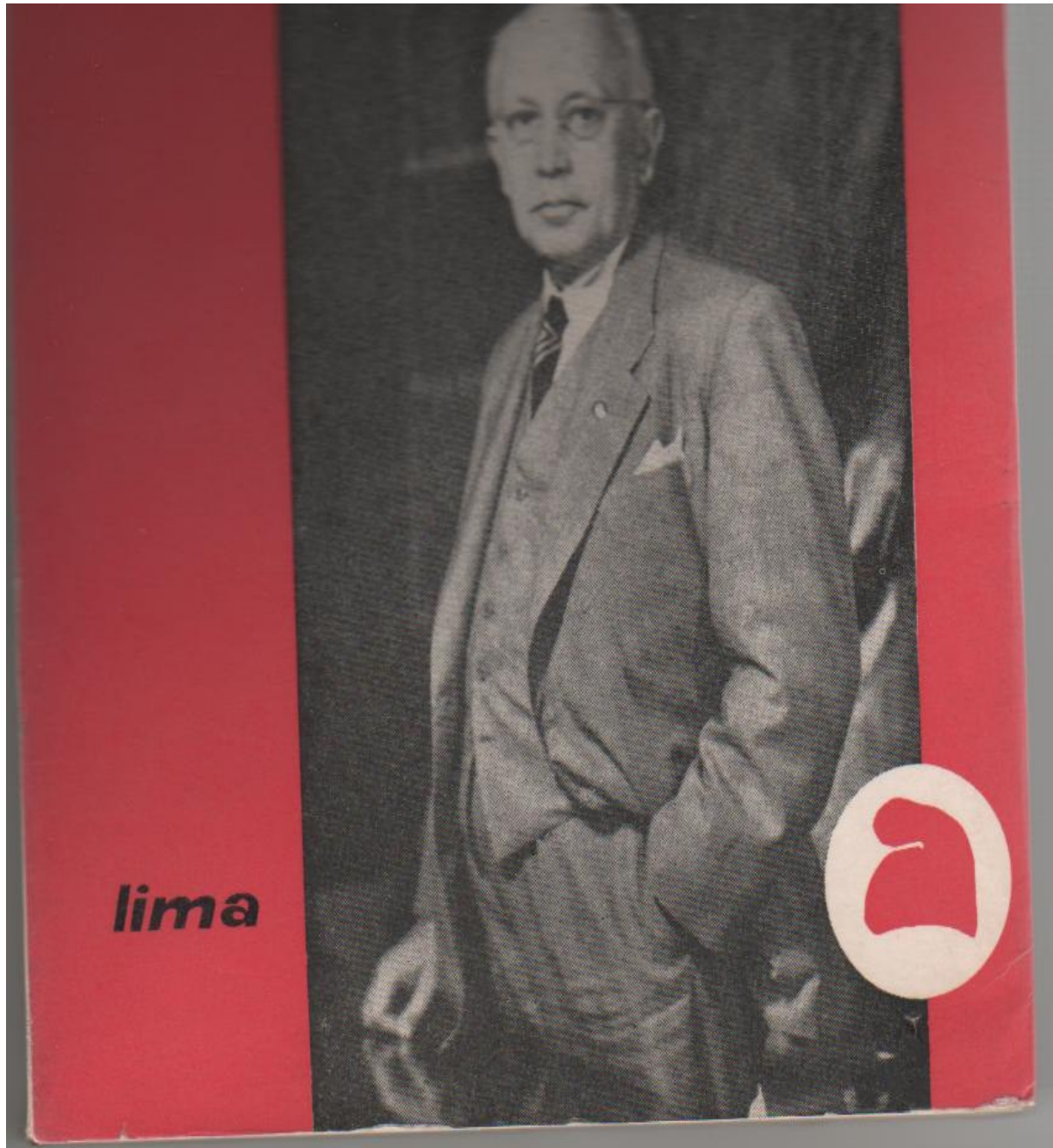
ANEXO N



17 – Raul Pilla votando nas eleições de 1935

Após o retorno de Raul Pilla do exílio, ele participa do pleito eleitoral, como candidato a Deputado Estadual, eleito.

ANEXO O



Raul Pilla está no seu último mandato de Deputado Federal. Esta foto foi publicada na capa do Livro, Revolução Julgada.

FONTES

ANAIS E DOCUMENTOS CONSULTADOS

- Anais da Assembléia Estadual Constituinte do Rio Grande do Sul de 1934 (abril a junho). Organizado pela redação de Anais e documentos parlamentares: Porto Alegre: AL-RS.
- Anais da Câmara dos Deputados. In: PILLA, 1980. Reúne todos os discursos de Raul Pilla nas Sessões da Câmara dos Deputados entre 1946-1966.
- Correspondência de Raul Pilla para Esther Olinto, dia 15 de outubro de 1918.
- Correspondência de Raul Pilla para Esther Olinto, dia 2 de fevereiro de 1919.
- Carta de Raul Pilla para Osvaldo Aranha. Agosto de 1930.
- Correspondência de Pilla a Sílvio Faria Correa, em 20-05-1945.
- Correspondência de Raul Pilla para Esther Olinto. outubro de 1949.
- Correspondência de Raul Pilla para Esther Olinto, dia 21 de novembro de 1949.
- Correspondência de Esther O. de Medeiros dia 25 de novembro de 1949.
- Correspondência de Raul Pilla para Esther Olinto, dia 29 de novembro de 1949.
- Correspondência de Raul Pilla para Esther Olinto, de 4 de dezembro de 1949.
- Correspondência de Esther Olinto para Raul Pilla, dia 9 de dezembro de 1949.
- Correspondência de Esther O. para Raul Pilla, dia 29 de dezembro de 1949.
- Correspondência de Raul Pilla para Esther Olinto, dia 8 de janeiro de 1950.
- Carta de Esther O. de Medeiros para Raul Pilla, dia 9 de fevereiro de 1950.
- Manifesto de Fundação do Partido Libertador.
- Manifesto Regimental, aprovado no Congresso de Fundação do PL.
- NUPERGS. Arq. nº. 002, Doc. 345; doc. 347; doc. 360; doc. 365; doc. 366; doc. 367; doc. 368; doc. 377; doc. 380; doc. 381; doc. 384; doc. 385; doc. 387; doc. 390.

JORNAIS CONSULTADOS

- **O Estado do Rio Grande do Sul**, artigo publicado em 17 de novembro de 1930, expondo a posição oficial do Partido Libertador;
- **Jornal Zero Hora. O homem, o mito e a questão servil**. Texto publicado no dia 25/10/2003. De Margarete BACKOS.

SITES CONSULTADOS

- Câmara dos Deputados;
- Senado Federal;
- Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul;
- Portal da PUC-RS;
- UFRGS;
- NUPERGS;
- Página eletrônica do MPB- www.parlamentarismo.org.br .
- www.familiapilla.com.br.

ENTREVISTAS REALIZADAS

- Sônia Pilla. Entrevista realizada no dia 22 de outubro de 2005;
- Nelson Pilla. Entrevista realizada no dia 27 de outubro de 2005;
- Ruthe Pilla, Entrevista realizada no dia 11 de novembro de 2005;

TEXTOS DE RAUL PILLA CONSULTADOS

PILLA, Raul. **Palavras de um Professor**. 1949.

_____, Raul. **Parlamentarismo ao Alcance de todos**. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara Federal, 6ª Edição, 2000.

_____, **Catecismo Parlamentarista**. Com Afonso Arinos de Melo Franco. 1949.

_____, **Presidencialismo ou Parlamentarismo?** 1958.

_____, **A Revolução Julgada: A crise Institucional**. 1969.

_____, **Perfis Parlamentares 16**. 1980.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- ARRUDA José Jobson de. PILETTI, Nelson. **História Geral**. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- Almanaque do Comércio do Rio Grande do Sul – 1920**. Porto Alegre: Globo, 1970.
- ABREU, Caio Fernando. **Cartas**. Organização de Ítalo Moriconi. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.
- BACKOS, Margarete M. **O homem, o mito e a questão servil**. Texto publicado no Jornal **Zero Hora**. Porto Alegre, 25/10/2003.
- BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1973.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. AMADO, J. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- BOBBIO, Norberto. **Os Intelectuais e o Poder: Dúvidas e Opções dos Homens de Cultura na Sociedade Contemporânea**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 1ª Reimpressão. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- _____. Norberto. **Dicionário de Política**. 11ª edição. Brasília: Ed. Unb, 1998.
- _____. Norberto. **A teoria das Formas de Governo**. Brasília: Ed. Unb, 1992.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70- Porto Alegre- RS: 1977.
- BELACH, Israel. ABREU, Alzira et. al. **Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro (1920 - 1983)**. São Paulo: Forense Universitária. FGV/CPDOC, 2001.
- BODEA, Miguel. **Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS. 1992.
- BELACH, Israel. ABREU, Alzira et. al. **Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro (1920 - 1983)**. São Paulo: Forense Universitária: FGV/CPDOC, 2001.
- CARNEIRO, Glauco. **Luzardo: o último caudilho**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1978.
- CARONE, Edgard. **Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1938)**. Rio de Janeiro: Difel Editorial; 1975.
- _____. **A República Liberal – I: instituições e classes sociais (1945-1964)**. São Paulo: Difel. 1985a.
- _____. **A República Liberal – II: evolução política (1945-1964)**. São Paulo: Difel, 1985b.
- _____. **A República Nova (1930-1937)**. São Paulo: Difel. 1985c.
- _____. **O Estado Novo (1937-1945)**. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 1988.
- CERVO, Amado Luiz &. **A História da Política Exterior do Brasil**. Série Fundamentos. In: BUENO. Clodoaldo; São Paulo: Editora Ática, 1981.
- COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República**. São Paulo: Ciências Humanas. 1979.
- CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 11, nº 21, 1998.
- CARVALHO, José Murilo. **Rui Barbosa e a razão clientelista: Dados**. Rio de Janeiro: Iuperj, v.43 nº 1, 2000.

- CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: **Prática da Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- _____. **Ao Rio Grande do Sul**. In: **A Federação**. Porto Alegre, 13,14 e 15-11-1891.
- DIAS, Carlos Gilberto Pereira. **Antonio Chimango no Limiar da Velhice: Apontamentos sobre a Trajetória Política de Borges de Medeiros- 1928-1934**. Porto Alegre: PUC RS, 2003. (Dissertação de Mestrado).
- ESCOBAR, Wenceslau. **Apontamentos para a História da Revolução Riogandense de 1893**. Brasília: Editora UNB, 1983.
- FAUSTO, Bóris. **“A Revolução de 30”**. In: MOTTA, Carlos Guilherme. **Brasil em Perspectiva**. São Paulo: Difusão Européia. 1995.
- FÉLIX, Loiva Otelo. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: EDUFRGS. 1996.
- FLEISCHER, David. **Os Partidos Políticos no Brasil**. Brasília: UnB, v (1) e v (2). 1981.
- FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1988.
- FLORES, Elio Chaves. **No tempo das Degolas: Revoluções Imperfeitas**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1996.
- FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: **O que é um autor?** Lisboa, Veja, Passagem, 1992.
- FRANCO. Sérgio de C. **Fundamentos da Cultura Riograndense**. 5ª série. Porto Alegre: UFRGS, 1962.
- FRANCO. Sérgio de C. **“O Sentido Histórico da Revolução Federalista”** In: Fundamentos da Cultura Riograndense. 5ª série. Porto Alegre: UFRGS, 1962.
- FROTA, Lélia Coelho (Org.). **Carlos e Mário**. Apresentação de Silvano Santiago. Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2002.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional. 2ª Edição. 1997.
- GALIETTI, Mauro José. **Os Discursos de Dionélio Machado e Raul Pilla: O Político e suas Múltiplas Faces**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUC-RS, 2005.
- GALVÃO, Walnice N. **Correspondências de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997.
- _____, GOTTIB, Nádia. **Prezado senhor, prezada senhora: um estudo sobre cartas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os arquivos privados. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.11, n. 21, 1998.
- _____, O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In: GOMES A. de C. (Org.). **Capanema: o ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.
- _____, Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES A. de C. (Org.). Escrita de si escrita da história. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2004.
- GONZAGA, Sergius. DACANAL, José (org.). **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- GUASINA, Luiz de Senna. **Diário da Revolução Federalista: 1893/1895**. Porto Alegre: Arquivo histórico do Rio Grande do Sul / EST Edições, 1999.
- HÖFFE, Otfried. **Justiça Política**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1991.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1988.
- LOVE, Joseph. **Índice cronológico dos papéis de Antonio Augusto Borges de Medeiros**. (1909- 1932). Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Volume 286, janeiro-março de 1970.
- LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

- LEVILLAIN, Phillipe. Os protagonistas da biografia. In: RÉMOND, René. **Por uma histórica política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.
- LEAL, Victor N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3ª. Ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996.
- LIMA, Oliveira. **Nos Estados Unidos**. Leipzig, F. A. Brockhaus, 1899.
- LOVE, Joseph. **Índice cronológico dos papéis de Antonio Augusto Borges de Mesdeiros (1909- 1932)**. Rio de Janeiro: In. Revista do Instituto Histórico e Geografia do Rio Grande do Sul. Volume. 286, janeiro-março de 1970.
- LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MANET, Edouard. **Viagem ao Rio: Cartas da Juventude (1848-1849)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- MARIA, Antônio. **Diário de Antonio Maria**. Apresentação de Joaquim Ferreira dos Santos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MARTINS, Liana Bach. DA SILVA Luis Antônio Costa. NEVES, Gervásio Rodrigues (Orgs). **O Pensamento Político de Júlio de Castilhos**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 2004.
- MARTINS, Carlos Benedito. **O que é Sociologia**. São Paulo Editora Brasiliense. Edição 38ª. 1994.
- MIGNOT, Ana Cristina. BASTOS, Maria Helena. CUNHA, Maria Tereza (Orgs). **Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica**. Florianópolis: Mulheres, 2000.
- _____, **Destino das letras: história, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: UPF, 2002.
- MONTESQUIEU, **Do espírito das leis**. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- NABUCO, Carolina. **A vida de Joaquim Nabuco**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1928.
- NOLL, Maria Isabel. **Partidos Políticos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1980.
- NOLL, Maria Isabel. **Partidos e Eleições no Rio Grande do Sul**. Texto publicado na página eletrônica www.tche.br/nupergs/bel.html em 1999.
- PINTO, Surama Conde Sá. **A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política da Primeira República**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1999.
- PRESTES, Anita Leocádia; PRESTES, Lygia (Orgs.). **Anos tormentosos: correspondência da prisão (1936-1945)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- PRADO, Eduardo. **A Ilusão Americana**. Sao Paulo: Brasiliense, 1961.
- PILLA, Raul. **Perfis Parlamentares 16**. Seleção e Introdução de Geraldo Guedes com a colaboração de Antonio Carlos Pojo. Brasília: Câmara dos Deputados, 1980
- PILLA, Raul. **Palavras de um Professor**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.
- PILLA, Raul. **Despedindo-se da Velha Faculdade**. Separata da Revista da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, 1965.
- PILLA, Raul. **Parlamentarismo ao Alcance de todos**. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Publicações, 6ª Edição. Brasília. 2000.
- PLEKHANOV, Guiorgui Valentinovitch. **O Papel do Indivíduo na História**. São Paulo. SP. Editora Expressão Popular, 2000.
- REALE, Miguel. **Parlamentarismo Brasileiro**. São Paulo. SP: Saraiva. 1962.
- RAWLS, John. **Uma Teoria de Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

- RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **Castilhismo: uma filosofia da República**. Porto Alegre: EST/ Universidade de Caxias do Sul, 1980.
- SÁ, Mem de. **Tempo de Lembrar**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1981.
- _____. **A politização do Rio Grande**. Porto Alegre: Tabajara, 1973.
- SCHMIDT, Benito Bisso. **Uma reflexão sobre o gênero biográfico: a trajetória do militante socialista Antonio Guedes Goutinho na perspectiva de sua vida cotidiana (1868-1945)**. Porto Alegre: UFRGS, 1996.
- _____. **Luz e Papel, Realidade e Imaginação: As biografias na História, no Jornalismo, na Literatura e no Cinema**. In: *O Biográfico: Perspectivas Interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- _____. **Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas**. Porto Alegre: Editora Palmarinca, 2004.
- SHOULTZ, Lars. **Estados Unidos: Poder e Submissão. Uma Política da História Norte-americana em Relação a América Latina**. Bauru: Editora EDUSC, 2000.
- SILVA, Hélio. **1932: A Guerra Paulista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- _____. **1937: Todos os Golpes se parecem**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- _____. **1945: Porque depuseram Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- SILVEIRA, Urias A de. **História da Revolução Brasileira de 15 de Novembro de 1889**. Proclamação do Governo Provisório. Rio de Janeiro: Laemmert, 1890.
- SIMMEL, Georg. La ampliación de los grupos y la formación de la individualidad. In: **Sociologia: estudios sobre las formas de socialización**. Madrid: Alianza, 1986.
- SIMON, Pedro. **O Parlamentarismo**. Brasília: Congresso Nacional, 1992.
- SOLA, Lourdes. **O Golpe de 37 e o Estado Novo**. In: MOTTA, Guilherme (Org.). *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difusão Européia, 1995.
- SOUSA, Maria do Carmo Campello. **Estados Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)**. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1983.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. 12ª Edição. São Paulo: Difel - Difusão Editorial, 1984.
- TRINDADE, Hégio. NOLL, Maria Isabel. **Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)**. Porto Alegre: EDUFRGS/ Sulina, 1991.
- _____. **Aspectos Políticos do Sistema Partidário Republicano Riograndense (1882-1937)**.
- _____. **O Positivismo: Teoria e Prática**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.
- _____. (Org). **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- _____. (Org.). **Revolução de 30: Partidos e Imprensa Partidária no RS (1928-1937)**. Porto Alegre, L&PM, 1980.
- XARÃO, Francisco. **Política e Liberdade em Hannah Arendt**. Ijuí-RS: Editora Unijuí, 2000.
- WALLS, Luiz. **BROSSARD: 80 anos de história política**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2002.